

Perceção social sobre pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde

VERSÃO FINAL

Financiado por:



Parceiros:



Projeto Nu sta li: aumentar a capacitação económica e social da população LGBTI, minimizando os efeitos da pandemia de COVID-19



EQUIPA TÉCNICA NACIONAL

ICIEG-Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género

Projeto Nu sta li

Coordenação geral

- ICIEG/ Presidente – Marisa Carvalho

Elaborado por:

- Crisanto Barros
- José Manuel Marques Lopes
- Maritza Rosabal

Praia, 06 de janeiro de 2025



Financiado por:



Parceiros:



Projeto Nu sta li: Aumentar a capacitação económica e social da população LGBTI, minimizando os efeitos da pandemia de COVID-19

CONTEÚDO

RESUMO EXECUTIVO	ix
INTRODUÇÃO.....	20
Metodologia.....	21
1. REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL	23
1.1. Questões Teórico-Conceituais sobre identidade de género, sexualidade e heteronormatividade.....	23
1.1.1. Sexo Biológico & Construções Sociais de Género.....	23
1.1.2. Identidade de Género, Orientação Sexual e Fluidez Identitária	23
1.1.3. A heteronormatividade	24
1.1.4. A Interseccionalidade, o Preconceito Subtil e a Discriminação Institucional.....	26
1.2. Impactos do Preconceito e Discriminação na Saúde Mental e Bem-estar Social	29
2. CONTEXTO, QUADRO NORMATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS	32
2.1. Contexto	32
2.2. Quadro Normativo Internacional e Nacional.....	33
2.2.1. Tratados Internacionais e Compromissos de Cabo Verde	33
2.2.2. O Quadro Legal Nacional.....	33
2.3. Políticas Públicas e Planos Nacionais	35
2.3.1. Políticas Públicas e Ativismo	36
3. PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO, FAÇA ÀS PESSOAS LGBTQI+	38
3.1. Caracterização da população inquirida	38
3.1.1. O Sexo Biológico e a Identidade de Género Declarada	38
3.2. Conhecimento entre a População sobre a Comunidade LGBTQI+	42
3.2.1. Conhecimento e compreensão da temática LGBTQI+	44
3.2.2. Nível de conhecimento/compreensão sobre os termos LGBTQI+	45
3.2.3. Fontes/Meios de Acesso à Informação sobre a Comunidade LGBTQI+	46
3.3. Aceitação e Relacionamento da População com Pessoas LGBTQI+	47
3.3.1. Auto Perceção sobre a Aceitação Geral das Pessoas LGBTQI+	48
3.3.2. Relação entre o Nível de Conhecimento sobre as questões LGBTQI+ e o Nível de aceitação da População Cabo-Verdiana	50
3.3.3. Hétero Apreciação quanto aos Níveis de Aceitação das Pessoas LGBTQI+ na Comunidade/Localidade.....	51
3.3.4. A tolerância em relação a Vizinhaça das Pessoas LGBTQI+.....	52
3.3.5. Contexto em que Conhece Alguém que se Identifica como Pessoas LGBTQI+	54

3.3.6. Sentimento se soubessem que um Membro da sua Família ou um Amigo se identificasse como LGBTQI+	55
3.3.7. Frequência que costuma discutir Questões Relacionadas com a Temática LGBTQI+	60
3.3.8. Descrição das Interações com as Pessoas LGBTQI+	61
3.3.8.1. As diferenças entre Autoperceção e a Heteroperceção em relação à Aceitação e Relacionamento com Pessoas LGBTQI+	63
3.4. A igualdade de Direitos da População LGBTQI+	64
3.4.1. Perceção sobre os Direitos e a Igualdade das Pessoas LGBTQI+	64
3.4.2. Posicionamento sobre o Casamento Civil ou Reconhecimento de União de Facto entre as Pessoas LGBTQI+	68
3.4.3. Os direitos das Pessoas LGBTQI+ na Adoção de Crianças.	70
3.4.4. Perceção sobre os Direitos e a Igualdade das Pessoas LGBTQI+ e sobre as Políticas Públicas	73
3.4.5. Importância do tema 'Igualdade de Direitos para Pessoas LGBTQI+' na Sociedade Cabo-verdiana	73
3.4.6. A Aceitação geral, a Igualdade de Direitos e os Direitos Específicos para as Pessoas LGBTQI+	74
3.5. Quadro legal e promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+	76
3.5.1. Adequação do quadro legal à Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQI+ em matéria de Combate à Discriminação.	76
3.5.2. Promoção de Ações de Inclusão e Igualdade de Direitos das Pessoas LGBTQI+ em Instituições de Ensino.....	77
3.5.3. Promoção de ações de Inclusão e Igualdade de Direitos das Pessoas LGBTQI+ por parte de Instituições/Organizações.....	79
3.5.3.1. Instituições Públicas -Administração Central e Local.....	79
3.5.3.2. Empresas Privadas	79
3.5.3.3. Organizações da Sociedade Civil.....	80
3.5.3.4. Entidades Religiosas	80
3.5.4. Papel dos medias na Promoção dos Direitos e Igualdades das Pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde	81
3.5.5. Apoio à Implementação de Políticas Públicas para a Inclusão das Pessoas LGBTQI+	83
3.5.6. Opinião sobre as Iniciativas que promovem a Inclusão de Pessoas LGBTQI+	84
3.5.7. A Eficácia das Medidas Implementadas em Cabo Verde para promover a Inclusão e Qualidade de Vida da População LGBTQI+	86
3.5.8. Posicionamento do Governo para garantir o Bem-estar das Pessoas LGBTQI+	89
3.5.9. Comparação entre as Percepções da População sobre os Direitos, o Quadro Legal e as Ações de Promoção dos Direitos LGBTQI+	90
3.6. Saúde e bem-estar das pessoas LGBTQI+	92
3.6.1. Bem-estar da População LGBTQI+ no Acesso à Saúde	93

3.6.2. A Discriminação das Pessoas LGBTQI+ e Consequências para o Bem-estar Emocional e Mental	95
3.6.3. Acesso Adequado a Serviços de Saúde das Pessoas LGBTQI+	97
3.6.4. Principais Barreiras e Dificuldades enfrentadas pelas Pessoas LGBTQI+	99
3.6.5. Preparação dos Profissionais de Saúde para atender as Pessoas LGBTQI+ com Respeito e Dignidade	100
3.6.6. Adequação dos serviços de saúde às necessidades das pessoas LGBTQI+	101
3.6.7. Conhecimento de Casos de Discriminação por parte dos Profissionais de Saúde no Atendimento a Pessoas LGBTQI+	102
3.6.8. Omissão da Identidade de Gênero e/ou Orientação Sexual, das Pessoas LGBTQI+ ao buscar Atendimento de Saúde	104
3.6.9. Medidas, sugeridas pela População para melhorar o Acesso e a Qualidade dos Serviços de Saúde da População LGBTQI+	106
3.6.10. Cruzamento geral das Informações e das Discrepâncias de Percepções.....	107
3.7. Discriminação das Pessoas LGBTQI+	108
3.7.1. Conhecimento sobre Atos de Discriminação contra Pessoas LGBTQI+	110
3.7.2. Intensidade dos Atos Discriminatórios por Entidades Praticantes.....	113
3.7.3. Tipos de Discriminação mais frequente	114
3.7.4. Comparação entre a Percepção geral sobre a Discriminação contra a Comunidade LGBTQI+ e a Intensidade e Frequência desses Atos.....	116
3.8. Percepção sobre a Participação e a representatividade política das pessoas LGBTQI+	117
3.8.1. Participação Ativa de Pessoas LGBTQI+ na Política	118
3.8.2. Conhecimento em relação à existência de políticos ou figuras públicas LGBTQI+	120
3.8.3. A importância da Participação de Pessoas LGBTQI+ na Política e para o Reforço da Democracia e a Diversidade de Vozes no Governo.....	121
3.8.4. Barreiras enfrentadas pelas Pessoas LGBTQI+ no Ingresso à Política.	123
3.8.5. Adequação de Representação de Pessoas LGBTQI+ nos Governos (local ou nacional).....	125
3.8.6. Concordância que a Presença de Políticos que se identificam com LGBTQI+ pode ajudar a combater a Discriminação e promover a Igualdade	127
3.8.7. Possibilidade de Votar em um(a) Candidato(a) que se considera LGBTQI+	129
3.8.8. Abertura dos Partidos Políticos à Participação de Pessoas LGBTQI+	130
3.8.9. Principal Obstáculo à Participação Política das Pessoas LGBTQI+	132
3.8.10. Necessidade de Implementação de Políticas Específicas para Incentivar a Participação Política de Pessoas LGBTQI+	133
3.8.11. As disparidades entre os Aspectos mais abstratos e os Aspectos mais concretos sobre a Participação Política das Pessoas LGBTQI+	136
3.9. Influência cultural e religiosa.....	137
3.9.1. Influência no Relacionamento com as Pessoas LGBTQI+	137

3.9.2. Influência das Crenças Religiosas na Aceitação das Pessoas LGBTQI+	140
3.9.3. Apreciação moral quanto as Relações Homoafetivas entre Pessoas do mesmo Sexo	142
3.9.4. A igualdade de Direitos entre Pessoas LGBTQI+ e Heterossexuais.....	145
3.9.5. Posicionamento dos Céticos em relação aos Direitos que deviam ser vedados às Pessoas LGBTQI+	146
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	148
4.1. Ganhos.....	152
4.2. Áreas Críticas de discriminação e exclusão	152
4.2.1. Discriminação Institucional	152
4.2.2. Exclusão Familiar e Social	153
4.2.3. Participação	153
4.2.4. Influência Religiosa e Cultural.....	154
4.3. Propostas de Medidas de Intervenção Políticas e Sociais	154
BIBLIOGRAFIA.....	156
Anexo: Questionário aplicado a população geral.....	158

Índice de Tabelas

Tabela 1. Proporção dos inquiridos na população geral por sexo biológico, segundo concelho	38
Tabela 2. Relação entre o sexo biológico e a identidade de género dos inquiridos	39
Tabela 3. Proporção dos inquiridos na população geral por sexo, segundo faixa etária e nível de instrução	40
Tabela 4. Proporção dos inquiridos na população geral por sexo, segundo situação face ao emprego e rendimento	41
Tabela 5. Distribuição da população inquirida por sexo e religião	42
Tabela 6. Níveis de conhecimento da população cabo-verdiana a respeito das questões de identidade de género e orientação sexual.....	43
Tabela 7. Nível de conhecimento/compreensão sobre os termos LGBTQI+	46
Tabela 8. Níveis de aceitação da população geral em relação às pessoas LGBTQI+	49
Tabela 9. Heteropercepção sobre o nível de aceitação da comunidade/localidade em relação às pessoas LGBTQI+	52
Tabela 10. Tolerância em relação a vizinhança de pessoas LGBTQI+	53
Tabela 11. Autoavaliação relativa ao sentimento da população geral se soubesse que um membro da sua família ou um dos seus amigos se identificasse como LGBTQI+	56
Tabela 12. Proporção de população que declara conhecer pessoalmente alguém que se identifique como LGBTQI+, em função das variáveis sociodemográficas.	58
Tabela 13. Frequência com se que discute questões relacionadas com a temática LBGTQI+	60
Tabela 14. Descrição da interação com as pessoas LGBTQI+	62

Tabela 15. Nível de aceitação da população geral quanto à possibilidade das pessoas LGBTQI+ usufruírem dos mesmos direitos que as pessoas heterossexuais	65
Tabela 16. Nível de aceitação da população geral quanto à possibilidade das pessoas LGBTQI+ usufruírem dos mesmos direitos que as pessoas heterossexuais, por domínios	67
Tabela 17. Níveis de aceitação da população geral sobre o casamento civil ou reconhecimento de união facto entre as pessoas LGBTQI+	68
Tabela 18. Apreciação quanto à igualdade de direitos dos casais heterossexuais na adoção de crianças..	71
Tabela 19. Resumo das posições perante às questões formais e específicas sobre a igualdade de direitos	75
Tabela 20. Apreciação da população geral quanto a adequação do quadro legal existente na promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+ em matéria de combate a discriminação.....	76
Tabela 21. Adequação do quadro legal à promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+ em matéria de combate à discriminação.	78
Tabela 22. Perceção da população quanto ao respeito e à promoção da inclusão de pessoas LGBTQI+ por parte das instituições/organizações	80
Tabela 22. Apreciação da população geral quanto ao desempenho dos media na promoção dos direitos e igualdade das pessoas LGBTQI+	81
Tabela 24. Importância da inclusão nos programas educativos de temas que abordem a diversidade sexual e de género	83
Tabela 25.Níveis de concordância/discordância em relação às iniciativas que promovem a inclusão de pessoas LGBTQI+ em diferentes domínios	85
Tabela 26. Posicionamento da população geral relativo às medidas até agora implementadas no país que promovem a inclusão e qualidade de vida das pessoas LGBTQI+	87
Tabela 27. Apreciação de população geral relativo ao posicionamento do Governo em prol de garantir o bem-estar das pessoas LGBTQI+	89
Tabela 28. Apreciação da população quanto aos níveis de dificuldades que enfrentam as pessoas LGBTQI+ em termos de bem-estar, em comparação com a população em geral	94
Tabela 29. Posicionamento da população relativo à discriminação da população LGBTQI+ na afetação do seu bem-estar emocional e mental	96
Tabela 30. Apreciação de população geral relativa ao acesso adequado a serviços de saúde	98
Tabela 31.Posicionamento de população geral relativo à preparação dos profissionais de saúde para atender as pessoas LGBTQI+ com respeito e dignidade	100
Tabela 32. Posicionamento de população geral relativo à adequação de diferentes serviços de saúde prestados às pessoas LGBTQI+.....	102
Tabela 33. Posicionamento de população geral relativo ao conhecimento de casos de discriminação contra pessoas LGBTQI+ no atendimento por parte dos profissionais de saúde.....	102
Tabela 34. Conhecimento de população geral relativo à omissão da sua identidade de género e/ou orientação sexual, por parte das pessoas LGBTQI+ ao buscar atendimento de saúde para evitar discriminação	105
Tabela 35. Apreciação da população geral quanto à discriminação das pessoas LGBTQI+	108
Tabela 36. Apreciação da população geral quanto aos contextos específicos onde as pessoas LGBTQI enfrentam atos de discriminação	110
Tabela 37. Proporção de pessoas na população geral que declaram ter conhecimento sobre atos de discriminação contra pessoas LGBTQI+	111
Tabela 38. Proporção de pessoas na população geral que declaram ter conhecimento sobre atos de discriminação contra pessoas LGBTQI+ por entidades	112
Tabela 39.Níveis de intensidade percebida de atos discriminatórios contra pessoas LGBTQI+	113
Tabela 40. Apreciação de população geral relativo à participação ativa das pessoas LGBTQI+ na política em Cabo Verde	119

Tabela 41. Conhecimento de população geral de pessoas LGBTQI+ em representação política ou que seja uma figura pública	120
Tabela 42. Posicionamento de população geral relativo a importância da participação de pessoas LGBTQI+ na política e para o reforço da democracia e a diversidade de vozes no Governo.....	122
Tabela 43. Apreciação de população geral relativas às barreiras que enfrentam as pessoas LGBTQI+ em comparação com as pessoas heterossexuais	124
Tabela 44. Posicionamento de população geral relativo a adequação de representação de pessoas LGBTQI+ no Governo (local ou nacional).....	126
Tabela 45. Posicionamento de população geral quanto à concordância de que a presença de políticos que se identificam com LGBTQI+ pode ajudar a combater a discriminação e promover a igualdade.	128
Tabela 46. Posicionamento de População geral relativo à Possibilidade de votar em um(a) Candidato(a) que se considera LGBTQI+ se concordasse com suas Propostas Políticas	129
Tabela 47. Posicionamento de População geral relativo à Abertura dos Partidos Políticos à Participação de Pessoas LGBTQI+	131
Tabela 48. Apreciação da população geral referente aos principais obstáculos que afetam as Pessoas LGBTQI+	133
Tabela 49. Posicionamento de população geral relativo à necessidade de implementar políticas específicas para incentivar a participação política de pessoas LGBTQI+	134
Tabela 50. Diferenças entre as percepções da população sobre questões abstratas e específicas da participação política das pessoas LGBTQI+	137
Tabela 51. Apreciação de população geral quanto à influência das suas atitudes no relacionamento com as pessoas LGBTQI+	139
Tabela 52. Apreciação de população geral quanto à influência das suas crenças no relacionamento com as pessoas LGBTQI+	140
Tabela 53. Apreciação de população geral quanto à influência das suas crenças no relacionamento com as pessoas LGBTQI+	143

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Níveis de conhecimento avaliados em função das Identidades de gênero e orientação sexual	45
Gráfico 2. Fontes/Meios de acesso à informação sobre LGBTQI+	47
Gráfico 3. Proporção de população inquirida que declara conhecer pessoalmente alguém que se identifique como LGBTQI+, em função dos contextos	55
Gráfico 4. Tipos de discriminação mais frequentes percebidos	115

RESUMO EXECUTIVO

O presente documento, intitulado “A percepção social da população sobre as Pessoas LGBTIQ+ em Cabo Verde”, apresenta os resultados de um estudo promovido pelo ICIEG, no âmbito da implementação do PNIG 2021–2025, realizado com o apoio financeiro da Cooperação Espanhola através da Associação Triângulo e executado pela empresa ANALYSES, entre outubro e dezembro de 2024.

O movimento LGBTIQ+ em Cabo Verde insere-se numa luta global por reconhecimento e direitos iguais, tendo alcançado visibilidade crescente nas últimas décadas, mas ainda enfrenta desafios significativos. A compreensão das percepções sociais e das atitudes da população relativamente à comunidade LGBTIQ+ torna-se central para o desenho de políticas públicas inclusivas, que combatam a discriminação e promover a cidadania plena para todos os indivíduos, independentemente da sua identidade de género ou orientação sexual.

O objetivo geral deste estudo é compreender a percepção da população cabo-verdiana sobre as pessoas LGBTIQ+. De uma forma mais específica, o mesmo pretende: (i) examinar a atual percepção social da população sobre as pessoas LGBTIQ+ em Cabo Verde em termos de conhecimento, consciência, crenças e atitudes; (ii) identificar crenças, estereótipos e preconceitos que influenciem a convivência e a aceitação dessa comunidade; (iii) examinar a consciência e as atitudes das pessoas LGBTIQ+ na sua interação com a sociedade civil, assim como com as entidades públicas e privadas, para entender como essas relações afetam a sua inclusão social e profissional e (iv) contribuir para o desenho de estratégias e campanhas de comunicação eficazes, promovendo os direitos das pessoas LGBTIQ+ em vista a fortalecer a igualdade de oportunidades e o respeito pela diversidade no contexto cabo-verdiano.

A abordagem metodológica utilizada combina técnicas de natureza quantitativa e qualitativa. No que se refere abordagem quantitativa, recorreu-se, sobretudo, ao questionário estruturado que abrange múltiplas dimensões, a saber: (i) Conhecimento e Consciência; (ii) Atitudes e Crenças Gerais; (iii) Direitos e Igualdade; (v) Experiências Pessoais e Sociais; (vi) Apoio a Políticas Públicas; (vii) Influência Cultural e Religiosa; (viii) Saúde e Bem-Estar e (ix) Participação e Representação Política. Relativamente as ferramentas qualitativas, optou-se, por um lado, pela análise documental que possibilita uma ampla revisão da literatura nacional e internacional sobre pessoas LGBTIQ+ L. Por outro, utilizou-se entrevistas individuais e coletivas (grupos focais), com fito de apreender em profundidade as vivências e representações de pessoas e instituições que lidam com a questão LGBTIQ+ em Cabo Verde.

População e Amostra

O inquérito foi dirigido à população geral com idade igual ou superior a 18 anos no sentido de avaliar a percepção e experiências relacionadas com os direitos e discriminação da população LGBTIQ+. Foram inquiridos um total de 767 pessoas residentes em cinco ilhas

e seis concelhos, nomeadamente Santiago (Praia e Santa Catarina). Santo Antão (Ribeira Grande), São Vicente, Sal e Fogo (São Filipe). Na seleção dos inquiridos, utilizaram-se critérios de amostragem que permitissem alcançar uma representatividade consistente da sociedade cabo-verdiana, sendo o nível de confiança de 99% e a margem de erro de 5%.

Estrutura do documento

O presente estudo encerra três capítulos essenciais que, numa perspetiva integrada, procura compreender, analisar e propor medidas que visam o respeito dos direitos das pessoas LGBTIQ+ e a sua maior inclusão na sociedade cabo-verdiana.

No primeiro capítulo, Referencial Teórico Conceitual, exploram-se as principais teorias e conceitos a fundamentar a análise sobre género e diversidade sexual. Aborda, igualmente, questões como a distinção entre sexo biológico e género, a identidade de género e orientação sexual, e a heteronormatividade, além de discutir as implicações socioculturais das identidades não normativas em contextos conservadores. O referencial teórico inclui também uma análise sobre as dinâmicas de preconceito, tanto manifesto quanto subtil, que afetam a comunidade LGBTIQ+.

No segundo, contexto, quadro normativo e políticas públicas, discute-se o quadro legal, tanto no âmbito internacional quanto nacional, relativamente aos direitos LGBTIQ+. São analisadas o quadro normativo e políticas que afetam essa comunidade, identificando os avanços e as lacunas jurídicas. Examina também a atuação de instituições e organizações, como o ICIEG, e o papel do ativismo na promoção dos direitos e na conscientização sobre a diversidade de género e orientação sexual.

No terceiro, Perceção da População Face às Pessoas LGBTIQ+, são descritos e interpretados os dados coligidos no inquérito aplicado à população cabo-verdiana e entrevistas a pessoas e instituições, detalhando o conhecimento, as atitudes e as opiniões em relação à comunidade LGBTIQ+. Nesta secção foca-se nas perceções gerais, nas experiências de discriminação e nas opiniões sobre temas como casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção. A análise é segmentada por fatores sociodemográficos como idade, religião e nível de instrução, o que permite identificar variações nas perceções conforme diferentes grupos populacionais.

Além disso, nas considerações finais e recomendações sintetizam-se as principais conclusões do estudo, identificando as áreas positivas, como o aumento da visibilidade e do conhecimento sobre a temática LGBTIQ+, e os pontos críticos de discriminação e exclusão social. Com base nos resultados, são apresentadas propostas de intervenção política e social para promover a inclusão e os direitos da comunidade LGBTIQ+, com recomendações específicas para o fortalecimento do quadro jurídico, a promoção de campanhas de sensibilização e o desenvolvimento de programas de apoio psicológico e social.

Principais resultados do estudo

A pesquisa revelou que 67% da população cabo-verdiana possui um conhecimento básico sobre questões LGBTQ+, enquanto apenas 23% demonstram uma compreensão profunda dos conceitos relacionados a gênero e orientação sexual. Esses resultados evidenciam a lacuna de informação inclusiva, muitas vezes dificultada por normas heteronormativas prevalentes. A teoria queer e a ideia de gênero como construção social reforçam a necessidade de campanhas educativas para expandir o entendimento.

Concelhos urbanos como Praia e São Vicente apresentam maior conhecimento e aceitação, enquanto concelhos como São Filipe e Sal têm níveis inferiores. Isso reflete a influência do ambiente cultural e do acesso à informação. Ademais, o conhecimento está associado a uma maior aceitação da comunidade LGBTQ+, pois, os grupos com **maior nível de conhecimento** e compreensão sobre as questões LGBTQ+ (sexo feminino, pessoas mais jovens, residentes em áreas urbanas e com maior escolaridade) manifestam uma **maior aceitação das pessoas LGBTQI +**.

As diferenças entre a autoapreciação da população geral e a hétero apreciação percebida sobre aceitação, revelam discrepâncias importantes: 54% dos inquiridos avaliam que a sociedade cabo-verdiana é pouco ou nada tolerante com pessoas LGBTQ+, enquanto apenas 38% percebem que eles próprios têm atitudes de baixa aceitação. Essa dissonância sugere que os indivíduos tendem a considerar as suas próprias atitudes mais positivas do que as da comunidade em geral, possivelmente para evitar a associação com preconceitos.

A relação entre **conhecimento e aceitação** indica que a **educação e a informação** são ferramentas cruciais para reduzir preconceitos, aumentar a aceitação da diversidade e as diferenças por fatores como idade, instrução e local de residência apontam para a necessidade de estratégias específicas. Importa realçar que as principais fontes de informação são as redes sociais, a comunidade e o círculo de amigos/família, enquanto as instituições de ensino desempenham um papel menor. Isto aponta para a necessidade de um **esforço institucional** mais estruturado para incluir a temática LGBTQ+ na educação formal e em campanhas públicas.

A maioria dos respondentes discute raramente a temática LGBTQ+ (42,3%) ou nunca discute (28,4%), enquanto uma menor proporção a discute “frequentemente” (8,1%) ou “alguma vez” (20,6%). Por faixa etária, denota-se que os jovens de 18 a 24 anos são os mais envolvidos, com 81,4% discutindo o tema em algum grau, seguidos pelas faixas de 25 a 29 anos (76,3%) e 30 a 34 anos (78,1%). Relativamente à religião, os crentes nazarenos (81,5%) declaram que fazem discussão sobre essa temática, seguido dos católicos (73,6%). Já a comunidade islâmica apresenta menor interação, com apenas 16,7%. Por seu turno, as pessoas que não têm religião (69,7%) afirmam que abordam essa questão.

As atitudes relativamente à comunidade LGBTQ+ variam significativamente: 45% dos inquiridos apresentaram atitudes de aceitação moderada, enquanto 34% demonstraram preconceito subtil. Este último é frequentemente expresso em microagressões e discursos justificados por valores culturais. A teoria de Pettigrew e Meertens identifica o preconceito

subtil como uma barreira invisível que perpetua a exclusão, mesmo em sociedades que rejeitam abertamente o preconceito explícito.

A grande maioria (87,6%) afirma conhecer pessoalmente alguém LGBTQI+, sendo mais comum nos contextos de vizinhança (67,5%) e amigos (32,3%). No entanto, apenas 14,5% indicaram relações familiares próximas, sugerindo que o reconhecimento na família ainda é um desafio.

De igual modo, a maioria descreve a suas interações como naturais e abertas, com 72,3% dispostos a aceitar convites de pessoas LGBTQI+ e 61,8% relatando que se sentem confortáveis em conversar abertamente. No entanto, o sexo masculino apresenta maior proporção de respostas neutras (indiferença), indicando um distanciamento emocional em relação à questão.

A leitura cruzada revela que embora muitos afirmem aceitação em termos abstratos, essa atitude é menos evidente em contextos concretos, como o acolhimento familiar ou o relacionamento diário. A indiferença e o desconforto relatados por pessoas do sexo masculino, com idade mais avançada e menos escolarizadas revelam barreiras subtis à inclusão plena. O ambiente familiar permanece como um espaço de tensão, com barreiras evidentes entre gerações e níveis educacionais e a prevalência de atitudes neutras ou indiferentes reflete um distanciamento emocional que pode perpetuar a exclusão social. Aliás, 27% dos inquiridos afirmaram evitar discutir o tema em ambientes familiares ou sociais. A interseccionalidade destacada por Crenshaw explica como a combinação de gênero, sexualidade e classe amplifica as experiências de exclusão vivenciadas por essas pessoas, especialmente em contextos conservadores.

O estudo demonstrou haver uma correlação positiva entre o nível de relacionamento direto com pessoas LGBTQI+ e o grau de aceitação, pois, 63% daqueles que afirmaram ter amigos ou familiares LGBTQI+ relataram maior aceitação, enquanto essa taxa cai para 41% entre os que não possuem contato próximo. Isso indica que o relacionamento próximo desempenha um papel significativo na desconstrução de preconceitos e na promoção de atitudes mais inclusivas.

Apesar do apoio significativo à igualdade de direitos (73,9%), as percepções específicas sobre casamento (51,2%) e adoção (51,9%) mostram que existe alguma dissonância entre a aceitação geral e a aceitação de direitos concretos. As principais justificativas de resistência são variadas, vão desde razões religiosas até questões sobre impacto social e psicológico para crianças adotadas. Há uma clara preferência por modelos tradicionais de família e uma percepção de que a presença de um “pai e mãe” é essencial para o desenvolvimento saudável de uma criança. Essa resistência reflete a hierarquização social baseada em padrões heteronormativos descritos por Warner, que marginaliza identidades e práticas divergentes das normas tradicionais.

Uma parte da população reconhece a existência de leis de combate à discriminação, mas apenas 8% considera essas leis totalmente adequadas para promover a inclusão. A maioria acredita que as leis precisam de reforço (25,6%) ou mesmo de expansão, dado que alguns

entrevistados (15,8%) consideram que essas leis são insuficientes ou inexistentes. Consequentemente, a maioria dos respondentes expressou a necessidade de reforço das leis ou então há uma ausência de opinião consolidada sobre o tema. Fatores como idade, escolaridade e afiliação religiosa influenciam significativamente essas percepções. O posicionamento parece mais dividida e menos informada nos segmentos de menor escolaridade e rendimento, além dos mais velhos.

Há um apoio substancial (76,2%) à importância das políticas públicas para promover a igualdade de direitos LGBTQ+ e apenas 31% acreditam que as medidas implementadas até agora foram eficazes, o que reflete a insuficiência das ações governamentais para abordar de forma abrangente os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQ+. Este cenário valida as críticas teóricas sobre a desconexão entre legislações progressivas e a sua aplicação prática. As variações demográficas evidenciam preconceitos, sobretudo no seio do sexo masculino, pessoas mais velhas e grupos com menor escolaridade que tendem a atribuir menor importância ao tema. A inclusão de temas de diversidade sexual e de gênero nos programas educativos foi bem-recebida, com 62,7% dos inquiridos a favor. Pessoas do sexo feminino, jovens e pessoas com maior escolaridade mostraram maior aceitação, enquanto grupos religiosos específicos e indivíduos mais velhos apresentaram resistência.

Cerca de 60,1% dos entrevistados acreditam que essa discriminação ocorre “algumas vezes”, enquanto percentuais menores apontam que ela ocorre “raramente” (12,7%) ou “nunca” (9,8%). Já 17,5% dos respondentes preferiram não opinar ou não souberam responder. A análise por concelho revela variações regionais nas percepções sobre a discriminação. Na Praia, por exemplo, 67,2% acredita que as pessoas LGBTQ+ enfrentam discriminação “algumas vezes”, seguido por Ribeira Grande, onde esse percentual é ainda mais alto (75,4%). Já em São Vicente, uma proporção considerável da população (28,7%) acredita que pessoas LGBTQ+ “não enfrentam discriminação”, o que se destaca como uma das maiores proporções nesse tipo de resposta, talvez refletindo uma visão menos sensível à questão ou um contexto sociocultural particular.

A discriminação em ambientes institucionais foi relatada por 31% dos participantes, especialmente em escolas e locais de trabalho. O estudo identificou que práticas discriminatórias muitas vezes são normalizadas, dificultando a sua identificação e combate. A teoria da discriminação institucional explica como essas barreiras sistêmicas perpetuam desigualdades e reforçam a exclusão. As áreas críticas de discriminação incluem escolas, locais de trabalho e serviços de saúde, apontadas por 31% dos participantes como espaços onde a discriminação é mais frequente. Por exemplo, 27% dos inquiridos relataram discriminação em contexto escolar, refletida em *bullying* e falta de proteção por parte de educadores. Nos serviços de saúde, 19% mencionaram episódios de discriminação direta, como a recusa de atendimento ou comentários preconceituosos.

Em termos global, cerca de 5 em cada 10 indivíduos na população indicaram que já presenciaram atos discriminatórios devido à orientação sexual ou identidade de gênero, enquanto 37% ouviram falar sobre tais atos por meio de relatos de terceiros. Na análise dos tipos de discriminação enfrentados por pessoas LGBTQ+, observa-se uma clara

predominância de formas de violência verbal, com 85% dos inquiridos indicando essa experiência. Este dado sugere um padrão de agressão e exclusão verbalizado contra essa comunidade. A discriminação nas instituições de ensino, como *bullying* ou assédio (65%), também se destaca como uma preocupação significativa, refletindo um ambiente muitas vezes hostil para essas pessoas em contextos educacionais. Outros tipos de discriminação, embora com prevalência menor, como violência física (41%) e dificuldades em formar relacionamentos ou a perda de apoio familiar (40%), revelam o impacto emocional e social da marginalização. A busca por inclusão no mercado de trabalho também é desafiadora, com 32,3% dos inquiridos enfrentando dificuldades de obtenção de emprego devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A maioria dos inquiridos (75,6%) reconhece que pessoas LGBTIQ+ enfrentam dificuldades adicionais no acesso à saúde e bem-estar. Esse dado reflete uma sensibilização geral sobre a discriminação enfrentada por esta população, mas o fato de 12,6% acreditarem que as dificuldades são iguais às da população geral demonstra uma parcela que minimiza ou desconhece essas barreiras. As lacunas ou áreas críticas nos serviços de saúde para a população LGBTIQ+ indicados são a terapia hormonal, destacada como o serviço menos acessível, com 61,4% dos respondentes desconhecendo sua existência ou adequação. Essa incerteza reflete ausência de informação ou de oferta de serviços especializados. Também a saúde mental aparece como insuficiente, sendo avaliada como adequada por apenas 32,7%, enquanto 18,9% consideram os serviços inadequados. O dado mais relevante é que 39,2% não responderam ou desconhecem esses serviços, evidenciando a necessidade de maior divulgação e acessibilidade.

As crenças religiosas foram identificadas como um fator de influência significativa, com 58% dos participantes reconhecendo que essas crenças moldam suas percepções sobre a comunidade LGBTIQ+. Aliás apesar de que uma grande proporção da população inquirida afirmar que possui conhecimento básico sobre questões LGBTIQ+, 45% apresentam atitudes de aceitação moderada e 34% demonstram preconceito sutil. Isso evidencia que o conhecimento sobre a temática não está diretamente correlacionado com a aceitação, refletindo a influência de crenças culturais e religiosas. A análise de dissonâncias como essa pode iluminar áreas críticas para intervenção, sugerindo que a disseminação de informação precisa ser acompanhada de esforços para desconstruir preconceitos e promover empatia. Essa influência é abordada pelas teorias de Butler e Giddens, que destacam como normas culturais estruturam a moralidade e perpetuam a marginalização de identidades não-normativas.

Apenas 24% dos inquiridos acreditam que há uma representatividade adequada da comunidade LGBTIQ+ na política. Além disso, 46% afirmaram que não votariam em um(a) candidato(a) abertamente LGBTIQ+, mesmo concordando com suas propostas políticas. Esses resultados refletem barreiras sistêmicas que limitam a inclusão e desafiam as estruturas de poder existentes.

A discriminação, especialmente em ambientes institucionais, familiares e religiosos, continua a ser uma barreira para a plena inclusão e igualdade de direitos. Aliás a aceitação é mais alta

em tópicos gerais, como apoio a direitos básicos e respeito à diversidade, mas a resistência aumenta quando as mudanças impactam normas sociais tradicionais, como no caso do casamento, a adoção ou a participação política. Diante desse cenário, surgem recomendações voltadas ao fortalecimento do quadro jurídico, à promoção de campanhas educacionais, à capacitação de profissionais e à criação de programas de apoio psicológico e social para a comunidade LGBTIQ+. Estas propostas de intervenção visam criar uma base sólida para desenvolver uma sociedade cabo-verdiana mais inclusiva e comprometida com o respeito pelos direitos humanos e com a promoção de uma convivência social mais justa e igualitária.

Ganhos

A sociedade cabo-verdiana demonstra um aumento no conhecimento e conscientização sobre a comunidade LGBTIQ+. Aproximadamente 73% da população inquirida indicou não ter problemas em conviver com vizinhos LGBTIQ+, dado estável desde 2016. Jovens e moradores de áreas urbanas apresentam maior aceitação, sendo mais notória na Praia e São Vicente. Esta situação aponta para uma visibilidade crescente, possibilitando que a temática LGBTIQ+ possa ser cada vez mais discutida publicamente e abre espaço para a inclusão e a normalização dessas identidades. Isto porque o reconhecimento da diversidade e a sensibilização coletiva são passos fundamentais para uma sociedade mais inclusiva.

A realização de eventos como as “Paradas do Orgulho Gay” e as campanhas promovidas por organizações como o ICIEG, além do apoio de ONGs nacionais e internacionais, tem criado oportunidades de conscientização pública e fortalecido o ativismo LGBTIQ+ em Cabo Verde. Podem ter contribuído para a redução de atos discriminatórios e o favorecido o reconhecimento gradual da importância da igualdade de direitos. Uma proporção considerável, mais de 51% população, apoia o casamento civil e a união de facto entre pessoas do mesmo sexo. Esses resultados indicam que campanhas ajudam a quebrar estigmas e a promover uma cultura de respeito e aceitação e que o ativismo é fundamental para fomentar uma maior aceitação e compreensão das diferentes orientações e identidades sexuais.

Cabo Verde possui um quadro legislativo que, embora não contemple todas as áreas de intervenção dos direitos da comunidade LGBTIQ+, já prevê algumas proteções importantes. A Lei da Comunicação Social, as leis de base do Emprego Público e da Saúde, por exemplo, proíbem a discriminação com base na orientação sexual ou a identidade de género e algumas políticas públicas são, implicitamente, inclusivas. No entanto, há lacunas importantes, como na educação, que precisam ser abordadas para garantir uma proteção mais completa e explícita dos direitos dessa população.

Áreas Críticas de discriminação e exclusão

Discriminação Institucional

A maioria dos inquiridos (cerca de 60%) reconhece que a discriminação contra pessoas LGBTQI+ é um problema importante, mas em cenários específicos, como ambiente de trabalho ou escolas, apenas 30% reportaram testemunhar esforços ativos para a combater, revelando fragilidades na aplicação prática de princípios de igualdade.

Os setores apontados como de maior incidência discriminatória foram: 1) a educação, com 40% dos inquiridos que acreditam que as escolas não estão preparadas para lidar com questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual; 2) a saúde, em que cerca de 30% reportaram presenciar ou ouvir relatos de discriminação em serviços de saúde, incluindo tratamentos inadequados e omissões por medo de preconceito; 3) o emprego, com 5% dos inquiridos a reconhecerem atos de discriminação no ambiente de trabalho, sendo mais comuns em empresas privadas do que no setor público.

No ambiente educacional, a ausência de currículos que contemplem temas de diversidade e inclusão reflete a invisibilidade da comunidade LGBTQI+. Além disso, 55,3% dos jovens entrevistados relataram ter presenciado ou sofrido algum tipo de preconceito no ambiente escolar, especialmente na forma de *bullying* homofóbico ou transfóbico.

No atendimento de saúde, foi assinalado que profissionais demonstram preconceitos explícitos e sutis contra pessoas LGBTQI+. Somente 40% dos inquiridos acreditam que os serviços de saúde atualmente atendem adequadamente as necessidades da comunidade LGBTQI+ e 75% consideraram importante a capacitação em matéria de inclusão para profissionais de saúde.

A discriminação também ocorre em ambientes de trabalho onde as pessoas LGBTQI+ têm dificuldades de acesso a empregos de qualidade e de promoção em razão do preconceito. A falta de políticas explícitas de não discriminação limita o progresso profissional dessas pessoas, senão que 34,2% dos entrevistados mencionaram barreiras claras para conseguir ou manter um emprego devido à sua orientação sexual, ou identidade de gênero.

Exclusão Familiar e Social

Muitos indivíduos da comunidade LGBTQI+ enfrentam rejeição por parte dos seus familiares, especialmente dos pais e irmãos, sendo que a aceitação é ligeiramente maior entre mães e irmãs. Em questões mais práticas, como aceitar um familiar próximo LGBTQI+, 45% dos inquiridos se mostraram confortáveis, indicando maior resistência quando o tema atinge esferas pessoais. Além disso, 60% dos participantes têm percepção de que as pessoas LGBTQI+ não se sentem confortáveis em revelar a sua orientação ou identidade de gênero para suas famílias, alegando um ambiente familiar hostil.

Em comunidades menores e mais conservadoras, a exclusão social é ainda mais evidente, porque as normas locais desestimulam qualquer forma de diversidade de gênero e orientação sexual.

Participação

Os resultados sobre a participação política da população LGBTQI+ em Cabo Verde revelam desafios significativos que limitam a sua representatividade nos espaços de decisão. Apesar do reconhecimento gradual da diversidade de género e orientação sexual, persistem barreiras estruturais e sociais que dificultam o pleno exercício da cidadania política. Apenas 51,5% considerariam votar num político assumidamente LGBTQI+, evidenciando-se aqui uma barreira significativa à representatividade.

A presença de preconceitos manifesta-se, tanto no âmbito dos partidos políticos quanto na sociedade, em geral, restringe a abertura para a inclusão de pessoas LGBTQI+ em cargos públicos e espaços de liderança. Por sua vez, a inexistência de espaços de discussão no seio dos principais partidos políticos e de medidas específicas que promovam a inclusão política contribuem para a sub-representação da comunidade LGBTQI+ nos processos eleitorais e em funções governamentais. As normas sociais conservadoras desencorajam pessoas LGBTQI+ de se candidatarem ou de se identificarem publicamente no cenário político, por receio de retaliações ou discriminação.

Influência Religiosa e Cultural

A presença de normas heteronormativas e de valores culturais conservadores alimentam o preconceito subtil, que se manifesta frequentemente como micro agressões e atitudes de rejeição indireta. Entre os entrevistados, 64,1% identificam-se como católicos e no seio desse grupo, um terço relatou que suas comunidades religiosas mantêm uma postura conservadora que reprime a expressão de identidade LGBTQI+. Nalguns contextos, a discriminação é menos explícita, mas o estigma cultural reforça o isolamento e a inviabilização de pessoas LGBTQI+.

A heteronormatividade não apenas impõe um padrão de comportamento sexual, mas também exclui as identidades LGBTQI+ dos espaços públicos e culturais. Esse aspeto reflete-se na falta de representação nos media locais e eventos culturais. O estudo indica que 19,9% dos inquiridos não têm religião, mas que, mesmo eles, se encontram num ambiente cultural que pressiona a conformidade a normas rígidas, reforçando a marginalização de pessoas que se afastam das expectativas heteronormativas

Propostas de Medidas de Intervenção Políticas e Sociais

Os dados resultantes do Estudo revelam a necessidade de intervenções que promovam uma transformação legal e social para enfrentar a discriminação contra a comunidade LGBTQI+. Outrossim, demonstram a necessidade de reforçar as políticas públicas inclusivas, que considerem as carências específicas dessa população e promovam uma convivência social pautada pelo respeito e pela igualdade de direitos. Neste sentido, recomenda-se a adoção de medidas, a saber:

1. Revisão e atualização do Código Penal para incluir explicitamente a criminalização de atos de homofobia e transfobia, além de definir penalidades para crimes de ódio motivados por discriminação de género e orientação sexual;

2. Promoção de uma reforma no Código Civil/da Família para reconhecer legalmente a união entre pessoas do mesmo sexo e assegurar os direitos de adoção para esses casais. Este passo será fundamental para garantir igualdade legal e combater a discriminação no âmbito familiar e de direitos civis;
3. Introdução de protocolos de atuação institucional e normas éticas que proíbam explicitamente a discriminação em contextos de saúde, educação e emprego e reforcem a necessidade de inclusão e respeito aos direitos humanos nesses espaços;
4. Lançamento de campanhas educacionais de larga escala, em parceria com o ICIEG e ONGs, para abordar temas sobre gênero e diversidade sexual nas escolas, universidades e espaços públicos. Essas campanhas devem focar na desmistificação de preconceitos e estereótipos, promovendo o respeito pela diversidade e incentivando a empatia entre os cidadãos.
5. Inserção de conteúdos sobre diversidade e direitos LGBTQI+ nos currículos escolares e promoção de discussões inclusivas nas instituições de ensino. Este é um passo importante para as próximas gerações crescerem num ambiente educacional que valorize a diversidade e combata o preconceito.
6. Promoção da formação contínua de profissionais de saúde, educadores e agentes de segurança pública para compreenderem as necessidades da comunidade LGBTQI+ e estejam preparados para oferecer um atendimento respeitoso e inclusivo. Essas capacitações devem incluir discussões sobre direitos humanos, preconceito sutil e explícito, e estratégias de combate à discriminação.
7. Implementação de protocolos de atendimento específico para a população LGBTQI+ em hospitais e centros de saúde, assegurando que o atendimento médico seja oferecido com respeito e sensibilidade às necessidades dessa população.
8. Criação de centros de apoio psicológico e social específicos para jovens e adultos LGBTQI+ que enfrentam discriminação familiar e social. Esses centros devem oferecer apoio emocional e psicológico e fomentar o desenvolvimento de redes de apoio entre os indivíduos, favorecendo um espaço seguro onde possam compartilhar experiências e buscar ajuda.
9. Promoção de programas de integração social para aqueles que enfrentam rejeição familiar, facilitando o acesso à moradia alternativa segura, oportunidades de emprego e suporte psicológico, minimizando o impacto da exclusão social e fortalecendo o bem-estar mental e emocional.
10. Incentivo e apoio à criação de associações locais da comunidade LGBTQI+ que possam atuar como plataformas de defesa dos direitos e representatividade. Essas associações desempenham um papel importante ao oferecer apoio psicológico, orientação jurídica e um espaço de acolhimento para as pessoas LGBTQI+.
11. Fortalecimento de parcerias com ONGs internacionais e locais para apoio financeiro e logístico às iniciativas da comunidade LGBTQI+. Tais parcerias podem ajudar na organização de eventos, campanhas de sensibilização e no desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades da comunidade LGBTQI+.
12. A promoção da participação política da comunidade LGBTQI+ é essencial para fortalecer a democracia cabo-verdiana, assegurando que políticas públicas representem

as diversas realidades da população. Para isso é necessário implementar programas de tutoria e apoio direcionados a líderes políticos da comunidade LGBTQI+ e formação sobre igualdade de género e direitos humanos para líderes e membros de partidos políticos.

13. Criação de sistemas de denúncia confidenciais para registar e investigar casos de discriminação institucional.

INTRODUÇÃO

As tradicionais normas sociais e as percepções da sociedade cabo-verdiana sobre sexo, género e sexualidade têm vindo a ser confrontadas e alteradas em razão da influência dos movimentos globais pelos direitos LGBTQI+, inspirando assim novas abordagens locais. Não obstante o país ter dado passos importantes em termos de reconhecimento formal dos direitos humanos, as pessoas LGBTQI+ enfrentam ainda desafios relacionados com a sua aceitação social e com a discriminação.

Em Cabo Verde, o movimento LGBTQI+ é relativamente recente, mas tem vindo a ganhar visibilidade, especialmente com eventos como as “Paradas do Orgulho Gay”, que se vêm desenvolvendo desde 2013. Essas manifestações públicas são passos importantes na luta por direitos e pela aceitação das pessoas LGBTQI+, pese embora ser ainda necessário aprofundar a ação e desenvolver quadros de intervenção amplos e inclusivos.

Nesse contexto, a necessidade de compreender as percepções sociais e as atitudes relativamente à comunidade LGBTQI+, em Cabo Verde tornou-se essencial para a formulação de políticas públicas que assegurem a igualdade e a inclusão. Com efeito, o presente estudo é importante para se compreender as atitudes prevalecentes na sociedade cabo-verdiana, bem como as lacunas nas políticas públicas voltadas para a inclusão dessa comunidade.

Importa destacar que alguns estudos académicos, mas também um estudo institucional e os inquéritos do Afrobarometer, fornecem bases para o entendimento dessas questões. Todavia, não existem estudos que analisam de forma abrangente as percepções e atitudes da sociedade cabo-verdiana em relação à comunidade LGBTQI+.

A relevância do presente estudo reside, igualmente, no fato de as percepções sociais sobre questões de género e orientação sexual influenciarem diretamente a implementação de políticas públicas inclusivas. Em Cabo Verde, onde as estruturas familiares e religiosas têm um peso considerável na formação das normas sociais, o entendimento dessas percepções é crucial para a promoção de mudanças significativas em termos de igualdade e respeito pelos direitos humanos.

Com o apoio de organizações locais e internacionais, o país regista um aumento da visibilidade e do conhecimento sobre as questões de género e diversidade sexual, refletindo uma gradual mudança de percepção pública. No entanto, a discriminação, especialmente em ambientes institucionais, familiares e religiosos, continua a ser uma barreira para a plena inclusão e igualdade de direitos.

Objetivos do Estudo

O movimento LGBTQI+ em Cabo Verde insere-se numa luta global por reconhecimento e direitos iguais, sendo que tem alcançado visibilidade crescente nas últimas décadas, embora ainda enfrente desafios significativos. A compreensão das percepções sociais e das atitudes da população em relação à comunidade LGBTQI+ torna-se central para o desenho de políticas públicas inclusivas, que combatam a discriminação e promovam a cidadania plena para todos os indivíduos, independentemente da sua identidade de género ou orientação sexual.

O presente estudo visa compreender a percepção da população cabo-verdiana sobre as pessoas LGBTQI+. De uma forma mais específica, pretende:

- Examinar a atual percepção social da população sobre as pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde em termos de conhecimento, consciência, crenças e atitudes;
- Identificar crenças, estereótipos e preconceitos que influenciem a convivência e a aceitação dessa comunidade;
- Examinar a consciência e as atitudes das pessoas LGBTQI+ na sua interação com a sociedade civil, assim como com as entidades públicas e privadas, para entender de que forma essas relações afetam a sua inclusão social e profissional.
- Contribuir para o desenho de estratégias e campanhas de comunicação eficazes, promovendo os direitos das pessoas LGBTQI+ em vista a fortalecer a igualdade de oportunidades e o respeito pela diversidade no contexto cabo-verdiano.

A promoção de uma maior aceitação social das identidades LGBTQI+ é crucial para o avanço dos direitos humanos no país. Para alcançar esse objetivo, será necessário um esforço coordenado entre o Governo, a sociedade civil e as instituições internacionais para garantir que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas e que os direitos de todos os cidadãos, independentemente da sua identidade de género ou orientação sexual, sejam plenamente respeitados. Os dados coligidos oferecem uma oportunidade para estudar as atitudes sociais em relação às identidades de género e orientar políticas públicas inclusivas, que promovam o respeito e a igualdade de todos os cidadãos, independentemente da sua identidade de género.

Metodologia

Por se tratar de um estudo sobre uma temática sensível e de alguma complexidade, especialmente numa sociedade onde vigora ainda preconceitos e discriminação em relação às pessoas LGBTQI+, a abordagem metodológica utilizada combina técnicas de natureza quantitativa e qualitativa. Essa opção permite a triangulação de diferentes fontes de informações através de cruzamento de informações primárias e secundárias.

No que se refere à abordagem quantitativa, recorreu-se, sobretudo, ao questionário estruturado que possibilita a quantificação das respostas dos entrevistados de forma mais alargada e detalhada. O questionário examina, tanto os preconceitos manifestos, quanto sutis, buscando captar a complexidade das atitudes sociais e o peso da heteronormatividade nas atitudes pessoais e institucionais, e no relacionamento com as pessoas LGBTQI+. Comporta, igualmente, questões sobre discriminação institucional em escolas e ambientes de trabalho e espaços de saúde, incluindo práticas e lacunas legais e sociais apontadas em estudos recentes sobre a população LGBTQI+ em Cabo Verde. Com este instrumento pretendeu-se mapear a relação entre políticas públicas, percepções sociais e as experiências quotidianas de discriminação e inclusão em vista a promoção da igualdade e direitos da cidadania plena das pessoas LGBTQI+. Em suma, o referido questionário abrange múltiplas dimensões, a saber: (i) Conhecimento e Consciência; (ii) Atitudes e Crenças Gerais; (iii) Direitos e Igualdade; (v) Experiências Pessoais e Sociais; (vi) Apoio a Políticas Públicas; (vii) Influência Cultural e Religiosa; (viii) Saúde e Bem-Estar e (ix) Participação e Representação Política.

Relativamente às ferramentas qualitativas, optou-se, por um lado, pela análise documental que possibilita uma ampla revisão da literatura nacional e internacional sobre pessoas LGBTQI+. Por outro, utilizou-se entrevistas individuais e coletivas (grupos focais), com fito de apreender em profundidade as vivências e representações de pessoas e instituições que lidam com a questão LGBTQI+ em Cabo Verde.

População e Amostra

O inquérito foi dirigido à população em geral com idade igual ou superior a 18 anos no sentido de avaliar a perceção e experiências relacionadas com os direitos e discriminação da população LGBTQI+. Foi inquirido um total de 767 pessoas.

Na seleção dos inquiridos, utilizaram-se critérios de amostragem que permitissem alcançar uma representatividade consistente da sociedade cabo-verdiana, sendo o nível de confiança de 99% e a margem de erro de 5%.

As pessoas inquiridas são residentes em cinco ilhas e seis concelhos, nomeadamente Santiago (Praia e Santa Catarina), Santo Antão (Ribeira Grande), São Vicente, Sal e Fogo (São Filipe).

O presente estudo encerra três capítulos essenciais que, numa perspetiva integrada, procuram compreender, analisar e propor medidas que visam o respeito dos direitos das pessoas LGBTQI+ e a sua maior inclusão na sociedade cabo-verdiana.

No primeiro capítulo – Referencial Teórico Conceitual – explora-se as principais teorias e conceitos a fundamentar a análise sobre género e diversidade sexual. Aborda-se, igualmente, questões como a distinção entre sexo biológico e género, a identidade de género e orientação sexual e a heteronormatividade, além de se discutir as implicações socioculturais das identidades não normativas em contextos conservadores. O referencial teórico inclui também uma análise sobre as dinâmicas de preconceito, tanto manifesto quanto subtil, que afetam a comunidade LGBTQI+.

No segundo – Contexto, quadro normativo e políticas públicas – discute-se o quadro legal, tanto no âmbito internacional quanto nacional em relação aos direitos LGBTQI+. São analisados o quadro normativo e as políticas que afetam essa comunidade, identificando os avanços e as lacunas jurídicas. Examina-se também a atuação de instituições e organizações, como o ICIEG, e o papel do ativismo na promoção dos direitos e na conscientização sobre a diversidade de género e orientação sexual.

No terceiro – Perceção da População Face às Pessoas LGBTQI+ – são descritos e interpretados os dados coligidos no inquérito aplicado à população cabo-verdiana, bem como entrevistas a pessoas e instituições, detalhando o conhecimento, as atitudes e as opiniões em relação à comunidade LGBTQI+. Nesta secção foca-se nas perceções gerais, nas experiências de discriminação e nas opiniões sobre temas como casamento entre pessoas do mesmo sexo e adoção. A análise é segmentada por fatores sociodemográficos como idade, religião e nível de instrução, o que permite identificar variações nas perceções conforme diferentes grupos populacionais.

Além disso, nas considerações finais e recomendações sintetizam-se as principais conclusões do estudo, identificando as áreas positivas, como o aumento da visibilidade e do conhecimento sobre a temática LGBTQI+, e os pontos críticos de discriminação e exclusão social. Com base nos resultados, são apresentadas propostas de intervenção política e social para promover a inclusão e os direitos da comunidade LGBTQI+, com recomendações específicas para o fortalecimento do quadro jurídico, a promoção de campanhas de sensibilização e o desenvolvimento de programas de apoio psicológico e social.

1. REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL

1.1. Questões Teórico-Conceituais sobre identidade de gênero, sexualidade e heteronormatividade

1.1.1. Sexo Biológico & Construções Sociais de Gênero

A distinção entre sexo e gênero é fundamental para compreender as discussões contemporâneas sobre identidade e diversidade sexual. O sexo biológico refere-se às características fisiológicas e anatômicas que diferenciam corpos masculinos e femininos, incluindo cromossomos, hormônios e genitais. Este conceito é binário e centra-se na dicotomia macho-fêmea, ainda que, na prática, variações intersexuais desafiem essa simplificação conceptual.

O conceito de gênero, conforme teorizado por autores como Judith Butler, transcende o binarismo tradicional (masculino e feminino) e envolve performances sociais que desafiam a visão essencialista do gênero como algo imutável. Butler argumenta que “o gênero é performativo; ninguém é um gênero desde o início. Tornamo-nos nosso gênero por meio de ações repetidas, gestos e comportamentos que são interpretados como masculinos ou femininos” (Butler, 1990¹, p. 33). Isto quer dizer que o gênero é uma construção social fluída, “feita” e reproduzida através de práticas quotidianas e interações.

Nesta perspetiva, o gênero é uma construção social e cultural que diz respeito às normas, comportamentos e papéis atribuídos a indivíduos com base no sexo. Segundo Giddens, a construção social dos papéis de gênero “muda de sociedade para sociedade”, sendo um “produto das culturas dos povos, socialmente definido que varia ao longo do tempo” (Giddens, apud, Rodrigues 2009 p. 19). Este argumento reafirma a consideração de que o gênero é performativo, ou seja, não é uma essência imutável. Essa perspetiva destaca a fluidez do gênero e a sua permeabilidade às mudanças sociais e culturais, o que possibilita desnaturalizar normas heteronormativas e promover uma visão de gênero multifacetada e permeada pelas mudanças culturais.

1.1.2. Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Fluidez Identitária

Nessa perspetiva, a identidade de gênero refere-se à experiência individual e interna de ser homem, mulher, ambos, nenhum dos dois ou algo fora desse espectro. Essa identidade pode ou não coincidir com o sexo biológico à nascença. Indivíduos que experimentam uma desconexão entre seu sexo biológico e a identidade de gênero são denominados transgéneros, enquanto aquele cujo sexo biológico se alinha com a sua identidade de gênero são chamados cisgéneros.

A orientação sexual, por sua vez, diz respeito à atração emocional, romântica ou sexual de uma pessoa por outra, podendo ser heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, entre outras variantes. Enquanto a identidade de gênero lida com o sentido interno de si como masculino, feminino ou fora desse binário, a orientação sexual se refere ao desejo ou atração pelo outro.

Teóricos como Butler contribuem para o entendimento da fluidez identitária ao sugerir que tanto o gênero como a sexualidade podem mudar ao longo do tempo e não estão

¹ Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity

necessariamente fixos em categorias estritas. Esse pensamento é incorporado às perspectivas queer, que questionam a existência de fronteiras rígidas entre as identidades e sexualidades normativas, promovendo uma visão de multiplicidade e variabilidade nas experiências humanas.

A teoria queer propõe uma desconstrução das normas heteronormativas e cisnormativas que estruturam essas sociedades. Essa visão desafia a normatividade dominante e abre espaço para políticas que promovam a inclusão e a aceitação da diversidade. Butler afirma que "as identidades de gênero não são dadas pela natureza, mas produzidas e mantidas por práticas sociais repetitivas, pelo que o gênero é, portanto, uma performance, um conjunto de atos que se repetem até se tornarem naturalizados." (Butler, 1990, p. 33). Esse pressuposto é central para a teoria queer, que busca desestabilizar as normas de gênero e de sexualidade estabelecidas.

1.1.3. A heteronormatividade

A teoria da heteronormatividade de Michael Warner permite compreender de como as normas sociais reforçam a marginalização de indivíduos LGBTQI+. Warner argumenta que "a heteronormatividade não apenas impõe uma norma de comportamento sexual, mas regula o que consideramos moralmente aceitável em termos de sexualidade, constringendo tanto heterossexuais quanto pessoas queer." (Warner, 1991², p. xxi). Isto significa que a heteronormatividade não só define a heterossexualidade como norma, mas também impõe uma hierarquia de relações sociais, onde qualquer identidade ou prática que desvie da norma é considerada inferior ou indesejada.

Importa realçar que "o espaço público, tal como o conhecemos, é construído com pressupostos heteronormativos, o que limita maneiras pelas quais as pessoas queer podem existir e se expressar sem enfrentar censura ou repressão." (Warner, 2002³, p. 52). Sendo assim, a heteronormatividade é o conjunto de normas e crenças sociais que pressupõem que a heterossexualidade (atração entre pessoas de gêneros opostos) é a única forma natural, normal e superior de orientação sexual, assumindo que há apenas dois sexos – masculino e feminino. Outrossim, os papéis e comportamentos de gênero devem corresponder às expectativas tradicionais desses sexos (homens como sendo masculinos e mulheres como sendo femininas).

Essas expectativas criam a visão de que todas as pessoas são ou deveriam ser heterossexuais e cisgêneros (ou seja, que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer). A heteronormatividade marginaliza ou invisibiliza outras orientações sexuais e identidades de gênero, como as de pessoas LGBTQI+, podendo resultar em discriminação, preconceito e exclusão dessas comunidades. Por exemplo, numa sociedade heteronormativas, espera-se que as pessoas se casem com alguém do sexo oposto, tenham filhos e sigam papéis de gênero tradicionais. Relações entre pessoas do mesmo sexo ou identidades de gênero, muitas vezes são vistas como "anormais" ou menos legítimas dentro dessa visão.

A heteronormatividade, ao pressupor que a heterossexualidade é a norma social, marginaliza automaticamente qualquer identidade ou prática que se desvie desse padrão. Giddens argumenta que "a sexualidade se torna 'plástica' nas sociedades modernas - uma sexualidade

² Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory

³ Publics and Counterpublics

descentralizada e liberada tanto da reprodução quanto da subserviência a um objeto fixo” (Giddens, 1992⁴ p.2)

Desta forma sugere que as mudanças nas formas de se relacionar e expressar a sexualidade indicam uma transformação nos valores das sociedades contemporâneas. Entretanto, essas mudanças são desiguais e frequentemente limitadas por forças conservadoras, posturas, comportamentos e normas sociais que reforçam expectativas de gênero e orientação sexual.

Várias análises acadêmicas e teóricas sobre heteronormatividade fornecem exemplos que possibilitam a realização de sínteses interpretativas ou adaptadas baseadas na combinação de estudos acadêmicos e casos práticos, tais como os apresentados no site "[O que é: Heteronormatividade - Psicóloga Rita Rizzi](#)" e no artigo "[Heteronormatividade – Wikipédia, a enciclopédia livre](#)".

1. Assumir que todos são heterossexuais: pergunta-se a uma mulher se ela tem namorado ou a um homem se ele tem namorada, sem considerar a possibilidade de que eles possam ter parceiros do mesmo sexo. *Exemplo:* em uma conversa casual, alguém pergunta: "você já encontrou a garota certa?" a um homem, presumindo que ele é heterossexual.
2. Esperar papéis de gênero tradicionais: supor que homens devem ser masculinos, fortes e protetores, enquanto mulheres devem ser delicadas, cuidadoras e submissas. *Exemplo:* achar que uma mulher deveria ser a principal responsável pelas tarefas domésticas, enquanto o homem deve ser o provedor financeiro da família.
3. Considerar o casamento entre um homem e uma mulher como a norma: ver o casamento heterossexual como o único modelo de relacionamento válido ou natural, ignorando ou desvalorizando casamentos ou uniões entre pessoas do mesmo sexo. *Exemplo:* achar que casamentos homoafetivos são menos importantes ou legítimos que casamentos heterossexuais.
4. Impor normas de comportamento para crianças com base no gênero: repreender meninos por gostarem de brincar com bonecas ou meninas por gostarem de desportos considerados "masculinos", impondo que certos comportamentos são adequados apenas para determinado gênero. *Exemplo:* dizer a um menino: "meninos não choram" ou "brincar de boneca é coisa de menina".
5. Ignorar ou marginalizar identidades de gênero e orientações sexuais não heterossexuais: falta de representação de casais LGBTQI+ nos media, políticas públicas e debates sociais, reforçando a invisibilidade dessas identidades. *Exemplo:* filmes ou séries que mostram apenas relacionamentos heterossexuais como centrais ou normais, sem dar espaço a outros tipos de relacionamentos.
6. Pressionar pessoas LGBTQI+ a se "adequarem" às normas heteronormativas: incentivar ou esperar que uma pessoa LGBTQI+ esconda sua orientação sexual ou identidade de gênero em certos ambientes para "não causar desconforto" aos outros. *Exemplo:* pedir a um casal do mesmo sexo para "não se segurar pelas mãos" em público para evitar olhares ou críticas. Implicações socioculturais de identidades não-normativas em sociedades conservadoras.

Em sociedades de base conservadora onde prevalecem valores tradicionais e rígidos sobre o que é considerado "normal" em termos de gênero e sexualidade, as pessoas que não se

⁴ The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love, and Eroticism in Modern Societies

enquadram nessas normas enfrentam frequentemente discriminação, marginalização e exclusão. Identidades não-normativas, como transgêneros, não-binários ou indivíduos LGBTQI+, muitas vezes desafiam as bases da moralidade e das expectativas sociais arraigadas, tornando-se alvos de preconceito e estigmatização.

Giddens (1990), sugere que as mudanças nas formas de se relacionar e expressar a sexualidade indicam uma transformação mais ampla nos valores das sociedades contemporâneas que, todavia, não são uniformes. Em contextos conservadores, as noções tradicionais de família, papéis de gênero e sexualidade são muitas vezes protegidos como pilares da ordem social. Nessas sociedades, as implicações socioculturais para indivíduos com identidades não-normativas incluem a dificuldade de exercer direitos, oportunidades de trabalho e serviços básicos, bem como a exposição à violência e ao silenciamento social.

Essas tensões revelam a importância de desafiar as normas heteronormativas e cisnormativas que estruturam muitas sociedades, promovendo uma maior aceitação da diversidade de experiências de gênero e sexualidade. A perspectiva queer, além de desconstruir essas normas, propõe um espaço de resistência para identidades marginalizadas, promovendo políticas de inclusão, reconhecimento e respeito aos direitos humanos fundamentais.

1.1.4.A Interseccionalidade, o Preconceito Subtil e a Discriminação Institucional

A teoria da interseccionalidade, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, permite uma análise mais profunda das experiências sociais e econômicas. Segundo essa teoria “entender como as dimensões da opressão - raça, gênero, classe, se interagem em vários níveis para criar experiências únicas de discriminação e privilégio.” (Kimberlé,⁵ 1989 pág. 140.). Assim, “a interseccionalidade desafia-nos a considerar que políticas que ignoram as diferenças na base da raça e do gênero acabam por marginalizar aqueles que vivem nas intersecções desses eixos de identidade.” (Kimberlé⁶ 1999, pág. 1243). De acordo com Kimberlé “sem uma análise interseccional, nossas abordagens políticas e jurídicas frequentemente falham em reconhecer as desigualdades enfrentadas por aqueles que habitam posições sociais sobrepostas”, enquanto indivíduos LGBTQ+ (Kimberlé⁷, 2017, pág. 58).)

A teoria do preconceito subtil, proposta por Pettigrew e Meertens, é utilizada também, para identificar atitudes que, embora aparentemente neutras, perpetuam a discriminação e a exclusão. De acordo com estes autores, “enquanto o preconceito flagrante é muitas vezes abertamente rejeitado, o preconceito subtil fornece uma maneira socialmente aceitável de expressar atitudes discriminatórias, especialmente em sociedades onde o preconceito explícito é deslegitimado” (Pettigrew e Meertens⁸, 1995, pág 77)). Segundo eles, “o preconceito subtil é caracterizado por atitudes ambíguas que não se manifestam em hostilidade direta, mas em formas mais veladas de desconforto e rejeição, muitas vezes sob a justificativa de valores tradicionais” (Idem, *p.* 61).

Além disso, “o preconceito subtil inclui a defesa de valores tradicionais, colocando ênfase nas diferenças culturais como justificativa para a exclusão e uma ausência de afetividade positiva em relação ao grupo-alvo” (idem, *p.* 62). Em relação a grupos marginalizados como a população LGBTQI+, “o preconceito subtil pode ser especialmente prejudicial, pois opera

⁵ Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics

⁶ Mapping the Margins

⁷ On Intersectionality: Essential Writings

⁸ The Nature of Prejudice: Fifty Years After Allport,

por meio de micro agressões e justificação cultural, o que dificulta a identificação e o combate da discriminação” (idem, p. 91). Estudos sobre pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde.

Em Cabo Verde, embora os estudos de natureza académica e institucional sobre a comunidade LGBTQI+ sejam relativamente recentes, tem contribuído significativamente para a compreensão das experiências e perceções das pessoas LGBTQI+ no país.

O estudo pioneiro de Rodrigues, “*A Homoafetividade e as relações de género na Cidade da Praia*” (2013), focado na visibilidade social da população LGBTQI+, teve um papel crucial no avanço da discussão sobre os direitos das pessoas LGBTQI+ e ajudou a dar visibilidade à causa da homoafetividade no contexto cabo-verdiano. O trabalho é uma valiosa análise sobre as questões de identidade sexual, discriminação e aceitação social no país. Explora a forma como os indivíduos LGBTQI+ lidam com a sua identidade numa sociedade predominantemente conservadora. Rodrigues identificou que muitas pessoas LGBTQI+ enfrentam pressões para manter a sua orientação sexual ou identidade de género ocultas, com medo de repercussões sociais e familiares. Além disso, o estudo revelou a escassez de representação positiva da comunidade LGBTQI+ nos meios de comunicação e em espaços políticos e culturais.

De acordo com Rodrigues, a sociedade cabo-verdiana caracteriza-se por um modelo patriarcal que se reflete na dominação masculina e numa visão heteronormativa que marginaliza sexualidades diversas. As relações homoafetivas são estigmatizadas e consideradas “diferentes” num contexto onde “a sexualidade ‘normal’ está limitada às relações entre homens e mulheres” (Rodrigues, 2013p. 39-40). Embora, o quadro legal favoreça, teoricamente, os direitos humanos, a pressão sociocultural impede a igualdade efetiva. Assim, o “estigma enfrentado pela população homoafetiva dificulta sua auto assunção pública e reconhecimento social, sendo o maior obstáculo a um movimento de direitos homoafetivos. Segundo esta autora, a estrutura social patriarcal, conjuntamente com valores religiosos moralistas, atua como condicionante dessa estigmatização (Idem, p. 50).

Para Rodrigues, a situação no país condiciona a vida social da população LGBTI (a) faz com que “as pessoas não querem dar a cara” por tais movimentos (LGBTI), e o surgimento de uma defesa coletiva dos direitos homoafetivos ainda depende da maturidade social para que essa luta seja efetiva (p. 83.). Igualmente, provoca que, no convívio social e nos espaços públicos, casais homoafetivos tendam a ocultar manifestações de afeto para evitar julgamentos e estigmatização. Mesmo entre amigos, as expressões de carinho são contidas, revelando um “território do não dito” onde a homoafetividade é velada para não confrontar o olhar heteronormativo dominante (p. 88)

A pesquisa de Francisco Miguel (2014), “*Levam Ma Bo - Cartografias das vivências LGBTQ em Cabo Verde*”, explora as experiências de pessoas LGBTQ no país, focando nas suas histórias de vida e nas dinâmicas sociais de aceitação, resistência e discriminação. A pesquisa combina métodos etnográficos e de cartografia social para abordar as trajetórias dessas pessoas dentro do contexto cabo-verdiano, especialmente no contexto das primeiras “Paradas do Orgulho Gay” no país. O autor oferece uma visão sobre a visibilidade e aceitação das relações homoafetivas no contexto cabo-verdiano. Retrata uma sociedade que, apesar de alguns progressos, ainda lida com preconceitos. “Apesar dos avanços no quadro normativo e de proteção, ainda é limitado o conhecimento sobre a situação social das pessoas LGBTI, com a população enfrentando discriminação dentro do próprio núcleo familiar e na sociedade, o que é evidenciado em vários estudos.” (p. 98).

De acordo com o investigador, "a 'hipocrisia' é frequentemente mencionada como uma característica da sociedade cabo-verdiana, que ilustra contradições profundas. Denunciam-se atitudes moralistas e uma convivência entre as normas heteronormativas e práticas homoafetivas, muitas vezes silenciadas, mas presentes." (p. 98). Em entrevista, Suzete, uma das líderes do movimento local, descreveu a forma como a sociedade cabo-verdiana ainda vê a homossexualidade, enquanto "algo que deve ser exercido discretamente, evidenciando a persistência do estigma e do silenciamento das identidades homoafetivas." (p. 98).

Nesse contexto, de acordo com Miguel "a Revolta das Tchindas, na década de 1990, simbolizou uma resistência significativa, onde as travestis do Mindelo se vestiram de drag à luz do dia, desafiaram normas e destacaram-se na luta contra a 'hipocrisia' social em Cabo Verde." (p. 186, O.C.). "A primeira passeata pelo orgulho gay, o "Mindelo Pride", foi realizada em 2013, marcando um ponto importante na visibilidade e expressão da comunidade LGBTI em São Vicente, mas com apoio e financiamento de uma ONG estrangeira, indicando uma dependência de recursos externos para tal mobilização." (p. 113).

A pesquisa "*Homossexuais, gays e travestis em Mindelo: entre identidades e resistências*", de Silva, Lurena Delgado (2018) apresenta dados sobre a identidade de género e sexualidade dos homossexuais e mostra como se dão as trajetórias de pessoas que lutam pelo reconhecimento de uma orientação sexual, bem como a análise de como é vivenciada a homossexualidade pelas pessoas que se identificam como homossexuais. Ilustra a rejeição quotidiana que vivenciam homossexuais, gays e travestis em Mindelo, enfatizando o que acontece no seio da família: "A rejeição, na maioria dos casos, é do pai e dos irmãos, sendo que a mãe e as irmãs podem ter uma reação de choque no início, mas depois acabam aceitando. A rejeição pode resultar em expulsão de casa, rompimento do relacionamento ou em conformar e aprender a lidar com o fato. Um certo conformismo e não uma aceitação propriamente dita." (Delgado, 2018, p. 91) .

Este estudo também coloca em evidência a discriminação institucional, especialmente nos serviços de saúde - "Nos procedimentos adotados pelos serviços de saúde, conta que [...] um dia resolveu ser sincero. O médico foi-lhe informar que não podia continuar a doar sangue, porque ter relações com alguém do mesmo sexo é considerado um comportamento de risco. Diz ter-se sentido muito humilhado naquele dia." (idem, p. 77)

No que respeita à aceitação social das pessoas LGBT, mostra que essa aceitação está condicionada pelo que é considerado correto ou aceitável socialmente, ou seja, as manifestações de homossexualidade podem decorrer sempre que não seja posta em causa a moralidade tradicional - "Embora existam comentários, há a ideia de que aqui as pessoas podem viver a sua sexualidade mais tranquila. As pessoas não demonstram ter muito preconceito, desde que fique tudo encoberto. Aceitam a homossexualidade, desde que as pessoas saibam se comportar, não desestabilizar as normas sociais." (Delgado, 2018, p. 78). Esta ideia reforça-se quando se aborda questões relacionadas com a moralidade e o estigma social: "Mindelo está sendo considerada uma cidade de gays, onde eles têm muita aceitação não só pela morabeza dos seus habitantes, como também por ser uma sociedade bissexual. [...]. Tudo muito bem escondido." (idem, p. 79)

O estudo Diagnóstico sobre a Situação Social e Jurídica das Pessoas LGBT em Cabo Verde (2021), realizado pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania

(CNDHC) é um dos trabalhos mais abrangentes sobre a situação das pessoas LGBT no país. Este trabalho inclui entrevistas com representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil e aponta para aspetos críticos da experiência e dos desafios enfrentados pela comunidade LGBT em Cabo Verde, discriminação, violência, a necessidade de legislação protetiva e o papel da sociedade na mudança desse cenário. De entre os principais aspetos nele destacados, importa realçar:

- a. "A nossa sociedade carece de uma sensibilização profunda sobre esta temática, mas também de lei que puna os agressores e proteja as vítimas. É tempo de dizer um basta a este tipo de atitudes, comportamentos discriminatórios e violentos em relação à Comunidade LGBTI." (p. 100).
- b. "Para que haja uma melhoria deste panorama, é fundamental conhecer a situação e as reivindicações da comunidade LGBT em Cabo Verde. [...] pretende dar um contributo para uma melhor promoção e proteção dos direitos das pessoas LGBT em Cabo Verde." (p. 12).
- c. "A realidade tem mostrado que as pessoas LGBT continuam submetidas a uma atmosfera de hostilidade generalizada que resulta em discriminação tanto no seio da família, como na escola, no trabalho, perante a polícia, profissionais de saúde, media e em outras esferas sociais." (p. 13)
- d. "Apesar do direito à igualdade reconhecido na Constituição, as pessoas LGBT continuam submetidas a uma atmosfera de hostilidade generalizada que resulta em discriminação tanto no seio da família, como na escola, no trabalho, perante a polícia, profissionais de saúde, media e em outras esferas sociais." (p. 84)

1.2. Impactos do Preconceito e Discriminação na Saúde Mental e Bem-estar Social

Os efeitos do preconceito e da discriminação na saúde mental da população LGBTQI+ são profundos e amplamente documentados. A exposição contínua ao estigma social pode resultar em problemas de saúde mental graves, como ansiedade, depressão, baixa autoestima e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Em Cabo Verde, conforme descrito no estudo da CNDHC, o isolamento social causado pela discriminação é um fator de risco significativo para o desenvolvimento de problemas psicológicos. Indivíduos LGBTQI+ frequentemente relatam sentir-se alienados de suas famílias, amigos e comunidades, o que resulta em uma falta de apoio emocional e social necessário ao bem-estar.

De acordo com esse estudo, “a discriminação e a violência são uma realidade constante para a população LGBT, resultando em consequências diretas para a saúde mental, como baixa autoestima, ansiedade, dificuldade de concentração, irritabilidade e isolamento social.” (p. 142). “Dentre as pessoas entrevistadas, 13 relataram problemas psicológicos diretamente associados à violência e discriminação sofridas, incluindo pensamentos suicidas, insônia e crises de pânico.” (p. 124). “A saúde mental da comunidade LGBT é impactada não apenas pela falta de serviços de saúde adequados, mas também pelo estigma e preconceito que enfrentam em diferentes esferas da vida, desde o ambiente familiar até espaços públicos.” (p. 129).

Além da saúde mental, o preconceito também impacta o bem-estar social. A marginalização e exclusão sistemáticas limitam o acesso a oportunidades de emprego, educação e serviços de saúde. Em muitos casos, o medo da discriminação leva a comunidade LGBTQI+ a evitar

procurar atendimento médico, especialmente em relação à saúde mental e sexual, devido ao preconceito por parte de profissionais de saúde.

Os resultados do “*Estudo Socio Comportamental* sobre homens que fazem sexo com homens (HSH), realizado pelo CCS SIDA (2024), destacam-se alguns trechos que ilustram a discriminação e o estigma que estes enfrentam em Cabo Verde. Isto reflete o preconceito, tanto sutil quanto manifesto, bem como a discriminação enfrentada, a qual afeta a qualidade de vida dos HSH em múltiplas esferas, desde o ambiente familiar até os serviços de saúde, reforçando a necessidade de estratégias inclusivas e de combate ao estigma que recai sobre essa população:

- a. "Normalmente, a comunidade LGBT [...] tem medo de assumir a sua situação publicamente devido aos preconceitos, vergonha da família, vizinhos e colegas de trabalho." Este ambiente de rejeição gera problemas emocionais e de saúde física, como "nervosismo, dores de cabeça, dermatite, depressão, doenças cardíacas e respiratórias" (p. 7);
- b. "Uma parte considerável dos HSH considera que são violados os seus direitos humanos, a começar pela família que os desprezam." Esta discriminação no seio familiar contribui para a individualização da identidade dos HSH e afeta seu bem-estar emocional (p. 8);
- c. "As dificuldades por que passam as PcD e as PVVIH são: discriminação (57,9%); preconceitos (55,3%); desrespeito (39,5%) e barreiras (34,2%). As dificuldades são praticamente iguais em todas as estruturas de saúde." Isso demonstra um preconceito institucional que limita o acesso e a qualidade dos serviços oferecidos (p. 10)

Esses dados exemplificam, tanto o preconceito manifesto, expresso em formas diretas de rejeição e discriminação, quanto o preconceito sutil, visto na dificuldade de acesso a serviços básicos e na pressão para ocultar a orientação sexual. Todos esses elementos revelam um ciclo de vulnerabilidade social e psicológica que reforça a necessidade de políticas públicas inclusivas e de programas de apoio especializados para a comunidade LGBTQI+ em Cabo Verde. Uma abordagem holística que combine proteção legal, educação pública e serviços de saúde mental seria crucial para combater os impactos do preconceito e promover o bem-estar dessa população.

Vários livros e artigos sobre estudos de gênero e sexualidade frequentemente apresentam definições padronizadas⁹ e exemplos de identidades LGBTQI+, mas para efeitos de recolha de informações sobre o conhecimento das pessoas LGBTQI+, utilizamos como referente o Glossário de termos LGBTQI+¹⁰, da Human Rights Campaign (HRC).

(i) **L – Lésbicas:** Mulheres que se sentem atraídas emocionalmente e/ou sexualmente por outras mulheres. *Exemplo:* uma mulher que namora ou sente atração por outra mulher;

(ii) **G – Gays:** Homens que se sentem atraídos emocionalmente e/ou sexualmente por outros homens. O termo também é usado por algumas mulheres que se identificam como lésbicas. *Exemplo:* um homem que tem um relacionamento amoroso com outro homem;

⁹ "Gender and Sexuality for Beginners" de Jaimee Garbacik, "Queer: A Graphic History" de Meg-John Barker e Julia Scheele

¹⁰ Link: HRC Glossary of Terms

(iii) **B – Bissexuais:** Pessoas que se sentem atraídas emocionalmente e/ou sexualmente por mais do que um gênero, como homens e mulheres. *Exemplo:* Uma pessoa que pode se apaixonar tanto por homens quanto por mulheres;

(iv) **T – Transgêneros:** Pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo que lhes foi atribuído ao nascer. Isso pode incluir pessoas transmasculinas, transfemininas ou não-binárias. *Exemplo:* uma pessoa que nasceu com o sexo masculino, mas se identifica e vive como mulher (mulher trans);

(v) **Q – Queer ou Questionando:** "Queer" é um termo abrangente para pessoas que não se encaixam nas normas tradicionais de gênero e sexualidade, enquanto "Questionando" refere-se a quem está explorando ou ainda não definiu sua orientação sexual ou identidade de gênero. *Exemplo:* uma pessoa que não se identifica exclusivamente como heterossexual ou cisgênero e prefere uma identidade fluida;

(vi) **I – Intersexo:** Pessoas que nascem com características biológicas (genéticas, hormonais ou físicas) que não se encaixam nas definições típicas de masculino ou feminino. *Exemplo:* uma pessoa que pode ter nascido com órgãos genitais ou características sexuais que não são exclusivamente masculinas ou femininas;

(vi) **A – Assexuais:** Pessoas que experimentam pouca ou nenhuma atração sexual por outros. Podem ter ou não desejo de estabelecer relações emocionais ou românticas. *Exemplo:* Uma pessoa que tem relacionamentos afetivos, mas não sente atração sexual.

(vii) **+** – Inclui outras identidades que não estão explicitamente representadas na sigla, como pansexuais (atração por pessoas independentemente do gênero), demissexuais (atração sexual somente após estabelecer uma forte conexão emocional), entre outros.

2. CONTEXTO, QUADRO NORMATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. Contexto

A evolução do movimento em prol da causa LGBTQI+ em Cabo Verde pode ser descrito como um processo gradual, influenciado por esforços internacionais e ações nacionais, em especial no campo da promoção da igualdade de direitos e do combate à discriminação.

No âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a subsequente criação de campanhas como "Livres & Iguais", lançadas pelas Nações Unidas, desempenharam um papel fundamental na promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+ e no combate à homofobia e à transfobia, globalmente.

No país, a questão da orientação sexual começou a ganhar destaque a partir de 2009, quando o ICIEG, com o apoio da Fundação Triângulo, organizou um ateliê sobre o tema, o que levou à criação da primeira associação LGBT no país. Desde então, várias iniciativas foram implementadas, como a marcha do Orgulho LGBT e o documentário "Tchindas", que retrata a vivência LGBT em São Vicente.

Em 2010, durante o processo de revisão constitucional, o ICIEG e parceiros propuseram a introdução do princípio de não discriminação com base na orientação sexual, mas a proposta não foi acolhida pela classe política. De todo modo, a legislação sobre comunicação social de 2010 inclui a proibição de referências discriminatórias quanto à orientação sexual, o que representa uma conquista relevante.

O país também avançou no plano legislativo. Os documentos de divulgação da Lei de Violência Baseada no Género (VBG), aprovada em 2011, é abrangente e incluiu manifestações de violência baseadas na orientação sexual. Igualmente, foi dada especial atenção à violência exercida sobre pessoas LGBTQI+ para se "adequarem" às normas heteronormativas. Além dessas medidas, instituições como o ICIEG e a Universidade de Cabo Verde (UNICV) promoveram eventos e capacitações sobre identidade de género e direitos humanos.

A Campanha Livres & Iguais, lançada em 2016, foi um marco importante ao promover e dar maior visibilidade e diálogo sobre os direitos LGBT no país, engajando instituições e sociedade civil na luta contra a discriminação. Nesse ano, o estudo do Afrobarometer de 2016 indicou que Cabo Verde era o país africano mais tolerante em relação à homossexualidade, com 74% da população a afirmar que não teria problemas em ter vizinhos homossexuais.

Em 2019¹¹, 72,3 % das pessoas manifestaram que não se importariam de ter um vizinho homossexual e, em 2022, 73 %¹² responderam da mesma forma. A ligeira mudança não é

¹¹ https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/08/Resumo-de-resultados-Afrobarometer-8a-Ronda-Cabo-Verde_12feb21.pdf

¹² https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2023/09/R9.SOR_.Cabo-Verde_ma-bh-26sept23.pdf

significativa estatisticamente, mas reflete um contexto de desafios amplos em relação à confiança interpessoal e aceitação da diversidade.

2.2. Quadro Normativo Internacional e Nacional

2.2.1. Tratados Internacionais e Compromissos de Cabo Verde

Cabo Verde é signatário de vários tratados e convenções internacionais que estabelecem a proteção dos direitos humanos e, por conseguinte, garantem a salvaguarda dos direitos das minorias, incluindo a comunidade LGBTQI+. Entre os instrumentos internacionais mais relevantes estão:

- ✓ **Declaração Universal dos Direitos Humanos:** um dos pilares do direito internacional, a Declaração reafirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem distinção de qualquer natureza, incluindo orientação sexual ou identidade de género;
- ✓ **Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais:** estes tratados reiteram a proteção contra discriminações de qualquer forma e o direito à igualdade perante a lei, princípios essenciais para a proteção das minorias LGBTQI+;
- ✓ **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW):** embora focada na igualdade de género entre homens e mulheres, a CEDAW também se relaciona com as questões LGBTQI+ ao combater normas de género rígidas e promover a igualdade e a inclusão.
- ✓ **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD) e a Convenção contra a Tortura (CAT, 1984):** embora tenham um escopo mais amplo, também fornecem base legal para a proteção de pessoas LGBTQI+, que podem ser alvo de discriminação racial ou maus-tratos em função da sua orientação sexual ou identidade de género;
- ✓ **Resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU:** Cabo Verde apoiou as resoluções deste conselho que solicitam o fim da violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de género, demonstrando o compromisso do país com a proteção das minorias sexuais a nível global;
- ✓ **"Equal Rights Coalition",** criada em 2016, durante a conferência mundial sobre direitos das pessoas LGBTQI+, no Uruguai, tem como objetivo promover o respeito universal pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos, com um foco na proteção dos direitos fundamentais das pessoas lésbicas, gays, transexuais, bissexuais e intersexuais (LGTBQI+).

2.2.2. O Quadro Legal Nacional

A Constituição da República de Cabo Verde, promulgada em 1992, revista em 2010¹³, é o principal instrumento normativo que consagra os direitos fundamentais e a proteção da dignidade humana.

¹³ B.O n° 17. I. Serie. Lei Constitucional n° 1/VII/2010 de 3 de maio. Revê a Constituição da República da Cabo Verde.

- ✓ No seu artigo 1.º, declara-se que o Estado de Cabo Verde é uma República democrática que valoriza a dignidade da pessoa humana como base de todos os direitos, sem, todavia, fazer uma referência explícita à orientação sexual;
- ✓ O artigo 23º (Princípio da Igualdade) menciona que "todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas". Desta forma, este artigo oferece uma proteção ampla contra discriminação, que pode ser interpretada de forma inclusiva, mesmo sem mencionar diretamente a orientação sexual;
- ✓ O artigo 27.º (Direito à vida e à integridade física e moral) refere-se à inviolabilidade da pessoa humana e proíbe qualquer forma de tratamento desumano ou degradante; artigos 40º (Direito à identidade, à personalidade, ao bom nome, a imagem e a identidade) e 41º (Direito à escolha da profissão e do acesso à função pública) podem também ser entendidos como aplicáveis a práticas inclusivas e não discriminatórias baseadas na orientação sexual ou na identidade de género. O mesmo acontece com o artigo 46º (casamento e filiação), o qual, na alínea 1, estabelece que todos **têm** direito de contrair casamento, sob forma civil ou religiosa. Entretanto, a alínea 2 estipula que a lei regula os requisitos e os efeitos civis do casamento e da sua dissolução, independentemente da forma de celebração;
- ✓ A lei reguladora do casamento e a filiação é o *Código da Família*,¹⁴ o qual no artigo 147º, define o casamento como a união entre um homem e uma mulher. Esse artigo faz parte das disposições gerais sobre o casamento, estabelecendo o carácter heteronormativo da instituição. Além disso, os artigos subsequentes (148º e 149º) detalham as condições e os impedimentos ao casamento, que reforçam essa interpretação tradicional, excluindo, implicitamente, a possibilidade de união entre pessoas do mesmo sexo;

A Lei da Comunicação Social de Cabo Verde (Lei nº 70/VII/2010)¹⁵ prevê a proibição de discriminação em função da orientação sexual no seu artigo 4º. Este artigo estabelece os princípios gerais da comunicação social no país e inclui a proibição de discriminação com base em várias características, incluindo a orientação sexual. O texto sublinha o compromisso com a igualdade de tratamento e o respeito aos direitos humanos, visando promover uma comunicação social inclusiva e respeitosa de todas as diversidades. Esse artigo é uma medida relevante no combate à discriminação e reforça o compromisso de Cabo Verde com a igualdade e inclusão, especialmente no âmbito do setor da comunicação.

A revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo de Cabo Verde, revista em 2018¹⁶, que define o quadro do sistema educativo, teve como foco assegurar o acesso universal à educação, incluindo a Educação Pré-escolar para crianças a partir dos 4 anos. Contudo, as questões específicas de igualdade de género e proteção para grupos minoritários não foram abordadas explicitamente. Inclui princípios de universalidade e inclusão, mas não contém artigos específicos sobre igualdade de género ou discriminação em relação à população LGBTQI+.

¹⁴ B. O. nº 31. I. Serie. Decreto-Legislativo nº 12-C/97, de 30 de junho. Revogou o Código de Família de Cabo Verde, aprovado em 1981

¹⁵ B.O nº 31. I. Serie. Decreto Legislativo 70/VII/2010. Regula o Regime Jurídico da Comunicação Social

¹⁶ B.O. nº 80. I. Serie. Decreto Legislativo nº 13/2018. Procede a primeira alteração do Decreto Legislativo nº 2/2010 de 7 de maio, que define as bases do sistema educativo

A *Lei de Bases da Saúde de Cabo Verde* (Lei n.º 41/VI/2024)¹⁷ promove princípios gerais de igualdade no acesso aos serviços de saúde, que se aplicam a todos os cidadãos, sem distinção. O artigo 23º (estatuto dos utentes) estipula que os utentes do Serviço Nacional de Saúde têm direito a “respeito pela sua dignidade e preservação da sua vida privada sem discriminação baseada na condição social e económica, deficiência física ou mental, opções políticas, religiosas, sexuais e filosóficas”.

Em 2021, Cabo Verde aperfeiçoou a legislação penal com a *Lei n.º 117/IX/2021*¹⁸, que procedeu à revisão do Código Penal e reforçou a severidade das penas aplicáveis, especialmente em casos de crimes violentos, com o objetivo de ampliar a proteção das pessoas LGBTQI+ contra atos discriminatórios e de ódio. Essa revisão representou um avanço significativo para fortalecer as punições e proteger a comunidade LGBTQI+ de atos motivados por discriminação e ódio, mas ainda há discussões sobre a necessidade de uma legislação específica para tratar de todas as formas de homofobia e transfobia em Cabo Verde.

A *Lei de Bases do Emprego Público de Cabo Verde* (Lei n.º 20/X/2023), enfatiza a equidade e a inclusão no setor público, visando combater todas as formas de discriminação e promover a igualdade de direitos. Os artigos 16º (Ética e deontologia profissional na Função Pública) e 17º (Direitos individuais dos funcionários públicos) proíbem explicitamente a discriminação em função do sexo, do género, da identidade e da orientação sexual. Estas constatações evidenciam que, embora o país tenha progredido em termos de tolerância social, a legislação ainda não acompanha plenamente esta mudança. A homofobia pode agravar a pena, mas não há leis que a tipifiquem como crime. A mudança na legislação, especialmente em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à adoção, requer um debate político aprofundado.

Esse panorama normativo indica que o avanço no reconhecimento pleno dos direitos da comunidade LGBTQI+ em Cabo Verde requer não só a sensibilização contínua da sociedade, mas também uma concertação entre os atores políticos e a sociedade civil para garantir que a legislação proteja todos os cidadãos, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género. A revisão do quadro legislativo deve ser acompanhada por políticas públicas que combatam a discriminação nos serviços, no emprego e nas escolas, garantindo que todos os cidadãos, sem exceção, gozem de igualdade de direitos e de oportunidades.

2.3. Políticas Públicas e Planos Nacionais

Em linha com os compromissos internacionais e os princípios constitucionais, Cabo Verde adotou diversas leis e planos estratégicos que incluem ou refletem os direitos das minorias LGBTQI+. Todavia, os documentos estratégicos e de orientação política, como o Programa de Governo e o PEDS II, não incluem referências a esta questão. Pese embora este último, explicita que em matéria de género, o Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG) é o documento orientador da política nacional.

O PNIG é um dos principais instrumentos do Governo cabo-verdiano para promover a igualdade de género. Embora inicialmente focado nas desigualdades entre homens e

¹⁷ B.O. n.º 10. I. Serie. Decreto Legislativo 41/VI/2024, de 5 de abril, estabelece as bases do Serviço Nacional de Saúde de Cabo Verde. Revoga a Lei n.º 62/III/89, de 30 de dezembro, que aprova as bases da saúde, alterada pelo Decreto-Lei n.º 183/91, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 79/IV/93, de 12 de julho

¹⁸ B.O. n.º 15. I. Serie. Decreto Legislativo n.º 117/IX/2021. Procede à quarta alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 4/2003 de 18 de novembro

mulheres, evoluiu para incorporar uma perspetiva mais inclusiva, reconhecendo as desigualdades e discriminações que afetam a comunidade LGBTQI+.

O Plano Nacional de Direitos Humanos, em linha com os compromissos internacionais, inclui ações específicas voltadas para a promoção dos direitos de grupos vulneráveis, como as minorias sexuais. As diretrizes incluem a promoção de campanhas de sensibilização contra a discriminação com base na orientação sexual e identidade de género, além de ações formativas para agentes públicos sobre os direitos LGBTQI+.

Entretanto, a implementação, tanto do Plano Nacional para a Igualdade de Género como do Plano Nacional de Direitos Humanos tem sido limitada pela falta de recursos e pelo conservadorismo cultural, que obsta uma aceitação plena da diversidade de género e sexualidade.

2.3.1. Políticas Públicas e Ativismo

As questões relativas às políticas públicas e ativismo em Cabo Verde e no contexto global, revelam a complexa e vital interação entre as instituições governamentais, ONGs e movimentos sociais na luta pelos direitos da comunidade LGBTQI+. A análise das ações e campanhas do ICIEG e de outras organizações, como a Fundação Triângulo, evidenciam o papel central do ativismo LGBTQI+ no avanço das políticas públicas e na promoção da conscientização social.

O ICIEG tem sido uma instituição fundamental na promoção dos direitos de igualdade de género e no combate às diversas formas de discriminação em Cabo Verde. Suas ações incluem campanhas de sensibilização em escolas, comunidades e nos media, promovendo a inclusão de minorias sexuais e de género e enfrentando tabus e estigmas sociais que tendem a perpetuar a marginalização da comunidade LGBTQI+. O ICIEG também tem colaborado com outras entidades internacionais para alinhar as políticas de Cabo Verde às normas globais de direitos humanos.

Além das campanhas educativas, tem contribuído para o fortalecimento das legislações que protegem as pessoas LGBTQI+ contra a discriminação e a violência. Sua atuação junto ao Governo é estratégica na formulação de políticas públicas mais inclusivas, que visam garantir direitos fundamentais, tais como: o acesso igualitário à educação, saúde e emprego.

A organização não governamental espanhola Fundação Triângulo desempenha um papel fundamental no ativismo LGBTQI+ em Cabo Verde e tem sido uma defensora incansável dos direitos LGBTQI+ nos países de língua portuguesa, organizando campanhas que buscam desconstruir preconceitos e promover uma maior aceitação social dessa comunidade. Seu trabalho em Cabo Verde concentra-se na promoção da visibilidade, além de parcerias estratégicas com outras organizações e com o Governo. Apoiou a criação da Associação LGBT de Cabo Verde em 2010, que por sua vez funciona como uma plataforma de apoio à comunidade, oferecendo serviços que vão desde aconselhamento psicológico até a criação de espaços seguros para expressão de identidade e orientação sexuais.

A criação da Associação LGBT de Cabo Verde marcou um ponto de viragem no ativismo local, e iniciativas como a Parada do Orgulho, realizada em São Vicente em 2013 e subsequentemente na Cidade da Praia, colocaram a questão na agenda pública nacional.

O ativismo da Associação LGBTQI+ de Cabo Verde, apesar das questões organizativas e de falta de recursos que enfrenta, tem sido importante para o progresso nas políticas públicas e na conscientização social em Cabo Verde. Um exemplo concreto dessa influência são as iniciativas voltadas para a mobilização em torno da Parada do Orgulho LGBTQI+, que

ocorre em várias partes do mundo, incluindo em países africanos. Trata-se de manifestações mais visíveis e poderosas do ativismo LGBTQI+. Além de ser um espaço de celebração e visibilidade, elas também servem como uma plataforma política para exigir direitos, como a legalização do casamento igualitário e a criação de políticas de combate à discriminação no ambiente escolar e profissional.

A pressão por mudanças legislativas, como o reconhecimento da união de facto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, vem crescendo, em Cabo Verde. Em 2017, a presidente da Associação LGBT de Cabo Verde, Anita Cruz, trouxe este debate à esfera pública, apelando por uma revisão da legislação para incluir esses direitos na Constituição e nos demais códigos legais do país.

Este apelo, que segue a linha de reivindicações já realizadas em países como Alemanha, Portugal, Espanha e França, reflete a necessidade de Cabo Verde harmonizar o seu quadro legal com os princípios dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente¹⁹. O país tem a oportunidade de se posicionar, à semelhança da África do Sul, como um dos países africanos líderes em matéria de igualdade de direitos para minorias sexuais e de género. Este alinhamento não só fortalecerá a sua reputação em termos de direitos humanos, como também consolidará o seu compromisso com os tratados internacionais dos quais é signatário, como o Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

¹⁹ Movimento social pelos direitos LGBTI. Grandes Marcos. Expresso das Ilhas. Chissana Magalhães. <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/06/29/movimento-social-pelos-direitos-lgbti-grandes-marcos/58846>

3. PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO, FACE ÀS PESSOAS LGBTQI+

3.1. Caraterização da população inquirida

A amostra abrangeu um total de 767 pessoas, sendo 384 do sexo masculino (50,1%) e 383 do sexo feminino (49,9%), refletindo um equilíbrio de género da população inquirida.

Dado o seu peso demográfico no contexto nacional, o concelho da Praia representa 38,6% dos inquiridos, com uma ligeira predominância de pessoas do sexo feminino (51,0%). Segue-se o município de São Vicente com 19,0%, tendo 50,7% do sexo masculino. No concelho de Santa Catarina, foram entrevistados 13,7%, sendo que 50,5% são do sexo feminino. No Sal, os inquiridos representam 12,8%, com ligeira incidência sobre do sexo masculino. Por sua vez, nos concelhos Ribeira Grande e São Filipe, entrevistou-se 8,1% e 7,8%, respetivamente, sendo a participação masculina ligeiramente superior à feminina. Em geral, a distribuição por sexo é equilibrada em todos os concelhos, com pequenas variações.

Tabela 1. Proporção dos inquiridos na população geral por sexo biológico, segundo concelho

Concelho	Masculino		Feminino		Total	
	Total	%	Total	%	Total	%
Praia	145	37,8%	151	39,4%	296	38,6%
Santa Catarina	52	13,5%	53	13,8%	105	13,7%
São Filipe	31	8,1%	29	7,6%	60	7,8%
Sal	50	13,0%	48	12,5%	98	12,8%
São Vicente	74	19,3%	72	18,8%	146	19,0%
Ribeira Grande	32	8,3%	30	7,8%	62	8,1%
Total	384	100,0%	383	100,0%	767	100,0%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face as pessoas LGBTQI+ /2024

3.1.1. O Sexo Biológico e a Identidade de Género Declarada

Uma das questões colocadas à população inquirida é se o sexo biológico correspondia ao género com o qual se identifica atualmente (mulher, homem, não binário). Os resultados obtidos revelam que a esmagadora maioria das pessoas inquiridas do sexo masculino declarou ser homem (94,5%), com realce para os concelhos de Santa Catarina e Ribeira Grande com 100% e 96,9%, respetivamente. No seio dos inquiridos do sexo masculino que se identificaram como mulheres, nota-se que a maior proporção reside na Praia (6,9%), 2,7 pontos percentuais acima da média nacional (2,7%).

No seio das pessoas do sexo feminino, a maior parte (94,5%) identifica-se com o género mulher, com relevo para os municípios de Ribeira Grande (96,7%), São Filipe (96,7%) e Santa Catarina (96,2%), cuja maioria da população é do meio rural. A proporção de participantes do sexo feminino que assume como género homem foi de 3,9%, com maior incidência na Praia (6,0%).

De referir que 1,4% dos participantes declara-se não binário (nem homem, nem mulher), com maior incidência nos concelhos do Sal (4,1%) e São Vicente (2,1%). De entre os inquiridos do sexo masculino, homens, 2,7% declaram seu género como não binário, sendo maior a proporção no Sal (4,0%) e São Vicente (2,7%), enquanto no seio dos participantes

de sexo feminino que se identificam como não binárias foi de 1,6%, com destaque para os concelhos da Praia, Sal e São Vicente.

Tabela 2. Relação entre o sexo biológico e a identidade de género dos inquiridos

Concelho	Género	Sexo					
		Masculino		Feminino		Total	
		Total	%	Total	%	Total	%
Praia	Homem	134	92,4%	9	6,0%	143	48,3%
	Mulher	10	6,9%	140	92,7%	150	50,7%
	Nem um nem outro (não binário)	1	,7%	2	1,3%	3	1,0%
Santa Catarina	Homem	52	100,0%	2	3,8%	54	51,4%
	Mulher	0	0,0%	51	96,2%	51	48,6%
	Nem um nem outro (não binário)	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
São Filipe	Homem	30	96,8%	1	3,4%	31	51,7%
	Mulher	1	3,2%	28	96,6%	29	48,3%
	Nem um nem outro (não binário)	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Sal	Homem	47	94,0%	0	0,0%	47	48,0%
	Mulher	1	2,0%	46	95,8%	47	48,0%
	Nem um nem outro (não binário)	2	4,0%	2	4,2%	4	4,1%
São Vicente	Homem	69	93,2%	3	4,2%	72	49,3%
	Mulher	3	4,1%	68	94,4%	71	48,6%
	Nem um nem outro (não binário)	2	2,7%	1	1,4%	3	2,1%
Ribeira Grande	Homem	31	96,9%	0	0,0%	31	50,0%
	Mulher	1	3,1%	29	96,7%	30	48,4%
	Nem um nem outro (não binário)	0	0,0%	1	3,3%	1	1,6%
Total	Homem	363	94,5%	15	3,9%	378	49,3%
	Mulher	16	4,2%	362	94,5%	378	49,3%
	Nem um nem outro (não binário)	5	1,3%	6	1,6%	11	1,4%
Total		384	50,1%	383	49,9%	767	100,0%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

A presença de pessoas que expressam uma identidade de género diferente do sexo biológico à nascença e de indivíduos fora do binário masculino-feminino, ainda que minoritária, indica uma diversidade que merece atenção e deve ser reconhecida e respeitada. Estes casos representam uma importante área de interesse, pois, indicam a presença de indivíduos transgéneros ou com identidades de género diversas na população estudada. Aliás, a visibilidade de pessoas que se identificam fora do binário de género e o facto de esses indivíduos estarem presentes em todos os concelhos analisados, sugere a necessidade de esforços de sensibilização que abordem o preconceito e promovam o respeito pela diversidade em todas as regiões do país. Em Cabo Verde, onde a questão da inclusão e dos direitos humanos está em crescimento, essa informação pode apoiar a implementação de políticas públicas mais equitativas e respeitadoras da diversidade, contribuindo para um ambiente social mais inclusivo e justo.

Importa destacar ainda que a declaração de identidades de género que não correspondem ao sexo biológico sugere que os inquiridos se sentiram confortáveis para expressar essas identidades, o que pode ser um reflexo de um ambiente social de maior aceitação.

Numa análise por sexo, faixa etária e nível de instrução, observa-se um equilíbrio entre os sexos em todas as categorias. Contudo, entre os mais jovens (18 a 24 anos), a proporção é ligeiramente maior para os homens (51,9% contra 48,1% das mulheres). Essa tendência de equilíbrio mantém-se nas demais faixas etárias, com algumas variações.

Nas faixas de 25 a 29 e 30 a 34 anos, a proporção de mulheres é ligeiramente superior (55,7% e 54,3%, respetivamente). Já nas faixas de 35 a 39 anos e 50 a 59 anos, nota-se uma pequena predominância de homens (52,2% e 53,3%, respetivamente). A faixa etária de 40 a 49 anos é a segunda mais representativa, com uma proporção equilibrada entre homens (50,8%) e mulheres (49,2%).

Tabela 3. Proporção dos inquiridos na população geral por sexo, segundo faixa etária e nível de instrução

Variáveis	Sexo biológico							
	Masculino			Feminino			Total	
	Total	% (lin)	% (Col)	Total	% (lin)	% (Col)	Total	% (Col)
Faixa Etária								
18 a 24 anos	81	51,	21,1	75	48,1	19,6	156	20,3
25 a 29 anos	43	44,3	11,2	54	55,7	14,1	97	12,6
30 a 34 anos	48	45,7	12,5	57	54,3	14,9	105	13,7
35 a 39 anos	48	52,2	12,5	44	47,8	11,5	92	12,0
40 a 49 anos	65	50,8	16,9	63	49,2	16,4	128	16,7
50 a 59 anos	48	53,3	12,5	42	46,7	11,0	90	11,7
60 e mais anos	51	51,5	13,3	48	48,5	12,5	99	12,9
Sem nível de instrução	14	38,9	3,6	22	61,1	5,7	36	4,7
Ensino Básico / Primário	65	51,2	16,9	62	48,8	16,2	127	16,6
Ensino Secundário Incompleto	67	52,3	17,4	61	47,7	15,9	128	16,7
Ensino Secundário	101	53,2	26,3	89	46,8	23,2	190	24,8
Formação profissional/Ensino Médio	46	50,0	12,0	46	50,0	12,0	92	12,0
Ensino Superior	91	46,9	23,7	103	53,1	26,9	194	25,3
Total	384	50,1	100,0	383	49,9	100,0	767	100,0

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

No que diz respeito ao nível de instrução, os dados indicam que a maior concentração de inquiridos se encontra nos ensinos secundário (24,8%) e superior (25,3%), evidenciando que o universo dos inquiridos apresenta níveis de escolaridade bastante satisfatórios. No Ensino Superior, as mulheres apresentam uma ligeira predominância (53,1%) sobre os homens (46,9%). Em contrapartida, os respondentes do sexo masculino representam a maior proporção, com 53,2% e 52,3%, respetivamente. Cabe destacar, entretanto, que entre os indivíduos sem nível de instrução, há uma predominância de mulheres (61,1%) sobre os homens (38,9%), indiciando uma disparidade educacional maior entre as mulheres nesse grupo. A nível de Ensino Básico/Primário e na Formação profissional/Ensino médio, as proporções são equilibradas, com uma ligeira diferença a favor do sexo masculino (51,2% e 50%, respetivamente).

Em relação à situação perante o emprego, a maioria da população inquirida está empregada (70,4%), com uma proporção ligeiramente maior entre os homens (72,4%) em comparação com as mulheres (68,4%). Cerca de 12% dos inquiridos declaram que se encontram sem trabalho de momento, sendo essa situação mais comum entre as mulheres (14,9% contra 9,1% entre os homens). A proporção de estudantes é semelhante entre os sexos, correspondendo a 7,8% do total, o que indica uma distribuição equilibrada nesse grupo. No seio dos aposentados, a percentagem é igual para ambos os sexos, com 8,1% ex-áqueo.

Tabela 4. Proporção dos inquiridos na população geral por sexo, segundo situação face ao emprego e rendimento

Variáveis	Sexo biológico							
	Masculino			Feminino			Total	
	Total	% (lin)	% (Col)	Total	% (lin)	% (Col)	Total	% (Col)
Situação perante o emprego								
Empregado(a)	278	51,5%	72,4%	262	48,5%	68,4%	540	70,4%
Sem trabalho de momento	35	38,0%	9,1%	57	62,0%	14,9%	92	12,0%
Estudante	31	51,7%	8,1%	29	48,3%	7,6%	60	7,8%
Incapacitado	8	72,7%	2,1%	3	27,3%	,8%	11	1,4%
Aposentado(a)	31	50,0%	8,1%	31	50,0%	8,1%	62	8,1%
Não responde	1	50,0%	,3%	1	50,0%	,3%	2	,3%
Rendimento								
Sem rendimento	62	47,3%	16,1%	69	52,7%	18,0%	131	17,1%
Até 15 mil	39	31,0%	10,2%	87	69,0%	22,7%	126	16,4%
16 a 30	92	50,8%	24,0%	89	49,2%	23,2%	181	23,6%
31 a 45	62	62,6%	16,1%	37	37,4%	9,7%	99	12,9%
46 a 60	35	47,3%	9,1%	39	52,7%	10,2%	74	9,6%
61 a 90	48	54,5%	12,5%	40	45,5%	10,4%	88	11,5%
91 a 120	23	62,2%	6,0%	14	37,8%	3,7%	37	4,8%
121 e mais	20	87,0%	5,2%	3	13,0%	0,8%	23	3,0%
Não Resposta	3	37,5%	0,8%	5	62,5%	1,3%	8	1,0%
Total	384	50,1%	100,0%	383	49,9%	100,0%	767	100,0%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

No que diz respeito ao rendimento, observa-se que uma parte significativa da população inquirida, 17,1%, declara que não possui rendimento, com maior incidência no sexo feminino 18,0 contra 16,1% entre os homens). A faixa de rendimento que concentra maior proporção de inquiridos situa-se entre os 16 e os 30 mil escudos cabo-verdianos (ECV), abrangendo 23,6% do total, com uma distribuição equilibrada entre os sexos, o que sugere que homens e mulheres ocupam, na sua maioria, posições que proporcionam rendimentos intermediários.

Nas faixas de rendimento mais elevadas, denota-se uma disparidade acentuada. Acima de 121 mil ECV, os homens representam 87,0% dos casos, evidenciando uma presença masculina muito mais expressiva entre os rendimentos elevados. Esse dado pode indiciar que os homens ainda predominam nos cargos ou atividades com melhores remunerações, o que poderá estar associado a fatores estruturais, como menor acesso das mulheres a posições de liderança ou setores de alta remuneração, além de possíveis barreiras de ascensão profissional para elas.

Relativamente à confissão religiosa dos inquiridos, nota-se que a maioria identifica-se como católica (64,1%), com predominância entre as mulheres (69,2%) em comparação aos homens (59,1%). De ressaltar que uma franja relevante de respondentes (19,9%) admite que não professa nenhuma religião, sendo maior no seio dos homens 66,7% contra 33,3% de mulheres). Outras religiões, como a Igreja Nazareno (3,5%), a Igreja Adventista (3,1%) e o Racionalismo Cristão (2,0%), apresentam variações pertinentes. Por exemplo, a Igreja

Nazarena tem maior adesão feminina (74,1%), enquanto o Racionalismo Cristão possui maior proporção de homens (66,7%).

Tabela 5. Distribuição da população inquirida por sexo e religião

Variáveis	Sexo biológico							
	Masculino			Feminino			Total	
	Total	(lin)	(Col)	Total	(lin)	(Col)	Total	(Col)
Religião								
Católica	227	46,1	59,1	265	53,9	69,2	492	64,1
Islâmica	4	66,7	1,0	2	33,3	,5	6	,8
Nazarena	7	25,9	1,8	20	74,1	5,2	27	3,5
Adventista	14	58,3	3,6	10	41,7	2,6	24	3,1
Universal do Reino de Deus	3	30,0	,8	7	70,0	1,8	10	1,3
Testemunha de Jeová	5	50,0	1,3	5	50,0	1,3	10	1,3
Racionalismo Cristão	10	66,7	2,6	5	33,3	1,3	15	2,0
Sem Religião	102	66,7	26,6	51	33,3	13,3	153	19,9
Não Responde	6	40,0	1,6	9	60,0	2,3	15	2,0
Outra	6	40,0	1,6	9	60,0	2,3	15	2,0
Total	384	50,1	100,0	383	49,9	100,0	767	100,0

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Esses resultados indicam que, apesar do catolicismo ser predominante, há uma importante diversidade religiosa na população inquirida, com variações relevantes na preferência e distribuição por sexo.

3.2. Conhecimento entre a População sobre a Comunidade LGBTQI+.

A análise dos conhecimentos, atitudes e opiniões da população cabo-verdiana em relação à comunidade LGBTQI+ é crucial para a construção de medidas de políticas que promovam uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os cidadãos, sem distinção de sexo, orientação sexual ou identidade de género possam desfrutar de dignidade e respeito.

De uma forma geral, a esmagadora maioria dos inquiridos (98,5%) afirma que já viu ou ouviu falar de questões de identidade de género, sendo ligeiramente maior no seio dos indivíduos do sexo masculino em relação feminino, 97,1% e 95,8%, respetivamente. O nível de conhecimento tende a ser maior no seio das pessoas com idades entre 30 a 49 anos e menor de entre as pessoas com mais de 60 anos. Os respondentes nos concelhos de Ribeira Grande (100%) e Praia (98,3%) manifestam um conhecimento mais elevado e os demais abaixo da média nacional.

Além disso, esse conhecimento propende, como era expetável, ser mais expressivo à medida que se eleva o nível de instrução dos inquiridos. Outrossim, os inquiridos em situação de emprego, com maior rendimento e estudantes demonstram um maior grau de conhecimento.

No que tange ao nível de conhecimento segundo confissão religiosa, constata-se que, globalmente, mantém-se elevado, não havendo diferenças relevantes em comparação com inquiridos que declaram não ter religião. No que se refere à nacionalidade, o conhecimento

é maior entre cabo-verdianos (96,6%) e pessoas com dupla nacionalidade (95%), sendo menor entre estrangeiros (83,3%).

Tabela 6. Níveis de conhecimento da população cabo-verdiana a respeito das questões de identidade de género e orientação sexual

Variáveis	Sim		Não		Total		Gráfico Sim
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	
Sexo							
Masculino	375	97,1%	9	2,3%	384	100,0%	
Feminino	368	95,8%	15	3,9%	383	100,0%	
Faixa etária							
18 a 24 anos	152	96,2%	4	2,6%	156	100,0%	
25 a 29 anos	95	96,9%	2	2,1%	97	100,0%	
30 a 34 anos	103	98,1%	2	1,9%	105	100,0%	
35 a 39 anos	91	98,9%	1	1,1%	92	100,0%	
40 a 49 anos	127	99,2%	1	0,8%	128	100,0%	
50 a 59 anos	86	95,6%	4	4,4%	90	100,0%	
60 e mais anos	89	89,9%	10	10,1%	99	100,0%	
Concelho							
Praia	293	98,3%	3	1,0%	296	100,0%	
Santa Catarina	101	96,2%	4	3,8%	105	100,0%	
São Filipe	58	96,7%	2	3,3%	60	100,0%	
Sal	92	92,9%	6	6,1%	98	100,0%	
São Vicente	137	93,8%	9	6,2%	146	100,0%	
Ribeira Grande	62	100,0%	0	0,0%	62	100,0%	
Nível de Instrução							
Sem nível de instrução	30	83,3%	6	16,7%	36	100,0%	
Ensino Básico / Primário	119	93,7%	8	6,3%	127	100,0%	
Ensino Secundário Incompleto	125	96,1%	3	2,3%	128	100,0%	
Ensino Secundário	186	97,4%	4	2,1%	190	100,0%	
Formação profissional/Ensino Médio	91	98,9%	1	1,1%	92	100,0%	
Ensino Superior	192	99,0%	2	1,0%	194	100,0%	
Situação perante emprego							
Empregado(a)	529	97,6%	11	2,0%	540	100,0%	
Sem trabalho de momento	88	95,7%	4	4,3%	92	100,0%	
Estudante	59	96,7%	1	1,7%	60	100,0%	
Incapacitado	10	90,9%	1	9,1%	11	100,0%	
Aposentado(a)	56	90,3%	6	9,7%	62	100,0%	
Rendimento							
Sem rendimento	129	98,5%	2	1,5%	131	100,0%	
Até 15 mil	123	96,0%	3	2,4%	126	100,0%	
16 a 30	175	96,1%	6	3,3%	181	100,0%	
31 a 45	95	96,0%	4	4,0%	99	100,0%	
46 a 60	71	95,9%	3	4,1%	74	100,0%	
61 a 90	87	98,9%	1	1,1%	88	100,0%	
91 a 120	36	97,3%	1	2,7%	37	100,0%	
121 e mais	22	95,7%	1	4,3%	23	100,0%	
Religião							
Católica	475	96,3%	17	3,5%	492	100,0%	
Islâmica	5	83,3%	1	16,7%	6	100,0%	
Nazarena	26	96,3%	1	3,7%	27	100,0%	
Adventista	23	95,8%	1	4,2%	24	100,0%	
Universal do Reino de Deus	10	100,0%	0	0,0%	10	100,0%	
Testemunha de Jeová	10	100,0%	0	0,0%	10	100,0%	
Racionalismo Cristão	14	93,3%	1	6,7%	15	100,0%	
Sem Religião	149	97,4%	3	2,0%	153	100,0%	
Não Responde	14	93,3%	0	0,0%	15	100,0%	
Outra	15	100,0%	0	0,0%	15	100,0%	
Nacionalidade							
Cabo-verdiana	719	96,6%	22	3,0%	741	100,0%	
Dupla nacionalidade	19	95,0%	1	5,0%	20	100,0%	
Estrangeira	5	83,3%	1	16,7%	6	100,0%	
Total	743	96,9%	24	3,1%	767	100,0%	

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

3.2.1. Conhecimento e compreensão da temática LGBTQI+

Indagados a respeito do conhecimento sobre a sigla LGBTQI+, observa-se diferentes níveis de familiaridade com ela, em número que varia em função de fatores sociodemográficos, município de residência, nível de instrução, situação de emprego, faixa de rendimento, religião e nacionalidade.

Em geral, denota-se que a maioria dos inquiridos (51,7%) declara ter conhecimento moderado ou elevado da sigla LGBTQI+, sendo mais expressivo no seio das pessoas do sexo feminino (55,5%) que no do sexo masculino (48%). Por faixa etária, o conhecimento é mais elevado entre jovens de 18 a 29 anos, com destaque para aqueles entre 25 a 29 anos (60,6%). Já entre as pessoas de 60 anos ou mais, apenas 34,8% apresentam conhecimento positivo.

Nos concelhos da Praia e de São Vicente, os dois maiores centros urbanos do país, o grau de conhecimento está acima da média nacional, 57,2% e 55,5%, respetivamente. Por sua vez, os municípios do Sal (40,7%) e de São Filipe (43,1%) patenteiam percentuais mais baixos de conhecimento.

O conhecimento sobre a sigla LGBTQI+ aumenta significativamente à medida que se eleva o grau de instrução dos respondentes, sendo 68,8% inquiridos com formação superior, 62,2% para quem possui formação profissional/Ensino Médio e 59,5% para os habilitados com Ensino Secundário. Tanto é assim que, no seio das pessoas sem instrução ou com Ensino Básico, apenas 10% e 30%, respetivamente, têm conhecimento dessa sigla.

Por situação perante o emprego, pessoas incapacitadas e empregadas apresentam altos níveis de conhecimento, 70% e 54,2%, respetivamente, enquanto aposentados têm o menor nível (33,9%), que integram a faixa etária dos 60 anos e mais.

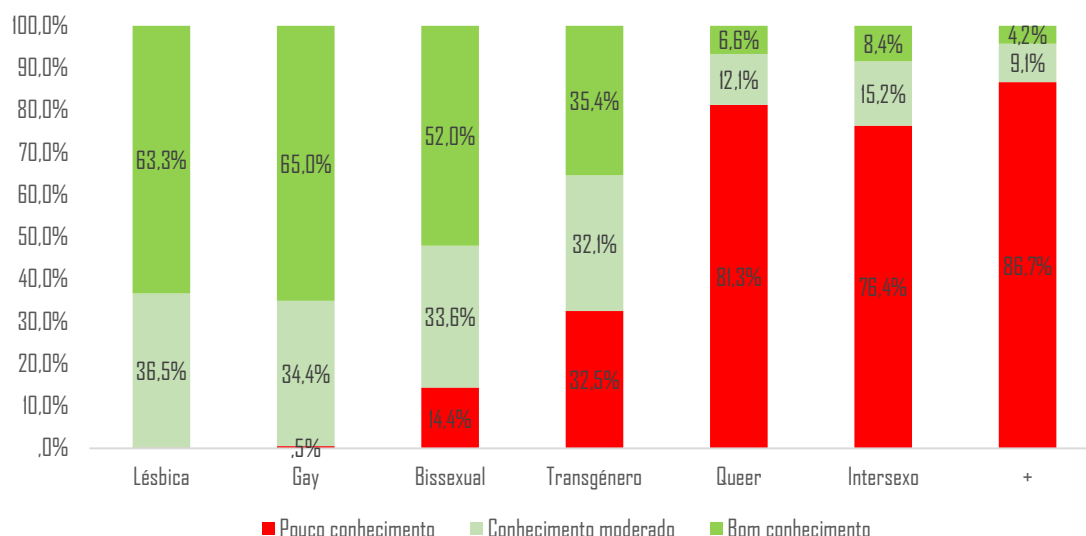
Ao se examinar a profundidade de conhecimento segundo rendimento, constata-se que indivíduos com rendimentos superiores, a partir dos 61 mil escudos, apresentam percentagens mais elevadas de conhecimento que varia entre 67,8% a 90,9%, evidenciando que o nível de rendimento tem uma influência relevante no grau de conhecimento específico sobre a sigla LGBTQI+.

No que se refere à variável religião, verifica-se que os nazarenos (57,7%), seguidos dos católicos (51,1%), demonstram maior grau de conhecimento, enquanto nos das demais confissões, sobretudo os islâmicos, o nível de conhecimento tende a ser muito baixo.

Em suma, os dados revelam uma tendência de maior conhecimento sobre LGBTQI+ entre os respondentes do sexo feminino, jovens, residentes de áreas urbanas, pessoas com maior escolaridade e rendimentos mais altos.

Os níveis de conhecimento da população inquirida sobre as diferentes identidades de género e orientação sexual indicam que as orientações sexuais gay e lésbica são as mais conhecidas, com 65% e 63,3%, respetivamente, seguidas de bissexuais com 52%. De referir que 1 em cada 3 pessoas tem um grau de conhecimento da identidade Transgénero, sendo que demais identidades queer, intersexo e outras (+) são pouco conhecidas, com 81,3%, 76,4% e 86,7% de "Pouco conhecimento", respetivamente.

Gráfico 1. Níveis de conhecimento avaliados em função das Identidades de género e orientação sexual



Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face as pessoas LGBTQI+/2024

Esses dados mostram que a sociedade cabo-verdiana tem um entendimento mais consolidado sobre a orientação sexual – gay, lésbica e bissexual - apresentando níveis relativamente baixos de conhecimento em relação a identidades de género – transgénero, queer, inter sexo. Esse padrão pode estar associado à visibilidade mais ampla das pessoas gays e lésbicas, tanto em espaços públicos quanto nos media, enquanto identidades menos tradicionais, como queer e intersexo, tendem a receber menos destaque, resultando em um conhecimento menos difundido sobre essas vivências.

3.2.2. Nível de conhecimento/compreensão sobre os termos LGBTQI+

Ao serem questionados a respeito da compreensão de termos relacionados à orientação sexual e identidade, verifica-se que 22,2% declaram que se sentem relativamente esclarecidos, 75% dizem ter um conhecimento básico, pese embora não se consideram totalmente esclarecidos, e somente 2,8% afirmam não ter conhecimento sobre o tema.

De uma forma geral, nota-se que o nível de conhecimento e compreensão tende a ser maior no seio dos jovens nas faixas etárias dos 18-24 anos e adultos de 40-49 e das pessoas mais instruídas e residentes nos concelhos da Praia e São Vicente.

Em suma, os dados apontam que o nível de instrução contribui para a elevação do nível de educação e, consequentemente, para a apropriação de novas ideias e atitudes que são determinantes para a promoção da compreensão de temas relacionados à diversidade.

Tabela 7. Nível de conhecimento/compreensão sobre os termos LGBTQI+

Variáveis sociodemográficas	Tenho um bom entendimento e me sinto relativamente esclarecido sobre o assunto	Tenho um conhecimento básico, mas não me sinto totalmente esclarecido	Não tenho nenhum conhecimento ou entendimento sobre o assunto
Sexo			
Masculino	26,9	71,5	1,6
Feminino	27,6	70,8	1,6
Concelho			
Praia	35,0	64,6	,3
Santa Catarina	26,0	72,1	1,9
São Filipe	15,0	83,3	1,7
Sal	11,3	86,6	2,1
São Vicente	31,5	64,4	4,1
Ribeira Grande	19,4	80,6	0,0
Faixa etária			
18 a 24 anos	29,5	69,9	,6
25 a 29 anos	30,9	69,1	0,0
30 a 34 anos	29,5	68,6	1,9
35 a 39 anos	23,9	76,1	0,0
40 a 49 anos	29,1	70,9	0,0
50 a 59 anos	28,9	68,9	2,2
60 e mais anos	17,2	75,8	7,1
Nível de Instrução			
Sem nível de instrução	0,0	88,9	11,1
Ensino Básico / Primário	5,6	90,5	4,0
Ensino Secundário Incompleto	17,2	82,0	,8
Ensino Secundário	30,7	68,3	1,1
Formação profissional/Ensino Médio	31,9	68,1	0,0
Ensino Superior	47,7	52,3	0,0
Média Geral	22,2	75,0	2,8

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, fase às pessoas LGBTQI+/2024

3.2.3. Fontes/Meios de Acesso à Informação sobre a Comunidade LGBTQI+

A aprendizagem sobre temas relacionados à identidade de género e orientação sexual ocorre, principalmente, nos ambientes onde as pessoas interagem ao longo da vida, como a família, a comunidade, as redes sociais e instituições de ensino.

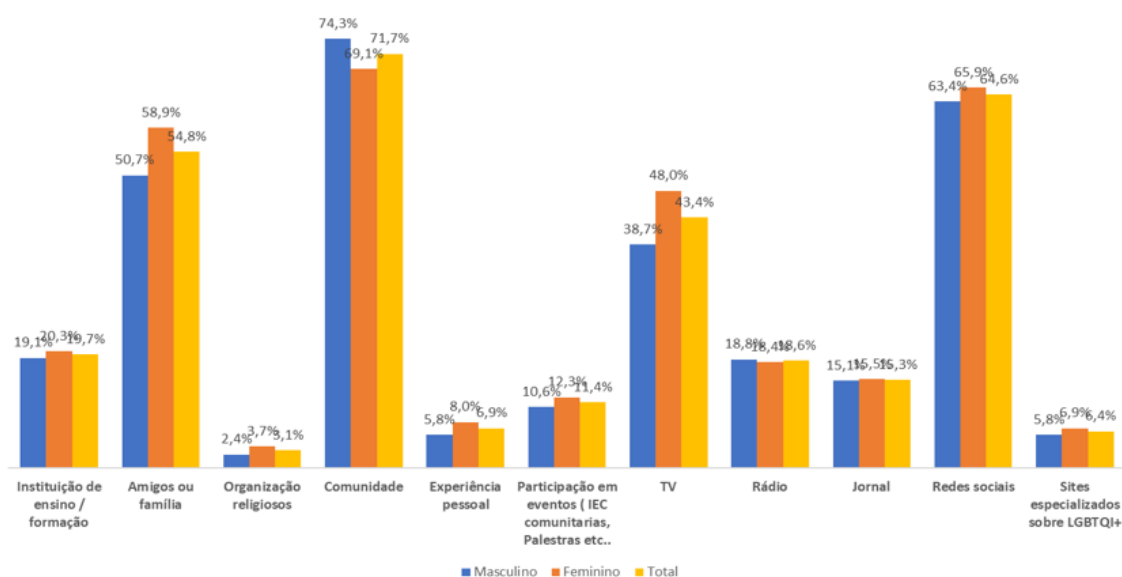
Contudo, o debate sobre sexualidade ainda é marcado por constrangimentos, refletindo uma construção histórica da sexualidade como um tema de forte conotação moral, muitas vezes associado a tabus e repressões. De acordo com Louro (2015) esse contexto é influenciado por períodos históricos em que a sexualidade foi limitada a discussões no âmbito médico e

psiquiátrico, reforçando barreiras para o diálogo aberto e para a educação mais abrangente sobre o tema e na forma como as diferentes fontes de informação contribuem para o conhecimento da temática relacionada com LGBTQI+.

Os resultados indicam que a comunidade e o círculo de amigos e familiares têm um papel central nesse processo de aprendizagem, sendo mencionados por 71,7% e 54,8% dos inquiridos, respetivamente. As redes sociais também se destacam, alcançando 64,6, enquanto a TV é uma fonte relevante para 43,4% dos participantes.

No entanto, a influência das instituições de ensino ainda é limitada, pois, apenas 19,7% dos inquiridos mencionam esses espaços como fonte de aprendizado sobre LGBTQI+, o que apela para a necessidade de se incluir a temática no contexto educacional formal de forma mais expressiva. e acessível.

Gráfico 2. Fontes/Meios de acesso à informação sobre LGBTQI+



Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, fase às pessoas LGBTQI+/2024

Assim, a construção de uma compreensão mais inclusiva e informada sobre identidade de género e orientação sexual passa pela ampliação do diálogo em espaços públicos e privados, rompendo com a abordagem tradicional e restritiva, promovendo uma educação que reconheça a diversidade sexual como parte integrante da experiência humana.

Além disso, esses dados indicam, igualmente, que as mulheres tendem a ter um leque mais diversificado de fontes de informação sobre LGBTQI+, com maior acesso via amigos, família, redes sociais e TV. Já entre os homens, a comunidade desempenha um papel mais central na obtenção dessas informações.

3.3. Aceitação e Relacionamento da População com Pessoas LGBTQI+

De acordo com Barbosa&all (2024) a aceitação social é uma componente fundamental para a qualidade de vida e saúde mental de qualquer indivíduo, principalmente para esse público, que frequentemente enfrenta problemas únicos devido à sua orientação sexual e identidade de género. Num contexto das sociedades modernas, não obstante observar-se avanços significativos no campo dos direitos civis, ainda persistem barreiras substanciais ao

reconhecimento e à aceitação plena dos direitos estabelecidos. Essa dualidade gera uma dinâmica complexa que afeta diretamente o bem-estar psicológico e emocional de pessoas LGBTQI+.

Conforme destacado por De Rezende et al. (2023), investigar o impacto da aceitação ou rejeição social no bem-estar dessa população torna-se essencial, pois, essas experiências influenciam profundamente suas vivências diárias e a sua qualidade de vida. Essa análise também abre espaço para a discussão sobre o papel das políticas públicas e programas sociais que promovam maior inclusão e respeito pela diversidade, sendo essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

Para possibilitar uma análise mais aprofundada sobre a aceitação e o relacionamento da população em geral, com as pessoas LGBTQI+, iniciou-se com questões mais abstratas como a aceitação e, posteriormente, aprofundou-se com perguntas tais como “postura perante a vizinhança, interações e relacionamentos”.

3.3.1. Auto Percepção sobre a Aceitação Geral das Pessoas LGBTQI+

A análise dos níveis de aceitação, segmentada por variáveis como sexo, escolaridade, renda, concelho, idade e religião revela padrões importantes que destacam a necessidade de estratégias inclusivas específicas.

Globalmente, constata-se que a maioria dos inquiridos (57,6%) declara que “aceita” pessoas LGBTQI+. De todo modo, os nossos entrevistados deixam a entender que essa “aceitação” está prenhe de ambiguidades. Isto porque se por um lado são aceites, sobretudo nos círculos de relacionamento mais próximos (amigos), por outro lado, no dia a dia, as pessoas os/as denominam de “patxitxa”, “maricas”, o que evidencia a persistência de categorias estigmatizantes. Aliás, uma das entrevistadas narrou o seguinte: “Uma vizinha me falou: filha estragaste a tua sorte porque vives com uma mulher. Agora nenhum homem te vai querer...isso é mau, porque às mulheres não dão nada! Quem dá são os homens.”.

No que tange ao sexo, as pessoas do sexo feminino mostram-se mais recetivas à comunidade LGBTQI+ (64%) em comparação com as do sexo masculino (51,3%). Esse dado indica uma maior aceitação feminina, possivelmente refletindo uma atitude mais inclusiva e empática que contribui para um ambiente social mais favorável ao bem-estar de indivíduos LGBTQI+.

Quanto ao nível de instrução, a aceitação cresce com a escolaridade, pois, pessoas com Ensino Secundário ou Superior apresentam aceitação positiva de 66,3% e 63,9%, respetivamente. Em contraste, aqueles sem instrução apresentam uma aceitação positiva significativamente baixa (27,8%), o que revela que o acesso à educação pode promover uma maior compreensão e respeito pela diversidade, funcionando como um mediador importante para a inclusão social.

Em relação ao rendimento, observa-se, igualmente, uma relação entre maior renda e maior aceitação, com destaque para a faixa de 91 a 120 mil escudos (66,2%), indiciando que indivíduos com maiores rendimentos têm maior acesso a informações e ambientes que promovem a diversidade, favorecendo uma atitude de aceitação e respeito.

Numa análise por concelho, denota-se uma variação relevante entre os municípios abrangidos, sendo o concelho de São Vicente o que apresenta maior aceitação (80,1%), enquanto São Filipe a mais baixa, 42,5%. Essa disparidade pode indicar diferenças regionais

culturais e sociais que afetam diretamente o nível de aceitação e, consequentemente, o bem-estar de indivíduos LGBTQI+ em cada região.

Em relação à idade, os inquiridos pertencentes às faixas etárias mais jovens, especialmente os 25 a 29 anos, demonstram maior aceitação (65,5%), em contraste com a faixa de 60 anos ou mais, que apresenta uma aceitação de apenas 43,4%. Isto reflete uma clara evolução geracional na aceitação da diversidade sexual e de género, o que evidencia o impacto de mudanças sociais e culturais recentes sobre as atitudes das gerações mais novas.

Tabela 8. Níveis de aceitação da população geral em relação às pessoas LGBTQI+

Variáveis de cruzamento	Nenhuma aceitação	Muito pouca	Pouca	Com moderação	Indiferente	Moderada	Boa aceitação	Elevada aceitação	Não sabe / Não responde
Sexo									
Masculino	10,7%	9,4%	3,9%	5,5%	32,3%	9,1%	5,5%	20,6%	3,1%
Feminino	7,6%	5,7%	3,7%	4,2%	26,1%	7,0%	7,3%	36,6%	1,8%
Nível de Instrução									
Sem nível de instrução	47,2%	8,3%	0,0%	0,0%	16,7%	11,1%	0,0%	8,3%	8,3%
Ensino Básico / Primário	18,1%	14,2%	9,4%	6,3%	22,0%	6,3%	5,5%	16,5%	1,6%
Ensino Secundário Incompleto	4,7%	7,0%	3,9%	7,0%	32,0%	7,8%	6,3%	30,5%	0,8%
Ensino Secundário	3,2%	5,3%	2,6%	5,8%	29,5%	8,4%	8,4%	34,7%	2,1%
Formação profissional/Ensino Médio	7,6%	7,6%	1,1%	1,1%	42,4%	4,3%	5,4%	28,3%	2,2%
Ensino Superior	5,7%	5,7%	3,1%	4,1%	27,8%	10,3%	6,7%	33,0%	3,6%
Rendimento									
Sem rendimento	6,1%	6,1%	3,8%	4,6%	29,0%	4,6%	9,2%	33,6%	3,1%
Até 15 mil	12,7%	9,5%	5,6%	6,3%	23,0%	7,9%	4,8%	29,4%	0,8%
16 a 30	11,6%	9,4%	2,8%	5,5%	25,4%	8,8%	6,6%	27,1%	2,8%
31 a 45	7,1%	11,1%	6,1%	3,0%	39,4%	8,1%	4,0%	20,2%	1,0%
46 a 60	8,1%	2,7%	2,7%	2,7%	33,8%	4,1%	8,1%	36,5%	1,4%
61 a 90	5,7%	8,0%	3,4%	4,5%	33,0%	10,2%	6,8%	26,1%	2,3%
91 a 120	8,1%	0,0%	2,7%	8,1%	24,3%	13,5%	0,0%	40,5%	2,7%
121 e mais	8,7%	0,0%	0,0%	0,0%	34,8%	21,7%	8,7%	17,4%	8,7%
Concelho									
Praia	11,8%	9,5%	2,4%	2,4%	29,1%	5,1%	6,1%	29,4%	4,4%
Santa Catarina	12,4%	3,8%	3,8%	7,6%	26,7%	10,5%	4,8%	28,6%	1,9%
São Filipe	23,3%	15,0%	0,0%	0,0%	38,3%	0,0%	0,0%	23,3%	0,0%
Sal	2,0%	8,2%	11,2%	16,3%	33,7%	15,3%	5,1%	7,1%	1,0%
São Vicente	3,4%	2,7%	0,7%	0,0%	21,9%	9,6%	10,3%	49,3%	2,1%
Ribeira Grande	1,6%	8,1%	9,7%	9,7%	35,5%	11,3%	9,7%	14,5%	0,0%
Faixa etária									
18 a 24 anos	3,2%	5,8%	1,3%	6,4%	32,1%	7,7%	7,7%	33,3%	2,6%
25 a 29 anos	5,2%	6,2%	1,0%	6,2%	27,8%	8,2%	9,3%	34,0%	2,1%
30 a 34 anos	7,6%	8,6%	5,7%	4,8%	32,4%	3,8%	2,9%	30,5%	3,8%
35 a 39 anos	5,4%	6,5%	5,4%	8,7%	27,2%	4,3%	7,6%	32,6%	2,2%
40 a 49 anos	10,9%	7,8%	6,3%	2,3%	28,1%	9,4%	6,3%	27,3%	1,6%
50 a 59 anos	4,4%	12,2%	5,6%	3,3%	33,3%	6,7%	6,7%	27,8%	0,0%
60 e mais anos	29,3%	7,1%	2,0%	2,0%	22,2%	16,2%	4,0%	12,1%	5,1%
Religião									
Católica	9,1%	6,3%	4,5%	3,7%	27,6%	9,1%	5,9%	31,5%	2,2%
Islâmica	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%
Nazarena	3,7%	14,8%	3,7%	0,0%	40,7%	3,7%	3,7%	25,9%	3,7%
Adventista	16,7%	37,5%	4,2%	4,2%	25,0%	0,0%	4,2%	8,3%	0,0%
Universal do Reino de Deus	0,0%	10,0%	10,0%	0,0%	60,0%	0,0%	10,0%	10,0%	0,0%
Testemunha de Jeová	50,0%	20,0%	0,0%	10,0%	10,0%	0,0%	0,0%	10,0%	0,0%
Racionalismo Cristão	0,0%	0,0%	6,7%	13,3%	33,3%	13,3%	13,3%	20,0%	0,0%
Sem Religião	5,9%	5,2%	1,3%	9,2%	28,8%	9,2%	9,8%	28,1%	2,6%
Não Responde	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	53,3%	0,0%	0,0%	13,3%	13,3%
Outra	20,0%	0,0%	6,7%	6,7%	33,3%	0,0%	0,0%	26,7%	6,7%
	9,1%	7,6%	3,8%	4,8%	29,2%	8,1%	6,4%	28,6%	2,5%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, fase às pessoas LGBTQI+ / 2024

Finalmente, a variável religião exerce influência marcante nos níveis de aceitação. A religião Católica registra uma aceitação relativamente alta (60,4%), enquanto grupos religiosos como os Testemunhas de Jeová têm apenas 15% de aceitação positiva. Esse contraste pode evidenciar como diferentes crenças religiosas moldam atitudes em relação à comunidade LGBTQI+, sendo um fator relevante para o desenvolvimento de abordagens inclusivas que considerem as particularidades de cada grupo.

3.3.2. Relação entre o Nível de Conhecimento sobre as questões LGBTQI+ e o Nível de aceitação da População Cabo-Verdiana

O cruzamento das variáveis “conhecimento” e “aceitação” sobre as questões LGBTQI+, evidencia que um maior conhecimento está associado a uma maior aceitação da comunidade LGBTQI+, pois, os grupos com maior nível de conhecimento e compreensão sobre as questões LGBTQI+ (sexo feminino, pessoas mais jovens, residentes em áreas urbanas e com maior escolaridade) manifestam uma maior aceitação das pessoas LGBTQI+. Inversamente, níveis mais baixos de conhecimento estão correlacionados a níveis mais baixos de aceitação, como observado entre pessoas mais idosas, menos escolarizadas e pertencentes a alguns grupos religiosos mais conservadores. De uma forma mais específica, os dados indicam as seguintes tendências:

- a. As pessoas do sexo feminino têm maior conhecimento declarado sobre as questões LGBTQI+ 27,6% revelam boa compreensão e demonstram maior aceitação (64%) do que os homens (51,3%). Isso pode estar relacionado, possivelmente, a uma maior exposição ou receptividade a debates inclusivos entre mulheres;
- b. Os jovens, particularmente entre 18-29 anos, têm maior conhecimento positivo e aceitação, enquanto as pessoas da faixa etária de 60 ou mais anos apresentam níveis mais baixos em ambas as dimensões. Este padrão sugere um impacto geracional, com as gerações mais jovens crescendo em contextos de maior visibilidade e diálogo sobre diversidade sexual e de género;
- c. Indivíduos habilitados com Ensino Superior têm os maiores níveis de conhecimento positivo (68,8%) e aceitação (63,9% com boa/elevada aceitação). Pessoas sem instrução apresentam níveis mais baixos em ambos os indicadores. Isso destaca o papel fundamental da educação na promoção de valores inclusivos;
- d. Concelhos urbanos como Praia e São Vicente apresentam maior conhecimento e aceitação, enquanto concelhos como São Filipe e Sal têm níveis inferiores. Isso reflete a influência do ambiente cultural e do acesso à informação.

Os termos mais conhecidos dizem respeito às orientações sexuais mais tradicionais (gay e lésbica), enquanto identidades menos convencionais, como queer, intersexo e o símbolo "+" (outras identidades), apresentam baixos níveis de conhecimento e aceitação. Essa diferença pode ser atribuída à maior visibilidade de gays e lésbicas nos media e espaços públicos, enquanto identidades menos tradicionais permanecem invisíveis para grande parte da população.

A relação entre conhecimento e aceitação indica que a educação e a informação são ferramentas cruciais para reduzir preconceitos, aumentar a aceitação da diversidade e as

diferenças por fatores como idade, instrução e local de residência apontam para a necessidade de estratégias específicas. Importa realçar que as principais fontes de informação são as redes sociais, a comunidade e o círculo de amigos/família, enquanto as instituições de ensino desempenham um papel menor. Isto aponta para a necessidade de um esforço institucional mais estruturado para incluir a temática LGBTQI+ na educação formal e em campanhas públicas.

3.3.3. Hétero Apreciação quanto aos Níveis de Aceitação das Pessoas LGBTQI+ na Comunidade/Localidade

Examinando os níveis de aceitação com base na hétero-apreciação dos inquiridos, ou seja, na forma como interpretam que as comunidades onde residem percebem as pessoas LGBTQI+, nota-se que subsistem barreiras sociais mais amplas, em parte influenciadas por normas e percepções locais. Isto oferece uma visão indireta sobre o nível de tolerância ou discriminação comunitária, designadamente:

Por sexo: apesar de ambos os sexos apontarem para uma baixa aceitação comunitária, observa-se uma diferença marginal entre os géneros (23,8% para homens e 23% para mulheres). Isso pode indicar uma percepção de rejeição de modo uniforme entre os géneros.

Nível de instrução: pessoas com menor nível de escolaridade mostram uma visão mais negativa sobre a aceitação LGBTQI+ em suas comunidades, como demonstrado pelos que não possuem instrução formal, em que apenas 9,7% revelam aceitação positiva. A progressão educacional está correlacionada a percepções tendencialmente mais otimistas, embora moderadas.

Por nível de rendimento: o rendimento figura como uma variável que também influencia a percepção. Indivíduos com rendimentos mais elevados (121 mil escudos ou mais) apresentam uma visão mais positiva (37%), possivelmente por viverem em contextos sociais com maior aceitação, enquanto os com rendimentos intermédios tendem a ter menor aceitação (20,6%-28,2%).

Por Concelho: São Vicente tem a maior apreciação positiva (39,4%), sugerindo uma visão de aceitação mais inclusiva em relação aos demais concelhos. Em contraste, Ribeira Grande apresenta uma baixa aceitação (8,9%), possivelmente devido a diferenças culturais ou de convivência comunitária mais restritivas.

Religião: os grupos religiosos apresentam apreciações diversas, sendo os membros de confissões, como Adventistas e Testemunhas de Jeová, manifestam uma visão mais conservadora.

Estes resultados enfatizam a relevância das variáveis cultural e socioeconómica sobre a percepção do comportamento comunitário em relação à aceitação LGBTQI+, pois, fatores como educação, renda e localização influenciam a hétero percepção.

Tabela 9. Heteropercepção sobre o nível de aceitação da comunidade/localidade em relação às pessoas LGBTQI+

Variáveis	Nenhuma aceitação	Muito pouca	Pouca	Com moderação	Indiferente	Moderada	Boa aceitação	Elevada aceitação	Não sabe / Não responde
Sexo									
Masculino	3,9%	29,7%	10,2%	12,8%	21,6%	6,3%	3,4%	3,4%	8,9%
Feminino	5,2%	27,9%	13,3%	16,4%	15,7%	7,3%	3,7%	4,2%	6,3%
Nível de Instrução									
Sem nível de instrução	19,4%	38,9%	5,6%	8,3%	8,3%	5,6%	0,0%	0,0%	13,9%
Ensino Básico / Primário	7,9%	28,3%	15,0%	13,4%	18,1%	3,9%	3,9%	2,4%	7,1%
Ensino Secundário Incompleto	3,1%	21,9%	12,5%	17,2%	22,7%	7,0%	4,7%	4,7%	6,3%
Ensino Secundário	2,6%	26,8%	11,6%	20,0%	18,9%	6,8%	3,2%	3,7%	6,3%
Formação profissional/Ensino Médio	2,2%	34,8%	12,0%	9,8%	20,7%	3,3%	4,3%	6,5%	6,5%
Ensino Superior	3,6%	30,9%	10,3%	11,9%	17,0%	10,3%	3,1%	3,6%	9,3%
Rendimento									
Sem rendimento	4,60%	28,20%	9,20%	13,00%	24,40%	6,10%	3,80%	6,10%	4,60%
Até 15 mil	5,60%	26,20%	14,30%	20,60%	15,90%	6,30%	1,60%	4,80%	4,80%
16 a 30	5,50%	28,70%	13,30%	15,50%	17,10%	7,70%	4,40%	1,70%	6,10%
31 a 45	3,00%	27,30%	12,10%	13,10%	24,20%	6,10%	1,00%	4,00%	9,10%
46 a 60	6,80%	29,70%	12,20%	8,10%	17,60%	5,40%	5,40%	5,40%	9,50%
61 a 90	2,30%	45,50%	5,70%	11,40%	15,90%	6,80%	2,30%	3,40%	6,80%
91 a 120	0,00%	16,20%	18,90%	21,60%	16,20%	2,70%	8,10%	2,70%	13,50%
121 e mais	4,30%	13,00%	8,70%	13,00%	13,00%	21,70%	8,70%	0,00%	17,40%
Concelho									
Praia	3,7%	30,1%	6,8%	9,1%	22,0%	6,1%	4,1%	5,7%	12,5%
Santa Catarina	17,1%	48,6%	6,7%	12,4%	8,6%	1,9%	0,0%	1,9%	2,9%
São Filipe	6,7%	58,3%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	10,0%	0,0%
Sal	0,0%	13,3%	31,6%	27,6%	22,4%	4,1%	0,0%	0,0%	1,0%
São Vicente	1,4%	10,3%	12,3%	21,2%	14,4%	19,2%	10,3%	2,7%	8,2%
Ribeira Grande	0,0%	29,0%	22,6%	22,6%	17,7%	0,0%	0,0%	0,0%	8,1%
Faixa etária									
18 a 24 anos	5,1%	26,3%	10,9%	16,7%	22,4%	7,1%	3,2%	4,5%	3,8%
25 a 29 anos	2,1%	30,9%	13,4%	21,6%	14,4%	8,2%	0,0%	3,1%	6,2%
30 a 34 anos	4,8%	28,6%	13,3%	12,4%	21,0%	2,9%	1,9%	6,7%	8,6%
35 a 39 anos	3,3%	30,4%	14,1%	15,2%	21,7%	6,5%	2,2%	2,2%	4,3%
40 a 49 anos	4,7%	28,9%	10,9%	11,7%	21,9%	4,7%	4,7%	3,1%	9,4%
50 a 59 anos	3,3%	28,9%	10,0%	15,6%	16,7%	11,1%	6,7%	2,2%	5,6%
60 e mais anos	8,1%	29,3%	10,1%	9,1%	9,1%	8,1%	6,1%	4,0%	16,2%
Religião									
Católica	6,3%	30,1%	11,6%	14,2%	16,1%	5,5%	4,5%	4,5%	7,3%
Islâmica	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%
Nazarena	0,0%	29,6%	7,4%	14,8%	29,6%	3,7%	0,0%	7,4%	7,4%
Adventista	4,2%	33,3%	12,5%	0,0%	29,2%	12,5%	0,0%	0,0%	8,3%
Universal do Reino de Deus	10,0%	0,0%	20,0%	10,0%	20,0%	30,0%	0,0%	10,0%	0,0%
Testemunha de Jeová	0,0%	20,0%	10,0%	10,0%	40,0%	10,0%	0,0%	0,0%	10,0%
Racionalismo Cristão	13,3%	26,7%	6,7%	26,7%	13,3%	0,0%	6,7%	0,0%	6,7%
Sem Religião	0,0%	25,5%	12,4%	19,6%	19,6%	11,1%	2,6%	2,6%	6,5%
Não Responde	0,0%	20,0%	13,3%	0,0%	53,3%	0,0%	0,0%	0,0%	13,3%
Outra	0,0%	40,0%	20,0%	13,3%	13,3%	0,0%	0,0%	0,0%	13,3%
Total	4,6%	28,8%	11,7%	14,6%	18,6%	6,8%	3,5%	3,8%	7,6%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, fase às pessoas LGBTQI+ /2024

3.3.4.A tolerância em relação a Vizinhança das Pessoas LGBTQI+

Para se estabelecer uma comparação com os dados dos inquéritos realizados pelo Afrobarometer, introduziu-se no questionário uma questão semelhante à colocada por essa entidade - *diga-me se você gostaria que pessoas homossexuais fossem seus vizinhos?*

A maioria da população (61,4%) respondeu "Não importaria", indicando neutralidade quanto ao fato de ter vizinhos homossexuais. Um total de 16,3% afirmou "Gostaria fortemente", refletindo aceitação positiva. Entretanto, 6,6% expressaram "Desgosto fortemente", evidenciando uma parcela que ainda rejeita.

Nos resultados do Afrobarometer (2022), a resposta “Não importaria” foi de 72%, mas é importante assinalar que no caso desse inquérito não há uma pergunta específica e que a variável homossexual estava integrada num conjunto que incluía estrangeiros, etc.

Tabela 10. Tolerância em relação a vizinhança de pessoas LGBTQI+

Variáveis de cruzamentos	P10.1 Diga-me se você gostaria que pessoas homossexuais fossem seus vizinhos?											
	Desgosto		Desgosto um		Não importaria		Gostaria pouco		Gostaria		Prefiro não	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo												
Masculino	27	7,0%	39	10,2%	236	61,5%	11	2,9%	47	12,2%	24	6,3%
Feminino	24	6,3%	12	3,1%	235	61,4%	16	4,2%	78	20,4%	18	4,7%
Faixa etária												
18 a 24 anos	4	2,6%	10	6,4%	86	55,1%	8	5,1%	38	24,4%	10	6,4%
25 a 29 anos	4	4,1%	4	4,1%	58	59,8%	2	2,1%	23	23,7%	6	6,2%
30 a 34 anos	5	4,8%	6	5,7%	66	62,9%	5	4,8%	20	19,0%	3	2,9%
35 a 39 anos	2	2,2%	4	4,3%	66	71,7%	2	2,2%	11	12,0%	7	7,6%
40 a 49 anos	8	6,3%	8	6,3%	81	63,3%	6	4,7%	18	14,1%	7	5,5%
50 a 59 anos	5	5,6%	10	11,1%	60	66,7%	3	3,3%	9	10,0%	3	3,3%
60 e mais anos	23	23,2%	9	9,1%	54	54,5%	1	1,0%	6	6,1%	6	6,1%
Nível de Instrução												
Sem nível de instrução	14	38,9%	4	11,1%	12	33,3%	0	0,0%	1	2,8%	5	13,9%
Ensino Básico / Primário	18	14,2%	18	14,2%	72	56,7%	1	,8%	11	8,7%	7	5,5%
Ensino Secundário Incompleto	3	2,3%	14	10,9%	81	63,3%	4	3,1%	22	17,2%	4	3,1%
Ensino Secundário	5	2,6%	5	2,6%	120	63,2%	11	5,8%	39	20,5%	10	5,3%
Formação profissional/Ensino Médio	6	6,5%	2	2,2%	57	62,0%	4	4,3%	18	19,6%	5	5,4%
Ensino Superior	5	2,6%	8	4,1%	129	66,5%	7	3,6%	34	17,5%	11	5,7%
Rendimento												
Sem rendimento	7	5,3%	12	9,2%	65	49,6%	9	6,9%	35	26,7%	3	2,3%
Até 15 mil	12	9,5%	10	7,9%	81	64,3%	2	1,6%	13	10,3%	8	6,3%
16 a 30	13	7,2%	12	6,6%	112	61,9%	6	3,3%	27	14,9%	11	6,1%
31 a 45	11	11,1%	3	3,0%	63	63,6%	3	3,0%	10	10,1%	9	9,1%
46 a 60	1	1,4%	3	4,1%	46	62,2%	3	4,1%	15	20,3%	6	8,1%
61 a 90	5	5,7%	7	8,0%	52	59,1%	4	4,5%	17	19,3%	3	3,4%
91 a 120	1	2,7%	2	5,4%	26	70,3%	0	0,0%	7	18,9%	1	2,7%
121 e mais	0	0,0%	1	4,3%	21	91,3%	0	0,0%	1	4,3%	0	0,0%
Concelho												
Praia	25	8,4%	14	4,7%	163	55,1%	14	4,7%	55	18,6%	25	8,4%
Santa Catarina	8	7,6%	9	8,6%	65	61,9%	5	4,8%	10	9,5%	8	7,6%
São Filipe	12	20,0%	6	10,0%	27	45,0%	0	0,0%	13	21,7%	2	3,3%
Sal	1	1,0%	9	9,2%	72	73,5%	3	3,1%	11	11,2%	2	2,0%
São Vicente	4	2,7%	4	2,7%	98	67,1%	4	2,7%	32	21,9%	4	2,7%
Ribeira Grande	1	1,6%	9	14,5%	46	74,2%	1	1,6%	4	6,5%	1	1,6%
Religião												
Católica	38	7,7%	25	5,1%	320	65,0%	16	3,3%	75	15,2%	18	3,7%
Islâmica	3	50,0%	1	16,7%	2	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Nazarena	0	0,0%	3	11,1%	19	70,4%	0	0,0%	4	14,8%	1	3,7%
Adventista	2	8,3%	5	20,8%	9	37,5%	1	4,2%	1	4,2%	6	25,0%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	2	20,0%	4	40,0%	2	20,0%	1	10,0%	1	10,0%
Testemunha de Jeová	3	30,0%	1	10,0%	2	20,0%	1	10,0%	1	10,0%	2	20,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	3	20,0%	7	46,7%	0	0,0%	4	26,7%	1	6,7%
Sem Religião	2	1,3%	10	6,5%	94	61,4%	7	4,6%	34	22,2%	6	3,9%
Não Responde	1	6,7%	1	6,7%	7	46,7%	0	0,0%	3	20,0%	3	20,0%
Outra	2	13,3%	0	0,0%	7	46,7%	0	0,0%	2	13,3%	4	26,7%
Total	51	6,6%	51	6,6%	471	61,4%	27	3,5%	125	16,3%	42	5,5%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, fase às pessoas LGBTQI+ /2024

A análise detalhada da tabela baseia-se nos principais resultados obtidos em geral e em relação às variáveis cruzadas sobre a possibilidade de aceitar vizinhos homossexuais.

Por sexo: verifica-se uma maior aceitação entre as pessoas do sexo feminino, com 20,4% que afirmam que "gostaria fortemente" de ter vizinhos homossexuais, comparado a 12,2% do sexo masculino. Os inquiridos do sexo masculino apresentaram uma maior proporção em "Desgosto um pouco" (10,2%) em relação as do sexo feminino (3,1%).

Por faixa etária: a faixa 18 a 24 anos existe maior proporção em "Gostaria fortemente" (24,4%), indicando maior aceitação entre os jovens. Em contrapartida, pessoas com 60 anos ou mais apresentaram rejeição mais elevada, com 23,2% em "Desgosto fortemente".

Por nível de instrução: pessoas com Ensino Superior têm maior proporção em "Não importaria" (66,5%) e "Gostaria fortemente" (17,5%). Contudo, as pessoas sem nível de instrução expressaram maior rejeição, com 38,9% em "Desgosto fortemente".

Por rendimento: inquiridos com rendimentos mais elevados (acima de 121 mil escudos) apresentam maior aceitação, com 91,3% em "Não importaria". Entretanto, 26,7% das pessoas sem rendimento responderam "Gostaria fortemente", mas 5,3% expressaram "Desgosto fortemente".

Por concelho: São Vicente teve a maior aceitação com 21,9% respondendo "Gostaria fortemente". São Filipe apresentou maior rejeição, com 20% em "Desgosto fortemente".

Por religião: pessoas que se declararam sem religião mostraram maior aceitação, com 22,2% indicando "Gostaria fortemente". Os islâmicos apresentaram a maior rejeição, com 50% em "Desgosto fortemente". Entre as Testemunhas de Jeová, 30% indicaram "Desgosto fortemente".

Os resultados obtidos indicam que apesar de uma proporção significativa afirmar "Não importaria", ainda há um pequeno segmento que expressa rejeição, o que evidencia a necessidade de campanhas de sensibilização e educação para combater preconceitos

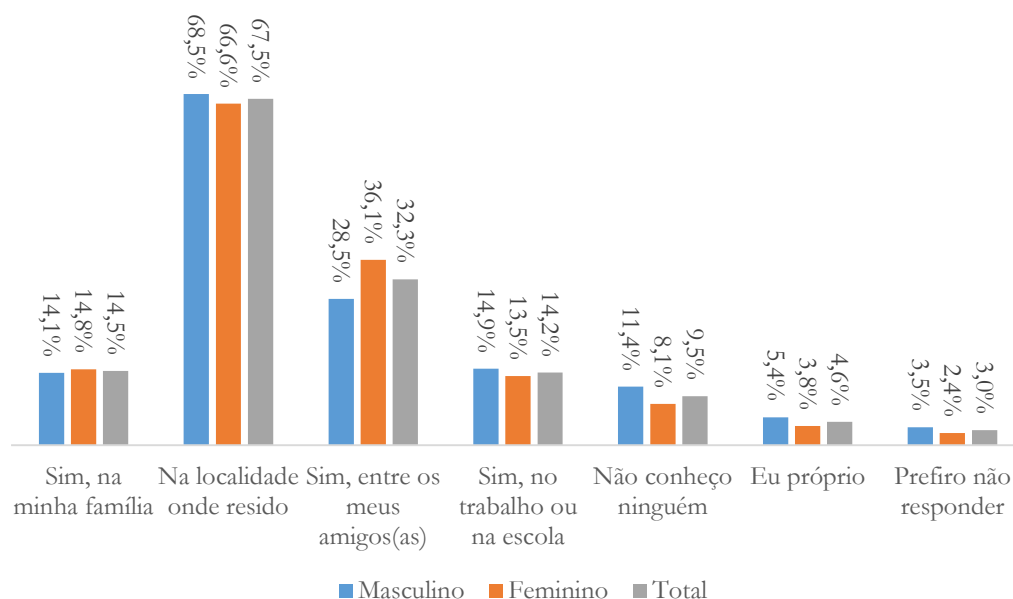
3.3.5.Contexto em que Conhece Alguém que se Identifica como Pessoas LGBTQI+

Conhecer alguém que se identifica como LGBTQI+ pode acontecer em vários contextos, como ambiente de trabalho, círculos sociais, família ou estudos. Em geral, essas interações oferecem, por um lado a oportunidade para ampliar o entendimento sobre diversidade e inclusão. Por outro, ter uma relação próxima com pessoas LGBTQI+ também ajuda a promover uma sociedade mais inclusiva e consciente das particularidades e desafios enfrentados por essa comunidade.

Em Cabo Verde, os contextos de conhecimento e relacionamento são variados, o contato com pessoas LGBTQI+ ocorre em diversos contextos sociais e familiares, com destaque para as localidades de residência e os círculos de amizade. A visibilidade LGBTQI+ é perceptível em diversos ambientes, com algumas diferenças entre os sexos e nos níveis de aceitação e exposição social.

O espaço mais comum onde os inquiridos conhecem pessoas LGBTQI+ é a localidade onde residem, com 67,5% da amostra afirmando ter esse conhecimento neste contexto. Este percentual é ligeiramente superior entre os homens (68,5%) em comparação com as mulheres (66,6%), refletindo a visibilidade da comunidade LGBTQI+ nos ambientes residenciais.

Gráfico 3. Proporção de população inquirida que declara conhecer pessoalmente alguém que se identifique como LGBTQI+, em função dos contextos



Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Um outro contexto frequente de interação com pessoas LGBTQI+ é o círculo de amizades, onde 32,3% dos respondentes afirmam conhecer alguém LGBTQI+. Esse tipo de interação é mais expressivo entre os inquiridos do sexo feminino, com 36,1%, que indicam ter um amigo(a) LGBTQI+, em comparação com 28,5% entre os do sexo masculino. Esse dado sugere uma maior inclusão de pessoas LGBTQI+ nas redes sociais da população feminina.

No âmbito familiar, 14,5 % dos inquiridos reportam conhecer alguém LGBTQI+ na família, com proporções semelhantes entre sexos (14,1% masculino e 14,8% feminino). Já no trabalho ou na escola, 14,2% dos respondentes afirmam ter colegas LGBTQI+, evidenciando uma presença relevante da comunidade LGBTQI+ também nesses ambientes.

Quanto àqueles que não conhecem ninguém LGBTQI+, há a registar apenas 9,5%, sendo essa proporção um pouco maior entre os homens (11,4% contra 8,1% das mulheres). Esse dado mostra que a maioria dos inquiridos tem, de fato, alguma interação com pessoas LGBTQI+.

Convém ressaltar que 4,6% dos respondentes se identificam como LGBTQI+, com uma proporção ligeiramente superior entre os do sexo masculino (5,4%) que do sexo feminino (3,8%). Além disso, uma pequena parcela (3%) preferiu não responder à questão.

3.3.6. Sentimento se soubessem que um Membro da sua Família ou um Amigo se identificasse como LGBTQI+

A análise das respostas à pergunta "Como você se sentiria se um membro da sua família ou um amigo se identificasse como LGBTQI+" indica diferentes níveis de conforto entre as categorias de sexo, faixa etária, nível de instrução, rendimento, concelho e religião.

Globalmente, a maior parte dos inquiridos declarou sentir-se "totalmente confortável" (33,6%) ou "indiferente" (31%) em relação ao fato de que um membro da família ou um

amigo se identificasse como LGBTQI+. Uma parcela menor afirmou estar "parcialmente confortável" (10,8%), enquanto 9,3% disseram estar "parcialmente desconfortável" e 9,8% "totalmente desconfortável". Por fim, 5,5% dos respondentes preferiram não responder à questão.

Tabela 11. Autoavaliação relativa ao sentimento da população geral se soubesse que um membro da sua família ou um dos seus amigos se identificasse como LGBTQI+

Variáveis	Totalmente confortável		Parcialmente confortável		Indiferente		Parcialmente desconfortável		Totalmente desconfortável		Prefiro não responder	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo												
Masculino	98	25,5%	33	8,6%	137	35,7%	41	10,7%	48	12,5%	27	7,0%
Feminino	160	41,8%	50	13,1%	101	26,4%	30	7,8%	27	7,0%	15	3,9%
Faixa etária												
18 a 24 anos	64	41,0%	16	10,3%	51	32,7%	12	7,7%	5	3,2%	8	5,1%
25 a 29 anos	37	38,1%	8	8,2%	31	32,0%	10	10,3%	7	7,2%	4	4,1%
30 a 34 anos	33	31,4%	14	13,3%	33	31,4%	8	7,6%	9	8,6%	8	7,6%
35 a 39 anos	33	35,9%	13	14,1%	28	30,4%	8	8,7%	5	5,4%	5	5,4%
40 a 49 anos	35	27,3%	16	12,5%	41	32,0%	13	10,2%	14	10,9%	9	7,0%
50 a 59 anos	29	32,2%	7	7,8%	31	34,4%	13	14,4%	8	8,9%	2	2,2%
60 e mais anos	27	27,3%	9	9,1%	23	23,2%	7	7,1%	27	27,3%	6	6,1%
Nível de Instrução												
Sem nível de instrução	6	16,7%	2	5,6%	5	13,9%	3	8,3%	18	50,0%	2	5,6%
Ensino Básico / Primário	34	26,8%	10	7,9%	35	27,6%	17	13,4%	23	18,1%	8	6,3%
Ensino Secundário Incompleto	45	35,2%	10	7,8%	41	32,0%	13	10,2%	7	5,5%	12	9,4%
Ensino Secundário	67	35,3%	24	12,6%	66	34,7%	13	6,8%	9	4,7%	11	5,8%
Formação profissional/Ensino Médio	32	34,8%	8	8,7%	34	37,0%	9	9,8%	8	8,7%	1	1,1%
Ensino Superior	74	38,1%	29	14,9%	57	29,4%	16	8,2%	10	5,2%	8	4,1%
Rendimento												
Sem rendimento	51	38,9%	11	8,4%	40	30,5%	12	9,2%	10	7,6%	7	5,3%
Até 15 mil	45	35,7%	15	11,9%	32	25,4%	14	11,1%	16	12,7%	4	3,2%
16 a 30	57	31,5%	23	12,7%	55	30,4%	13	7,2%	20	11,0%	13	7,2%
31 a 45	24	24,2%	7	7,1%	39	39,4%	12	12,1%	10	10,1%	7	7,1%
46 a 60	26	35,1%	6	8,1%	29	39,2%	8	10,8%	3	4,1%	2	2,7%
61 a 90	29	33,0%	13	14,8%	21	23,9%	7	8,0%	12	13,6%	6	6,8%
91 a 120	14	37,8%	5	13,5%	9	24,3%	5	13,5%	2	5,4%	2	5,4%
121 e mais	10	43,5%	3	13,0%	10	43,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Concelho												
Praia	101	34,1%	26	8,8%	84	28,4%	30	10,1%	38	12,8%	17	5,7%
Santa Catarina	17	16,2%	22	21,0%	37	35,2%	11	10,5%	10	9,5%	8	7,6%
São Filipe	17	28,3%	2	3,3%	23	38,3%	2	3,3%	16	26,7%	0	0,0%
Sal	16	16,3%	13	13,3%	41	41,8%	13	13,3%	3	3,1%	12	12,2%
São Vicente	89	61,0%	10	6,8%	35	24,0%	5	3,4%	4	2,7%	3	2,1%
Ribeira Grande	18	29,0%	10	16,1%	18	29,0%	10	16,1%	4	6,5%	2	3,2%
Religião												
Católica	170	34,6%	60	12,2%	148	30,1%	44	8,9%	48	9,8%	22	4,5%
Islâmica	0	0,0%	0	0,0%	2	33,3%	1	16,7%	2	33,3%	1	16,7%
Nazarena	9	33,3%	2	7,4%	10	37,0%	4	14,8%	1	3,7%	1	3,7%
Adventista	3	12,5%	1	4,2%	7	29,2%	4	16,7%	9	37,5%	0	0,0%
Universal do Reino de Deus	1	10,0%	2	20,0%	4	40,0%	2	20,0%	1	10,0%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	2	20,0%	1	10,0%	0	0,0%	2	20,0%	3	30,0%	2	20,0%
Racionalismo Cristão	6	40,0%	0	0,0%	4	26,7%	3	20,0%	1	6,7%	1	6,7%
Sem Religião	56	36,6%	16	10,5%	55	35,9%	8	5,2%	7	4,6%	11	7,2%
Não Responde	5	33,3%	1	6,7%	3	20,0%	2	13,3%	1	6,7%	3	20,0%
Outra	6	40,0%	0	0,0%	5	33,3%	1	6,7%	2	13,3%	1	6,7%
Total	258	33,6%	83	10,8%	238	31,0%	71	9,3%	75	9,8%	42	5,5%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

A análise por sexo revela diferenças significativas nos níveis de conforto. Indivíduos do sexo feminino têm uma maior tendência a sentir-se "totalmente confortável" (41,8%) em comparação com os do sexo masculino (25,5%). Entre os inquiridos do sexo feminino, 13,1% sentem-se "parcialmente confortáveis", o que também é superior quando comparado com o sexo masculino (8,6%). Ademais, a proporção de indivíduos do sexo masculino que

se declaram "indiferentes" (35,7%) é maior que entre os do sexo feminino (26,4%). Essa maior neutralidade dos inquiridos do sexo masculino pode refletir uma postura de distanciamento emocional ou uma atitude mais neutra em relação à questão. Além disso, os inquiridos do sexo masculino apresentam uma proporção mais elevada de desconforto, com 10,7% indicando-se "parcialmente desconfortáveis" e 12,5% "totalmente desconfortáveis", em comparação com 7,8% e 7%, respetivamente, entre os do sexo feminino.

Numa análise por faixas etárias, denota-se que os jovens entre 18 e 24 anos destacam-se como o grupo com maior conforto, com 41% relatando-se "totalmente confortáveis" e apenas 3,2% afirmando estar "totalmente desconfortáveis". Esse padrão é consistente até à faixa dos 35 aos 39 anos, a partir do qual começam a aumentar os níveis de desconforto.

A partir dos 40 anos, observa-se um aumento gradual nos níveis de desconforto. Na faixa etária dos 60 anos ou mais, 27,3% declaram-se "totalmente desconfortáveis", o que é significativamente maior em comparação com as faixas mais jovens. Esse padrão etário sugere uma correlação entre idade e níveis de desconforto, apontando para a importância de esforços educacionais que promovam a aceitação entre os indivíduos mais velhos.

Em relação ao nível de instrução, os resultados apontam que os níveis de conforto também variam de acordo com a escolaridade. Indivíduos detentores de formação superior apresentam a maior proporção de respostas "totalmente confortável" (38,1%) e uma das menores proporções de "totalmente desconfortável" (5,2%). Todavia, pessoas sem nível de instrução apresentam o menor nível de conforto, com apenas 16,7% sentindo-se "totalmente confortáveis" e 50% declarando-se "totalmente desconfortáveis".

Esse padrão indica que maiores níveis de instrução estão associados a uma atitude mais acolhedora e confortável em relação à identidade LGBTQI+ de familiares ou amigos. Essa constatação sugere que campanhas educacionais poderiam ter um impacto positivo, aumentando a aceitação e o conforto em relação a questões LGBTQI+ entre pessoas com menor escolaridade.

Quando comparado por nível de rendimento, os resultados apontam para um padrão em que os sem rendimentos, assim como os com maior rendimento tendem a ser mais tolerantes e confortáveis em relação à possibilidade de um familiar ou amigo se identificar como LGBTQI+. Entre os indivíduos sem rendimento, 38,9% se declararam "totalmente confortáveis", enquanto entre aqueles com rendimento acima de 121 mil escudos, essa proporção sobe para 43,5%.

Esse resultado indica que tanto na ausência de renda quanto em rendas mais altas, há uma tendência para maior aceitação e conforto. Isso pode ser interpretado como uma postura mais tolerante ou aberta por parte desses grupos específicos, o que pode estar relacionado com fatores como independência económica e menor influência das pressões sociais nos diferentes extremos do espectro de rendimento, enquanto grupos de renda média apresentam um nível mais elevado de neutralidade.

As perceções também variam consideravelmente entre os concelhos. São Vicente apresenta maior nível de conforto, com 61% dos respondentes declarando-se "totalmente confortáveis". Em contraste, concelhos como Santa Catarina (16,2%) e Sal (16,3%) têm percentuais significativamente menores de conforto e uma maior proporção de indiferença ou desconforto.

Entre os diferentes grupos religiosos, os católicos têm a maior proporção de conforto, com 34,6% declarando-se "totalmente confortáveis" e 12,2% "parcialmente confortáveis". Grupos religiosos como os Adventistas e Testemunhas de Jeová apresentam níveis mais elevados de desconforto, com 37,5% e 30%, respetivamente, afirmando-se "totalmente desconfortáveis". Entre os respondentes sem religião, observa-se uma aceitação relativamente alta, com 36,6% sentindo-se "totalmente confortáveis".

Tabela 12. Proporção de população que declara conhecer pessoalmente alguém que se identifique como LGBTQI+, em função das variáveis sociodemográficas.

Variáveis	Conhece pessoalmente alguém que se identifique como LGBTQI+?					
	Não conheço		Conheço		Prefiro não	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo						
Masculino	43	11,2%	328	85,4%	13	3,4%
Feminino	30	7,8%	344	89,8%	9	2,3%
Faixa etária						
18 a 24 anos	13	8,3%	140	89,7%	3	1,9%
25 a 29 anos	6	6,2%	88	90,7%	3	3,1%
30 a 34 anos	7	6,7%	96	91,4%	2	1,9%
35 a 39 anos	8	8,7%	82	89,1%	2	2,2%
40 a 49 anos	12	9,4%	112	87,5%	4	3,1%
50 a 59 anos	8	8,9%	80	88,9%	2	2,2%
60 e mais anos	19	19,2%	74	74,7%	6	6,1%
Nível de Instrução						
Sem nível de instrução	4	11,1%	28	77,8%	4	11,1%
Ensino Básico / Primário	21	16,5%	104	81,9%	2	1,6%
Ensino Secundário Incompleto	9	7,0%	115	89,8%	4	3,1%
Ensino Secundário	18	9,5%	169	88,9%	3	1,6%
Formação profissional/Ensino Médio	9	9,8%	78	84,8%	5	5,4%
Ensino Superior	12	6,2%	178	91,8%	4	2,1%
Rendimento						
Sem rendimento	12	9,2%	115	87,8%	4	3,1%
Até 15 mil	11	8,7%	111	88,1%	4	3,2%
16 a 30	16	8,8%	164	90,6%	1	,6%
31 a 45	12	12,1%	83	83,8%	4	4,0%
46 a 60	9	12,2%	61	82,4%	4	5,4%
61 a 90	8	9,1%	78	88,6%	2	2,3%
91 a 120	2	5,4%	35	94,6%	0	0,0%
121 e mais	3	13,0%	19	82,6%	1	4,3%
Concelho						
Praia	27	9,1%	259	87,5%	10	3,4%
Santa Catarina	21	20,0%	77	73,3%	7	6,7%
São Filipe	0	0,0%	60	100,0%	0	0,0%
Sal	1	1,0%	97	99,0%	0	0,0%
São Vicente	21	14,4%	122	83,6%	3	2,1%
Ribeira Grande	3	4,8%	57	91,9%	2	3,2%
Religião						
Católica	48	9,8%	429	87,2%	15	3,0%
Islâmica	1	16,7%	5	83,3%	0	0,0%
Nazarena	1	3,7%	26	96,3%	0	0,0%
Adventista	4	16,7%	20	83,3%	0	0,0%
Universal do Reino de Deus	2	20,0%	8	80,0%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	2	20,0%	8	80,0%	0	0,0%
Racionalismo Cristão	3	20,0%	12	80,0%	0	0,0%
Sem Religião	11	7,2%	135	88,2%	7	4,6%
Não Responde	1	6,7%	14	93,3%	0	0,0%
Outra	0	0,0%	15	100,0%	0	0,0%
Total	73	9,5%	672	87,6%	22	2,9%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Em suma, os resultados revelam diferenças significativas nos níveis de conforto em relação à identidade LGBTQI+ de familiares ou amigos, variando conforme o sexo, idade, instrução, rendimento, concelho e religião. As pessoas do sexo feminino mostram-se mais confortáveis que as do sexo masculino. Indivíduos mais jovens e com maior nível de instrução tendem a ser mais acolhedores, enquanto pessoas mais velhas e com menor instrução expressam maior desconforto. Além disso, os residentes de São Vicente e os sem religião apresentam-se como os grupos mais confortáveis.

No que concerne à experiência pessoal e social em matéria de relacionamento com pessoas LGBTQI+, os dados indicam que o conhecimento pessoal de alguém que se identifica como LGBTQI+ é amplamente disseminado na população, com 87,6% dos inquiridos afirmando conhecer uma ou mais pessoas LGBTQI+, o que demonstra que a presença e visibilidade da população LGBTQI+ é significativa no seio da sociedade cabo-verdiana. De referir que, o nível de conhecimento varia conforme as características demográficas e socioeconómicas.

Ao se analisar os dados por sexo, percebe-se que a maioria dos inquiridos declara que conhece alguém LGBTQI+, sendo isso mais expressivo entre os inquiridos do sexo feminino (89,8%), contra 85,4%, entre os inquiridos do sexo masculino. Resultados que indicam que os inquiridos do sexo feminino tendem a ter uma rede social com maior diversidade ou estão em contextos onde as identidades LGBTQI+ são mais visíveis ou aceites.

Em termos de faixas etárias, verifica-se que os jovens e adultos até 59 anos têm maiores proporções de conhecimento pessoal de pessoas LGBTQI+, especialmente entre 25 e 34 anos, onde essa proporção atinge 90,7% e 91,4%. Em contrapartida, entre aqueles com 60 anos ou mais, a proporção cai para 74,7%, o que poderá sugerir uma menor exposição ou proximidade com a população LGBTQI+ nas gerações mais velhas.

Quanto ao nível de instrução, observa-se que o conhecimento sobre pessoas LGBTQI+ aumenta com a escolaridade. Pessoas detentoras de diploma de Ensino Superior têm a maior proporção (91,8%), enquanto aquelas sem nível de instrução registram uma proporção mais baixa (77,8%). Isso pode refletir o papel da educação na ampliação da aceitação e reconhecimento da diversidade.

Em relação ao rendimento, as proporções são elevadas em todas as faixas, mas o conhecimento de pessoas LGBTQI+ é mais expressivo entre aqueles que ganham entre 91 e 120 mil escudos (94,6%), indicando uma variação conforme o nível socioeconómico.

Nos concelhos de São Filipe e Sal há uma maior proporção de pessoas que afirmam conhecer alguém LGBTQI+ (100% e 99%, respetivamente), enquanto Santa Catarina tem uma das menores proporções (73,3%), sugerindo possíveis diferenças culturais ou sociais entre as localidades.

No que concerne à variável religião, a maioria das pessoas das diversas confissões religiosas conhece alguém LGBTQI+. Contudo, a proporção é particularmente alta entre os sem religião (88,2%) e menor entre os adeptos de grupos religiosos específicos, como Universal do Reino de Deus, Testemunhas de Jeová e Racionalismo Cristão (80%).

3.3.7.Frequência que costuma discutir Questões Relacionadas com a Temática LGBTQI+

A maior parte dos respondentes raramente discute a temática LGBTQI+ (42,3%) ou nunca discute (28,4%), enquanto uma menor proporção a discute "frequentemente" (8,1%) ou "alguma vez" (20,6%). Contudo, em termos gerais, 71,1% dos inquiridos afirmam já ter discutido questões relacionadas à temática LGBTQI+ pelo menos uma vez, enquanto 28,9% indicam nunca ter abordado o assunto.

Tabela 13.Frequência com se que discute questões relacionadas com a temática LGBTQI+

Variáveis	P5.2.1 Com que frequência costuma discutir questões relacionadas com a temática LGBTQI+?										Níveis de Interação	
	Frequentemente		Alguma vez		Raramente		Nunca		Prefiro não responder			
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Sim	Não
Sexo												
Masculino	24	6,3%	69	18,0%	168	43,9%	121	31,6%	1	,3%	68,1%	31,9%
Feminino	38	9,9%	88	23,0%	159	41,5%	95	24,8%	3	,8%	74,4%	25,6%
Faixa etária												
18 a 24 anos	15	9,6%	44	28,2%	68	43,6%	29	18,6%	0	0,0%	81,4%	18,6%
25 a 29 anos	14	14,4%	18	18,6%	42	43,3%	23	23,7%	0	0,0%	76,3%	23,7%
30 a 34 anos	10	9,5%	25	23,8%	47	44,8%	23	21,9%	0	0,0%	78,1%	21,9%
35 a 39 anos	13	14,1%	16	17,4%	44	47,8%	19	20,7%	0	0,0%	79,3%	20,7%
40 a 49 anos	5	3,9%	25	19,7%	61	48,0%	34	26,8%	2	1,6%	71,7%	28,3%
50 a 59 anos	4	4,4%	19	21,1%	35	38,9%	32	35,6%	0	0,0%	64,4%	35,6%
60 e mais anos	1	1,0%	10	10,1%	30	30,3%	56	56,6%	2	2,0%	41,4%	58,6%
Faixa etária												
Sem nível de instrução	0	0,0%	0	0,0%	10	27,8%	24	66,7%	2	5,6%	27,8%	72,2%
Ensino Básico / Primário	2	1,6%	15	11,8%	55	43,3%	55	43,3%	0	0,0%	56,7%	43,3%
Ensino Secundário Incompleto	7	5,5%	23	18,0%	60	46,9%	38	29,7%	0	0,0%	70,3%	29,7%
Ensino Secundário	19	10,0%	46	24,2%	79	41,6%	45	23,7%	1	,5%	75,8%	24,2%
Formação profissional/Ensino Médio	7	7,6%	23	25,0%	38	41,3%	24	26,1%	0	0,0%	73,9%	26,1%
Ensino Superior	27	14,0%	50	25,9%	85	44,0%	30	15,5%	1	,5%	83,9%	16,1%
Faixa etária												
Sem rendimento	15	11,5%	25	19,1%	54	41,2%	36	27,5%	1	,8%	71,8%	28,2%
Até 15 mil	4	3,2%	24	19,0%	59	46,8%	39	31,0%	0	0,0%	69,0%	31,0%
16 a 30	12	6,6%	33	18,2%	80	44,2%	56	30,9%	0	0,0%	69,1%	30,9%
31 a 45	4	4,0%	22	22,2%	45	45,5%	27	27,3%	1	1,0%	71,7%	28,3%
46 a 60	10	13,5%	14	18,9%	30	40,5%	20	27,0%	0	0,0%	73,0%	27,0%
61 a 90	14	16,1%	23	26,4%	30	34,5%	19	21,8%	1	1,1%	77,0%	23,0%
91 a 120	2	5,4%	10	27,0%	16	43,2%	9	24,3%	0	0,0%	75,7%	24,3%
121 e mais	1	4,3%	6	26,1%	11	47,8%	5	21,7%	0	0,0%	78,3%	21,7%
Concelho												
Praia	31	10,5%	65	22,0%	121	40,9%	77	26,0%	2	,7%	73,3%	26,7%
Santa Catarina	9	8,6%	29	27,6%	49	46,7%	16	15,2%	2	1,9%	82,9%	17,1%
São Filipe	8	13,3%	10	16,7%	18	30,0%	24	40,0%	0	0,0%	60,0%	40,0%
Sal	2	2,1%	18	18,6%	41	42,3%	36	37,1%	0	0,0%	62,9%	37,1%
São Vicente	9	6,2%	18	12,3%	63	43,2%	56	38,4%	0	0,0%	61,6%	38,4%
Ribeira Grande	3	4,8%	17	27,4%	35	56,5%	7	11,3%	0	0,0%	88,7%	11,3%
Religião												
Católica	45	9,1%	106	21,5%	211	42,9%	128	26,0%	2	,4%	73,6%	26,4%
Islâmica	0	0,0%	0	0,0%	1	16,7%	5	83,3%	0	0,0%	16,7%	83,3%
Nazarena	3	11,1%	7	25,9%	12	44,4%	5	18,5%	0	0,0%	81,5%	18,5%
Adventista	0	0,0%	3	12,5%	10	41,7%	11	45,8%	0	0,0%	54,2%	45,8%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	1	10,0%	3	30,0%	6	60,0%	0	0,0%	40,0%	60,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	1	10,0%	6	60,0%	2	20,0%	1	10,0%	70,0%	30,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	2	13,3%	6	40,0%	7	46,7%	0	0,0%	53,3%	46,7%
Sem Religião	13	8,6%	32	21,1%	61	40,1%	45	29,6%	1	,7%	69,7%	30,3%
Outra	0	0,0%	3	20,0%	8	53,3%	4	26,7%	0	0,0%	73,3%	26,7%
Total	61	8,1%	155	20,6%	318	42,3%	213	28,4%	4	0,5%	71,1%	28,9%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

No que tange ao sexo, os inquiridos do sexo feminino demonstram maior envolvimento com o tema (74,4%) em comparação com os do sexo masculino (68,1%). No entanto, quando se analisa a frequência dessas discussões, observa-se que essa interação não ocorre de forma intensa, pois, apenas 9,9% dos inquiridos do sexo feminino e 6,3% do sexo masculino afirmam que discutem o tema frequentemente. Isso indica que, apesar de uma maior proporção da população feminina estar mais aberta a discutir questões relacionadas ao tema

LGBTQI+, essa discussão não é frequente para a maioria dos inquiridos, reduzindo para níveis baixos de interação contínua.

Por faixa etária, denota-se que os jovens de 18 a 24 anos são os mais envolvidos, com 81,4% discutindo o tema em algum grau, seguidos pelas faixas de 25 a 29 anos (76,3%) e 30 a 34 anos (78,1%). Por sua vez, pessoas com 60 anos ou mais apresentam menor engajamento, com 58,6% indicando que nunca discutem o tema LGBTQI+.

O nível de instrução parece influenciar significativamente a frequência de discussões sobre LGBTQI+. Com efeito, 83,9% dos que possuem formação superior discutem o tema, enquanto apenas 27,8% das pessoas sem nível instrução o fazem. As taxas de "nunca" discutir o tema diminuem conforme o nível de instrução, sugerindo que a educação está associada a maior abertura para discussões sobre diversidade.

Quanto ao rendimento, as pessoas com maiores rendimentos tendem a interagir mais com o tema LGBTQI+. Assim, 78,3% dos que ganham 121 mil escudos ou mais discutem o tema, enquanto 71,8% dos indivíduos sem rendimento relatam ter protagonizado algum nível de discussão sobre LGBTQI+.

Entre os concelhos, Ribeira Grande destaca-se, com 88,7% dos respondentes que declaram ter protagonizado algum nível de discussão sobre o tema, enquanto São Filipe apresenta a menor taxa de interação (60%). A cidade da Praia possui uma taxa de envolvimento moderada, com 73,3% dos respondentes indicando que discutem o tema.

Em relação à religião, os crentes nazarenos (81,5%) declaram que fazem discussão sobre essa temática seguido dos católicos (73,6%). Já a comunidade islâmica apresenta menor interação, com apenas 16,7%. Por seu turno, as pessoas que não têm religião (69,7%) afirmam que abordam essa questão.

Estes resultados revelam que a discussão sobre a temática LGBTQI+ está mais presente em grupos mais jovens, com maior nível de instrução e maior rendimento, com variações significativas também por concelho e religião, indicando que fatores culturais e sociais influenciam a predisposição para abordar esses temas.

3.3.8. Descrição das Interações com as Pessoas LGBTQI+

Ao aprofundar a análise sobre a interação dos inquiridos com pessoas LGBTQI+, observa-se que as respostas revelam nuances significativas sobre como cada grupo descreve e percebe essas interações. Ao serem questionados sobre como descreveriam essa interação, denota-se uma divisão entre atitudes de aceitação, indiferença e desconforto, com variações marcantes entre os sexos masculino e feminino.

Para as interações positivas, a maioria dos inquiridos descreve essas relações como naturais e abertas. A manifestação de aceitação de um convite para um evento organizado por uma pessoa LGBTQI+ (72,3%) e a vontade de conversar abertamente (61,8%) indicam que muitos inquiridos enxergam essas interações de maneira favorável. Os inquiridos do sexo feminino, em especial, apresentam um índice mais alto de respostas positivas, sugerindo um ambiente mais acolhedor e receptivo por parte desse grupo. Por exemplo, 68,1% dos inquiridos do sexo feminino sentem-se à vontade para conversar abertamente com amigos LGBTQI+, em comparação com 55% dos do sexo masculino. Esses dados podem indicar

que para os inquiridos do sexo feminino, as interações com pessoas LGBTQI+ são frequentemente descritas em termos de amizade e confiança.

Em termos de atitudes neutras ou indiferentes, 22,9% dos inquiridos afirmam ser indiferentes em ter interações com pessoas LGBTQI+. Essa resposta, que é mais comum entre os inquiridos do sexo masculino (28,1% contra 18,2% do sexo feminino), sugere uma abordagem mais distanciada ou impessoal por parte do sexo masculino. Para esse grupo, as interações podem ser vistas como circunstanciais e sem impacto emocional significativo, o que pode ser interpretado como uma atitude de neutralidade.

Tabela 14. Descrição da interação com as pessoas LGBTQI+

Tipo de interações	P1.1 Qual é o seu sexo?						Comparação Fem/Masc
	Masculino		Feminino		Total		
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	
Sinto à vontade em ter uma amiga ou amigo LGBTI e conversar abertamente	143	⬆ 55,0%	194	⬆ 68,1%	337	⬆ 61,8%	⬆ 13,1%
Aceito de bom grado um convite para um evento organizado por essa pessoa amiga.	179	⬆ 68,8%	215	⬆ 75,4%	394	⬆ 72,3%	⬆ 6,6%
Apoio uma amiga ou amigo que se revelasse LGBTI, sem mudar a forma como a trato.	125	⬆ 48,1%	168	⬆ 58,9%	293	⬆ 53,8%	⬆ 10,9%
Não tenho problemas em ter uma pessoa LGBTI como parte do meu círculo íntimo de amigos	113	➡ 43,5%	171	⬆ 60,0%	284	⬆ 52,1%	⬆ 16,5%
Aceito com naturalidade que uma colega de trabalho se identificasse como LGBTI.	116	➡ 44,6%	144	➡ 50,5%	260	➡ 47,7%	➡ 5,9%
Evito me aproximar de uma pessoa ao descobrir que ela é LGBTI	6	⬇ 2,3%	0	⬇ 0,0%	6	⬇ 1,1%	➡ -2,3%
Sinto desconfortável em compartilhar confidências com uma amiga ou amigo LGBTI	22	⬇ 8,5%	14	⬇ 4,9%	36	⬇ 6,6%	⬇ -3,5%
Afasto-me de uma amiga, amigo ou colega se soubesse que ela é LGBTI.	16	⬇ 6,2%	6	⬇ 2,1%	22	⬇ 4,0%	⬇ -4,0%
É me indiferente ter interações com pessoas LGBTQI+	73	➡ 28,1%	52	⬇ 18,2%	125	⬇ 22,9%	⬇ -9,8%
Prefiro não responder	11	⬇ 4,2%	20	⬇ 7,0%	31	⬇ 5,7%	➡ 2,8%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Quando se trata de desconforto ou rejeição, embora esses sentimentos sejam menos comuns, continuam presentes numa parcela dos inquiridos. As pessoas do sexo masculino tendem a manifestar maior desconforto com atitudes como evitar aproximação (2,3%) ou afastamento ao descobrir que uma pessoa é LGBTQI+ (6,2%), enquanto essas proporções são menores entre as do sexo feminino (0% e 2,1%, respetivamente). Esse contraste sugere que, para alguns dos inquiridos masculinos, essas interações podem ser descritas como tensas ou desconfortáveis, refletindo uma resistência ou dificuldade de aceitação.

De acordo com os resultados, denota-se que as percepções variam, em parte, com base nas experiências e no contexto cultural dos inquiridos. A descrição das interações com pessoas LGBTQI+ reflete, em última análise, um padrão de aceitação com nuances de neutralidade e uma presença residual de desconforto. Isso aponta para a importância de fomentar diálogos

que promovam o entendimento e a empatia, visando reduzir atitudes de indiferença e rejeição, especialmente entre os inquiridos do sexo masculino.

3.3.8.1. As diferenças entre Autopercepção e a Heteropercepção em relação à Aceitação e Relacionamento com Pessoas LGBTQI+

A análise dos dados revela uma dinâmica complexa entre o que os indivíduos acreditam sobre a aceitação geral das pessoas LGBTQI+ (autopercepção) e como percebem essa aceitação no seu contexto comunitário (heteropercepção). Essa discrepância é evidenciada por uma aceitação pessoal declarada, contrastando com a percepção de rejeição por parte da comunidade. A exploração dessas incongruências permite lançar luz sobre a convivência entre atitudes individuais e barreiras sociais mais amplas, moldadas por normas culturais, religiosas e educacionais.

Globalmente, a maioria dos inquiridos demonstra uma atitude inclusiva, com percentuais elevados de aceitação, especialmente os indivíduos do sexo feminino (64%), jovens (65,5% na faixa de 25 a 29 anos) e indivíduos com maior escolaridade (66,3% com Ensino Superior). Essa postura é corroborada por declarações como sentir-se "totalmente confortável" ao saber que um membro da família ou amigo se identifica como LGBTQI+ (33,6%). Entretanto, quando se examina a aceitação da comunidade, os mesmos inquiridos expressam percepções substancialmente mais negativas. Em média, apenas 23% acreditam que as pessoas LGBTQI+ são aceites na sua localidade. Essa discrepância é especialmente marcante em concelhos como Ribeira Grande, onde a heteropercepção positiva é de apenas 8,9%, apesar de os próprios inquiridos declararem níveis pessoais de aceitação mais elevados.

Essa diferença sugere que embora os indivíduos declarem que estão pessoalmente mais abertos à diversidade, consideram que as normas comunitárias e culturais continuam a impor barreiras significativas. É possível que os indivíduos construam suas percepções sobre a comunidade com base em estereótipos ou em experiências limitadas, projetando um cenário de maior rejeição do que realmente existe. Aliás, mesmo que as pessoas relatem aceitação pessoal, percebem o ambiente comunitário como menos acolhedor. Essa contradição aponta para o impacto de normas sociais e pelo medo de represálias ou julgamento ao expressar publicamente atitudes inclusivas.

Quando indagados sobre como se sentiriam se um membro da família ou um amigo se identificasse como LGBTQI+, a maioria declara sentir-se "totalmente confortável" (33,6%) ou "indiferente" (31%). Essa resposta é mais expressiva nos respondentes do sexo feminino (41,8% "totalmente confortável") e jovens (41%, na faixa dos 18 aos 24 anos). Além disso, ainda há uma parcela significativa que relata algum desconforto.

Entre os mais velhos (60+ anos), 27,3% declararam-se "totalmente desconfortáveis", e entre pessoas sem instrução, o desconforto atinge 50%. Estes grupos parecem ser mais resistentes, refletindo valores tradicionais e menor exposição à diversidade.

De destacar que uma grande maioria (87,6%) afirma conhecer pessoalmente alguém LGBTQI+, sendo mais comum nos contextos de vizinhança (67,5%) e amigos (32,3%). No entanto, apenas 14,5% indicaram relações familiares próximas, sugerindo que o reconhecimento dentro da família ainda é um desafio. De igual modo, a maioria descreve suas interações como naturais e abertas, com 72,3% dos inquiridos dispostos a aceitar convites de pessoas LGBTQI+ e 61,8% relatando que se sentem confortáveis em conversar

abertamente. No entanto, homens apresentam maior proporção de respostas neutras (indiferença), indicando um distanciamento emocional em relação à questão.

A leitura cruzada desses elementos revela que embora muitos afirmem aceitação em termos abstratos, essa atitude é menos evidente em contextos concretos, como o acolhimento familiar ou o relacionamento diário. A indiferença e o desconforto relatados por homens, mais velhos e pessoas menos escolarizadas revelam barreiras subtis à inclusão plena. Importa ressaltar ainda que uma elevada proporção de inquiridos que raramente ou nunca discutem temas LGBTQI+ (70,7%) demonstra que, apesar de atitudes positivas, há uma lacuna na prática social e no diálogo aberto sobre a diversidade.

De forma geral, depreende-se que:

- a. A aceitação entre os inquiridos é impulsionada por fatores como juventude, maior escolaridade e exposição à diversidade, especialmente em contextos urbanos;
- b. Apesar da aceitação individual, normas comunitárias e culturais ainda moldam perceções negativas sobre a inclusão LGBTQI+ na sociedade;
- c. O ambiente familiar permanece como um espaço de tensão, com barreiras evidentes entre gerações e níveis educacionais;
- d. A prevalência de atitudes neutras ou indiferentes reflete um distanciamento emocional que pode perpetuar a exclusão social;
- e. Em Cabo Verde, a aceitação da diversidade é influenciada por um contexto cultural e geracional em transformação, que ainda enfrenta barreiras profundas enraizadas em tradições e normas sociais. O futuro da inclusão dependerá do reforço de estratégias educacionais e comunitárias que promovam um diálogo autêntico e a adoção de ações concretas.

3.4. A igualdade de Direitos da População LGBTQI+

A análise da igualdade de direitos e perceções sobre a população LGBTQI+ em Cabo Verde é uma dimensão essencial para entender os desafios enfrentados por este grupo. Esta secção examina as perceções da população em geral, as barreiras enfrentadas em diversos setores, como saúde, educação e mercado de trabalho, e o impacto das políticas públicas. Por meio de dados recolhidos, buscou-se fornecer uma visão abrangente que guie futuras ações para promover inclusão e respeito.

3.4.1. Perceção sobre os Direitos e a Igualdade das Pessoas LGBTQI+

Analisando as informações sobre o nível de aceitação da população em relação ao reconhecimento dos mesmos direitos para pessoas LGBTQI+, denota-se que, no geral, a aceitação é relativamente alta, com 73,9% da população concordando com essa afirmação. Ou seja, os inquiridos consideram que as pessoas LGBTQI+ devem gozar dos mesmos direitos que os heterossexuais. Contudo, ainda existe uma parcela de 12,6% que se opõe ao princípio da igualdade, a que se somam 8,2% que afirmaram "não saber" e 5,2% que "não responderam".

Tabela 15. Nível de aceitação da população geral quanto à possibilidade das pessoas LGBTQI+ usufruírem dos mesmos direitos que as pessoas heterossexuais

Variáveis	Sim		Não		Não sei		Não responde		Total	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	267	69,5%	62	16,1%	33	8,6%	22	5,7%	384	100,0%
Feminino	300	78,3%	35	9,1%	30	7,8%	18	4,7%	383	100,0%
Faixa etária										
18 a 24 anos	127	81,4%	11	7,1%	13	8,3%	5	3,2%	156	100,0%
25 a 29 anos	78	80,4%	9	9,3%	8	8,2%	2	2,1%	97	100,0%
30 a 34 anos	71	67,6%	11	10,5%	13	12,4%	10	9,5%	105	100,0%
35 a 39 anos	70	76,1%	12	13,0%	4	4,3%	6	6,5%	92	100,0%
40 a 49 anos	94	73,4%	18	14,1%	9	7,0%	7	5,5%	128	100,0%
50 a 59 anos	69	76,7%	12	13,3%	6	6,7%	3	3,3%	90	100,0%
60 e mais anos	58	58,6%	24	24,2%	10	10,1%	7	7,1%	99	100,0%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	14	38,9%	14	38,9%	3	8,3%	5	13,9%	36	100,0%
Ensino Básico / Primário	81	63,8%	25	19,7%	16	12,6%	5	3,9%	127	100,0%
Ensino Secundário Incompleto	98	76,6%	16	12,5%	11	8,6%	3	2,3%	128	100,0%
Ensino Secundário	153	80,5%	12	6,3%	16	8,4%	9	4,7%	190	100,0%
Formação profissional/Ensino Médio	69	75,0%	13	14,1%	7	7,6%	3	3,3%	92	100,0%
Ensino Superior	152	78,4%	17	8,8%	10	5,2%	15	7,7%	194	100,0%
Rendimento										
Sem rendimento	98	74,8%	13	9,9%	10	7,6%	10	7,6%	131	100,0%
Até 15 mil	89	70,6%	23	18,3%	10	7,9%	4	3,2%	126	100,0%
16 a 30	139	76,8%	20	11,0%	15	8,3%	7	3,9%	181	100,0%
31 a 45	60	60,6%	17	17,2%	16	16,2%	6	6,1%	99	100,0%
46 a 60	62	83,8%	3	4,1%	5	6,8%	4	5,4%	74	100,0%
61 a 90	69	78,4%	11	12,5%	3	3,4%	5	5,7%	88	100,0%
91 a 120	29	78,4%	5	13,5%	0	0,0%	3	8,1%	37	100,0%
121 e mais	18	78,3%	3	13,0%	2	8,7%	0	0,0%	23	100,0%
Concelho										
Praia	197	66,6%	47	15,9%	30	10,1%	22	7,4%	296	100,0%
Santa Catarina	79	75,2%	14	13,3%	6	5,7%	6	5,7%	105	100,0%
São Filipe	43	71,7%	16	26,7%	1	1,7%	0	0,0%	60	100,0%
Sal	70	71,4%	5	5,1%	15	15,3%	8	8,2%	98	100,0%
São Vicente	133	91,1%	2	1,4%	8	5,5%	3	2,1%	146	100,0%
Ribeira Grande	45	72,6%	13	21,0%	3	4,8%	1	1,6%	62	100,0%
Religião										
Católica	371	75,4%	63	12,8%	36	7,3%	22	4,5%	492	100,0%
Islâmica	1	16,7%	4	66,7%	1	16,7%	0	0,0%	6	100,0%
Nazarena	20	74,1%	3	11,1%	3	11,1%	1	3,7%	27	100,0%
Adventista	13	54,2%	6	25,0%	5	20,8%	0	0,0%	24	100,0%
Universal do Reino de Deus	7	70,0%	2	20,0%	1	10,0%	0	0,0%	10	100,0%
Testemunha de Jeová	4	40,0%	4	40,0%	1	10,0%	1	10,0%	10	100,0%
Racionalismo Cristão	14	93,3%	1	6,7%	0	0,0%	0	0,0%	15	100,0%
Sem Religião	121	79,1%	10	6,5%	9	5,9%	13	8,5%	153	100,0%
Não Responde	7	46,7%	2	13,3%	4	26,7%	2	13,3%	15	100,0%
Outra	9	60,0%	2	13,3%	3	20,0%	1	6,7%	15	100,0%
Total	567	73,9%	97	12,6%	63	8,2%	40	5,2%	767	100,0%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

No que se refere ao sexo, nota-se que a população feminina apresenta maior aceitação quanto à igualdade de direitos, com 78,3%, contra 69,5% do sexo masculino. Por faixas etárias, verifica-se que a aceitação igualdade de direitos diminui com o aumento da idade. Assim, entre os mais jovens, de 18 a 24 anos, 81,4% concordam com a afirmação de que as pessoas LGBTQI+ devem gozar dos mesmos direitos que os heterossexuais, enquanto entre os indivíduos com 60 anos ou mais, apenas 58,6% são favoráveis. Esse contraste sugere que

as gerações mais novas são mais abertas a questões de igualdade de direitos para pessoas LGBTQI+.

O nível de instrução também parece influenciar a aceitação, uma vez que a aceitação da igualdade de direitos é mais elevada à medida que aumenta o nível de instrução. Os indivíduos habilitados com Ensino Superior têm uma aceitação de 78,4%, enquanto apenas 38,9% dos sem nenhum nível de instrução formal são favoráveis que as pessoas LGBTQI+ usufruam dos mesmos direitos que as pessoas heterossexuais.

Há também diferenças regionais relevantes, tendo o concelho de São Vicente apresentado maior nível de aceitação (91,1%), enquanto na Praia essa aceitação é de 66,6%. A religião é outro fator pertinente: indivíduos que seguem o Racionalismo Cristão mostram uma aceitação mais alta, com 93,3%. Contudo, a aceitação é menor entre pessoas de tradições religiosas como islâmica (16,7%) e adventista (54,2%).

Analisando as razões apontadas por aqueles que manifestam discordância sobre igualdade de direitos, denota-se que os principais argumentos para a discordância incluem razões religiosas, culturais, preocupações com a educação e a estrutura familiar. Entre os que discordam, muitos mencionam que a união entre pessoas do mesmo sexo vai contra os ensinamentos religiosos, citando que "Deus criou o homem e a mulher" como justificativa para sua posição. Outros consideram que o casamento e a adoção de crianças por pessoas LGBTQI+ poderiam impactar negativamente a educação das crianças e "confundir" o entendimento delas sobre estruturas familiares.

Há, igualmente, quem defenda que pessoas LGBTQI+ não deveriam ter os mesmos direitos em determinadas profissões ou papéis públicos, argumentando que isso não seria apropriado ou bem aceite pela sociedade. Em alguns casos, há expressões de desconforto e estigmatização, com referências a um "desvio" das normas tradicionais de convivência social.

Assim, enquanto a maioria da população parece favorável à igualdade de direitos para pessoas LGBTQI+, principalmente entre mulheres, jovens, pessoas com maior escolaridade, e em regiões como São Vicente, há ainda uma resistência significativa influenciada por convicções religiosas, culturais e visões conservadoras sobre família e educação. Essa resistência é mais relevante entre homens, pessoas de faixas etárias mais avançadas e com menor nível de instrução formal ou pertencentes a algumas tradições religiosas específicas.

As justificativas apresentadas são variadas, eis algumas mais referidas:

- a) Muitas respostas referem-se a ensinamentos religiosos, como "Deus criou homem e mulher" ou que a união entre pessoas do mesmo sexo é "contra a lei de Deus" e "pecado". Esses argumentos refletem uma visão conservadora baseada em valores religiosos tradicionais;
- b) Há respostas que mencionam que homens e mulheres foram feitos para estarem juntos e que relações entre pessoas do mesmo sexo são "antinaturais" ou "diferentes";
- c) Alguns entrevistados expressam preocupações de que a aceitação de direitos para pessoas LGBTQI+ poderia influenciar negativamente a sociedade e a estrutura familiar, especialmente em relação à educação e ao "exemplo" dado às crianças;
- d) Algumas respostas defendem que pessoas LGBTQI+ não deveriam adotar crianças, pois, poderia "confundir" as crianças ou influenciar sua orientação sexual. Há também menções de que as pessoas LGBTQI+ não se reproduzem entre si;

- e) Algumas pessoas expressam desconforto pessoal e dizem que preferem manter uma postura conservadora. Para algumas, a ideia de união entre pessoas do mesmo sexo é vista como algo vergonhoso ou inaceitável.

Do ponto de vista dos nossos entrevistados, nem todos os direitos são respeitados, pois, no dia a dia, convivem com inúmeras situações que violam flagrantemente os seus direitos. Eis o que nos conta uma das nossas entrevistadas.

“No hospital temos mau atendimento, nos tratam como se fossemos lixo. Eles não sabem como lidar connosco (...) Não me ouviram quando eu disse que era lésbica e que não tinha relacionamento sexual com homens. Não atenderam o que eu falei e me mandaram a fazer uma raspagem dizendo que era aborto... resultou ser um tumor”

Uma outra interlocutora narra o que aconteceu com uma colega na esquadra policial.

“Na polícia um de nós chegou com as unhas pintadas e lhe perguntaram porque tinha feito isso. Lhe bateram com pau. Eles (os agentes policiais) tiraram a identificação para que não pudéssemos dar queixa deles. Um polícia disse “você são um bando de gays, e os gays intentam os homens, vazem da esquadra”.

Tabela 16. Nível de aceitação da população geral quanto à possibilidade das pessoas LGBTQI+ usufruírem dos mesmos direitos que as pessoas heterossexuais, por domínios

Domínios	Masculino					Feminino					Total				
	Sim, têm as mesmas oportunidades	Sim, mas com algumas dificuldades	Não, enfrentam barreiras relevantes	Não, enfrenta m enormes dificuldades	Não sabe / Não responde	Sim, têm as mesmas oportunidades	Sim, mas com algumas dificuldades	Não, enfrenta m barreiras relevantes	Não, enfrenta m enormes dificuldades	Não sabe / Não responde	Sim, têm as mesmas oportunidades	Sim, mas com algumas dificuldades	Não, enfrenta m barreiras relevantes	Não, enfrenta m enormes dificuldades	Não sabe / Não responde
Educação	62,9%	21,9%	5,0%	1,6%	8,6%	65,8%	24,0%	3,1%	1,8%	5,2%	64,4%	23,0%	4,0%	1,7%	6,9%
Saúde	64,8%	20,6%	2,9%	2,1%	9,7%	63,3%	23,9%	2,9%	2,6%	7,3%	64,0%	22,3%	2,9%	2,4%	8,5%
Habitação	65,1%	20,2%	2,9%	3,4%	8,4%	66,8%	19,5%	3,9%	2,9%	6,8%	66,0%	19,8%	3,4%	3,2%	7,6%
Justiça	61,2%	17,4%	4,2%	3,1%	14,1%	59,3%	22,5%	4,4%	2,9%	11,0%	60,2%	19,9%	4,3%	3,0%	12,5%
Direitos legais e familiares	46,1%	23,4%	7,0%	12,8%	10,7%	44,9%	26,9%	6,3%	10,4%	11,5%	45,5%	25,2%	6,6%	11,6%	11,1%
Mercado de Trabalho	46,7%	31,9%	7,8%	3,7%	9,9%	46,2%	32,8%	7,6%	5,5%	7,9%	46,5%	32,3%	7,7%	4,6%	8,9%
Segurança e proteção Social]	56,8%	21,4%	3,9%	3,6%	14,3%	53,8%	25,6%	5,0%	3,9%	11,7%	55,3%	23,5%	4,4%	3,8%	13,0%
Formação profissional	62,0%	21,1%	2,6%	3,4%	10,9%	62,7%	22,5%	2,6%	3,1%	9,1%	62,3%	21,8%	2,6%	3,3%	10,0%
Desenvolvimento e progressão na carreira ⁴	51,8%	25,5%	5,7%	3,6%	13,3%	53,8%	24,5%	6,8%	4,2%	10,7%	52,8%	25,0%	6,3%	3,9%	12,0%
Cultura e lazer	55,7%	25,5%	5,2%	2,3%	11,2%	57,4%	26,9%	4,4%	1,8%	9,4%	56,6%	26,2%	4,8%	2,1%	10,3%
Participação política	41,9%	21,6%	9,1%	10,4%	16,9%	41,0%	20,9%	10,7%	9,1%	18,3%	41,5%	21,3%	9,9%	9,8%	17,6%
Segurança pública	53,4%	21,4%	6,3%	4,5%	14,3%	51,1%	27,2%	5,8%	5,6%	10,3%	52,2%	24,3%	6,1%	5,0%	12,3%
Média geral	55,7%	22,7%	5,2%	4,5%	11,9%	55,5%	24,8%	5,3%	4,5%	9,9%	55,6%	23,7%	5,3%	4,5%	10,9%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Analisando a perceção da população em relação à igualdade de oportunidades para pessoas LGBTQI+ em comparação com pessoas heterossexuais em diferentes aspetos sociais, observa-se que uma média de 55,6% dos respondentes acredita que pessoas LGBTQI+ usufruem das mesmas oportunidades que pessoas heterossexuais, enquanto 23,7% reconhecem a existência de algumas dificuldades. No entanto, 5,3% dos respondentes identificam barreiras relevantes para a população LGBTQI+ e 4,5% afirmam que essas pessoas enfrentam dificuldades significativas. Além disso, uma média de 10,9% dos respondentes não soube ou preferiu não opinar.

Quando se examina por domínio específico, áreas como Educação, Saúde e Habitação apresentam as percepções mais positivas. Na educação, por exemplo, 64,4% dos entrevistados acreditam que pessoas LGBTQI+ têm as mesmas oportunidades. Uma percentagem semelhante é observada em saúde (64%) e habitação (66%). Esses resultados sugerem que, nesses setores, a população em geral tende a acreditar que pessoas LGBTQI+ têm uma inclusão relativamente mais alta.

Todavia, há domínios onde a percepção de igualdade é bem menor. Em matéria de direitos legais e familiares, apenas 45,5% dos respondentes acreditam que as pessoas LGBTQI+ têm as mesmas oportunidades, enquanto uma parcela significativa (25,2%) percebe a existência de algumas dificuldades e 6,6% identificam barreiras relevantes. Na participação política, a percepção de igualdade é ainda menor, com 41,5% dos respondentes acreditam que as pessoas LGBTQI+ têm as mesmas oportunidades e 21,3% consideram que existem dificuldades e 17,6% preferem não opinar, o que sugere uma maior incerteza ou falta de conhecimento sobre a inclusão política da população LGBTQI+.

No que se refere ao mercado de trabalho, 46,5% consideram que há igualdade. No entanto, 1 em cada 3 respondentes (32,3%) observa que pessoas LGBTQI+ enfrentam algumas dificuldades. Esses dados indicam que, apesar de avanços, o mercado de trabalho ainda pode representar um ambiente com obstáculos para a plena inclusão dessa população.

A análise por sexo mostra que ambos os sexos têm uma percepção semelhante em relação à igualdade de oportunidades para pessoas LGBTQI+, com uma ligeira diferença em algumas áreas. A população feminina tende a discernir melhor as dificuldades em domínios como Justiça e Direitos Legais e Familiares, indicando a sua maior sensibilidade em matéria de justiça e equidade legal.

Esses resultados evidenciam que, embora a população em geral tenha uma percepção moderada de igualdade de oportunidades para pessoas LGBTQI+, há áreas críticas, como Direitos Legais, Participação Política e Mercado de Trabalho em que prevalecem dificuldades mais evidentes. Isto aponta para a necessidade de se envidar esforços adicionais para promover a inclusão e garantir os direitos dessa população em todas as esferas da sociedade.

3.4.2. Posicionamento sobre o Casamento Civil ou Reconhecimento de União de Facto entre as Pessoas LGBTQI+

A maioria da população (51,2%) aceita o casamento civil ou reconhecimento de união facto entre as pessoas do mesmo sexo, sendo mais expressiva no seio do sexo feminino (58,1%) em comparação as do sexo masculino (44,4%), indicando uma tendência de maior abertura feminina para esse reconhecimento.

Em termos de faixa etária, os jovens entre 18 e 24 anos se destacam como os mais favoráveis, com uma aceitação positiva de 62,8%, enquanto a aceitação diminui entre os mais velhos, alcançando apenas 37,9% na faixa de 60 anos ou mais. Este padrão demonstra que as gerações mais jovens são mais abertas a mudanças sociais no que diz respeito à aceitação de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, conforme a tabela infra.

Tabela 17. Níveis de aceitação da população geral sobre o casamento civil ou reconhecimento de união facto entre as pessoas LGBTQI+

Variáveis	Totalmente a favor	Parcialmente a favor	Indiferente +		Parcialmente contra	Totalmente contra	Não sabe / Não responde	Aceitação Positiva
Sexo								
Masculino	16,9%	7,3%	20,2%	20,2%	9,9%	21,6%	3,9%	44,4%
Feminino	33,2%	8,9%	16,1%	16,1%	7,8%	14,9%	3,1%	58,1%
Faixa etária								
18 a 24 anos	30,1%	12,2%	20,5%	20,5%	4,5%	7,1%	5,1%	62,8%
25 a 29 anos	29,9%	7,2%	18,0%	18,0%	11,3%	13,4%	2,1%	55,2%
30 a 34 anos	25,7%	6,7%	17,6%	17,6%	10,5%	15,2%	6,7%	50,0%
35 a 39 anos	25,0%	7,6%	19,0%	19,0%	8,7%	17,4%	3,3%	51,6%
40 a 49 anos	19,5%	6,3%	19,1%	19,1%	10,9%	23,4%	1,6%	44,9%
50 a 59 anos	25,6%	5,6%	20,6%	20,6%	10,0%	17,8%	0,0%	51,7%
60 e mais anos	18,2%	9,1%	10,6%	10,6%	8,1%	38,4%	5,1%	37,9%
Nível de Instrução								
Sem nível de instrução	16,7%	0,0%	8,3%	8,3%	8,3%	52,8%	5,6%	25,0%
Ensino Básico / Primário	15,0%	7,1%	13,8%	13,8%	12,6%	34,6%	3,1%	35,8%
Ensino Secundário Incompleto	26,6%	10,9%	19,1%	19,1%	7,8%	11,7%	4,7%	56,6%
Ensino Secundário	28,9%	9,5%	20,0%	20,0%	5,8%	12,1%	3,7%	58,4%
Formação profissional/Ensino Médio	22,8%	0,0%	24,5%	24,5%	6,5%	17,4%	4,3%	47,3%
Ensino Superior	29,4%	10,8%	17,3%	17,3%	11,3%	11,9%	2,1%	57,5%

Variáveis	Totalmente a favor	Parcialmente a favor	Indiferente +		Parcialmente contra	Totalmente contra	Não sabe / Não responde	Aceitação Positiva
Rendimento								
Sem rendimento	30,5%	8,4%	18,3%	18,3%	8,4%	13,0%	3,1%	57,3%
Até 15 mil	22,2%	7,9%	16,7%	16,7%	8,7%	23,0%	4,8%	46,8%
16 a 30	23,8%	9,9%	18,5%	18,5%	7,7%	17,7%	3,9%	52,2%
31 a 45	17,2%	7,1%	18,2%	18,2%	11,1%	26,3%	2,0%	42,4%
46 a 60	31,1%	8,1%	17,6%	17,6%	12,2%	9,5%	4,1%	56,8%
61 a 90	18,2%	8,0%	22,2%	22,2%	9,1%	18,2%	2,3%	48,3%
91 a 120	43,2%	5,4%	12,2%	12,2%	10,8%	13,5%	2,7%	60,8%
121 e mais	34,8%	4,3%	19,6%	19,6%	0,0%	21,7%	0,0%	58,7%
Concelho								
Praia	21,6%	7,1%	15,7%	15,7%	9,5%	25,7%	4,7%	44,4%
Santa Catarina	10,5%	18,1%	18,1%	18,1%	10,5%	18,1%	6,7%	46,7%
São Filipe	18,3%	0,0%	23,3%	23,3%	3,3%	31,7%	0,0%	41,7%
Sal	11,2%	10,2%	23,0%	23,0%	20,4%	11,2%	1,0%	44,4%
São Vicente	54,1%	3,4%	15,8%	15,8%	2,7%	5,5%	2,7%	73,3%
Ribeira Grande	25,8%	11,3%	22,6%	22,6%	4,8%	11,3%	1,6%	59,7%
Religião								
Católica	26,8%	10,0%	16,8%	16,8%	8,7%	18,1%	2,8%	53,6%
Islâmica	0,0%	0,0%	8,3%	8,3%	0,0%	83,3%	0,0%	8,3%
Nazarena	25,9%	3,7%	20,4%	20,4%	11,1%	14,8%	3,7%	50,0%
Adventista	4,2%	0,0%	18,8%	18,8%	12,5%	45,8%	0,0%	22,9%
Universal do Reino de Deus	0,0%	0,0%	40,0%	40,0%	10,0%	10,0%	0,0%	40,0%
Testemunha de Jeová	0,0%	0,0%	10,0%	10,0%	0,0%	70,0%	10,0%	10,0%
Racionalismo Cristão	26,7%	6,7%	16,7%	16,7%	20,0%	13,3%	0,0%	50,0%
Sem Religião	28,8%	7,2%	20,9%	20,9%	7,2%	9,8%	5,2%	56,9%
Não Responde	13,3%	0,0%	16,7%	16,7%	13,3%	20,0%	20,0%	30,0%
Outra	13,3%	0,0%	26,7%	26,7%	13,3%	20,0%	0,0%	40,0%
Total	25,0%	8,1%	18,1%	18,1%	8,9%	18,3%	3,5%	51,2%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, fase às pessoas LGBTQI+/2024

A aceitação também cresce com o nível de instrução, atingindo 57,5% entre os inquiridos com formação superior, em contraste com 25% entre os que não possuem nível de instrução. Esse dado sugere que uma maior escolaridade poderá estar associada a uma visão mais inclusiva e progressista.

Em relação ao rendimento, indivíduos com rendimentos mais elevados (121 mil escudos ou mais) têm uma aceitação de 58,7%, enquanto nas faixas de até 15 mil escudos apresentam 46,8% de aceitação. Essa variação pode indicar que pessoas em faixas de rendimento mais

altas, que podem ter mais exposição a diferentes ideias e experiências, tendem a ser mais favoráveis ao reconhecimento das uniões LGBTQI+.

Essa aceitação é mais expressiva nos concelhos de São Vicente (73,3%), seguido por Ribeira Grande (59,7%). Em contraste, concelhos como São Filipe e Sal apresentam uma aceitação mais baixa, refletindo possíveis variações regionais associadas a fatores culturais e tradições locais. No que diz respeito à religião, os inquiridos católicos apresentam uma aceitação mais elevada (53,6%), enquanto entre Testemunhas de Jeová (10%) e Adventistas (22,9%), a aceitação é muito menor. De realçar que os indivíduos sem religião apresentam uma aceitação de 56,9%, sugerindo uma maior abertura neste grupo relativamente à média da população em geral.

Em síntese, nota-se que há uma aceitação do casamento ou união de fato entre pessoas do mesmo sexo em Cabo Verde. O apoio tende a ser mais expressivo entre mulheres, jovens, pessoas com maior nível de instrução, com rendimentos mais altos e em alguns concelhos específicos. Esses dados revelam que variáveis como juventude, escolaridade e ausência de afiliação religiosa podem influenciar na aceitação da população ao reconhecimento legal das uniões LGBTQI+, ajudando a identificar grupos mais recetivos e aqueles que ainda resistem.

3.4.3. Os direitos das Pessoas LGBTQI+ na Adoção de Crianças.

Analisando a opinião da população geral sobre a igualdade de direitos dos casais LGBTQI+ em relação aos casais heterossexuais na adoção de crianças, os dados indicam que, em termos globais, a maioria (51,9%) apoia esses direitos, embora com variações significativas entre diferentes segmentos. Somente 19,6% entendem que esses casais "não deveriam ter os mesmos direitos", 9% apoiam, mas com restrições, e 19,3% não têm uma opinião formada sobre o assunto.

Quando se observa as diferenças por sexo, nota-se que os inquiridos do sexo feminino são mais favoráveis (58,5) % aos direitos de adoção para casais LGBTQI+ do que os do sexo masculino (45,3%). A resistência é maior entre os do sexo masculino, com 25,5% afirmando que casais LGBTQI+ "não deveriam ter os mesmos direitos", enquanto esse percentual cai para 13,6% entre as do sexo feminino.

A análise por faixa etária demonstra que o apoio tende a diminuir com o aumento da idade. Os jovens de 18 a 24 anos mostram o maior nível de apoio pleno (58,3%), seguido pela faixa de 25 a 29 anos (60,8%). Já na faixa de 60 anos ou mais, apenas 37,4% apoiam plenamente a igualdade de direitos na adoção. Uma proporção significativa (35,4%) afirma que casais LGBTQI+ "não deveriam ter os mesmos direitos". Esse dado sugere uma resistência maior entre os mais velhos.

Em relação ao nível de instrução, as pessoas com maior escolaridade tendem a ser mais favoráveis. Assim, no seio pessoas com formação profissional ou ensino médio, nota-se que 60,9% apoiam plenamente essa igualdade de direitos, seguido de Ensino Superior com 53,6%. No outro extremo, 1 em cada 3 indivíduos sem nível de instrução defende o apoio pleno, sendo que resistência também é mais alta, em que somente 41,7% defende direitos de adoção de crianças pelas pessoas LGBTQI+.

Tabela 18. Apreciação quanto à igualdade de direitos dos casais heterossexuais na adoção de crianças

Variáveis	Sim, plenamente		Sim, mas com algumas restrições		Não, não deveriam ter os mesmos direitos		Não tem opinião formada a respeito dessa questão		Não responde	
			% da		% da		% da		% da	
	Total	linha	Total	linha	Total	linha	Total	linha	Total	linha
Sexo										
Masculino	174	45,3%	41	10,7%	98	25,5%	70	18,2%	1	,3%
Feminino	224	58,5%	28	7,3%	52	13,6%	78	20,4%	1	,3%
Faixa etária										
18 a 24 anos	91	58,3%	15	9,6%	17	10,9%	33	21,2%	0	0,0%
25 a 29 anos	59	60,8%	8	8,2%	18	18,6%	12	12,4%	0	0,0%
30 a 34 anos	63	60,0%	7	6,7%	16	15,2%	19	18,1%	0	0,0%
35 a 39 anos	46	50,0%	10	10,9%	19	20,7%	17	18,5%	0	0,0%
40 a 49 anos	58	45,3%	16	12,5%	25	19,5%	28	21,9%	1	,8%
50 a 59 anos	44	48,9%	5	5,6%	20	22,2%	20	22,2%	1	1,1%
60 e mais anos	37	37,4%	8	8,1%	35	35,4%	19	19,2%	0	0,0%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	12	33,3%	2	5,6%	15	41,7%	6	16,7%	1	2,8%
Ensino Básico / Primário	48	37,8%	13	10,2%	39	30,7%	26	20,5%	1	,8%
Ensino Secundário Incompleto	67	52,3%	14	10,9%	26	20,3%	21	16,4%	0	0,0%
Ensino Secundário	111	58,4%	13	6,8%	26	13,7%	40	21,1%	0	0,0%
Formação profissional/Ensino Médio	56	60,9%	4	4,3%	16	17,4%	16	17,4%	0	0,0%
Ensino Superior	104	53,6%	23	11,9%	28	14,4%	39	20,1%	0	0,0%

Variáveis	Sim, plenamente		Sim, mas com algumas restrições		Não, não deveriam ter os mesmos direitos		Não tem opinião formada a respeito dessa questão		Não responde	
			% da		% da		% da		% da	
	Total	linha	Total	linha	Total	linha	Total	linha	Total	linha
Rendimento										
Sem rendimento	80	61,1%	7	5,3%	17	13,0%	26	19,8%	1	,8%
Até 15 mil	62	49,2%	11	8,7%	32	25,4%	20	15,9%	1	,8%
16 a 30	95	52,5%	18	9,9%	34	18,8%	34	18,8%	0	0,0%
31 a 45	46	46,5%	11	11,1%	25	25,3%	17	17,2%	0	0,0%
46 a 60	39	52,7%	6	8,1%	10	13,5%	19	25,7%	0	0,0%
61 a 90	38	43,2%	12	13,6%	19	21,6%	19	21,6%	0	0,0%
91 a 120	19	51,4%	3	8,1%	8	21,6%	7	18,9%	0	0,0%
121 e mais	16	69,6%	1	4,3%	3	13,0%	3	13,0%	0	0,0%
Concelho										
Praia	156	52,7%	18	6,1%	68	23,0%	54	18,2%	0	0,0%
Santa Catarina	48	45,7%	20	19,0%	17	16,2%	20	19,0%	0	0,0%
São Filipe	25	41,7%	3	5,0%	16	26,7%	15	25,0%	1	1,7%
Sal	35	35,7%	11	11,2%	30	30,6%	22	22,4%	0	0,0%
São Vicente	103	70,5%	10	6,8%	8	5,5%	25	17,1%	0	0,0%
Ribeira Grande	31	50,0%	7	11,3%	11	17,7%	12	19,4%	1	1,6%
Religião										
Católica	264	53,7%	47	9,6%	95	19,3%	85	17,3%	1	,2%
Islâmica	1	16,7%	0	0,0%	4	66,7%	1	16,7%	0	0,0%
Nazarena	15	55,6%	3	11,1%	5	18,5%	4	14,8%	0	0,0%
Adventista	5	20,8%	2	8,3%	10	41,7%	6	25,0%	1	4,2%
Universal do Reino de Deus	4	40,0%	2	20,0%	1	10,0%	3	30,0%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	2	20,0%	0	0,0%	4	40,0%	4	40,0%	0	0,0%
Racionalismo Cristão	5	33,3%	4	26,7%	2	13,3%	4	26,7%	0	0,0%
Sem Religião	90	58,8%	10	6,5%	21	13,7%	32	20,9%	0	0,0%
Não Responde	5	33,3%	0	0,0%	3	20,0%	7	46,7%	0	0,0%
Outra	7	46,7%	1	6,7%	5	33,3%	2	13,3%	0	0,0%
Total	398	51,9%	69	9,0%	150	19,6%	148	19,3%	2	,3%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Junto das pessoas sem rendimento ou com rendimentos mais elevados (acima de 121 mil escudos), o apoio pleno é mais elevado, 61,1% e 69,6%, respetivamente. Na faixa de renda

entre 31 e 45 mil escudos, o apoio pleno cai para 46,5%, enquanto 25,3% desse grupo declaram ser contra os direitos que garantem a adoção de crianças pelas pessoas LGBTQI+.

Por concelho, São Vicente destaca-se com o maior nível de apoio (70,5%), enquanto em concelhos como Sal (35,7%) e São Filipe (41,7%), a resistência é mais expressiva. No Sal, 30,6% da população acredita que casais LGBTQI+ não deveriam ter os mesmos direitos, seguido por 26,7% em São Filipe.

Relativamente à religião, constata-se variações mais significativas. No seio dos católicos, a maior parcela (53,7%) apoia plenamente os direitos de adoção para casais LGBTQI+, enquanto 19,3% se opõem. Em confissões como as Testemunhas de Jeová e Adventistas, observa-se uma resistência mais intensa: 40% dos Testemunhas de Jeová e 41,7% dos Adventistas acreditam que casais LGBTQI+ não deveriam ter os mesmos direitos de adoção. Indivíduos sem religião demonstram maior apoio, com 58,8% a favor da igualdade plena.

Os principais aspetos mencionados para a não aceitação da adoção refletem diversas preocupações, muitas das quais estão associadas a valores morais, religiosos e perceções sobre a capacidade desses casais em educar e proteger as crianças. De forma resumida, eis as restrições essenciais mencionadas:

- ✓ Educação e preparação psicológica: muitos consideram essencial que casais LGBTQI+ tenham preparação psicológica e moral para educar uma criança adequadamente;
- ✓ Influência na orientação sexual e identidade: há preocupações de que a orientação sexual dos pais possa influenciar a criança;
- ✓ Discriminação e *bullying*: existe receio de que a criança enfrente *bullying* e discriminação, e alguns sugerem que o casal deve prepará-la para tais desafios;
- ✓ Comportamento e afeto: respeito e discrição foram destacados, com a recomendação de moderação em demonstrações de afeto;
- ✓ Questões religiosas e morais: para alguns, a adoção por casais LGBTQI+ entra em conflito com valores religiosos e morais;
- ✓ Preferência por um modelo heteronormativo: a ideia de que uma criança precisa de “pai e mãe” para um desenvolvimento saudável ainda é comum;
- ✓ Acompanhamento psicológico: foi sugerido acompanhamento psicológico para apoiar tanto os pais quanto a criança;
- ✓ Distinção entre lésbicas e gays: alguns respondentes aceitam mais facilmente a adoção por casais lésbicos do que por casais gays.

Em resumo, constata-se que o apoio à adoção por casais LGBTQI+ é mais comum entre mulheres, jovens, pessoas com maior escolaridade, residentes em São Vicente e indivíduos sem religião ou católicos. A resistência é mais frequente entre homens, pessoas mais velhas, com baixa escolaridade, residentes em Sal e São Filipe e adeptos de denominações religiosas específicas, como Testemunhas de Jeová e Adventistas.

Nota-se que, embora haja certo nível de aceitação da adoção por casais LGBTQI+, persistem restrições e preocupações que refletem valores culturais e religiosos, bem como inquietações relativas à preparação emocional e possíveis impactos sociais e psicológicos para a criança.

3.4.4. Percepção sobre os Direitos e a Igualdade das Pessoas LGBTQI+ e sobre as Políticas Públicas

Conhecer a percepção sobre os direitos e a igualdade das pessoas LGBTQI+ e as políticas públicas que as afetam é fundamental para promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Entender a visão da sociedade sobre esses direitos permite que governos e organizações identifiquem lacunas e resistências, ajustando políticas e campanhas educativas para maior aceitação e eficácia. Isso facilita o desenvolvimento de políticas públicas que protejam e respeitem os direitos dessa população, promovendo sua segurança e bem-estar.

Além disso, compreender a percepção da população ajuda a identificar preconceitos e desigualdades, possibilitando a criação de programas de conscientização que combatam a discriminação e valorizem a diversidade. A aceitação social e a empatia em relação à comunidade LGBTQI+ aumentam à medida que se implementam estratégias educativas voltadas para os direitos humanos e a igualdade.

Esse entendimento também possibilita o desenvolvimento de ações que apoiem o bem-estar da comunidade LGBTQI+, fortalecendo o senso de pertencimento e ajudando a reduzir problemas sociais instalados, assim como o acompanhamento da percepção pública sobre a temática, permitindo o monitoramento e a avaliação constantes dos avanços em igualdade e inclusão, ajustando políticas conforme as mudanças e necessidades da sociedade.

3.4.5. Importância do tema 'Igualdade de Direitos para Pessoas LGBTQI+' na Sociedade Cabo-verdiana

Em termos gerais, a população cabo-verdiana demonstra uma postura maioritariamente favorável à importância da igualdade de direitos para pessoas LGBTQI+. Aproximadamente 76,2% dos entrevistados consideram o tema como "muito importante" ou "importante", 11,5% se mantêm "indiferentes" e apenas 6,6% acreditam que o assunto "não é importante". Esses resultados refletem uma percepção amplamente positiva em relação ao tema que, entretanto, apresenta algumas variações, a saber:

Por sexo, nota-se que há uma maior proporção da população feminina (38,1%) que consideram o tema "muito importante" em comparação com a do sexo masculino (23,2%). No entanto, uma proporção maior dos inquiridos masculinos (47,1%) considera o tema "importante", mostrando que, ambos os grupos tendem a valorizar o assunto.

Uma proporção relevante de jovens (18 a 24 anos) considera como “muito importante” (39,1%), tendendo a diminuir a medida que aumenta a faixa etária, especialmente entre os que têm 60 anos ou mais (12,1%). Esse padrão pode indicar uma visão mais progressista entre os jovens em relação à igualdade de direitos LGBTQI+.

O nível de escolaridade influi na percepção de importância sobre o tema. Indivíduos habilitados com Ensino Superior (37,6%) atribuem muita importância “a questão da igualdade” e 49,5% consideram-na "importante". As pessoas sem instrução têm uma visão menos positiva, com 30,6 considerando o tema "não importante".

Entre os diferentes níveis de renda, percebe-se que as faixas de rendimento de "16 a 30 anos" e "31 a 45 anos" tendem a ver o tema como "importante" em maior medida, 47,5% e 49,5%, respetivamente. Contudo, os inquiridos com rendimentos mais baixos (até 15 mil escudos)

ou sem rendimento atribuem menor importância, o que evidencia uma possível correlação entre rendimento e abertura ao tema.

Por concelho, verifica-se que em São Vicente e Ribeira Grande há uma elevada taxa de entrevistados que consideram o tema como “muito importante”, 43,8% e 37,1%, respetivamente”. Por seu turno os concelhos do Sal e São Filipe apresentam uma menor proporção de respondentes que admitem o tema como "muito importante", pese embora exista um percentual significativo que o considera "importante".

A religião também condiciona a perceção. Assim, entre os católicos, que representam uma proporção substancial da amostra, há uma resposta favorável, com 34,6% considerando o tema "muito importante" e 45,7% como "importante". Por outro lado, em grupos religiosos específicos como o Islâmico, Adventista e Testemunha de Jeová, há uma percentagem mais elevada de respostas que indicam indiferença ou desaprovação do tema. As pessoas sem religião demonstram uma taxa elevada de relevância desse tema, com 28,1% que veem o tema como "muito importante" e 49% como "importante".

Resumidamente, estes resultados revelam que a sociedade cabo-verdiana em geral mostra uma visão positiva em relação à igualdade de direitos LGBTQI+, visão essa que varia de acordo com características demográficas, socioeconómicas e culturais. Essa variação indica áreas e grupos específicos que poderiam ser alvo de ações educativas e sensibilização para promover uma maior compreensão e aceitação da igualdade de direitos para todos, independentemente de orientação sexual ou identidade de género.

3.4.6.A Aceitação geral, a Igualdade de Direitos e os Direitos Específicos para as Pessoas LGBTQI+

A análise comparativa das perceções da população sobre os direitos e a igualdade de direitos para pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde revela disparidades interessantes entre a aceitação geral da igualdade e as opiniões sobre direitos específicos, como casamento e adoção, assim como a importância das políticas públicas voltadas para essa população. Eis algumas das principais discrepâncias e áreas de divergência:

Embora 73,9% da população acredite que pessoas LGBTQI+ devem usufruir dos mesmos direitos que os heterossexuais, a aceitação para direitos específicos como casamento (51,2%) e adoção (51,9%) é consideravelmente mais baixa. Isso sugere que, enquanto há apoio para a igualdade em termos abstratos, quando se trata de direitos concretos, as perceções divergem.

O casamento entre pessoas do mesmo sexo é mais amplamente aceite entre mulheres e jovens, havendo resistência significativa entre homens, pessoas mais velhas e indivíduos com menor nível de instrução. Na adoção, os receios se intensificam, especialmente relacionados ao impacto na educação e bem-estar das crianças. Esses temores refletem preconceitos específicos, como a crença de que a orientação dos pais poderá influenciar as crianças, além de questões de discriminação e *bullying*.

A perceção sobre a igualdade varia conforme idade, género, escolaridade e localização geográfica. Os jovens e pessoas com maior escolaridade tendem a ser mais favoráveis a direitos específicos como casamento e adoção. Em termos regionais, São Vicente se destaca pela alta aceitação tanto da igualdade geral quanto de direitos específicos, enquanto concelhos

como Sal e São Filipe apresentam menor aceitação, apontando para uma variação regional que pode estar ligada a fatores culturais e religiosos locais.

Os argumentos contra a igualdade em direitos específicos para pessoas LGBTQI+ frequentemente se baseiam em motivações religiosas e valores culturais tradicionais. Grupos religiosos específicos, como Adventistas e Testemunhas de Jeová, mostram menor aceitação para direitos como casamento e adoção, refletindo uma resistência que contrasta com a aceitação geral da igualdade de direitos. A religião também influencia percepções sobre a importância das políticas públicas voltadas para a igualdade LGBTQI+, sendo que aqueles que não têm afiliação religiosa ou que seguem Racionalismo Cristão mostram maior apoio ao tema.

As principais justificativas de resistência são variadas. Desde razões religiosas até questões sobre impacto social e psicológico para crianças adotadas. Essa resistência é mais acentuada no caso da adoção, com muitos expressando preocupações quanto à "confusão" que as crianças poderiam experimentar sobre estrutura familiar, bem como receios de *bullying*. Há uma clara preferência por modelos tradicionais de família e uma percepção de que a presença de um "pai e mãe" é essencial para o desenvolvimento saudável de uma criança.

Em suma, apesar do apoio significativo à igualdade de direitos, as percepções específicas sobre casamento e adoção mostram que existe alguma dissonância entre a aceitação geral e a aceitação de direitos concretos. Esses resultados sugerem a necessidade de políticas públicas direcionadas, campanhas de sensibilização específicas e ações educativas que abordem esses preconceitos, buscando consolidar um entendimento mais inclusivo sobre os direitos LGBTQI+ em toda a sociedade cabo-verdiana.

Tabela 19. Resumo das posições perante às questões formais e específicas sobre a igualdade de direitos

Aspetos	Questões Formais da Igualdade de Direitos	Questões Específicas da Igualdade de Direitos
Questão	Igualdade geral de direitos, valores universais de justiça social.	Casamento, adoção, direitos concretos em educação, saúde, trabalho, etc.
Grau de aceitação	Alta (73,9%)	Moderada (51,2%-51,9%)
Razões da aceitação ou da resistência	Princípios ideológicos e éticos amplamente aceites.	Resistência religiosa e cultural; preocupações sobre estrutura familiar e impacto nas crianças.
Influência de variáveis	Maior aceitação por jovens, mulheres, e pessoas com maior escolaridade.	Resistência maior entre homens, idosos, pessoas com menor instrução e grupos religiosos conservadores.
Complexidade dos argumentos	Menos complexidade; envolve valores amplos e abstratos.	Mais complexidade; envolve preconceitos, valores culturais e temores sociais específicos.
Impacto social e político	Percepção positiva para coesão social e justiça.	Resistência significativa em domínios específicos, como adoção e casamento.

3.5. Quadro legal e promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+

3.5.1. Adequação do quadro legal à Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQI+ em matéria de Combate à Discriminação.

A análise que se segue apresenta a opinião da população de Cabo Verde sobre a adequação das políticas e leis de combate à discriminação contra pessoas LGBTQI+ e se essas normas promovem a inclusão no país. De forma geral, a análise revela uma diversidade de perceções entre diferentes grupos demográficos, incluindo sexo, idade, escolaridade, nível de rendimento, local de residência e religião.

Globalmente, apenas 8,0% da população consideram que as leis existentes são totalmente adequadas para promover a inclusão das pessoas LGBTQI+. Uma parcela significativa (25,6%) acredita que as leis são adequadas, mas requerem reforço para efetivar a inclusão. De referir que 7,2% julgam as leis inadequadas, enquanto 15,8% afirmam que não há leis suficientes para proteger e incluir a comunidade LGBTQI+. Entretanto, uma proporção significa (38,9%) declarou não ter opinião formada e 4,7% preferiram não responder

Tabela 20. Apreciação da população geral quanto a adequação do quadro legal existente na promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+ em matéria de combate a discriminação.

	Sim, são adequadas		Sim, mas precisam ser mais reforçadas		Não, são inadequadas		Não, não existem leis suficientes		Não tem opinião formada a respeito dessa		Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo												
Masculino	28	7,3%	105	27,3%	27	7,0%	61	15,9%	145	37,8%	18	4,7%
Feminino	33	8,6%	91	23,8%	28	7,3%	60	15,7%	153	39,9%	18	4,7%
Faixa etária												
18 a 24 anos	11	7,1%	36	23,1%	13	8,3%	35	22,4%	56	35,9%	5	3,2%
25 a 29 anos	7	7,2%	29	29,9%	6	6,2%	14	14,4%	34	35,1%	7	7,2%
30 a 34 anos	9	8,6%	25	23,8%	6	5,7%	12	11,4%	47	44,8%	6	5,7%
35 a 39 anos	7	7,6%	26	28,3%	10	10,9%	15	16,3%	30	32,6%	4	4,3%
40 a 49 anos	11	8,6%	33	25,8%	8	6,3%	21	16,4%	48	37,5%	7	5,5%
50 a 59 anos	7	7,8%	25	27,8%	7	7,8%	12	13,3%	34	37,8%	5	5,6%
60 e mais anos	9	9,1%	22	22,2%	5	5,1%	12	12,1%	49	49,5%	2	2,0%
Nível de Instrução												
Sem nível de instrução	1	2,8%	3	8,3%	0	0,0%	1	2,8%	28	77,8%	3	8,3%
Ensino Básico / Primário	8	6,3%	16	12,6%	8	6,3%	17	13,4%	71	55,9%	7	5,5%
Ensino Secundário Incompleto	16	12,5%	21	16,4%	8	6,3%	22	17,2%	58	45,3%	3	2,3%
Ensino Secundário	13	6,8%	64	33,7%	13	6,8%	31	16,3%	62	32,6%	7	3,7%
Formação profissional/Ensino Médio	9	9,8%	28	30,4%	9	9,8%	15	16,3%	27	29,3%	4	4,3%
Ensino Superior	14	7,2%	64	33,0%	17	8,8%	35	18,0%	52	26,8%	12	6,2%
Sem rendimento	9	6,9%	28	21,4%	7	5,3%	27	20,6%	57	43,5%	3	2,3%
Rendimento												
Até 15 mil	11	8,7%	25	19,8%	9	7,1%	16	12,7%	58	46,0%	7	5,6%
16 a 30	18	9,9%	38	21,0%	7	3,9%	27	14,9%	81	44,8%	10	5,5%
31 a 45	7	7,1%	33	33,3%	9	9,1%	12	12,1%	33	33,3%	5	5,1%
46 a 60	6	8,1%	21	28,4%	8	10,8%	15	20,3%	21	28,4%	3	4,1%
61 a 90	6	6,8%	31	35,2%	6	6,8%	13	14,8%	27	30,7%	5	5,7%
91 a 120	0	0,0%	11	29,7%	7	18,9%	9	24,3%	9	24,3%	1	2,7%
121 e mais	4	17,4%	9	39,1%	2	8,7%	2	8,7%	5	21,7%	1	4,3%
Concelho												
Praia	47	15,9%	89	30,1%	20	6,8%	31	10,5%	89	30,1%	20	6,8%
Santa Catarina	9	8,6%	36	34,3%	9	8,6%	18	17,1%	31	29,5%	2	1,9%
São Filipe	1	1,7%	17	28,3%	1	1,7%	4	6,7%	37	61,7%	0	0,0%
Sal	0	0,0%	7	7,1%	15	15,3%	21	21,4%	52	53,1%	3	3,1%
São Vicente	2	1,4%	29	19,9%	5	3,4%	41	28,1%	63	43,2%	6	4,1%
Ribeira Grande	2	3,2%	18	29,0%	5	8,1%	6	9,7%	26	41,9%	5	8,1%
Religião												
Católica	46	9,3%	136	27,6%	37	7,5%	70	14,2%	178	36,2%	25	5,1%
Islâmica	0	0,0%	2	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	4	66,7%	0	0,0%
Nazarena	0	0,0%	8	29,6%	0	0,0%	5	18,5%	14	51,9%	0	0,0%
Adventista	3	12,5%	2	8,3%	2	8,3%	1	4,2%	15	62,5%	1	4,2%
Universal do Reino de Deus	1	10,0%	2	20,0%	0	0,0%	2	20,0%	5	50,0%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	1	10,0%	1	10,0%	0	0,0%	8	80,0%	0	0,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	2	13,3%	1	6,7%	3	20,0%	8	53,3%	1	6,7%
Sem Religião	7	4,6%	37	24,2%	13	8,5%	36	23,5%	54	35,3%	6	3,9%
Não Responde	1	6,7%	3	20,0%	0	0,0%	2	13,3%	6	40,0%	3	20,0%
Outra	3	20,0%	3	20,0%	1	6,7%	2	13,3%	6	40,0%	0	0,0%
Total	61	8,0%	196	25,6%	55	7,2%	121	15,8%	298	38,9%	36	4,7%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Ambos os sexos têm uma percepção semelhante sobre a necessidade de reforçar as leis, com 27,3% do sexo masculino e 23,8% do sexo feminino apoiando essa ideia. Igualmente, nota-se que proporção considerável de inquiridos de ambos os sexos não tem uma opinião formada sobre o tema, sendo 39,9% entre os do sexo feminino contra 37,8% entre os do sexo masculino.

No que se refere à faixa etária, os jovens entre 18 e 24 anos apresentam um apoio moderado ao reforço das leis (23,1%), mas também há uma significativa proporção que não tem opinião sobre o assunto (35,9%). A faixa etária de 25 a 29 anos manifesta maior apoio à necessidade de reforçar as leis (29,9%). Entre os mais velhos (60 anos ou mais), a proporção dos que considera as leis “inexistentes” ou “inadequadas” situa em torno de 12%, enquanto quase metade (49,5%) não tem opinião formada.

No que tange ao nível de instrução, as pessoas habilitadas com Ensino Secundário e Superior têm uma maior tendência a acreditar que as leis são adequadas, mas precisam de reforço, 33,7% e 33%, respetivamente. Os respondentes sem nível de instrução expressam uma opinião neutra, com 77,8% sem uma opinião clara sobre a questão. A falta de opinião é especialmente significativa entre os menos instruídos, com mais de 50% dos que têm apenas o Ensino Básico ou Secundário incompleto sem opinião sobre o assunto.

Quanto ao nível de rendimento, indivíduos com rendimentos mais elevados (acima de 121 mil escudos) mostram maior propensão a considerar as leis adequadas, embora passíveis de reforço (39,1%). Contrariamente, no seio das pessoas sem rendimento, 43,5% não têm uma opinião formada e inquiridos com rendimentos baixos (até 15 mil escudos) também apresentam um elevado percentual sem opinião (46%).

Numa análise por concelho, a população da Praia e de Santa Catarina é mais favorável ao reforço das leis, 30,1% e 34,3%, respetivamente. Nos concelhos do Sal e de São Filipe, a proporção de pessoas sem opinião é expressiva, sendo que no Sal 53,1% da população não têm uma opinião formada sobre a adequação das leis.

No que diz respeito à religião, entre os católicos, 27,6% apoiam o reforço das leis, enquanto 36,2% não têm uma opinião formada. Confissões religiosas específicas como Testemunhas de Jeová e Nazarena têm uma proporção expressiva de pessoas sem opinião sobre o assunto 80% e 51,9%, respetivamente. No meio dos indivíduos sem religião, 24,2% acreditam que as leis são adequadas, mas que precisam ser reforçadas, enquanto 35,3% não têm opinião formada.

Os dados sugerem uma percepção variada sobre as leis e políticas de combate à discriminação contra pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde. A maioria dos respondentes expressa a necessidade de reforço das leis ou então há uma ausência de opinião consolidada sobre o tema. Fatores como idade, escolaridade e afiliação religiosa influenciam significativamente essas percepções. O posicionamento parece mais dividido e menos informado nos segmentos de menor escolaridade e rendimento, além dos mais velhos.

3.5.2. Promoção de Ações de Inclusão e Igualdade de Direitos das Pessoas LGBTQI+ em Instituições de Ensino.

De uma maneira geral, apenas uma pequena proporção da população (4,7%) considera que as instituições de ensino em Cabo Verde promovem frequentemente ações de inclusão e igualdade para pessoas LGBTQI+. A maior proporção (34,3%) afirma que essas ações

ocorrem apenas algumas vezes, enquanto 29,6% acreditam que elas não são promovidas. Nota-se ainda uma proporção expressiva de 30,6% de pessoas sem opinião formada sobre o assunto.

Por sexo, as percepções parecem bastante similares em quase todas as categorias de respostas. Os resultados indicam que, tanto os inquiridos do sexo masculino como os do sexo feminino consideram que as ações são promovidas frequentemente (4,7% ex-áqueo). Já a percepção de que as instituições "não promovem" inclusão é ligeiramente mais elevada entre os do sexo masculino (30,5%) que as do sexo feminino (28,7%), enquanto a falta de opinião é ligeiramente maior entre a população feminina (32,4%) em comparação com a do sexo masculino (30,5%).

Tabela 21. Adequação do quadro legal à promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+ em matéria de combate à discriminação.

Variáveis	Sim, promovem frequentemente		Sim, promovem algumas vezes		Não promovem		Não sabe / Não responde		Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	18	4,7%	132	34,4%	117	30,5%	114	29,7%	3	,8%
Feminino	18	4,7%	131	34,2%	110	28,7%	121	31,6%	3	,8%
Faixa etária										
18 a 24 anos	9	5,8%	57	36,5%	62	39,7%	28	17,9%	0	0,0%
25 a 29 anos	5	5,2%	30	30,9%	35	36,1%	26	26,8%	1	1,0%
30 a 34 anos	2	1,9%	40	38,1%	36	34,3%	26	24,8%	1	1,0%
35 a 39 anos	8	8,7%	30	32,6%	32	34,8%	21	22,8%	1	1,1%
40 a 49 anos	5	3,9%	47	36,7%	32	25,0%	43	33,6%	1	,8%
50 a 59 anos	3	3,3%	31	34,4%	15	16,7%	39	43,3%	2	2,2%
60 e mais anos	4	4,0%	28	28,3%	15	15,2%	52	52,5%	0	0,0%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	1	2,8%	3	8,3%	1	2,8%	31	86,1%	0	0,0%
Ensino Básico / Primário	7	5,5%	31	24,4%	30	23,6%	57	44,9%	2	1,6%
Ensino Secundário Incompleto	4	3,1%	50	39,1%	31	24,2%	42	32,8%	1	,8%
Ensino Secundário	11	5,8%	71	37,4%	62	32,6%	45	23,7%	1	,5%
Formação profissional/Ensino Médio	3	3,3%	31	33,7%	33	35,9%	24	26,1%	1	1,1%
Ensino Superior	10	5,2%	77	39,7%	70	36,1%	36	18,6%	1	,5%
Rendimento										
Sem rendimento	6	4,6%	52	39,7%	42	32,1%	30	22,9%	1	,8%
Até 15 mil	10	7,9%	41	32,5%	36	28,6%	37	29,4%	2	1,6%
16 a 30	6	3,3%	55	30,4%	51	28,2%	67	37,0%	2	1,1%
31 a 45	4	4,0%	32	32,3%	27	27,3%	36	36,4%	0	0,0%
46 a 60	4	5,4%	24	32,4%	27	36,5%	19	25,7%	0	0,0%
61 a 90	6	6,8%	42	47,7%	24	27,3%	16	18,2%	0	0,0%
91 a 120	0	0,0%	10	27,0%	12	32,4%	15	40,5%	0	0,0%
121 e mais	0	0,0%	7	30,4%	7	30,4%	8	34,8%	1	4,3%
Concelho										
Praia	19	6,4%	110	37,2%	108	36,5%	58	19,6%	1	,3%
Santa Catarina	6	5,7%	45	42,9%	23	21,9%	30	28,6%	1	1,0%
São Filipe	0	0,0%	24	40,0%	9	15,0%	27	45,0%	0	0,0%
Sal	0	0,0%	17	17,3%	31	31,6%	49	50,0%	1	1,0%
São Vicente	7	4,8%	34	23,3%	52	35,6%	51	34,9%	2	1,4%
Ribeira Grande	4	6,5%	33	53,2%	4	6,5%	20	32,3%	1	1,6%
Religião										
Católica	27	5,5%	189	38,4%	137	27,8%	137	27,8%	2	,4%
Islâmica	1	16,7%	1	16,7%	1	16,7%	3	50,0%	0	0,0%
Nazarena	0	0,0%	10	37,0%	8	29,6%	9	33,3%	0	0,0%
Adventista	3	12,5%	3	12,5%	8	33,3%	10	41,7%	0	0,0%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	3	30,0%	0	0,0%	7	70,0%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	1	10,0%	3	30,0%	3	30,0%	3	30,0%	0	0,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	3	20,0%	3	20,0%	9	60,0%	0	0,0%
Sem Religião	4	2,6%	42	27,5%	57	37,3%	46	30,1%	4	2,6%
Não Responde	0	0,0%	3	20,0%	6	40,0%	6	40,0%	0	0,0%
Outra	0	0,0%	6	40,0%	4	26,7%	5	33,3%	0	0,0%
Total	36	4,7%	263	34,3%	227	29,6%	235	30,6%	6	,8%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

No que diz respeito à faixa etária, denota-se que os mais jovens (18 a 24 anos) apresentam uma maior proporção de pessoas que acreditam que as instituições "não promovem" a inclusão (39,7%), seguido dos inquiridos entre 25 a 29 anos (36,1%). Nas faixas etárias mais elevadas, como 50 a 59 e 60 anos ou mais, verifica-se um aumento expressivo de inquiridos sem opinião formada sobre o tema, com 43,3% e 52,5%, respetivamente.

No que se refere ao nível de instrução, a proporção de inquiridos que considera que as ações de inclusão são promovidas apenas algumas vezes é maior entre os habilitados com Ensino Secundário (37,4%) e Ensino Superior (39,7%). Por sua vez, entre os inquiridos sem nível de instrução, a maioria (86,1%) declarou não ter uma opinião formada sobre o tema, indiciando uma possível falta de familiaridade com o assunto.

Por rendimento, observa-se que entre aqueles com rendimentos mais elevados (61 a 90 mil escudos), uma proporção considerável, 47,7%, acredita que as instituições promovem a inclusão algumas vezes. Em contraste, entre os que não possuem rendimento, a maioria ou considera que as ações de inclusão não são promovidas (32,1%) ou não tem uma opinião formada (22,9%).

Por concelho, os inquiridos da Praia são os que mais afirmam que as instituições promovem a inclusão algumas vezes (37,2%). Nos concelhos de São Filipe e Sal, uma proporção relevante de pessoas indicou que as instituições ou "não promovem", sendo 45% em São Filipe e 50% no Sal, ou então não têm opinião formada sobre o tema.

Tendo em conta a variável religião, observa-se que entre os católicos, a maioria (38,4%) acredita que as ações de inclusão ocorrem algumas vezes, enquanto uma proporção elevada de "não sabe/não responde" é notada entre grupos como os Adventistas (41,7%) e Universal do Reino de Deus (70%), sinalizando que a perceção sobre o tema pode variar conforme a orientação religiosa.

3.5.3. Promoção de ações de Inclusão e Igualdade de Direitos das Pessoas LGBTQI+ por parte de Instituições/Organizações

De forma geral, ao analisar a perceção da população quanto ao respeito e à promoção da inclusão de pessoas LGBTQI+ por parte das instituições/organizações, nota-se diferenças expressivas entre os tipos de entidades avaliadas.

3.5.3.1. Instituições Públicas -Administração Central e Local

Os dados revelam que, no total, 18,8% dos inquiridos consideram que estas instituições respeitam e promovem a inclusão. Este valor é ligeiramente superior entre os inquiridos do sexo masculino (19,6%) em comparação com os do sexo feminino (17,9%). A opinião de que o respeito e a promoção da inclusão ocorrem, mas com limitações, é mais frequente entre o sexo feminino (31,1%) que masculino (29,6%). A perceção de que estas instituições "não promovem inclusão" é ligeiramente maior entre o sexo masculino (19,1%) em comparação ao sexo feminino (17,9%).

3.5.3.2. Empresas Privadas

A perceção de inclusão nas empresas privadas apresenta valores mais baixos, com apenas 13,1% que acreditam que estas entidades respeitam e promovem a inclusão, com uma

diferença marginal entre o sexo masculino (12,3%) e o feminino (13,9%). A resposta "Sim, mas com limitações" também é comum, com 27,7% para o sexo masculino e 26,8% para o sexo feminino. A percepção de que as empresas "não promovem inclusão" é mais elevada no sexo masculino (22,5%) do que no feminino (17,8%).

Aliás, vários relatos dos nossos entrevistados apontam para a existência de práticas no mercado de trabalho que violam o princípio da igualdade. Eis o que nos diz uma entrevistada:

“Para as pessoas transexual é difícil encontrar trabalho ou mantê-lo. Os patrões se justificam dizendo que se os clientes sabem podem deixar de o ser e que eles assim vão perder. No meu caso me esforçava muito ..., mas tinha que estar sempre longe do patrão, esconder-me dele No final fui despedida porque disseram que como eu desenhava as minhas pestanas provocava os clientes. São muitos os receios”.

3.5.3.3. Organizações da Sociedade Civil

Entre as organizações da sociedade civil, a percepção de respeito e promoção da inclusão é de 15,5%. A opinião de que as ações ocorrem "com limitações" é predominante, especialmente entre o sexo feminino (37,6%) em comparação ao masculino (34,7%). Os que acreditam que estas entidades "não promovem inclusão" representam 15,5% da amostra total.

3.5.3.4. Entidades Religiosas

As entidades religiosas são vistas como as menos inclusivas para a população LGBTQI+, com 50,8% dos respondentes a afirmar que não promovem inclusão, sendo esta percepção mais elevada entre os inquiridos do sexo masculino (53,5%) em comparação com o feminino (48%). A promoção de inclusão é avaliada positivamente por apenas 7% no total, com percepções bastante semelhantes entre os dois sexos.

Tabela 22. Percepção da população quanto ao respeito e à promoção da inclusão de pessoas LGBTQI+ por parte das instituições/organizações

Sexo	Instituições	Sim, respeitam e promovem a inclusão	Sim, mas com limitações	Não, não promovem inclusão	Não tem opinião formada	Não responde
		% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)
Masculino	Instituições públicas (Administração Central e Local)	19,6%	29,6%	19,1%	26,7%	5,0%
	Empresas privadas	12,3%	27,7%	22,5%	31,3%	6,3%
	Organizações da sociedade civil	15,0%	34,7%	17,6%	27,4%	5,3%
	Entidades religiosas	6,0%	10,7%	53,5%	22,7%	7,0%
Feminino	Instituições públicas (Administração Central e Local)	17,9%	31,1%	17,9%	25,8%	7,4%
	Empresas privadas	13,9%	26,8%	17,8%	33,6%	7,9%
	Organizações da sociedade civil	16,1%	37,6%	13,4%	25,8%	7,1%
	Entidades religiosas	8,1%	13,3%	48,0%	21,9%	8,6%
Total	Instituições públicas (Administração Central e Local)	18,8%	30,3%	18,5%	26,2%	6,2%
	Empresas privadas	13,1%	27,2%	20,2%	32,5%	7,1%
	Organizações da sociedade civil	15,5%	36,2%	15,5%	26,6%	6,2%
	Entidades religiosas	7,0%	12,0%	50,8%	22,3%	7,8%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Em suma, enquanto as instituições públicas e as organizações da sociedade civil são vistas com maior frequência como promotoras de inclusão, ainda que com limitações, as entidades religiosas são consideradas as menos inclusivas. Por sua vez, as empresas privadas

apresentam uma perceção de inclusão relativamente intermediária, embora com limitações claras.

3.5.4. Papel dos media na Promoção dos Direitos e Igualdades das Pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde

A análise da apreciação da população em relação ao papel dos media na promoção dos direitos e igualdade das pessoas LGBTQI+ revela que uma parte significativa considera que estas ainda podem fazer mais neste campo. De forma geral, observa-se que 31,2% consideram que os media desempenham um papel positivo/muito, positivo. No entanto, 1 em cada 3 inquiridos (33,6%) acredita que poderiam “fazer mais” pela promoção dos direitos LGBTQI+. De referir ainda que 13,7% dos inquiridos afirmam que não desempenham esse papel, 18,8% afirmam não ter opinião formada sobre o assunto e 2,3% optaram por não responder.

Tabela 23. Apreciação da população geral quanto ao desempenho dos media na promoção dos direitos e igualdade das pessoas LGBTQI+

Variáveis	Sim, desempenha um papel muito positivo		Sim, desempenha um papel positivo		Sim, mas poderia fazer mais		Não desempenham		Não tem opinião formada		Não Responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo												
Masculino	34	8,9%	77	20,1%	132	34,4%	60	15,6%	72	18,8%	9	2,3%
Feminino	53	13,8%	78	20,4%	126	32,9%	45	11,7%	72	18,8%	9	2,3%
Faixa Etária												
18 a 24 anos	18	11,5%	36	23,1%	54	34,6%	32	20,5%	14	9,0%	2	1,3%
25 a 29 anos	11	11,3%	18	18,6%	40	41,2%	11	11,3%	17	17,5%	0	0,0%
30 a 34 anos	11	10,5%	21	20,0%	36	34,3%	15	14,3%	17	16,2%	5	4,8%
35 a 39 anos	8	8,7%	26	28,3%	29	31,5%	15	16,3%	11	12,0%	3	3,3%
40 a 49 anos	23	18,0%	25	19,5%	34	26,6%	16	12,5%	27	21,1%	3	2,3%
50 a 59 anos	8	8,9%	15	16,7%	33	36,7%	11	12,2%	23	25,6%	0	0,0%
60 e mais anos	8	8,1%	14	14,1%	32	32,3%	5	5,1%	35	35,4%	5	5,1%
Nível de Instrução												
Sem nível de instrução	2	5,6%	1	2,8%	6	16,7%	1	2,8%	23	63,9%	3	8,3%
Ensino Básico / Primário	19	15,0%	18	14,2%	35	27,6%	15	11,8%	36	28,3%	4	3,1%
Ensino Secundário Incompleto	21	16,4%	23	18,0%	33	25,8%	22	17,2%	27	21,1%	2	1,6%
Ensino Secundário	20	10,5%	46	24,2%	73	38,4%	22	11,6%	27	14,2%	2	1,1%
Formação profissional/Ensino Médio	6	6,5%	21	22,8%	30	32,6%	22	23,9%	11	12,0%	2	2,2%
Ensino Superior	19	9,8%	46	23,7%	81	41,8%	23	11,9%	20	10,3%	5	2,6%
Rendimento												
Sem rendimento	11	8,4%	29	22,1%	40	30,5%	23	17,6%	26	19,8%	2	1,5%
Até 15 mil	23	18,3%	19	15,1%	37	29,4%	17	13,5%	29	23,0%	1	,8%
16 a 30	24	13,3%	31	17,1%	68	37,6%	20	11,0%	34	18,8%	4	2,2%
31 a 45	9	9,1%	22	22,2%	30	30,3%	17	17,2%	18	18,2%	3	3,0%
46 a 60	7	9,5%	22	29,7%	30	40,5%	7	9,5%	6	8,1%	2	2,7%
61 a 90	9	10,2%	20	22,7%	33	37,5%	8	9,1%	15	17,0%	3	3,4%
91 a 120	2	5,4%	4	10,8%	12	32,4%	11	29,7%	7	18,9%	1	2,7%
121 e mais	2	8,7%	8	34,8%	7	30,4%	2	8,7%	4	17,4%	0	0,0%
Concelho												
Praia	30	10,1%	62	20,9%	94	31,8%	53	17,9%	46	15,5%	11	3,7%
Santa Catarina	6	5,7%	29	27,6%	45	42,9%	10	9,5%	12	11,4%	3	2,9%
São Filipe	1	1,7%	1	1,7%	20	33,3%	7	11,7%	31	51,7%	0	0,0%
Sal	0	0,0%	12	12,2%	28	28,6%	20	20,4%	34	34,7%	4	4,1%
São Vicente	50	34,2%	45	30,8%	24	16,4%	10	6,8%	17	11,6%	0	0,0%
Ribeira Grande	0	0,0%	6	9,7%	47	75,8%	5	8,1%	4	6,5%	0	0,0%
Religião												
Católica	67	13,6%	101	20,5%	175	35,6%	69	14,0%	71	14,4%	9	1,8%
Islâmica	0	0,0%	1	16,7%	2	33,3%	0	0,0%	3	50,0%	0	0,0%
Nazarena	1	3,7%	4	14,8%	10	37,0%	3	11,1%	9	33,3%	0	0,0%
Adventista	1	4,2%	3	12,5%	4	16,7%	3	12,5%	13	54,2%	0	0,0%
Universal do Reino de Deus	2	20,0%	2	20,0%	2	20,0%	2	20,0%	2	20,0%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	1	10,0%	0	0,0%	2	20,0%	2	20,0%	5	50,0%	0	0,0%
Racionalismo Cristão	2	13,3%	4	26,7%	4	26,7%	1	6,7%	4	26,7%	0	0,0%
Sem Religião	10	6,5%	34	22,2%	52	34,0%	23	15,0%	27	17,6%	7	4,6%
Não Responde	1	6,7%	5	33,3%	1	6,7%	0	0,0%	6	40,0%	2	13,3%
Outra	2	13,3%	1	6,7%	6	40,0%	2	13,3%	4	26,7%	0	0,0%
Total	87	11,3%	155	20,2%	258	33,6%	105	13,7%	144	18,8%	18	2,3%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

A análise por sexo revela percepções distintas entre indivíduos do sexo masculino e feminino em relação ao papel dos media na promoção dos direitos e igualdade LGBTQI+. De modo geral, nota-se que as pessoas do sexo feminino têm uma percepção mais positiva (34,2%) que as do sexo masculino (29%).

Em termos de faixa etária, constata-se que os entrevistados nas faixas etárias 18-24 anos e 35 a 49 anos manifestam uma apreciação mais positiva em relação ao papel dos media na promoção dos direitos e da igualdade das pessoas LGBTQI+ em comparação com as pessoas com idades superiores a 50 anos. De igual modo, são os mais jovens que admitem que os media poderiam fazer melhor ou então que não desempenham essa função.

Relativamente ao nível de instrução, verifica-se que os indivíduos que possuem Ensino Secundário incompleto, completo e Ensino Superior têm uma percepção mais positiva da função dos media na promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+. De referir que também as pessoas com maior habilitação avaliam que os media podiam fazer melhor ou então que, amiúde, não cumprem o seu papel nessa matéria.

No que respeita ao rendimento, a análise mostra que entre os indivíduos com rendimentos mais elevados (121 mil escudos ou mais), 43,5% admitem que os media desempenham um papel “positivo/muito positivo”. Outrossim, são os respondentes com maior rendimento que tendem a considerar que os media podiam fazer mais na promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+ ou que não cumprem a sua função.

Por concelho, a percepção sobre o papel dos media varia significativamente. Em São Vicente, 65% avaliam-no como “positivo/muito positivo”, seguido de Santa Catarina, com 33,3% e Praia, com 31%. No entanto, nos concelhos de Ribeira Grande, Santa Catarina e Sal, os respondentes afirmam que os media poderiam fazer muito mais na divulgação dos direitos das pessoas LGBTQI+, sendo que em São Filipe metade dos inquiridos não tem opinião formada.

Por religião, nota-se que entre os indivíduos católicos, 1 em cada 3 tem uma avaliação positiva do papel dos media na divulgação dos direitos e igualdade das pessoas LGBTQI+ e, admitem que estes poderiam fazer mais nesse processo. Nas demais confissões religiosas, denota-se que muitos, ou admitem não ter opinião formada a respeito ou não respondem.

Por conseguinte, a análise dos dados revela que, apesar de uma parte significativa da população considerar que os media desempenham um papel positivo na promoção dos direitos e igualdade LGBTQI+, prevalece a percepção de que ainda há uma margem para que possam fazer mais em matéria de promoção dos direitos e igualdade de género. Os inquiridos do sexo feminino apresentam uma percepção ligeiramente mais positiva e otimista, enquanto os homens tendem a ser mais críticos quanto ao papel desempenhado até agora pelos media. Esses resultados sugerem que campanhas de sensibilização e ações mediáticas voltadas para a promoção da igualdade LGBTQI+ podem beneficiar de uma abordagem segmentada, que leve em consideração as diferentes percepções e níveis de engajamento entre os sexos, faixas etárias, níveis de instrução, rendimentos, concelhos e religiões.

3.5.5. Apoio à Implementação de Políticas Públicas para a Inclusão das Pessoas LGBTQI+

A inclusão de temas de diversidade sexual e de gênero nos programas educativos é um passo fundamental para promover o respeito, a igualdade e a compreensão entre os alunos. Ao abordar essas questões, as instituições de ensino ajudam a reduzir preconceitos e discriminação, criando um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos. Além disso, educar sobre diversidade de gênero e sexualidade, desde muito cedo, contribui para o desenvolvimento de valores de empatia e cidadania, preparando os estudantes para conviverem numa sociedade plural. Esse tipo de educação também fornece informações corretas e seguras, ajudando os jovens a desenvolver uma identidade pessoal saudável e a respeitar as diferenças.

Neste sentido, é importante conhecer o posicionamento dos inquiridos sobre a inclusão desses temas nos programas educativos, para melhor compreender as percepções e as possíveis resistências ou apoios que essa abordagem pode encontrar na sociedade.

Em termos globais, os dados indicam uma considerável aceitação da inclusão de temas sobre diversidade sexual e de gênero nos programas educativos, com mais de metade dos inquiridos (62,7%) afirmando que concordam com essa inclusão, sendo maior no seio das pessoas do sexo feminino 69,2% contra 56,2% do sexo masculino). De realçar que 16,9% mostram-se indiferentes e 12,9% manifestam sua discordância.

No que concerne à faixa etária, a aceitação tende a ser maior entre os mais jovens, com destaque para as faixas dos 18 a 24 e 25 a 29 anos (66%). À medida que a idade avança, sobretudo a partir dos 50 anos, denota-se uma diminuição significativa da concordância. Com efeito, praticamente 1 em cada 4 pessoas com mais de 60 anos discorda da inclusão de temas de diversidade sexual e de gênero nos programas educativos.

Tabela 24. Importância da inclusão nos programas educativos de temas que abordem a diversidade sexual e de gênero

Variáveis	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente	Não sabe / Não responde	--	+-	++	Não sabe / Não responde
Sexo										
Masculino	7,3%	7,6%	21,1%	45,3%	10,9%	7,8%	14,8%	21,1%	56,3%	7,8%
Feminino	4,2%	6,8%	12,8%	50,9%	18,3%	7,0%	11,0%	12,8%	69,2%	7,0%
Faixa etária										
18 a 24 anos	1,3%	4,5%	17,9%	46,8%	21,2%	8,3%	5,8%	17,9%	67,9%	8,3%
25 a 29 anos	4,1%	8,2%	16,5%	52,6%	14,4%	4,1%	12,4%	16,5%	67,0%	4,1%
30 a 34 anos	9,5%	5,7%	18,1%	50,5%	10,5%	5,7%	15,2%	18,1%	61,0%	5,7%
35 a 39 anos	5,4%	8,7%	16,3%	50,0%	16,3%	3,3%	14,1%	16,3%	66,3%	3,3%
40 a 49 anos	3,1%	11,7%	15,6%	48,4%	14,8%	6,3%	14,8%	15,6%	63,3%	6,3%
50 a 59 anos	4,4%	3,3%	22,2%	51,1%	12,2%	6,7%	7,8%	22,2%	63,3%	6,7%
60 e mais anos	15,2%	8,1%	12,1%	38,4%	9,1%	17,2%	23,2%	12,1%	47,5%	17,2%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	25,0%	5,6%	11,1%	30,6%	0,0%	27,8%	30,6%	11,1%	30,6%	27,8%
Ensino Básico / Primário	6,3%	7,9%	25,2%	40,2%	6,3%	14,2%	14,2%	25,2%	46,5%	14,2%
Ensino Secundário Incompleto	3,1%	3,9%	24,2%	53,1%	10,2%	5,5%	7,0%	24,2%	63,3%	5,5%
Ensino Secundário	2,6%	5,8%	15,8%	52,1%	17,4%	6,3%	8,4%	15,8%	69,5%	6,3%
Formação profissional/Ensino Médio	8,7%	5,4%	16,3%	50,0%	16,3%	3,3%	14,1%	16,3%	66,3%	3,3%
Ensino Superior	5,2%	11,3%	9,3%	48,5%	22,2%	3,6%	16,5%	9,3%	70,6%	3,6%
Rendimento										
Sem rendimento	1,5%	3,8%	21,4%	45,0%	18,3%	9,9%	5,3%	21,4%	63,4%	9,9%
Até 15 mil	6,3%	4,8%	13,5%	51,6%	10,3%	13,5%	11,1%	13,5%	61,9%	13,5%
16 a 30	6,6%	8,8%	18,2%	50,8%	10,5%	5,0%	15,5%	18,2%	61,3%	5,0%
31 a 45	7,1%	14,1%	18,2%	44,4%	11,1%	5,1%	21,2%	18,2%	55,6%	5,1%
46 a 60	5,4%	2,7%	16,2%	51,4%	18,9%	5,4%	8,1%	16,2%	70,3%	5,4%
61 a 90	8,0%	9,1%	15,9%	43,2%	20,5%	3,4%	17,0%	15,9%	63,6%	3,4%
91 a 120	5,4%	2,7%	16,2%	45,9%	27,0%	2,7%	8,1%	16,2%	73,0%	2,7%
121 e mais	4,3%	8,7%	4,3%	60,9%	13,0%	8,7%	13,0%	4,3%	73,9%	8,7%

Variáveis	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente	Não sabe / Não responde	--	+-	++	Não sabe / Não responde
Concelho										
Praia	6,4%	12,2%	11,8%	47,6%	12,5%	9,5%	18,6%	11,8%	60,1%	9,5%
Santa Catarina	2,9%	6,7%	13,3%	49,5%	16,2%	11,4%	9,5%	13,3%	65,7%	11,4%
São Filipe	28,3%	8,3%	28,3%	16,7%	18,3%	0,0%	36,7%	28,3%	35,0%	0,0%
Sal	3,1%	5,1%	34,7%	39,8%	7,1%	10,2%	8,2%	34,7%	46,9%	10,2%
São Vicente	0,0%	,7%	12,3%	63,0%	19,2%	4,8%	0,7%	12,3%	82,2%	4,8%
Ribeira Grande	3,2%	1,6%	19,4%	56,5%	19,4%	0,0%	4,8%	19,4%	75,8%	0,0%
Religião										
Católica	5,3%	6,3%	14,0%	52,4%	14,8%	7,1%	11,6%	14,0%	67,3%	7,1%
Islâmica	33,3%	33,3%	16,7%	16,7%	0,0%	0,0%	66,7%	16,7%	16,7%	0,0%
Nazarena	7,4%	7,4%	29,6%	48,1%	7,4%	0,0%	14,8%	29,6%	55,6%	0,0%
Adventista	25,0%	29,2%	25,0%	8,3%	8,3%	4,2%	54,2%	25,0%	16,7%	4,2%
Universal do Reino de Deus	10,0%	10,0%	30,0%	30,0%	10,0%	10,0%	20,0%	30,0%	40,0%	10,0%
Testemunha de Jeová	20,0%	30,0%	10,0%	20,0%	10,0%	10,0%	50,0%	10,0%	30,0%	10,0%
Racionalismo Cristão	6,7%	0,0%	26,7%	46,7%	6,7%	13,3%	6,7%	26,7%	53,3%	13,3%
Sem Religião	2,6%	3,9%	20,9%	47,7%	18,3%	6,5%	6,5%	20,9%	66,0%	6,5%
Não Responde	0,0%	6,7%	20,0%	26,7%	13,3%	33,3%	6,7%	20,0%	40,0%	33,3%
Outra	0,0%	13,3%	20,0%	40,0%	13,3%	13,3%	13,3%	20,0%	53,3%	13,3%
Total	5,7%	7,2%	16,9%	48,1%	14,6%	7,4%	12,9%	16,9%	62,7%	7,4%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Analisando por nível de instrução, os indivíduos detentores de formação superior e habilitados com Ensino Secundário e formação profissional apresentam as maiores taxas de concordância, em geral acima da média nacional. Por seu turno, os inquiridos sem nível de instrução demonstram mais resistência, com 25% deles discordando totalmente.

No que se refere ao rendimento, os inquiridos com rendimentos mais altos tendem a concordar em maior proporção. No entanto, entre os que recebem de 31 a 45 mil escudos, há uma proporção mais elevada de discordância (21,2%).

Entre os concelhos, há variações notáveis: São Vicente apresenta a maior aceitação, com 63% dos inquiridos a concordar, seguido por Ribeira Grande, com 56,5%. Em contraste, São Filipe demonstra a maior resistência, com 28,3% discordando totalmente e 28,3% indiferentes, refletindo um possível contraste cultural ou regional.

A análise por religião mostra que a maioria dos católicos e os que se identificam como sem religião tendem a concordar com a inclusão desses temas. Por outro lado, grupos religiosos específicos, como os Adventistas, Islâmicos e Testemunhas de Jeová, exibem maior resistência, com percentagens elevadas de discordância.

Em resumo, a análise global revela uma predominância de concordância com a inclusão de temas de diversidade sexual e de género nos programas educativos, especialmente entre os jovens, mulheres, indivíduos com nível de instrução mais elevado e rendimentos mais altos. A aceitação tende a ser menor entre os mais velhos, grupos religiosos específicos e nos concelhos de São Filipe, o que demonstra que fatores culturais, educacionais e religiosos desempenham um papel importante na perceção sobre a relevância desses temas na educação.

3.5.6. Opinião sobre as Iniciativas que promovem a Inclusão de Pessoas LGBTQI+

A análise dos resultados sobre a concordância e discordância em relação às iniciativas que promovem a inclusão de pessoas LGBTQI+ nos diferentes domínios de interação social indica uma tendência geral de apoio moderado. Em termos globais, 52,7% dos inquiridos

demonstram concordância (parcial ou total) com tais iniciativas, evidenciando um nível significativo de aceitação. Contudo, observa-se uma discordância total de 13,2%, o que indica que não haverá uma resistência significativa.

Tabela 25. Níveis de concordância/discordância em relação às iniciativas que promovem a inclusão de pessoas LGBTQI+ em diferentes domínios

Sexo	Instituições	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Prefiro não responder
Feminino	Instituições de ensino	8,1%	4,7%	26,0%	29,2%	27,3%	4,7%
	Local de trabalho	7,0%	3,6%	29,2%	27,6%	27,6%	4,9%
	Participação política	8,6%	6,0%	30,2%	21,6%	25,8%	7,8%
	Participação cívica	7,0%	4,7%	28,1%	25,8%	26,8%	7,6%
	Nos médias	7,3%	3,6%	26,0%	29,9%	28,4%	4,7%
	Entidades religiosas	15,6%	5,2%	29,2%	18,0%	22,9%	9,1%
Masculino	Comunidade	6,8%	4,4%	24,5%	27,3%	30,7%	6,3%
	Instituições de ensino	5,5%	4,4%	20,6%	29,0%	35,2%	5,2%
	Local de trabalho	4,2%	3,7%	22,7%	28,7%	35,8%	5,0%
	Participação política	4,7%	5,5%	22,7%	25,8%	34,2%	7,0%
	Participação cívica	3,7%	3,4%	23,5%	27,7%	34,5%	7,3%
	Nos médias	3,9%	2,6%	19,6%	31,3%	35,8%	6,8%
Total	Entidades religiosas	11,2%	5,7%	20,6%	20,6%	31,9%	9,9%
	Comunidade	3,9%	2,9%	18,3%	30,5%	37,9%	6,5%
	Instituições de ensino	6,8%	4,6%	23,3%	29,1%	31,3%	5,0%
	Local de trabalho	5,6%	3,7%	25,9%	28,2%	31,7%	5,0%
	Participação política	6,6%	5,7%	26,5%	23,7%	30,0%	7,4%
	Participação cívica	5,3%	4,0%	25,8%	26,7%	30,6%	7,4%
Média Feminino		8,6%	4,6%	27,6%	25,6%	27,1%	6,4%
Média Masculino		5,3%	4,0%	21,1%	27,7%	35,0%	6,8%
Média Global		7,0%	4,3%	24,4%	26,7%	31,0%	6,6%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ / 2024

Esses resultados tornam-se mais claros ao considerar a avaliação específica de cada domínio institucional, comunitário e sexo dos respondentes.

As iniciativas de inclusão nas instituições de ensino têm uma taxa de concordância total e parcial combinada de aproximadamente 60,4%. A concordância é mais expressiva entre os inquiridos do sexo feminino, 35,2%, contra 27,3% nos do sexo masculino. O nível de discordância situa em torno de 11,4, sendo mais elevado entre os inquiridos do sexo masculino (12,8% contra 9,9% dos do sexo feminino).

No local de trabalho, a aceitação é semelhante à das instituições de ensino, com 59,9% dos respondentes mostrando concordância em relação às ações empreendidas, sendo mais expressivas entre os inquiridos do sexo feminino, com 64,5%, contra 55,2% dos do sexo masculino. A discordância é de 9,3%, sendo mais elevada entre os inquiridos do sexo masculino (10,7% contra 7,8% dos do sexo feminino).

As iniciativas para inclusão na participação política apresentam um score ligeiramente mais baixa, com 53,7% de concordância. Em termos de sexo, denota-se uma variação considerável, com uma diferença de 12,7 p.p. a favor dos inquiridos do sexo feminino (61,1% feminino, 47,4% do masculino). A disparidade nos resultados pode refletir uma diferença de perceção sobre a representatividade LGBTQI+ em espaços de decisão política. A

discordância é de 10,2%, sendo mais elevada entre os inquiridos do sexo masculino (14,6% contra 10,2% do sexo feminino).

No que tange à participação cívica, há uma aceitação significativa para a inclusão LGBTQI+, sendo a concordância total de 57,4%, com uma diferença de 9,5 p.p. a favor dos inquiridos do sexo feminino (62,1% contra 52,6 dos masculinos). Isso indica uma boa aceitação geral, embora as mulheres continuem a demonstrar um apoio mais consistente do que os homens. A discordância é de 9,4%, sendo mais expressivo entre os inquiridos masculino (11,7%, contra 7% feminino).

Os media representam o domínio com maior concordância positiva (67,1%), sendo maior no seio dos inquiridos do sexo feminino (67,1%) do que entre os do sexo masculino (58,3%). A discordância permanece baixa (8,7%), sendo também mais expressiva entre os inquiridos masculinos (10,9%).

No que diz respeito às entidades religiosas, nota-se, como era exetável, uma menor taxa de concordância, tanto para homens quanto para mulheres. Assim, 46,7% dos inquiridos apoiam a inclusão LGBTQI+ nesse domínio, com uma diferença de 11,6 p.p. entre homens e mulheres. Esse nível mais baixo de concordância reflete as normas e crenças vigentes em contextos religiosos em matéria de diversidade sexual e de género. A discordância é de 18,9%, especialmente entre os homens (20,8%).

No que se refere à comunidade, nota-se uma elevada concordância em todos os domínios, com 63,2% dos inquiridos concordando com a inclusão de pessoas LGBTQI+. Essa aceitação significativa evidencia que em espaços comunitários, há uma receptividade maior para iniciativas de inclusão LGBTQI+, com uma diferença de 10,3 p.p. a favor dos inquiridos femininos (68,4%) contra 58,1% (masculinos). Isso reflete uma tendência de aceitação social mais ampla, onde a convivência e interação com a diversidade são vistas como favoráveis.

De forma geral, há um apoio substancial (76,2%) à importância das políticas públicas para promover a igualdade de direitos LGBTQI+. A percepção geral indica que a implementação de políticas públicas pode ser mais desafiadora em certos segmentos, enquanto noutros estão mais recetivos, sugerindo a necessidade de estratégias educativas focadas e campanhas de sensibilização. Um aspeto a destacar-se é que a inclusão de temas de diversidade sexual e de género nos programas educativos foi acolhida, com 62,7% dos inquiridos a favor. Mulheres, jovens e pessoas com maior escolaridade mostraram maior aceitação, enquanto grupos religiosos específicos e indivíduos mais velhos apresentaram resistência.

3.5.7.A Eficácia das Medidas Implementadas em Cabo Verde para promover a Inclusão e Qualidade de Vida da População LGBTQI+

Indagados a respeito da eficácia das medidas implementadas em Cabo Verde para promover a inclusão e qualidade de vida da população LGBTQI+, nota-se que os inquiridos, globalmente, demonstram um grau significativo de incerteza ou neutralidade. Aproximadamente um terço da população (33,2%) “não sabe/não responde” a que se somam outros 26,2%, avaliam razoavelmente a eficácia dessas políticas. Isto indica que muitas pessoas, ou não têm uma opinião formada ou preferem não se posicionar sobre o tema. Além disso, somente 1 em cada 4 concordam que as medidas implementadas em matéria de inclusão são eficazes.

Por sexo, denota-se que os inquiridos do sexo masculino tendem a ter uma apreciação ligeiramente mais positiva do que as do sexo feminino em relação às medidas de inclusão LGBTQI+. Os dados sugerem que embora a incerteza seja uma constante entre ambos os sexos, a população feminina tende a revelar-se um pouco mais cética em relação às medidas de prevenção adotadas pelo país em prol da inclusão e qualidade de vida das pessoas LGBTQI+.

Por faixa etária, constata-se que os adultos a partir dos 40 anos tendem a ser mais otimistas em relação às medidas até agora implementadas para a qualidade e a inclusão de pessoas LGBTQI+ no país, enquanto os jovens têm uma avaliação menos positiva. Esse padrão pode estar relacionado com as diferenças geracionais, tendo as jovens maiores expectativas favoráveis quanto à eficácia na implementação de medidas de inclusão de pessoas LGBTQI+.

Tabela 26. Posicionamento da população geral relativo às medidas até agora implementadas no país que promovem a inclusão e qualidade de vida das pessoas LGBTQI+

Variáveis	Discordo totalmente		Discordo		Razoavelmente		Concordo		Concordo totalmente		Não sabe / Não responde		-- (1+2)	+- (3)	++ (4+5)	Não sabe / Não responde
	(1)		(2)		(3)		(4)		(5)		Não responde					
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)				
Sexo																
Masculino	14	3,6%	41	10,7%	114	29,7%	89	23,2%	3	,8%	123	32,0%	14,3%	29,7%	24,0%	32,0%
Feminino	8	2,1%	70	18,3%	87	22,7%	83	21,7%	3	,8%	132	34,5%	20,4%	22,7%	22,5%	34,5%
Faixa etária																
18 a 24 anos	6	3,8%	35	22,4%	43	27,6%	27	17,3%	0	0,0%	45	28,8%	26,3%	27,6%	17,3%	28,8%
25 a 29 anos	3	3,1%	15	15,5%	28	28,9%	19	19,6%	1	1,0%	31	32,0%	18,6%	28,9%	20,6%	32,0%
30 a 34 anos	4	3,8%	20	19,0%	24	22,9%	20	19,0%	2	1,9%	35	33,3%	22,9%	22,9%	21,0%	33,3%
35 a 39 anos	2	2,2%	17	18,5%	25	27,2%	15	16,3%	2	2,2%	31	33,7%	20,7%	27,2%	18,5%	33,7%
40 a 49 anos	3	2,3%	7	5,5%	39	30,5%	35	27,3%	0	0,0%	44	34,4%	7,8%	30,5%	27,3%	34,4%
50 a 59 anos	3	3,3%	9	10,0%	27	30,0%	30	33,3%	0	0,0%	21	23,3%	13,3%	30,0%	33,3%	23,3%
60 e mais anos	1	1,0%	8	8,1%	15	15,2%	26	26,3%	1	1,0%	48	48,5%	9,1%	15,2%	27,3%	48,5%
Nível de Instrução																
Sem nível de instrução	0	0,0%	1	2,8%	6	16,7%	2	5,6%	0	0,0%	27	75,0%	2,8%	16,7%	5,6%	75,0%
Ensino Básico / Primário	4	3,1%	11	8,7%	34	26,8%	21	16,5%	0	0,0%	57	44,9%	11,8%	26,8%	16,5%	44,9%
Ensino Secundário Incompleto	1	,8%	17	13,3%	41	32,0%	24	18,8%	0	0,0%	45	35,2%	14,1%	32,0%	18,8%	35,2%
Ensino Secundário	3	1,6%	35	18,4%	50	26,3%	45	23,7%	3	1,6%	54	28,4%	20,0%	26,3%	25,3%	28,4%
Formação profissional/Ensino Médio	5	5,4%	8	8,7%	25	27,2%	23	25,0%	2	2,2%	29	31,5%	14,1%	27,2%	27,2%	31,5%
Ensino Superior	9	4,6%	39	20,1%	45	23,2%	57	29,4%	1	,5%	43	22,2%	24,7%	23,2%	29,9%	22,2%
Rendimento																
Sem rendimento	6	4,6%	20	15,3%	43	32,8%	23	17,6%	1	,8%	38	29,0%	19,8%	32,8%	18,3%	29,0%
Até 15 mil	0	0,0%	18	14,3%	35	27,8%	22	17,5%	2	1,6%	49	38,9%	14,3%	27,8%	19,0%	38,9%
16 a 30	5	2,8%	25	13,8%	44	24,3%	39	21,5%	1	,6%	67	37,0%	16,6%	24,3%	22,1%	37,0%
31 a 45	2	2,0%	11	11,1%	27	27,3%	23	23,2%	1	1,0%	35	35,4%	13,1%	27,3%	24,2%	35,4%
46 a 60	4	5,4%	12	16,2%	13	17,6%	20	27,0%	0	0,0%	25	33,8%	21,6%	17,6%	27,0%	33,8%
61 a 90	4	4,5%	14	15,9%	25	28,4%	28	31,8%	0	0,0%	17	19,3%	20,5%	28,4%	31,8%	19,3%
91 a 120	0	0,0%	6	16,2%	12	32,4%	8	21,6%	0	0,0%	11	29,7%	16,2%	32,4%	21,6%	29,7%
121 e mais	1	4,3%	4	17,4%	2	8,7%	9	39,1%	1	4,3%	6	26,1%	21,7%	8,7%	43,5%	26,1%
Concelho																
Praia	10	3,4%	51	17,2%	74	25,0%	89	30,1%	2	,7%	70	23,6%	20,6%	25,0%	30,7%	23,6%
Santa Catarina	2	1,9%	22	21,0%	18	17,1%	35	33,3%	0	0,0%	28	26,7%	22,9%	17,1%	33,3%	26,7%
São Filipe	4	6,7%	1	1,7%	23	38,3%	13	21,7%	4	6,7%	15	25,0%	8,3%	38,3%	28,3%	25,0%
Sal	2	2,0%	15	15,3%	30	30,6%	4	4,1%	0	0,0%	47	48,0%	17,3%	30,6%	4,1%	48,0%
São Vicente	4	2,7%	19	13,0%	26	17,8%	23	15,8%	0	0,0%	74	50,7%	15,8%	17,8%	15,8%	50,7%
Ribeira Grande	0	0,0%	3	4,8%	30	48,4%	8	12,9%	0	0,0%	21	33,9%	4,8%	48,4%	12,9%	33,9%
Religião																
Católica	13	2,6%	79	16,1%	117	23,8%	124	25,2%	4	,8%	155	31,5%	18,7%	23,8%	26,0%	31,5%
Islâmica	0	0,0%	0	0,0%	1	16,7%	2	33,3%	0	0,0%	3	50,0%	0,0%	16,7%	33,3%	50,0%
Nazarena	1	3,7%	4	14,8%	11	40,7%	4	14,8%	1	3,7%	6	22,2%	18,5%	40,7%	18,5%	22,2%
Adventista	1	4,2%	0	0,0%	12	50,0%	3	12,5%	1	4,2%	7	29,2%	4,2%	50,0%	16,7%	29,2%
Universal do Reino de Deus	1	10,0%	1	10,0%	5	50,0%	1	10,0%	0	0,0%	2	20,0%	20,0%	50,0%	10,0%	20,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	0	0,0%	5	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	1	6,7%	2	13,3%	4	26,7%	0	0,0%	8	53,3%	6,7%	13,3%	26,7%	53,3%
Sem Religião	5	3,3%	22	14,4%	42	27,5%	30	19,6%	0	0,0%	54	35,3%	17,6%	27,5%	19,6%	35,3%
Não Responde	0	0,0%	1	6,7%	2	13,3%	2	13,3%	0	0,0%	10	66,7%	6,7%	13,3%	13,3%	66,7%
Outra	1	6,7%	3	20,0%	4	26,7%	2	13,3%	0	0,0%	5	33,3%	26,7%	26,7%	13,3%	33,3%
Total	22	2,9%	111	14,5%	201	26,2%	172	22,4%	6	,8%	255	33,2%	17,3%	26,2%	23,2%	33,2%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

O nível de instrução também influencia significativamente a perceção sobre as medidas de inclusão. A proporção de pessoas que concorda com a eficácia das medidas de inclusão aumenta à medida que se eleva o nível de instrução. Em outros termos, os dados indicam

uma correlação entre nível de instrução e atitudes relativamente à inclusão LGBTQI+, pois, os inquiridos com níveis mais elevados tendem a conhecer melhor os impactos das medidas implementados a favor da qualidade e inclusão das pessoas LGBTQI. Contrariamente, os respondentes com menor nível de instrução demonstram maior ceticismo ou incerteza. Esse padrão indica que o acesso à educação e à informação pode ser um fator determinante na aceitação das medidas de inclusão.

A análise por nível de rendimento mostra que os inquiridos com rendimentos mais altos tendem a ser mais favoráveis às políticas de inclusão LGBTQI+, enquanto os grupos de rendimentos mais baixos apresentam maior incerteza. Essa distribuição sugere que o nível de rendimento que, amiúde está associado ao nível de formação, influencia a apreciação sobre as políticas inclusivas, possivelmente refletindo diferentes níveis de acesso à informação e experiências pessoais com a diversidade.

A análise por concelhos revela que Santa Catarina, Praia e São Filipe avaliam mais favoravelmente a implementação de inclusão a favor das pessoas LGBTQI+, enquanto Ribeira Grande, Sal e São Vicente revelam uma maior proporção de incerteza. Essa disparidade mostra que os concelhos com maior incerteza podem necessitar de esforços de sensibilização adicionais para aumentar o conhecimento sobre o impacto positivo das medidas implementadas.

Ao segmentar a análise por religião, observa-se uma diversidade de posicionamentos quanto às medidas de inclusão e qualidade de vida para a população LGBTQI+. Entre os católicos, que representam uma parte significativa da amostra, 26% concordam que as medidas implementadas surtiram efeito junto das pessoas LGBTQI+, enquanto 18,7% discordam, evidenciando um certo equilíbrio entre o reconhecimento e ceticismo. No entanto, 31,5% dos católicos responderam "Não sabe/Não responde", indicando que uma parcela substancial ainda não possui um posicionamento definido sobre o assunto.

Em suma, a análise por religião revela que católicos, nazarenos e adventistas tendem a ser mais favoráveis ou moderadamente favoráveis face às medidas de inclusão LGBTQI+. Já os grupos islâmicos, a Igreja Universal do Reino de Deus, Testemunhas de Jeová e Racionalismo Cristão apresentam maiores níveis de incerteza. Essa discrepância no reconhecimento dos efeitos das medidas variam amplamente conforme o contexto religioso, apontando para a importância de iniciativas de sensibilização específicas para cada grupo.

De entre as medidas prioritárias sugeridas pelos inquiridos para melhorar a inclusão das pessoas LGBTQI+ figuram:

- ✓ Ajustar e fortalecer leis de proteção, incluindo a legalização de casamento e adoção para pessoas LGBTQI+;
- ✓ Realizar campanhas e palestras nas escolas e comunidades, além de divulgar o tema nos media para reduzir o preconceito;
- ✓ Integrar pessoas LGBTQI+ nas políticas e instituições e criar espaços de apoio e associações de inclusão;
- ✓ Garantir igualdade no mercado de trabalho, respeito à identidade no ambiente profissional e formação para reduzir preconceitos;
- ✓ Introduzir multas e penalidades para atos de discriminação e criar canais de denúncia.

Em síntese, as perceções sobre as medidas inclusivas implementadas em Cabo Verde refletem uma aceitação e reconhecimento moderado entre os jovens, pessoas de nível de

instrução mais elevado, e indivíduos com rendimentos superiores. A incerteza persiste em diversos segmentos, indicando a necessidade de iniciativas de sensibilização e conscientização adaptadas aos diferentes perfis sociodemográficos para promover uma compreensão mais ampla e positiva sobre a inclusão LGBTQI+.

3.5.8. Posicionamento do Governo para garantir o Bem-estar das Pessoas LGBTQI+

A maior parte dos inquiridos tem uma perceção negativa em relação ao suporte do Governo ao bem-estar das pessoas LGBTQI+. Assim, 43,1% consideram que não se faz e/ou há muito por fazer em prol do bem-estar dessas pessoas e 29,9% não sabem ou não respondem. Isto aponta para a necessidade urgente de medidas mais efetivas e visíveis por parte do Governo para a proteção e promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+.

Tabela 27. Apreciação de população geral relativo ao posicionamento do Governo em prol de garantir o bem-estar das pessoas LGBTQI+

Variáveis de cruzamentos	Sim, fazem o suficiente		Fazem algumas coisas, mas precisam melhorar		Não, ainda há muito a ser feito		Não, não fazem quase nada		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	23	6,0%	85	22,1%	70	18,2%	87	22,7%	119	31,0%
Feminino	23	6,0%	76	19,8%	89	23,2%	85	22,2%	110	28,7%
Faixa etária										
18 a 24 anos	10	6,4%	31	19,9%	33	21,2%	42	26,9%	40	25,6%
25 a 29 anos	2	2,1%	17	17,5%	16	16,5%	32	33,0%	30	30,9%
30 a 34 anos	4	3,8%	23	21,9%	24	22,9%	22	21,0%	32	30,5%
35 a 39 anos	5	5,4%	19	20,7%	21	22,8%	24	26,1%	23	25,0%
40 a 49 anos	11	8,6%	29	22,7%	24	18,8%	28	21,9%	36	28,1%
50 a 59 anos	6	6,7%	20	22,2%	22	24,4%	12	13,3%	30	33,3%
60 e mais anos	8	8,1%	22	22,2%	19	19,2%	12	12,1%	38	38,4%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	2	5,6%	4	11,1%	3	8,3%	2	5,6%	25	69,4%
Ensino Básico / Primário	9	7,1%	18	14,2%	21	16,5%	22	17,3%	57	44,9%
Ensino Secundário Incompleto	8	6,3%	25	19,5%	23	18,0%	35	27,3%	37	28,9%
Ensino Secundário	10	5,3%	40	21,1%	32	16,8%	54	28,4%	54	28,4%
Formação profissional/Ensino Médio	6	6,5%	19	20,7%	23	25,0%	21	22,8%	23	25,0%
Ensino Superior	11	5,7%	55	28,4%	57	29,4%	38	19,6%	33	17,0%
Rendimento										
Sem rendimento	11	8,4%	29	22,1%	20	15,3%	32	24,4%	39	29,8%
Até 15 mil	9	7,1%	25	19,8%	21	16,7%	26	20,6%	45	35,7%
16 a 30	9	5,0%	32	17,7%	31	17,1%	48	26,5%	61	33,7%
31 a 45	4	4,0%	25	25,3%	19	19,2%	19	19,2%	32	32,3%
46 a 60	7	9,5%	10	13,5%	26	35,1%	19	25,7%	12	16,2%
61 a 90	2	2,3%	25	28,4%	24	27,3%	18	20,5%	19	21,6%
91 a 120	2	5,4%	8	21,6%	11	29,7%	6	16,2%	10	27,0%
121 e mais	2	8,7%	7	30,4%	6	26,1%	4	17,4%	4	17,4%
Concelho										
Praia	29	9,8%	100	33,8%	44	14,9%	49	16,6%	74	25,0%
Santa Catarina	11	10,5%	21	20,0%	31	29,5%	22	21,0%	20	19,0%
São Filipe	1	1,7%	12	20,0%	6	10,0%	6	10,0%	35	58,3%
Sal	0	0,0%	4	4,1%	26	26,5%	21	21,4%	47	48,0%
São Vicente	5	3,4%	14	9,6%	24	16,4%	61	41,8%	42	28,8%
Ribeira Grande	0	0,0%	10	16,1%	28	45,2%	13	21,0%	11	17,7%
Religião										
Católica	39	7,9%	118	24,0%	107	21,7%	105	21,3%	123	25,0%
Islâmica	0	0,0%	2	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	4	66,7%
Nazarena	0	0,0%	4	14,8%	8	29,6%	4	14,8%	11	40,7%
Adventista	3	12,5%	0	0,0%	2	8,3%	3	12,5%	16	66,7%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	2	20,0%	1	10,0%	4	40,0%	3	30,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	2	20,0%	0	0,0%	4	40,0%	4	40,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	3	20,0%	2	13,3%	2	13,3%	8	53,3%
Sem Religião	3	2,0%	24	15,7%	35	22,9%	47	30,7%	44	28,8%
Não Responde	0	0,0%	2	13,3%	2	13,3%	3	20,0%	8	53,3%
Outra	1	6,7%	4	26,7%	2	13,3%	0	0,0%	8	53,3%
Total	46	6,0%	161	21,0%	159	20,7%	172	22,4%	229	29,9%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Analisando a variável sexo, não se observa diferenças significativas quanto à atuação do Governo em prol de garantir o bem-estar das pessoas LGBTQI+. Contudo, a proporção

dos inquiridos do sexo feminino que acreditam que "ainda há muito a ser feito" é maior (23,2%) em comparação com os do sexo masculino (18,2%). Os dados indicam que há uma diferença de engajamento ou clareza nas opiniões sobre a atuação do Governo entre os sexos, sugerindo que os inquiridos do sexo feminino podem ter uma visão mais otimista ou esperançosa sobre as ações governamentais, enquanto que os do sexo masculino apresentam uma crítica mais acentuada e uma disposição maior para não opinar.

Em relação a faixa etária, verifica-se que os inquiridos nas faixas entre 18-39 anos têm uma apreciação mais negativa do que os mais velhos. Isso pode estar relacionado com uma maior expectativa das pessoas mais em relação às políticas públicas ou uma maior conscientização sobre os problemas sociais. Esses resultados evidenciam a importância de se considerar a faixa etária na análise da opinião pública e na formulação de políticas, já que diferentes grupos podem ter percepções e expectativas distintas em relação à atuação do Governo

O nível de instrução influencia a percepção de forma marcante. Com efeito, nota-se uma clara tendência segundo a qual à medida que aumenta o nível de instrução das pessoas, a apreciação dos entrevistados é menos positiva quanto à ação do Governo. De referir que entre os respondentes sem nível de instrução (69,4%) e os com Ensino Básico/Primário (44,9%) não sabem ou não respondem, possivelmente refletindo limitações de acesso à informação ou de compreensão sobre as políticas públicas voltadas para o público LGBTQI+.

Quanto ao rendimento, denota-se que os indivíduos com rendimentos mais altos tendem a considerar que ainda há muito a ser feito ou então que se deve melhorar o que se fez. De realçar que 1 em cada 3 inquiridos com menor rendimento figuram entre aqueles que não sabem/não respondem, o que evidencia uma menor capacidade de ajuizar a ação governativa em matéria de bem-estar de pessoas LGBTQI+

No que se refere ao concelho de residência, há variações significativas. Na Praia, observa-se a maior proporção de respondentes que acreditam que o Governo “faz algumas coisas, mas precisa melhorar” (33,8%), enquanto em Santa Catarina há maior concordância com a afirmação de que “ainda há muito a ser feito” (29,5%). Em contraste, Ribeira Grande é o concelho com a percepção mais crítica, pois, 45,2% consideram que “não fazem quase nada”.

No que tange à religião, no seio dos católicos, que representam a maior parte da amostra, 24% acreditam que “fazem algumas coisas, mas precisam melhorar”, enquanto 25% não souberam ou preferiram não responder. As outras confissões religiosas, como os adventistas e Testemunhas de Jeová, apresentam elevadas proporções de quem não sabe/não responde, com valores superiores a 40%. Entre os que se declararam sem religião, predomina a percepção de que “não fazem quase nada” (30,7%).

De modo geral, os dados sugerem que a população geral avalia de forma crítica o posicionamento governamental no que diz respeito ao bem-estar da população LGBTQI+, com destaque para altos índices de insatisfação e incerteza, sobretudo entre os mais vulneráveis em termos de instrução e renda.

3.5.9. Comparação entre as Percepções da População sobre os Direitos, o Quadro Legal e as Ações de Promoção dos Direitos LGBTQI+

A análise comparativa entre as percepções da população sobre os direitos, o quadro legal e as ações de promoção dos direitos das pessoas LGBTQI+ revela lacunas importantes e destaca a necessidade de intervenções estratégicas para alinhar o quadro normativo com as

necessidades da comunidade LGBTQI+. Eis alguns dos principais pontos de discrepância e convergência:

Embora uma parte da população reconheça a existência de leis de combate à discriminação, apenas 8% consideram essas leis totalmente adequadas para promover a inclusão. A maioria acredita que as leis precisam ser reforçadas (25,6%) ou mesmo que estejam em expansão, dado que alguns entrevistados (15,8%) consideram que essas leis são insuficientes ou inexistentes.

Essa visão é consistente com as percepções de discriminação observadas em contextos específicos, como o ambiente escolar, mercado de trabalho e instituições de saúde onde a discriminação ainda é vista como uma realidade "ocasional", mas não rara. Isso indica que as normas atuais talvez não estejam sendo aplicadas de forma efetiva, ou que a sua implementação comporta insuficiências relevantes.

Indivíduos com maior nível de escolaridade e rendimento tendem a expressar mais consciência sobre a necessidade de reforço das leis. Aqueles com menor escolaridade, em contrapartida, frequentemente indicam "não ter opinião", sugerindo um distanciamento ou falta de conhecimento sobre o quadro legal. Esse padrão reflete-se nas percepções sobre discriminação em que pessoas com menor escolaridade e rendimento tendem a não identificar a discriminação ou a ter uma visão menos informada sobre a questão, o que reforça a necessidade de iniciativas educativas e de sensibilização voltadas para esses grupos.

A análise sobre as práticas nas instituições de ensino revela que apenas 4,7% da população considera que estas promovem ações de inclusão de maneira consistente. A maioria acredita que essas ações ocorrem "algumas vezes" (34,3%) ou "raramente". Essa falta de iniciativas consistentes nas escolas pode estar relacionada com o elevado nível de discriminação percebido no ambiente escolar, especialmente entre colegas. Isso sugere que, apesar do quadro legal, há uma ausência de ações práticas de inclusão que reforcem a proteção de jovens LGBTQI+ em contextos educacionais, limitando o alcance da legislação vigente e permitindo que a discriminação prevaleça nesses espaços.

A inclusão promovida por instituições públicas e privadas também é vista com insuficiências, pois, a maioria dos respondentes considera que essas instituições promovem a inclusão "com limitações". Empresas privadas são vistas como ainda menos inclusivas e 50,8% acreditam que entidades religiosas "não promovem inclusão". A falta de uma abordagem inclusiva e efetiva por parte das empresas e, principalmente, das entidades religiosas — consideradas menos inclusivas — destaca uma desconexão entre a proteção legal contra discriminação e a aplicação prática desses princípios. Isso limita a inclusão e agrava a percepção de discriminação contra pessoas LGBTQI+ em ambientes familiares, comunitários e religiosos.

A maioria dos entrevistados considera que os media têm um papel "positivo", mas ainda acreditam que poderiam fazer mais para promover os direitos LGBTQI+. Essa percepção varia conforme idade e nível de instrução, com os mais jovens e pessoas mais instruídas expressando maior expectativa sobre o papel dos media. Seu impacto limitado na promoção da igualdade é consistente com as percepções gerais de que a discriminação ocorre "algumas vezes" em diversos ambientes, reforçando a ideia de que campanhas públicas e ações de sensibilização nos media poderiam aumentar a conscientização sobre a legislação existente e os direitos LGBTQI+, especialmente entre as populações mais vulneráveis ou menos informadas.

A análise revela que pessoas com afiliações religiosas específicas, como Adventistas e Testemunhas de Jeová, apresentam altos percentuais de "não sabe/não responde" sobre a adequação das leis e o papel dos media. Além disso, as entidades religiosas são amplamente percebidas como as menos inclusivas. Essas percepções refletem uma tensão entre o quadro legal e as normas sociais ou culturais, indicando que a promoção da inclusão LGBTQI+ requer abordagens sensíveis ao contexto religioso e cultural cabo-verdiano, onde as ações legislativas podem encontrar maior resistência ou falta de apoio.

3.6. Saúde e bem-estar das pessoas LGBTQI+

O acesso à saúde e ao bem-estar é fundamental para todas as pessoas, mas para a população LGBTQI+ essa questão assume particular importância, devido às vulnerabilidades específicas por ela enfrentadas. Historicamente, ela tem enfrentado barreiras estruturais, discriminação e preconceito no acesso a serviços de saúde, o que pode impactar negativamente sua saúde física e mental. Conforme Butler (1990), a problemática das normas de gênero orienta a compreensão de como as identidades LGBTQI+ são frequentemente marginalizadas em sistemas sociais, incluindo no da saúde. Sua abordagem reforça a necessidade de um cuidado inclusivo que reconheça identidades de gênero. Portanto, quebrar este tabu e garantir o acesso equitativo e sensível a essas necessidades é essencial para promover a inclusão e a dignidade humana.

Em termos de saúde física, muitas pessoas LGBTQI+ enfrentam lacunas significativas na oferta de serviços de saúde, seja pela falta de preparo dos profissionais para atender questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero seja pela exclusão de suas necessidades em políticas públicas. Isso pode levar ao diagnóstico tardio de condições de saúde, como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo o HIV/AIDS, além de limitar o acesso a serviços de terapia hormonal para esse grupo e acompanhamento ginecológico e urológico adequado.

A saúde mental é outra dimensão crucial. Estudos mostram que pessoas LGBTQI+ são mais suscetíveis a transtornos como depressão, ansiedade e ideação suicida, muitas vezes como resultado do estigma social, rejeição familiar e discriminação. O acesso a serviços de saúde mental inclusivos e livres de preconceito poderá desempenhar um papel vital na mitigação desses impactos e na promoção do bem-estar emocional.

Adicionalmente, a garantia de bem-estar abrange a criação de ambientes que respeitem as identidades e escolhas das pessoas LGBTQI+, promovendo a inclusão social e prevenindo situações de violência e discriminação. Isso inclui políticas públicas voltadas à redução da vulnerabilidade social desse grupo, como acesso a educação inclusiva, emprego digno e proteção legal contra atos de violência e discriminação.

Por fim, assegurar saúde e bem-estar para a população LGBTQI+ não é apenas uma questão de justiça social, mas também de fortalecimento da coesão social e da garantia dos direitos humanos. O reconhecimento das necessidades de saúde e bem-estar dessa população, na perspectiva de Paul Farmer (2003), reforça a ideia de que a saúde deve ser vista como um direito universal, essencial para a dignidade humana. Farmer (Idem) enfatiza que as desigualdades estruturais afetam desproporcionalmente populações marginalizadas, como a comunidade LGBTQI+, em que políticas públicas inclusivas são fundamentais para combater essas disparidades.

Portanto, a implementação de medidas inclusivas, como o acesso equitativo a serviços de saúde, programas de educação em saúde voltados à diversidade e a capacitação de profissionais para atender às necessidades específicas desse grupo, beneficia não apenas a população LGBTQI+, mas toda a sociedade.

Nesta sessão apresenta-se uma análise detalhada dos dados recolhidos sobre as percepções da população em geral, relativamente à saúde e ao bem-estar da população LGBTQI+ em Cabo Verde.

Numa perspetiva de análise quantitativa, são apresentados os principais dados numéricos recolhidos, organizados por variáveis como género, idade, nível de instrução, rendimento e localização geográfica.

3.6.1. Bem-estar da População LGBTQI+ no Acesso à Saúde

A análise dos dados revela percepções distintas sobre as dificuldades enfrentadas pela população LGBTQI+ em termos de bem-estar, com variações significativas em função de sexo, idade, instrução, rendimento, localização geográfica e afiliação religiosa.

De forma global, 29,6% dos inquiridos acreditam que as pessoas LGBTQI+ enfrentam “muitas dificuldades” e 46% consideram que apenas enfrentam “algumas dificuldades”. Somente 12,6% entendem que as dificuldades são iguais às da população em geral. Igualmente, importa destacar que 11,1 dos entrevistados não souberam ou preferiram não responder. Esses números mostram que 75,6 reconhecem dificuldades adicionais para a população LGBTQI+, embora a intensidade dessa percepção varie conforme os grupos analisados.

Numa análise por sexo, verifica-se no seio dos inquiridos do sexo feminino a percepção de que o número de pessoas LGBTQI+ que enfrentam dificuldades é maior no seio da população masculina, 78,8% contra 72,4%. Resultados indicam que os inquiridos do sexo feminino têm maior consciência sobre desigualdades sociais em termos de bem-estar.

Quando analisamos por faixa etária, os jovens entre 18 e 24 anos são conscientes das dificuldades enfrentadas (84,7%). Essa sensibilidade diminui progressivamente com o aumento da idade, chegando a 21,2% entre os maiores de 60 anos. 18,2% das pessoas com 60 anos e mais acreditam que as dificuldades são equivalentes às da população geral. Esse padrão pode ser explicado por fatores geracionais e culturais, refletindo mudanças na percepção de temas ligados à diversidade.

No que diz respeito ao rendimento, constata-se que as pessoas sem rendimento ou com rendimento mensal de até 15 mil escudos têm maior propensão a identificar “muitas dificuldades” (35,1% e 39,7%, respetivamente). Já entre os detentores de rendimentos acima de 121 mil escudos, a maioria (56,5%) aponta apenas “algumas dificuldades”. Isto pode indicar que pessoas com menores rendimentos convivem mais diretamente com situações de exclusão social, influenciando sua percepção sobre as dificuldades enfrentadas por outros grupos.

Por concelho os resultados indicam que os municípios de Ribeira Grande (41,9%) e Santa Catarina (40%), têm maior proporção de respostas indicando “muitas dificuldades”. Em contraste, temos concelhos mais urbanos, como Sal e São Vicente onde se registram menores percentuais (17,3% e 17,8%, respetivamente).

Tabela 28. Apreciação da população quanto aos níveis de dificuldades que enfrentam as pessoas LGBTQI+ em termos de bem-estar, em comparação com a população em geral

Variáveis de cruzamentos	Sim, enfrentam muitas dificuldades		Sim, enfrentam algumas dificuldades		Não, enfrentam as mesmas dificuldades		Não, enfrentam menos dificuldades		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	96	25,0%	182	47,4%	54	14,1%	4	1,0%	48	12,5%
Feminino	131	34,2%	171	44,6%	43	11,2%	1	,3%	37	9,7%
Faixa etária										
18 a 24 anos	60	38,5%	72	46,2%	11	7,1%	1	,6%	12	7,7%
25 a 29 anos	28	28,9%	44	45,4%	12	12,4%	0	0,0%	13	13,4%
30 a 34 anos	35	33,3%	45	42,9%	13	12,4%	0	0,0%	12	11,4%
35 a 39 anos	29	31,5%	41	44,6%	13	14,1%	0	0,0%	9	9,8%
40 a 49 anos	32	25,0%	65	50,8%	16	12,5%	2	1,6%	13	10,2%
50 a 59 anos	22	24,4%	44	48,9%	14	15,6%	1	1,1%	9	10,0%
60 e mais anos	21	21,2%	42	42,4%	18	18,2%	1	1,0%	17	17,2%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	5	13,9%	13	36,1%	6	16,7%	1	2,8%	11	30,6%
Ensino Básico / Primário	39	30,7%	48	37,8%	22	17,3%	3	2,4%	15	11,8%
Ensino Secundário Incompleto	39	30,5%	63	49,2%	19	14,8%	1	,8%	6	4,7%
Ensino Secundário	61	32,1%	90	47,4%	20	10,5%	0	0,0%	19	10,0%
Formação profissional/Ensino Médio	24	26,1%	45	48,9%	12	13,0%	0	0,0%	11	12,0%
Ensino Superior	59	30,4%	94	48,5%	18	9,3%	0	0,0%	23	11,9%
Rendimento										
Sem rendimento	46	35,1%	55	42,0%	17	13,0%	0	0,0%	13	9,9%
Até 15 mil	50	39,7%	50	39,7%	13	10,3%	2	1,6%	11	8,7%
16 a 30	49	27,1%	92	50,8%	23	12,7%	2	1,1%	15	8,3%
31 a 45	21	21,2%	44	44,4%	15	15,2%	1	1,0%	18	18,2%
46 a 60	17	23,0%	40	54,1%	8	10,8%	0	0,0%	9	12,2%
61 a 90	26	29,5%	43	48,9%	10	11,4%	0	0,0%	9	10,2%
91 a 120	11	29,7%	15	40,5%	7	18,9%	0	0,0%	4	10,8%
121 e mais	5	21,7%	13	56,5%	2	8,7%	0	0,0%	3	13,0%
Concelho										
Praia	105	35,5%	112	37,8%	24	8,1%	1	,3%	54	18,2%
Santa Catarina	42	40,0%	52	49,5%	6	5,7%	0	0,0%	5	4,8%
São Filipe	11	18,3%	18	30,0%	20	33,3%	0	0,0%	11	18,3%
Sal	17	17,3%	45	45,9%	33	33,7%	0	0,0%	3	3,1%
São Vicente	26	17,8%	91	62,3%	14	9,6%	4	2,7%	11	7,5%
Ribeira Grande	26	41,9%	35	56,5%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,6%
Religião										
Católica	166	33,7%	231	47,0%	53	10,8%	1	,2%	41	8,3%
Islâmica	1	16,7%	2	33,3%	3	50,0%	0	0,0%	0	0,0%
Nazarena	6	22,2%	13	48,1%	3	11,1%	0	0,0%	5	18,5%
Adventista	4	16,7%	5	20,8%	8	33,3%	0	0,0%	7	29,2%
Universal do Reino de Deus	1	10,0%	6	60,0%	2	20,0%	0	0,0%	1	10,0%
Testemunha de Jeová	3	30,0%	3	30,0%	1	10,0%	1	10,0%	2	20,0%
Racionalismo Cristão	2	13,3%	8	53,3%	2	13,3%	1	6,7%	2	13,3%
Sem Religião	38	24,8%	72	47,1%	23	15,0%	1	,7%	19	12,4%
Não Responde	1	6,7%	6	40,0%	1	6,7%	1	6,7%	6	40,0%
Outra	5	33,3%	7	46,7%	1	6,7%	0	0,0%	2	13,3%
Total	227	29,6%	353	46,0%	97	12,6%	5	,7%	85	11,1%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Relativamente ao nível de instrução, denota-se que as pessoas detentoras de maior nível escolar tendencialmente consideram que as pessoas LGBTQI+ deparam com mais dificuldades de bem-estar em comparação com a população em geral.

Por religião, nota-se que a maioria dos católicos considera que pessoas LGBTQI+ enfrentam mais dificuldade de bem-estar. Outras religiosas como adventistas e nazarenos, tendem a reconhecer em menor proporção essas dificuldades.

De uma forma geral, os dados mostram que mulheres, jovens, pessoas mais instruídas e com rendimentos mais baixos têm maior percepção das dificuldades enfrentadas pela população LGBTQI+. Já as diferenças por local de residência e religião revelam especificidades locais e culturais que precisam ser consideradas na formulação de políticas públicas inclusivas e eficazes.

3.6.2.A Discriminação das Pessoas LGBTQI+ e Consequências para o Bem-estar Emocional e Mental

De modo geral, 8 em cada 10 entrevistados consideram que a discriminação contra a população LGBTQI+ "afeta/afeta muito" o bem-estar emocional e mental de pessoas LGBTQI+, com realce para os respondentes do sexo feminino (96,1%). Somente 7% das pessoas admitem que "não afeta tanto/muito" e 10,6% não respondem.

Numa análise por faixa etária, denota-se as gerações mais jovens, especialmente entre 18 a 34 anos, demonstram uma maior consciência de que a discriminação afeta muito o bem-estar emocional e mental das pessoas LGBTQI+. Por seu lado, nas demais faixas etárias, sobretudo na de 60 anos ou mais, a proporção de inquiridos que tende a considerar que a discriminação "afeta muito" reduz significativamente.

Quanto ao nível de instrução, constata-se que indivíduos com maior nível, com realce para o Superior, propendem a perceber a discriminação como um fator que "afeta muito" o bem-estar emocional e mental (45,9%), seguido de perto pelos habilitados com Ensino Secundário (45,8%). Esses dados revelam uma correlação positiva entre o nível de instrução e a percepção da discriminação em relação ao bem-estar emocional e mental.

De referir que pessoas sem nível de instrução apresentaram maior proporção para respostas "não sabe/não responde" (33,3%), revelando que os indivíduos sem nível de instrução demonstram, não só uma menor percepção do impacto da discriminação, mas também um maior desconhecimento. Isso pode sugerir uma falta de informação ou uma desconexão com as questões sociais mais amplas, o que é preocupante, pois, pode limitar a capacidade desse grupo de reconhecer e enfrentar a discriminação em suas vidas.

Numa análise por nível de rendimento, os dados revelam que os entrevistados que se encontram nas faixas de rendimento entre 46 a 90 mil escudos mostram-se mais sensíveis à questão da discriminação, em média acima dos 45%, ao afirmarem que ela "afeta muito". Isso pode indicar que, nesse grupo específico, há uma maior vivência ou percepção de situações discriminatórias. Paradoxalmente, os indivíduos com rendimentos superiores a 121 mil escudos apresentam uma taxa significativamente menor de concordância com a afirmação, com apenas 30,4% a reconhecer que a discriminação tem um impacto considerável sobre eles. Essa diferença pode sugerir que pessoas com rendimentos mais elevados podem estar menos expostas a situações de discriminação, ou talvez tenham maior acesso a recursos e oportunidades que lhes permitam mitigar os efeitos da discriminação.

Tabela 29. Posicionamento da população relativo à discriminação da população LGBTQI+ na afetação do seu bem-estar emocional e mental

Variáveis de cruzamentos	Sim, afeta muito		Sim, afeta		Não, não afeta tanto		Não afeta		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Sexo										
Masculino	127	33,1%	175	45,6%	24	6,3%	11	2,9%	47	12,2%
Feminino	177	46,2%	153	39,9%	14	3,7%	5	1,3%	34	8,9%
Faixa etária										
18 a 24 anos	74	47,4%	67	42,9%	2	1,3%	1	,6%	12	7,7%
25 a 29 anos	47	48,5%	36	37,1%	3	3,1%	1	1,0%	10	10,3%
30 a 34 anos	45	42,9%	47	44,8%	5	4,8%	0	0,0%	8	7,6%
35 a 39 anos	34	37,0%	45	48,9%	6	6,5%	1	1,1%	6	6,5%
40 a 49 anos	47	36,7%	50	39,1%	10	7,8%	6	4,7%	15	11,7%
50 a 59 anos	32	35,6%	38	42,2%	10	11,1%	1	1,1%	9	10,0%
60 e mais anos	25	25,3%	45	45,5%	2	2,0%	6	6,1%	21	21,2%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	8	22,2%	11	30,6%	0	0,0%	5	13,9%	12	33,3%
Ensino Básico / Primário	35	27,6%	59	46,5%	6	4,7%	4	3,1%	23	18,1%
Ensino Secundário Incompleto	49	38,3%	53	41,4%	13	10,2%	1	,8%	12	9,4%
Ensino Secundário	87	45,8%	76	40,0%	11	5,8%	2	1,1%	14	7,4%
Formação profissional/Ensino Médio	36	39,1%	43	46,7%	1	1,1%	3	3,3%	9	9,8%
Ensino Superior	89	45,9%	86	44,3%	7	3,6%	1	0,5%	11	5,7%
Rendimento										
Sem rendimento	49	37,4%	58	44,3%	5	3,8%	3	2,3%	16	12,2%
Até 15 mil	53	42,1%	49	38,9%	5	4,0%	5	4,0%	14	11,1%
16 a 30	73	40,3%	76	42,0%	8	4,4%	3	1,7%	21	11,6%
31 a 45	29	29,3%	48	48,5%	8	8,1%	2	2,0%	12	12,1%
46 a 60	35	47,3%	31	41,9%	2	2,7%	1	1,4%	5	6,8%
61 a 90	39	44,3%	38	43,2%	5	5,7%	1	1,1%	5	5,7%
91 a 120	17	45,9%	13	35,1%	4	10,8%	0	0,0%	3	8,1%
121 e mais	7	30,4%	11	47,8%	1	4,3%	1	4,3%	3	13,0%
Concelho										
Praia	131	44,3%	100	33,8%	15	5,1%	8	2,7%	42	14,2%
Santa Catarina	38	36,2%	56	53,3%	5	4,8%	2	1,9%	4	3,8%
São Filipe	10	16,7%	22	36,7%	3	5,0%	4	6,7%	21	35,0%
Sal	20	20,4%	60	61,2%	10	10,2%	0	0,0%	8	8,2%
São Vicente	77	52,7%	56	38,4%	5	3,4%	2	1,4%	6	4,1%
Ribeira Grande	28	45,2%	34	54,8%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Religião										
Católica	214	43,5%	199	40,4%	25	5,1%	10	2,0%	44	8,9%
Islâmica	2	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	2	33,3%	2	33,3%
Nazarena	6	22,2%	16	59,3%	1	3,7%	0	0,0%	4	14,8%
Adventista	2	8,3%	12	50,0%	1	4,2%	1	4,2%	8	33,3%
Universal do Reino de Deus	1	10,0%	7	70,0%	1	10,0%	0	0,0%	1	10,0%
Testemunha de Jeová	3	30,0%	3	30,0%	0	0,0%	2	20,0%	2	20,0%
Racionalismo Cristão	5	33,3%	7	46,7%	1	6,7%	0	0,0%	2	13,3%
Sem Religião	61	39,9%	72	47,1%	7	4,6%	1	,7%	12	7,8%
Não Responde	5	33,3%	5	33,3%	1	6,7%	0	0,0%	4	26,7%
Outra	5	33,3%	7	46,7%	1	6,7%	0	0,0%	2	13,3%
Total	304	39,6%	328	42,8%	38	5,0%	16	2,1%	81	10,6%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

A perceção de que a discriminação "afeta muito" é mais notória em São Vicente (52,7%) e Ribeira Grande (45,2%), contrariamente a São Filipe que apresenta a menor proporção de respostas nessa categoria (16,7%) e a maior proporção de "não sabe/não responde" (35%).

Por religião, nota-se que 43,5% dos católicos acreditam que a discriminação "afeta muito", sendo esta a religião com maior número de respostas absolutas. No entanto, a maior proporção relativa é observada entre os seguidores da Igreja Universal do Reino de Deus (70%). Outras confissões religiosas como Islâmicos, Testemunhas de Jeová e Adventistas apresentam taxas mais elevadas de "não sabe/não responde".

3.6.3. Acesso Adequado a Serviços de Saúde das Pessoas LGBTI+

A maioria dos inquiridos (55,2%) acredita que pessoas LGBTI+ têm total acesso ou acesso adequado aos serviços de saúde, o que pode indicar uma percepção positiva. Contudo, uma parte significativa (25,7%), reconhece que existem dificuldades, sugerindo que há uma conscientização de que pessoas LGBTQI+ podem as enfrentar na busca por serviços de saúde adequados. Além disso, 19,2% não souberam ou não quiseram responder, o que pode sugerir falta de informação ou desinteresse sobre o tema, levantando a questão da necessidade de maior sensibilização e educação sobre os direitos e necessidades da comunidade LGBTQI+ em relação à saúde.

Por sexo, os dados revelam que a percepção de que existe acesso total é maior no seio dos inquiridos do sexo masculino (54,9%) em comparação com sexo feminino (50,9%). A percepção de dificuldades no acesso é mais expressiva entre os inquiridos do sexo feminino (27,7%) do que entre os do sexo masculino (17,7%), sentimento que, possivelmente, resulta do facto de as mulheres estarem mais expostas aos serviços de saúde e terem uma apreciação mais rigorosas e aprofunda dos mesmos.

Por faixa etária, verifica-se que os inquiridos com idades superiores a 35 anos, sobretudo os com mais de 60 anos, inclinam-se a considerar, em maior proporção, que existe um acesso total aos serviços de saúde. Por seu turno, as pessoas mais jovens tendem a apontar para a existência de dificuldades de acesso. Além disso, convém ressaltar a incerteza maior observada entre os jovens de 18 a 29 anos em que há maior percentagem de “não sabe/não responde” resulta possivelmente do menor contato com serviços de saúde.

Quanto ao nível de instrução, nota-se que as pessoas com formação profissional ou ensino médio (60,9%), seguido de sem nível de instrução (58,3%) e Ensino Básico/Primário (53,5%) são aquelas que consideram em maior proporção que há acesso total. Isto se explica provavelmente pelo fato de a avaliação positiva de acesso ser maior entre as pessoas com mais idade que, geralmente, também têm níveis mais baixos. Os indivíduos com formação superior apresentam maior percepção de dificuldades (27,8%), pois, podem ter uma apreciação mais exigente.

Em relação ao rendimento, as pessoas sem rendimento e as com rendimentos mais altos apresentam percepção mais positiva de acesso a serviços de saúde, enquanto os que recebem até 15 mil escudos têm uma percepção em menor proporção. Já as maiores percepções de dificuldades ocorrem entre aqueles com rendimentos entre 61 a 120 mil escudos. As pessoas que “não sabem/não respondem” concentram-se, sobretudo, no seio daqueles que detêm menor rendimento.

No âmbito geográfico, os concelhos de São Filipe (85%) e Praia (55,4%) apresentam maiores taxas de percepção de acesso total. Já nos municípios de Sal e Ribeira Grande, os respondentes apontam maiores dificuldades no processo de acesso aos serviços de saúde.

No que se refere à religião, os indivíduos de religião islâmica foram os únicos que reportaram unanimemente que as pessoas LGBTQI+ têm total acesso. Por outro lado, aqueles que se declararam de "outra religião" apresentaram a menor proporção de percepção de acesso total (33,3%) e a maior incerteza (46,7%).

Tabela 30. Apreciação de população geral relativa ao acesso adequado a serviços de saúde

Variáveis de cruzamentos	Sim, têm total acesso		Sim, mas com algumas dificuldades		Não, enfrentam várias		Não, não têm acesso adequado		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	211	54,9%	68	17,7%	13	3,4%	6	1,6%	86	22,4%
Feminino	195	50,9%	106	27,7%	9	2,3%	12	3,1%	61	15,9%
Faixa etária										
18 a 24 anos	76	48,7%	32	20,5%	7	4,5%	4	2,6%	37	23,7%
25 a 29 anos	37	38,1%	32	33,0%	2	2,1%	5	5,2%	21	21,6%
30 a 34 anos	52	49,5%	26	24,8%	4	3,8%	4	3,8%	19	18,1%
35 a 39 anos	48	52,2%	22	23,9%	4	4,3%	2	2,2%	16	17,4%
40 a 49 anos	79	61,7%	28	21,9%	3	2,3%	1	0,8%	17	13,3%
50 a 59 anos	51	56,7%	18	20,0%	1	1,1%	2	2,2%	18	20,0%
60 e mais anos	63	63,6%	16	16,2%	1	1,0%	0	0,0%	19	19,2%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	21	58,3%	4	11,1%	0	0,0%	0	0,0%	11	30,6%
Ensino Básico / Primário	68	53,5%	21	16,5%	4	3,1%	2	1,6%	32	25,2%
Ensino Secundário Incompleto	64	50,0%	32	25,0%	5	3,9%	3	2,3%	24	18,8%
Ensino Secundário Formação profissional/Ensino Médio	98	51,6%	40	21,1%	8	4,2%	6	3,2%	38	20,0%
Ensino Superior	56	60,9%	23	25,0%	1	1,1%	1	1,1%	11	12,0%
	99	51,0%	54	27,8%	4	2,1%	6	3,1%	31	16,0%
Rendimento										
Sem rendimento	81	61,8%	19	14,5%	1	0,8%	2	1,5%	28	21,4%
Até 15 mil	57	45,2%	34	27,0%	3	2,4%	6	4,8%	26	20,6%
16 a 30	93	51,4%	43	23,8%	7	3,9%	4	2,2%	34	18,8%
31 a 45	53	53,5%	20	20,2%	3	3,0%	1	1,0%	22	22,2%
46 a 60	38	51,4%	19	25,7%	3	4,1%	1	1,4%	13	17,6%
61 a 90	46	52,3%	24	27,3%	3	3,4%	2	2,3%	13	14,8%
91 a 120	21	56,8%	11	29,7%	1	2,7%	0	0,0%	4	10,8%
121 e mais	14	60,9%	4	17,4%	1	4,3%	1	4,3%	3	13,0%
Concelho										
Praia	164	55,4%	71	24,0%	2	0,7%	9	3,0%	50	16,9%
Santa Catarina	49	46,7%	21	20,0%	4	3,8%	1	1,0%	30	28,6%
São Filipe	51	85,0%	5	8,3%	1	1,7%	0	0,0%	3	5,0%
Sal	43	43,9%	20	20,4%	11	11,2%	3	3,1%	21	21,4%
São Vicente	78	53,4%	39	26,7%	4	2,7%	3	2,1%	22	15,1%
Ribeira Grande	21	33,9%	18	29,0%	0	0,0%	2	3,2%	21	33,9%
Religião										
Católica	268	54,5%	114	23,2%	12	2,4%	8	1,6%	90	18,3%
Islâmica	6	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Nazarena	16	59,3%	8	29,6%	0	0,0%	1	3,7%	2	7,4%
Adventista	15	62,5%	3	12,5%	1	4,2%	0	0,0%	5	20,8%
Universal do Reino de Deus	5	50,0%	2	20,0%	0	0,0%	1	10,0%	2	20,0%
Testemunha de Jeová	6	60,0%	1	10,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	30,0%
Racionalismo Cristão	6	40,0%	7	46,7%	0	0,0%	0	0,0%	2	13,3%
Sem Religião	71	46,4%	34	22,2%	9	5,9%	7	4,6%	32	20,9%
Não Responde	8	53,3%	3	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	26,7%
Outra	5	33,3%	2	13,3%	0	0,0%	1	6,7%	7	46,7%
Total	406	52,9%	174	22,7%	22	2,9%	18	2,3%	147	19,2%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Ao se perguntar aos inquiridos que manifestaram uma perceção negativa sobre o acesso aos serviços de saúde para explicitarem dificuldades/barreiras enfrentadas pelas pessoas LGBTQI+, verifica-se que apontam o preconceito, atendimento inadequado (ou péssimo atendimento) e a falta de profissionais especializados para tratar de necessidades específicas dessa população (apoio psicológico e orientação hormonal). Outrossim, foi identificada a ausência de médicos e tratamentos específicos que atendam às demandas da comunidade LGBTQI+, tanto no aspeto físico quanto no psicológico.

Em termos de frequência, o preconceito foi destacado como a barreira mais expressiva, seguido pela percepção de insuficiência na qualidade e especificidade do atendimento. A falta de apoio psicológico foi amplamente mencionada, com alguns respondentes também enfatizando que não há profissionais adequados para lidar com as questões particulares de saúde da população LGBTQI+, incluindo os cuidados hormonais.

Essas dificuldades refletem um cenário de vulnerabilidade nos serviços de saúde que, idealmente, deveriam ser inclusivos e universais. A necessidade de maior capacitação de profissionais, aliada à implementação de políticas públicas que assegurem o respeito e a dignidade no atendimento, é imprescindível para mitigar as barreiras identificadas. O fortalecimento dessas medidas não apenas beneficiaria as pessoas LGBTQI+, mas também contribuiria para uma sociedade mais equitativa e com maior coesão social.

De forma geral, os resultados indicam que, embora exista uma percepção maioritária de acesso total ou parcial, ainda persistem barreiras significativas que afetam as pessoas LGBTQI+ nos serviços de saúde. As disparidades observadas entre diferentes grupos destacam a necessidade de políticas públicas inclusivas, com foco em educação, capacitação profissional e combate ao preconceito. A promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde é essencial para garantir a dignidade e os direitos dessa população, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa.

3.6.4.Principais Barreiras e Dificuldades enfrentadas pelas Pessoas LGBTQI+

Ao se perguntar aos inquiridos que manifestaram uma percepção negativa sobre o acesso aos serviços de saúde para explicitarem dificuldades/barreiras enfrentadas pelas pessoas LGBTQI+, verifica-se que apontam o preconceito, atendimento inadequado (ou péssimo atendimento) e a falta de profissionais especializados para tratar de necessidades específicas dessa população (apoio psicológico e orientação hormonal). Outrossim, foi identificada a ausência de médicos e consequentes tratamentos específicos que atendam às demandas da comunidade LGBTQI+, tanto no espectro físico quanto no psicológico.

Em termos de frequência, o preconceito foi destacado como a barreira mais expressiva, seguido pela percepção de insuficiência na qualidade e especificidade do atendimento. A falta de apoio psicológico foi amplamente mencionada, com alguns respondentes também enfatizando que não há profissionais adequados para lidar com as questões particulares de saúde da população LGBTQI+, incluindo os cuidados hormonais.

Essas dificuldades refletem um cenário de vulnerabilidade nos serviços de saúde que, idealmente, deveriam ser inclusivos e universais. A necessidade de maior capacitação de profissionais, aliada à implementação de políticas públicas que assegurem o respeito e a dignidade no atendimento, é imprescindível para mitigar as barreiras identificadas. O fortalecimento dessas medidas, não apenas beneficiaria as pessoas LGBTQI+, mas também contribuiria para uma sociedade mais equitativa e com maior coesão social.

De forma geral, os resultados indicam que, embora exista uma percepção maioritária de acesso total ou parcial, ainda persistem barreiras significativas que afetam as pessoas LGBTQI+ nos serviços de saúde. As disparidades observadas entre diferentes grupos destacam a necessidade de políticas públicas inclusivas, com foco em educação, capacitação profissional e combate ao preconceito. A promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde é essencial para garantir a dignidade e os direitos dessa população, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa.

3.6.5.Preparação dos Profissionais de Saúde para atender as Pessoas LGBTQI+ com Respeito e Dignidade

A maioria dos respondentes (67%) considera que os profissionais de saúde estão bem preparados para atender as pessoas LGBTQI+ com respeito e dignidade, não havendo variação relevante por sexo. De referir, entretanto, que 1 em cada quatro inquiridos “não sabe/não responde”.

Tabela 31.Posicionamento de população geral relativo à preparação dos profissionais de saúde para atender as pessoas LGBTQI+ com respeito e dignidade

Variáveis de cruzamentos	Sim, estão bem preparados		Estão preparados em parte		Não, estão mal preparados		Não, não estão preparados		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	257	66,9%	4	1,0%	18	4,7%	10	2,6%	95	24,7%
Feminino	257	67,1%	4	1,0%	25	6,5%	21	5,5%	76	19,8%
Faixa etária										
18 a 24 anos	99	63,5%	0	0,0%	13	8,3%	9	5,8%	35	22,4%
25 a 29 anos	62	63,9%	3	3,1%	8	8,2%	5	5,2%	19	19,6%
30 a 34 anos	70	66,7%	2	1,9%	3	2,9%	7	6,7%	23	21,9%
35 a 39 anos	55	59,8%	1	1,1%	7	7,6%	6	6,5%	23	25,0%
40 a 49 anos	93	72,7%	1	0,8%	7	5,5%	3	2,3%	24	18,8%
50 a 59 anos	62	68,9%	1	1,1%	4	4,4%	1	1,1%	22	24,4%
60 e mais anos	73	73,7%	0	0,0%	1	1,0%	0	0,0%	25	25,3%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	26	72,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	10	27,8%
Ensino Básico / Primário	88	69,3%	1	0,8%	3	2,4%	5	3,9%	30	23,6%
Ensino Secundário Incompleto	79	61,7%	1	0,8%	9	7,0%	6	4,7%	33	25,8%
Ensino Secundário	127	66,8%	6	3,2%	10	5,3%	4	2,1%	43	22,6%
Formação profissional/Ensino Médio	61	66,3%	0	0,0%	6	6,5%	4	4,3%	21	22,8%
Ensino Superior	133	68,6%	0	0,0%	15	7,7%	12	6,2%	34	17,5%
Rendimento										
Sem rendimento	95	72,5%	0	0,0%	5	3,8%	4	3,1%	27	20,6%
Até 15 mil	81	64,3%	0	0,0%	10	7,9%	7	5,6%	28	22,2%
16 a 30	126	69,6%	3	1,7%	9	5,0%	9	5,0%	34	18,8%
31 a 45	62	62,6%	1	1,0%	5	5,1%	3	3,0%	28	28,3%
46 a 60	48	64,9%	2	2,7%	3	4,1%	3	4,1%	18	24,3%
61 a 90	62	70,5%	0	0,0%	3	3,4%	5	5,7%	18	20,5%
91 a 120	22	59,5%	2	5,4%	3	8,1%	0	0,0%	10	27,0%
121 e mais	16	69,6%	0	0,0%	4	17,4%	0	0,0%	3	13,0%
Concelho										
Praia	205	69,3%	0	0,0%	20	6,8%	22	7,4%	49	16,6%
Santa Catarina	77	73,3%	0	0,0%	5	4,8%	2	1,9%	21	20,0%
São Filipe	55	91,7%	0	0,0%	2	3,3%	0	0,0%	3	5,0%
Sal	26	26,5%	7	7,1%	4	4,1%	4	4,1%	57	58,2%
São Vicente	108	74,0%	1	0,7%	11	7,5%	3	2,1%	23	15,8%
Ribeira Grande	43	69,4%	0	0,0%	1	1,6%	0	0,0%	18	29,0%
Religião										
Católica	346	70,3%	3	0,6%	27	5,5%	19	3,9%	97	19,7%
Islâmica	5	83,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	16,7%
Nazarena	23	85,2%	0	0,0%	1	3,7%	2	7,4%	1	3,7%
Adventista	17	70,8%	0	0,0%	1	4,2%	0	0,0%	6	25,0%
Universal do Reino de Deus	8	80,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	20,0%
Testemunha de Jeová	6	60,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	10,0%	3	30,0%
Racionalismo Cristão	10	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	1	6,7%	4	26,7%
Sem Religião	86	56,2%	5	3,3%	11	7,2%	4	2,6%	47	30,7%
Não Responde	8	53,3%	0	0,0%	2	13,3%	1	6,7%	4	26,7%
Outra	5	33,3%	0	0,0%	1	6,7%	3	20,0%	6	40,0%
Total	514	67,0%	8	1,0%	43	5,6%	31	4,0%	171	22,3%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Por grupo etário, denota-se que as pessoas com idade entre 40 anos e mais tendem a ter uma apreciação mais positiva, atitude que decorre provavelmente do fato de terem um contato mais intenso com esses profissionais. Em geral, são os jovens entre 18 a 29 anos (8%) que, em maior proporção, consideram que os profissionais não têm preparação adequada.

Por nível de instrução, nota-se que são as pessoas sem nível de instrução (72,2%), detentores do Ensino Básico/Primário (69,3%) e Ensino Superior (68,6%) que manifestam uma apreciação mais positiva. De referir que há uma parcela pertinente de respondentes sem nível de instrução que não têm uma opinião formada (27,8%).

Na mesma senda, são os inquiridos sem rendimento declarado (72,5) e com rendimento entre 16 a 30 mil escudos e superior a 121 mil escudos (69,6% ex-áqueo) que tendem a ter uma apreciação mais positiva da preparação dos profissionais. Contudo, uma franja importante de pessoas com rendimento superior 121 mil escudos admite que os profissionais de saúde não estão preparados.

Por concelho de residência, constata-se que nos municípios de São Filipe (91,7%), São Vicente (74%) e Santa Catarina (73,3%) a apreciação sobre a preparação dos profissionais de saúde é mais elevada. Contrariamente, no Sal a maior parte dos inquiridos (58,2%) “não sabe/não responde” e apenas 26,5% consideram que os profissionais estão devidamente preparados.

Por religião, nota-se que a maioria das confissões consideram que os profissionais estão preparados, com realce para a Nazarena (85,2%), a Islâmica /83,3), a Universal do Reino de Deus (80), os Católicos e os Adventistas (70% ex-áqueo)

3.6.6. Adequação dos serviços de saúde às necessidades das pessoas LGBTQI+

Os dados apresentados na tabela indicam que, de uma forma geral, a população percebe os serviços de saúde destinados às pessoas LGBTQI+ de forma adequada, com destaque para os cuidados clínicos gerais (45,4%). No entanto, importa realçar que uma parcela relevante (21%) dos inquiridos considera que esses serviços são prestados com alguma insuficiência

O aconselhamento e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis (IST) aparecem como a segunda área mais bem avaliada, com 40,4% indicando os serviços como adequados, pese embora exista um percentual significativo de pessoas (35,2%) que “não sabe/não responde”. Além disso, 19,7% dos participantes consideram os serviços insuficientes.

No que se refere à saúde mental, 32,7% dos respondentes admitem que os serviços oferecidos são adequados e uma franja importante declara que “não sabe/não responde”. Contudo, 18,9% asseguram que esses serviços são insuficientes.

No que diz respeito à teoria hormonal, nota-se que 61,4% declaram que desconhecem ou não respondem e somente 11,6% consideram que os serviços oferecidos são adequados. Outrossim, 14,2% afirmam que esses serviços não estão disponíveis e 61,4% não souberam ou não responderam.

Os dados indicam que apenas uma proporção significativa dos entrevistados considera que os serviços são oferecidos de forma adequada, enquanto uma parte relevante aponta que os serviços são insuficientes e em alguns casos não reconhece a disponibilidade desses serviços. Além disso, uma alta percentagem de pessoas que não souberam ou não responderam sugere uma falta de informação ou familiaridade com a questão, o que pode ser um indicativo de necessidade de conscientização e melhor acesso à informação sobre o tema.

Tabela 32. Posicionamento de população geral relativo à adequação de diferentes serviços de saúde prestados às pessoas LGBTQI+

Sexo	Serviços	serviços são oferecidos de forma adequada		Sim, mas são insuficientes		Não, não são oferecidos de forma adequada		Não, esses serviços não estão disponíveis		Não sabe / Não responde	
		Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Masculino	Cuidados clínicos gerais	170	44,3%	70	18,2%	12	3,1%	1	,3%	131	34,1%
	Aconselhamento e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis (IST)	155	40,4%	70	18,2%	9	2,3%	2	,5%	148	38,5%
	Terapia hormonal	49	12,8%	36	9,4%	15	3,9%	48	12,5%	236	61,5%
	Saúde mental	126	32,8%	60	15,6%	22	5,7%	10	2,6%	166	43,2%
Feminino	Cuidados clínicos gerais	178	46,5%	91	23,8%	17	4,4%	3	,8%	94	24,5%
	Aconselhamento e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis (IST)	155	40,5%	81	21,1%	21	5,5%	4	1,0%	122	31,9%
	Terapia hormonal	40	10,4%	31	8,1%	16	4,2%	61	15,9%	235	61,4%
	Saúde mental	125	32,6%	85	22,2%	24	6,3%	14	3,7%	135	35,2%
Total	Cuidados clínicos gerais	348	45,4%	161	21,0%	29	3,8%	4	,5%	225	29,3%
	Aconselhamento e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis (IST)	310	40,4%	151	19,7%	30	3,9%	6	,8%	270	35,2%
	Terapia hormonal	89	11,6%	67	8,7%	31	4,0%	109	14,2%	471	61,4%
	Saúde mental	251	32,7%	145	18,9%	46	6,0%	24	3,1%	301	39,2%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

3.6.7. Conhecimento de Casos de Discriminação por parte dos Profissionais de Saúde no Atendimento a Pessoas LGBTQI+

A análise global indica que a maioria dos entrevistados (71,2%) nunca ouviu falar de tais casos, enquanto 17,3% relatam ter ouvido falar de discriminação "algumas vezes" e proporções menores indicam ocorrências frequentes (5,7%) ou muito frequentes (3%). Apenas 5,7% optaram por não responder ou indicaram não saber.

De uma forma geral, observa-se que a percepção sobre discriminação tende a ser semelhante entre os sexos, sendo ligeiramente superior na população feminina (3,4% contra 2,6% na masculina), relatando casos de discriminação "com muita frequência". Contudo, a população feminina também apresenta uma proporção maior de incerteza ou falta de resposta (6% contra 5,5%).

Tabela 33. Posicionamento de população geral relativo ao conhecimento de casos de discriminação contra pessoas LGBTQI+ no atendimento por parte dos profissionais de saúde.

Variáveis de cruzamentos	Sim, com muita frequência		Sim, com frequência		Sim, algumas vezes		Não, nunca ouvi falar		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	10	2,6%	6	1,6%	70	18,2%	277	72,1%	21	5,5%
Feminino	13	3,4%	15	3,9%	63	16,4%	269	70,2%	23	6,0%
Faixa etária										
18 a 24 anos	2	1,3%	5	3,2%	38	24,4%	107	68,6%	4	2,6%
25 a 29 anos	6	6,2%	2	2,1%	22	22,7%	63	64,9%	4	4,1%
30 a 34 anos	6	5,7%	3	2,9%	22	21,0%	65	61,9%	9	8,6%
35 a 39 anos	2	2,2%	3	3,3%	17	18,5%	65	70,7%	5	5,4%
40 a 49 anos	3	2,3%	6	4,7%	21	16,4%	93	72,7%	5	3,9%
50 a 59 anos	1	1,1%	2	2,2%	7	7,8%	75	83,3%	5	5,6%
60 e mais anos	3	3,0%	0	0,0%	6	6,1%	78	78,8%	12	12,1%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	0	0,0%	0	0,0%	4	11,1%	27	75,0%	5	13,9%
Ensino Básico / Primário	3	2,4%	8	6,3%	15	11,8%	94	74,0%	7	5,5%
Ensino Secundário Incompleto	6	4,7%	4	3,1%	20	15,6%	90	70,3%	8	6,3%
Ensino Secundário	5	2,6%	3	1,6%	42	22,1%	135	71,1%	5	2,6%
Formação profissional/Ensino Médio	1	1,1%	3	3,3%	16	17,4%	65	70,7%	7	7,6%
Ensino Superior	8	4,1%	3	1,5%	36	18,6%	135	69,6%	12	6,2%

Variáveis de cruzamentos	Sim, com muita frequência		Sim, com frequência		Sim, algumas vezes		Não, nunca ouvi falar		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sem rendimento	5	3,8%	5	3,8%	24	18,3%	93	71,0%	4	3,1%
Até 15 mil	6	4,8%	5	4,0%	28	22,2%	80	63,5%	7	5,6%
16 a 30	3	1,7%	8	4,4%	27	14,9%	135	74,6%	8	4,4%
31 a 45	3	3,0%	1	1,0%	15	15,2%	72	72,7%	8	8,1%
46 a 60	2	2,7%	0	0,0%	14	18,9%	52	70,3%	6	8,1%
61 a 90	3	3,4%	2	2,3%	16	18,2%	63	71,6%	4	4,5%
91 a 120	0	0,0%	0	0,0%	4	10,8%	30	81,1%	3	8,1%
121 e mais	1	4,3%	0	0,0%	5	21,7%	15	65,2%	2	8,7%
Concelho										
Praia	16	5,4%	9	3,0%	61	20,6%	190	64,2%	20	6,8%
Santa Catarina	2	1,9%	1	1,0%	20	19,0%	73	69,5%	9	8,6%
São Filipe	0	0,0%	3	5,0%	13	21,7%	42	70,0%	2	3,3%
Sal	1	1,0%	3	3,1%	14	14,3%	73	74,5%	7	7,1%
São Vicente	2	1,4%	4	2,7%	14	9,6%	122	83,6%	4	2,7%
Ribeira Grande	2	3,2%	1	1,6%	11	17,7%	46	74,2%	2	3,2%
Religião										
Católica	19	3,9%	13	2,6%	86	17,5%	348	70,7%	26	5,3%
Islâmica	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%	0	0,0%
Nazarena	2	7,4%	2	7,4%	4	14,8%	19	70,4%	0	0,0%
Adventista	1	4,2%	0	0,0%	5	20,8%	16	66,7%	2	8,3%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	0	0,0%	2	20,0%	8	80,0%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	0	0,0%	5	50,0%	5	50,0%	0	0,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	0	0,0%	3	20,0%	12	80,0%	0	0,0%
Sem Religião	1	0,7%	5	3,3%	23	15,0%	113	73,9%	11	7,2%
Não Responde	0	0,0%	0	0,0%	4	26,7%	9	60,0%	2	13,3%
Outra	0	0,0%	1	6,7%	1	6,7%	10	66,7%	3	20,0%
Total	23	3,0%	21	2,7%	133	17,3%	546	71,2%	44	5,7%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Por faixa etária, verifica-se que indivíduos mais jovens, entre 18 e 24 anos, têm maior probabilidade de relatar casos de discriminação "algumas vezes" (24,4%), em comparação com as faixas mais velhas, como as de 50 a 59 anos (7,8%) e a com 60 anos ou mais (6,1%). Ademais, as pessoas nas faixas etárias mais avançadas apresentam maior tendência a nunca ter ouvido falar de discriminação, com 83,3% entre 50 e 59 anos e 78,8% entre 60 anos ou mais.

Ao analisar o nível de instrução, nota-se que os indivíduos com Ensino Secundário são os mais propensos a reportar discriminação "algumas vezes" (22,1%), enquanto os sem nível de instrução reportam em menor proporção (11,1%). Ainda assim, uma alta percentagem o de indivíduos em todos os níveis de instrução declara nunca ter ouvido falar de discriminação, variando de 69,6% a 75%.

Em relação ao rendimento, os dados indicam que indivíduos com rendimentos mais baixos (até 15 mil escudos) apresentam maior probabilidade de indicar situações de discriminação "algumas vezes" (22,2%), enquanto aqueles com rendimentos mais altos (121 mil escudos ou mais) aparecem em maior proporção de desconhecimento/não respostas (8,7%). No entanto, convém destacar que a maioria dos inquiridos em todas as faixas de rendimento nunca ouviu falar de discriminação, com variações de 63,5% a 81,1%.

Quando se analisa por concelho, denota-se que em todos eles a perceção predominante é a de que nunca houve casos de discriminação, sendo essa perceção mais expressiva em São

Vicente (83,6%). Contudo, na Praia (29%) e em São Filipe (26,7%) uma proporção importante de pessoas já ouviu ou presenciou situações discriminação.

Por religião, destacam-se os indivíduos católicos em que 70,7% nunca ouviram falar de discriminação e 17,5% que afirmam que esses casos ocorrem "algumas vezes". Confissões religiosas como Testemunhas de Jeová apresentam maior polarização, com 5% declarando nunca ter ouvido falar de discriminação e 50% relatando que ocorre "algumas vezes".

Em síntese, a percepção geral reflete baixa visibilidade ou reconhecimento de casos de discriminação contra pessoas LGBTQI+ no atendimento em saúde, com variações significativas por faixa etária, nível de instrução e rendimento. A predominância da resposta "nunca ouvi falar" aponta para possíveis lacunas na conscientização sobre o tema, destacando-se a necessidade de sensibilização em todos os níveis sociais e regionais.

3.6.8.Omissão da Identidade de Género e/ou Orientação Sexual, das Pessoas LGBTQI+ ao buscar Atendimento de Saúde

No geral, 48,5% dos respondentes acreditam que nunca correm omissão de identidade de género. Contudo, uma proporção importante (27%) considera que isso ocorre "às vezes" e apenas 3,7% percebem essa prática como algo que ocorre "frequentemente". Uma proporção significativa, de 20,9%, não soube ou preferiu não responder à questão.

Observando as diferenças entre os sexos, os respondentes do sexo feminino apresentaram maior concordância com a afirmação de que a omissão ocorre "às vezes" (28,7%,) contra 25,3% dos do sexo masculino. Estes demonstram maior tendência a expressar desconhecimento ou não responder (25%, comparado a 16,7% do sexo feminino).

Os dados apresentados revelam padrões interessantes nas percepções sobre a omissão. Os inquiridos do sexo feminino tendem a concordar em maior proporção que a omissão acontece "às vezes", enquanto os do sexo masculino mostram uma maior disposição em se abster em opinar. Além disso, uma proporção maior dos inquiridos do sexo feminino considera que a omissão é uma abordagem necessária. Esse contraste pode sugerir diferenças na forma como cada sexo percebe situações em que a omissão é uma opção, bem como possíveis diferenças na disposição para expressar suas opiniões ou sentimentos sobre o assunto. Esses padrões podem ser influenciados por fatores culturais, sociais e emocionais, que moldam a maneira como ambos os sexos lidam com a comunicação e a ética na interação interpessoal.

A análise por faixa etária revela que os mais jovens (18 a 29 anos) têm uma percepção mais elevada de que existe omissão e que esta ocorre "às vezes", com percentuais acima de 28% em ambas as faixas. Já a crença de que a omissão "nunca" ocorre, cresce com a idade, atingindo o pico entre os indivíduos de 50 a 59 anos (57,8%), reduzindo-se entre os que têm 60 anos ou mais (37,4%). Nessa última faixa etária, destaca-se também a maior proporção de "respostas de incerteza" ou "não resposta" (38,4%).

O nível de instrução dos respondentes também influencia suas percepções. Assim, os indivíduos com formação superior destacam-se por acreditar, na sua maioria, que a omissão "nunca" é necessária (55,7%). Por sua vez, as pessoas habilitadas com Ensino Secundário incompleto apresentam a maior proporção de respostas indicando que a omissão ocorre "às vezes" (33,6%). Pessoas sem nível de instrução demonstraram maior desconhecimento ou não resposta (52,8%).

Tabela 34. Conhecimento de população geral relativo à omissão da sua identidade de género e/ou orientação sexual, por parte das pessoas LGBTQI+ ao buscar atendimento de saúde para evitar discriminação

Variáveis de cruzamentos	Sim, frequentemente		Sim, às vezes		Não, nunca		Não Sabe / Não Responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo								
Masculino	15	3,9%	97	25,3%	176	45,8%	96	25,0%
Feminino	13	3,4%	110	28,7%	196	51,2%	64	16,7%
Faixa etária								
18 a 24 anos	8	5,1%	44	28,2%	79	50,6%	25	16,0%
25 a 29 anos	5	5,2%	28	28,9%	48	49,5%	16	16,5%
30 a 34 anos	5	4,8%	31	29,5%	49	46,7%	20	19,0%
35 a 39 anos	3	3,3%	23	25,0%	51	55,4%	15	16,3%
40 a 49 anos	6	4,7%	38	29,7%	56	43,8%	28	21,9%
50 a 59 anos	0	0,0%	20	22,2%	52	57,8%	18	20,0%
60 e mais anos	1	1,0%	23	23,2%	37	37,4%	38	38,4%
Nível de Instrução								
Sem nível de instrução	0	0,0%	7	19,4%	10	27,8%	19	52,8%
Ensino Básico / Primário	2	1,6%	34	26,8%	52	40,9%	39	30,7%
Ensino Secundário Incompleto	6	4,7%	43	33,6%	58	45,3%	21	16,4%
Ensino Secundário	6	3,2%	53	27,9%	95	50,0%	36	18,9%
Formação profissional/Ensino Médio	7	7,6%	25	27,2%	49	53,3%	11	12,0%
Ensino Superior	7	3,6%	45	23,2%	108	55,7%	34	17,5%
Rendimento								
Sem rendimento	7	5,3%	35	26,7%	63	48,1%	26	19,8%
Até 15 mil	6	4,8%	38	30,2%	55	43,7%	27	21,4%
16 a 30	1	0,6%	53	29,3%	90	49,7%	37	20,4%
31 a 45	4	4,0%	27	27,3%	43	43,4%	25	25,3%
46 a 60	3	4,1%	11	14,9%	44	59,5%	16	21,6%
61 a 90	4	4,5%	23	26,1%	45	51,1%	16	18,2%
91 a 120	1	2,7%	10	27,0%	23	62,2%	3	8,1%
121 e mais	2	8,7%	8	34,8%	7	30,4%	6	26,1%
Concelho								
Praia	15	5,1%	78	26,4%	140	47,3%	63	21,3%
Santa Catarina	5	4,8%	13	12,4%	74	70,5%	13	12,4%
São Filipe	3	5,0%	4	6,7%	34	56,7%	19	31,7%
Sal	0	0,0%	49	50,0%	20	20,4%	29	29,6%
São Vicente	1	0,7%	39	26,7%	79	54,1%	27	18,5%
Ribeira Grande	4	6,5%	24	38,7%	25	40,3%	9	14,5%
Religião								
Católica	18	3,7%	131	26,6%	252	51,2%	91	18,5%
Islâmica	1	16,7%	1	16,7%	2	33,3%	2	33,3%
Nazarena	3	11,1%	4	14,8%	11	40,7%	9	33,3%
Adventista	2	8,3%	4	16,7%	11	45,8%	7	29,2%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	2	20,0%	8	80,0%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	1	10,0%	2	20,0%	1	10,0%	6	60,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	6	40,0%	3	20,0%	6	40,0%
Sem Religião	3	2,0%	55	35,9%	68	44,4%	27	17,6%
Não Responde	0	0,0%	2	13,3%	7	46,7%	6	40,0%
Outra	0	0,0%	0	0,0%	9	60,0%	6	40,0%
Total	28	3,7%	207	27,0%	372	48,5%	160	20,9%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Numa análise por rendimento, a perceção de que a omissão ocorre "frequentemente" é mais alta entre indivíduos com rendimentos mais altos (121 mil escudos ou mais), com 8,7%, embora a maioria dessa faixa acredite que essa prática ocorra "às vezes" (34,8%) ou "nunca" (30,4). Já entre os sem rendimento, a incerteza ou falta de resposta atinge o valor mais elevado, com 52,8%.

As diferenças regionais também são marcantes. Santa Catarina é o concelho com maior proporção de respostas indicando que a omissão "nunca" é necessária (70,5%). Em contrapartida, Ribeira Grande apresenta a maior perceção de omissão "frequente" (6,5%).

Na Praia, 26,4% consideram que a omissão ocorre "às vezes", enquanto no Sal, há maior equilíbrio entre as respostas, com 50% afirmando que ocorre "às vezes" e 29,6% indicando incerteza ou não respondendo.

Finalmente, ao analisar por religião, nota-se que entre os católicos, que representam uma parcela significativa dos respondentes, 51,2% acreditam que a omissão "nunca" é necessária, e 26,6% afirmam que ocorre "às vezes". Entre grupos menores, como Testemunhas de Jeová e Racionalismo Cristão, observou-se maior polarização, com altos percentuais de incerteza ou não resposta (60 e 40, respetivamente). Já entre os adventistas e nazarenos, uma proporção expressiva acredita que a omissão ocorre "às vezes" ou "frequentemente".

No conjunto, os dados apontam para uma perceção mista sobre a necessidade de omissão por parte da população LGBTQI+ nos serviços de saúde, refletindo avanços em alguns segmentos sociais e geográficos, mas também evidenciando desafios persistentes relacionados à discriminação e conscientização.

3.6.9. Medidas, sugeridas pela População para melhorar o Acesso e a Qualidade dos Serviços de Saúde da População LGBTQI+

Para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde da população LGBTQI+, as sugestões apresentadas pelos inquiridos refletem preocupações e apontam para a necessidade de um enfoque diversificado:

- ✓ Garantir que todos os pacientes sejam tratados com respeito e dignidade foi assinalada como fundamental. Os protocolos de atendimento inclusivos são essenciais para criar um ambiente livre de discriminação. Isso não só melhora a experiência do paciente, mas também incentiva a busca por cuidados de saúde, já que muitos membros da população LGBTQI+ hesitam em procurar serviços de saúde devido a experiências passadas de discriminação ou falta de compreensão por parte dos seus profissionais.
- ✓ A formação adequada dos profissionais de saúde foi colocada como essencial para que eles possam entender e atender às necessidades específicas da população LGBTQI+. A ênfase em sensibilização e educação permitirá que os profissionais desenvolvam empatia e atendam de forma mais eficaz. Investir em treinamento contínuo e incluir conteúdos sobre diversidade sexual e de género nos currículos de formação em saúde é uma estratégia importante para melhorar a qualidade do atendimento.
- ✓ A proposta de criar ambientes de atendimento que se sintam seguros, utilizando materiais inclusivos e sensibilidade da equipe para evitar preconceitos, destaca uma necessidade crítica de criar as condições que tornam o espaço mais acolhedor e acessível, reduzindo a ansiedade e o medo que muitos têm ao buscar cuidados sanitários.
- ✓ Além dessas três áreas principais, outros tópicos secundários mencionados, como a disponibilização de apoio psicossocial e a implementação de políticas que promovam a equidade, também são fundamentais e devem ser consideradas de forma abrangente para garantir um sistema de saúde mais inclusivo e eficaz. Ações como a promoção de campanhas de sensibilização e a implementação de mecanismos legais para o reconhecimento das identidades de género também devem ser parte de um esforço contínuo para atender adequadamente a população LGBTQI+.

3.6.10. Cruzamento geral das Informações e das Discrepâncias de Percepções

De forma geral, os dados coletados revelam que, embora exista uma crescente conscientização sobre os desafios enfrentados pela população LGBTQI+, ainda há barreiras significativas na área de saúde e bem-estar e a discriminação continua a ser um fator central, impactando diretamente o bem-estar emocional e a saúde mental. Muitos inquiridos relatam incertezas ou hesitação em abordar a questão, o que aponta para a necessidade urgente de campanhas de sensibilização que envolvam toda a sociedade cabo-verdiana.

O acesso aos serviços de saúde ainda é percebido como parcial, especialmente em áreas como terapia hormonal e saúde mental. Isso reflete a necessidade de maior capacitação dos profissionais e de políticas inclusivas que garantam equidade nos cuidados. Apesar disso, uma maioria significativa reconhece que o respeito e a dignidade são cruciais para melhorar o ambiente de atendimento.

A maioria dos inquiridos (75,6%) reconhece que pessoas LGBTQI+ enfrentam dificuldades adicionais no acesso à saúde e bem-estar. Esse dado reflete uma sensibilização geral sobre a discriminação enfrentada por esta franja da população, mas o fato de 12,6% acreditarem que as dificuldades são iguais às da população geral e 0,7% afirmarem que são menores demonstra uma parcela que minimiza ou desconhece essas barreiras. Por outro lado, enquanto 52,9% acreditam que pessoas LGBTQI+ têm acesso total aos serviços de saúde, há 22,7% que reconhecem dificuldades, sugerindo um contraste significativo entre a visão idealizada do sistema e a realidade enfrentada por esse grupo populacional. A proporção de 19,2% que não souberam ou preferiram não responder aponta para falta de informação ou desconexão com o tema.

O inquérito aponta também as lacunas ou áreas críticas nos serviços de saúde para a população LGBTQI+. A terapia hormonal é destacada como o serviço menos acessível, com 61,4% dos respondentes desconhecendo sua existência ou adequação. Essa incerteza reflete ausência de informação ou falta de oferta de serviços especializados. Também a saúde mental aparece como insuficiente, sendo avaliada como adequada por apenas 32,7%, enquanto 18,9% consideram os serviços inadequados. O dado mais relevante é que 39,2% não responderam ou desconhecem esses serviços, evidenciando a necessidade de maior divulgação e acessibilidade.

Os resultados obtidos apontam discrepância de percepções – por um lado regista-se uma visão otimista dos homens, dos quais 54,9% percebem que existe acesso total, em contraste com 50,9% das mulheres. Essa disparidade pode estar associada a menor sensibilidade masculina às desigualdades estruturais enfrentadas pela população LGBTQI+. Nesse quadro os jovens estão mais conscientes das dificuldades – entre 18 e 24 anos, 38,5% reconhecem "muitas dificuldades" para pessoas LGBTQI+. Isso pode ser reflexo de maior exposição a debates sobre a diversidade e os direitos humanos.

O contraste entre a visão otimista de acesso total aos serviços de saúde (52,9%) e as dificuldades relatadas demonstra uma dissonância entre o que se percebe como ideal e a experiência real da população LGBTQI+. Isto porque a relatos dos nossos entrevistados de existência de preconceitos nesses serviços, indicando que a discriminação pode ser invisível ou silenciada.

Por outro lado, o fato de 61,4% dos inquiridos desconhecer os serviços de terapia hormonal revela uma negligência significativa no sistema de saúde. Isso não apenas marginaliza pessoas transexuais, mas também perpetua desigualdades estruturais e a necessidade percebida de omissão de identidade de gênero/orientação sexual por parte de pessoas LGBTQI+ ao buscar atendimento médico (27% afirmam que ocorre "às vezes"). Demonstra uma falha na confiança nos serviços.

3.7. Discriminação das Pessoas LGBTQI+

Analisando a "Apreciação da população geral quanto à discriminação das pessoas LGBTQI+", os resultados indicam que, de forma geral, a maioria dos cabo-verdianos considera que pessoas LGBTQI+ enfrentam algum tipo de discriminação, embora de maneira esporádica. Observa-se que 60,1% dos entrevistados acreditam que essa discriminação ocorre "algumas vezes", enquanto percentuais menores apontam que ela ocorre "raramente" (12,7%) ou "nunca" (9,8%). Já 17,5% dos respondentes preferiram não opinar ou não souberam responder.

Tabela 35. Apreciação da população geral quanto à discriminação das pessoas LGBTQI+

Variáveis	Sim, frequentemente		Sim, algumas vezes		Não, raramente		Não, nunca		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	0	0,0%	218	57,7%	49	13,0%	41	10,8%	70	18,5%
Feminino	0	0,0%	236	62,4%	47	12,4%	33	8,7%	62	16,4%
Faixa etária										
18 a 24 anos	0	0,0%	105	68,2%	24	15,6%	10	6,5%	15	9,7%
25 a 29 anos	0	0,0%	67	71,3%	10	10,6%	6	6,4%	11	11,7%
30 a 34 anos	0	0,0%	77	74,8%	7	6,8%	6	5,8%	13	12,6%
35 a 39 anos	0	0,0%	62	67,4%	13	14,1%	8	8,7%	9	9,8%
40 a 49 anos	0	0,0%	68	54,0%	17	13,5%	17	13,5%	24	19,0%
50 a 59 anos	0	0,0%	38	42,7%	15	16,9%	14	15,7%	22	24,7%
60 e mais anos	0	0,0%	37	37,8%	10	10,2%	13	13,3%	38	38,8%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	0	0,0%	11	30,6%	3	8,3%	3	8,3%	19	52,8%
Ensino Básico / Primário	0	0,0%	59	47,6%	15	12,1%	13	10,5%	37	29,8%
Ensino Secundário Incompleto	0	0,0%	84	67,2%	9	7,2%	18	14,4%	14	11,2%
Ensino Secundário	0	0,0%	120	63,8%	26	13,8%	11	5,9%	31	16,5%
Formação profissional/Ensino Médio	0	0,0%	64	69,6%	9	9,8%	8	8,7%	11	12,0%
Ensino Superior	0	0,0%	116	60,7%	34	17,8%	21	11,0%	20	10,5%
Rendimento										
Sem rendimento	0	0,0%	82	63,6%	18	14,0%	12	9,3%	17	13,2%
Até 15 mil	0	0,0%	81	66,4%	7	5,7%	9	7,4%	25	20,5%
16 a 30	0	0,0%	104	57,8%	20	11,1%	21	11,7%	35	19,4%
31 a 45	0	0,0%	64	64,6%	14	14,1%	5	5,1%	16	16,2%
46 a 60	0	0,0%	36	48,6%	15	20,3%	10	13,5%	13	17,6%
61 a 90	0	0,0%	55	62,5%	12	13,6%	8	9,1%	13	14,8%
91 a 120	0	0,0%	21	58,3%	5	13,9%	5	13,9%	5	13,9%
121 e mais	0	0,0%	9	42,9%	5	23,8%	4	19,0%	3	14,3%
Concelho										
Praia	0	0,0%	197	67,2%	22	7,5%	15	5,1%	59	20,1%
Santa Catarina	0	0,0%	56	53,8%	25	24,0%	10	9,6%	13	12,5%
São Filipe	0	0,0%	38	63,3%	2	3,3%	0	0,0%	20	33,3%
Sal	0	0,0%	56	58,9%	18	18,9%	5	5,3%	16	16,8%
São Vicente	0	0,0%	61	42,7%	28	19,6%	41	28,7%	13	9,1%
Ribeira Grande	0	0,0%	46	75,4%	1	1,6%	3	4,9%	11	18,0%
Religião										
Católica	0	0,0%	288	59,6%	63	13,0%	52	10,8%	80	16,6%
Islâmica	0	0,0%	2	33,3%	1	16,7%	0	0,0%	3	50,0%
Nazarena	0	0,0%	19	70,4%	4	14,8%	0	0,0%	4	14,8%
Adventista	0	0,0%	11	45,8%	2	8,3%	2	8,3%	9	37,5%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	5	50,0%	0	0,0%	2	20,0%	3	30,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	5	50,0%	2	20,0%	0	0,0%	3	30,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	9	64,3%	2	14,3%	2	14,3%	1	7,1%
Sem Religião	0	0,0%	93	61,2%	19	12,5%	16	10,5%	24	15,8%
Não Responde	0	0,0%	10	66,7%	1	6,7%	0	0,0%	4	26,7%
Outra	0	0,0%	12	80,0%	2	13,3%	0	0,0%	1	6,7%
Total	0	0,0%	454	60,1%	96	12,7%	74	9,8%	132	17,5%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Analisados os resultados por sexo, percebemos que ambos os sexos compartilham a visão predominante de que pessoas LGBTQI+ sofrem discriminação "algumas vezes". Esse reconhecimento é ligeiramente mais expressivo entre a população feminina (62,4%) do que entre a população masculina (57,7%). No entanto, uma pequena parcela dos respondentes de ambos os sexos acredita que essa discriminação ocorre "raramente" ou "nunca", o que sugere uma percepção relativamente homogênea entre a população inquirida.

Quando consideramos a faixa etária, nota-se que a percepção de discriminação tende a ser mais frequente entre os mais jovens. Os indivíduos com idades entre 18 e 34 anos, por exemplo, são os que mais reconhecem a os atos discriminatórios contra pessoas LGBTQI+, representado 68%. Já entre os mais velhos, especialmente aqueles com 60 anos ou mais, essa percepção diminui para 37,8%, enquanto aumentam as respostas indicando que a discriminação ocorre "raramente", "nunca" ou que não há opinião formada sobre o tema. Isso pode indicar uma menor sensibilização entre as gerações mais antigas ou, possivelmente, uma menor exposição a debates sobre a diversidade sexual e de gênero.

O nível de instrução também exerce influência sobre a percepção da discriminação. Pessoas com níveis mais altos de escolaridade, como formação superior e Ensino Secundário tendem a reconhecer a discriminação contra LGBTQI+ "algumas vezes" com maior frequência (60,7% e 63,8%, respetivamente). Além disso, aqueles sem nível de instrução apresentam uma alta taxa de respostas "não sabe/não responde" (52,8%), sugerindo uma possível falta de conhecimento sobre o tema ou menor engajamento com as questões de diversidade.

Outro especto relevante é a percepção por nível de rendimento em que se percebe que aqueles com menores rendimentos ou sem rendimentos são os que mais consideram que pessoas LGBTQI+ enfrentam discriminação "algumas vezes" (63,6% entre os sem rendimento e 66,4% para quem ganha até 15 mil escudos). No entanto, entre os que possuem rendimentos mais elevados, há uma distribuição mais equilibrada entre as respostas, com uma proporção considerável apontando que a discriminação ocorre "raramente" ou "nunca", o que pode refletir um contexto social diferente.

A análise por concelho revela variações regionais nas percepções sobre a discriminação. Na Praia, por exemplo, 67,2% acreditam que as pessoas LGBTQI+ enfrentam discriminação "algumas vezes", seguido por Ribeira Grande, onde esse percentual é ainda mais alto (75,4%). Já em São Vicente, um percentual considerável da população (28,7%) acredita que pessoas LGBTQI+ "não enfrentam discriminação", o que se destaca como uma das maiores proporções nesse tipo de resposta, talvez refletindo uma visão menos sensível à questão ou um contexto sociocultural particular.

Por fim, as percepções sobre a discriminação variam também conforme a religião dos respondentes. Entre os católicos, o maior grupo religioso do país, 59,6% acreditam que pessoas LGBTQI+ enfrentam discriminação "algumas vezes". Grupos religiosos menores, como os Nazarenos e Racionalistas Cristãos, também apresentam altas taxas de reconhecimento da discriminação (70,4% e 64,3%, respetivamente). Inversamente, denota-se que alguns grupos como os Adventistas e Testemunhas de Jeová apresentam uma proporção mais elevada de respostas "não sabe/não responde", o que pode indicar uma menor clareza e fraca abertura para discussão do tema no seio desses grupos religiosos.

Em síntese, estes resultados indicam que a discriminação contra pessoas LGBTQI+ é amplamente reconhecida pela população cabo-verdiana, ainda que em graus variados, dependendo de fatores como idade, nível de escolaridade, rendimento, região e afiliação religiosa. Esse panorama aponta para a necessidade de estratégias de conscientização direcionadas a grupos específicos, onde a percepção da discriminação é menos evidente ou menos informada.

Tabela 36. Apreciação da população geral quanto aos contextos específicos onde as pessoas LGBTQI enfrentam atos de discriminação

Instituições	Masculino					Feminino					Total				
	Sim, frequentemente	Sim, algumas vezes	Não, raramente	Não, nunca	Não sabe / Não respond	Sim, frequentemente	Sim, algumas vezes	Não, raramente	Não, nunca	Não sabe / Não respond	Sim, frequentemente	Sim, algumas vezes	Não, raramente	Não, nunca	Não sabe / Não respond
	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)
Nas instituições de ensino (por parte de colegas)	0,0%	75,5%	10,9%	1,0%	12,5%	0,0%	83,2%	4,5%	1,0%	11,3%	0,0%	79,4%	7,7%	1,0%	11,9%
Nas instituições de ensino (por parte de professores, dirigentes)	0,0%	42,0%	18,8%	14,1%	25,1%	0,0%	48,0%	17,9%	11,9%	22,2%	0,0%	45,0%	18,4%	13,0%	23,6%
Nos locais de trabalho (por parte de colegas)	0,0%	56,3%	16,2%	4,7%	22,8%	0,0%	62,3%	13,2%	6,1%	18,5%	0,0%	59,3%	14,7%	5,4%	20,6%
Nos locais de trabalho (por parte de chefias / dirigentes)	0,0%	37,0%	17,4%	14,3%	31,3%	0,0%	43,8%	18,7%	11,3%	26,1%	0,0%	40,4%	18,1%	12,8%	28,7%
Nos transportes públicos por parte dos utentes	0,0%	62,5%	15,7%	2,9%	18,9%	0,0%	70,1%	10,5%	3,4%	16,0%	0,0%	66,3%	13,1%	3,1%	17,5%
Nos transportes públicos dos funcionários	0,0%	44,5%	16,5%	12,8%	26,2%	0,0%	51,5%	15,0%	10,3%	23,2%	0,0%	48,0%	15,8%	11,6%	24,7%
Espaço de lazer, restauração e eventos	0,0%	57,7%	13,0%	10,8%	18,5%	0,0%	62,4%	12,4%	8,7%	16,4%	0,0%	60,1%	12,7%	9,8%	17,5%
Média geral	0,0%	53,6%	15,5%	8,7%	22,2%	0,0%	60,2%	13,2%	7,5%	19,1%	0,0%	56,9%	14,4%	8,1%	20,6%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Analisando contextos específicos, observa-se que o ambiente escolar, principalmente entre colegas de estudo, é um dos espaços onde a percepção de discriminação "algumas vezes" é mais forte, com 79,4% da população acreditando que essa situação ocorre neste contexto. Entre professores e dirigentes essa percepção de discriminação esporádica é menor, com 45% dos entrevistados expressando essa visão e 23,6% preferindo não opinar ou afirmando não saber sobre o tema.

No ambiente de trabalho, a discriminação também é percebida de maneira significativa. Entre colegas, 59,3% dos respondentes apontam que a discriminação ocorre "algumas vezes", enquanto em relação a chefias e dirigentes esse percentual é de 40,4%. Observa-se ainda que nos transportes públicos, tanto por parte dos utentes quanto dos funcionários, existe uma percepção considerável de discriminação esporádica (66,3% e 48%, respetivamente), ainda que com uma pequena variação entre os sexos inquiridos.

Nos espaços de lazer, restauração e eventos apresentam uma visão semelhante, onde 60,1% dos entrevistados acreditam que a discriminação ocorre "algumas vezes", reforçando a ideia de que, em diversos ambientes sociais, a discriminação contra pessoas LGBTQI+ é percebida como uma realidade, ainda que não seja uma constante. A análise das respostas evidencia uma tendência de reconhecimento da discriminação, especialmente em interações cotidianas, com uma variação que parece ser influenciada pelo tipo de relacionamento (colegas, dirigentes ou desconhecidos) e pela exposição a esses diferentes espaços sociais.

3.7.1. Conhecimento sobre Atos de Discriminação contra Pessoas LGBTQI+

Para aferir o conhecimento sobre atos de discriminação contra pessoas LGBTQI+, perguntou-se aos inquiridos se presenciaram esses atos de forma direta ou indiretamente através de relatos de terceiros.

Em termos global, cerca de 5 em cada 10 indivíduos na população geral indicaram que já presenciaram atos discriminatórios devido à orientação sexual ou identidade de género e 37% tomaram conhecimento por meio de relatos de terceiros.

Por sexo, denota-se que uma proporção maior de indivíduos do sexo masculino (56,1%) afirma que já presenciou atos de discriminação, comparativamente aos do sexo feminino (53,8%). Entretanto, há uma percentagem superior de pessoas do sexo feminino (39,8%) que relatou ter ouvido falar desses atos de discriminação através de terceiros.

Tabela 37. Proporção de pessoas na população geral que declaram ter conhecimento sobre atos de discriminação contra pessoas LGBTQI+

Variáveis	Sim, presenciei		Sim, alguém me disse		Não		Prefiro não responder	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo								
Masculino	134	56,1%	81	33,9%	25	10,5%	8	3,3%
Feminino	142	53,8%	105	39,8%	26	9,8%	6	2,3%
Faixa etária								
18 a 24 anos	72	62,1%	45	38,8%	7	6,0%	1	0,9%
25 a 29 anos	34	54,0%	27	42,9%	6	9,5%	1	1,6%
30 a 34 anos	45	66,2%	20	29,4%	4	5,9%	1	1,5%
35 a 39 anos	40	64,5%	17	27,4%	6	9,7%	0	0,0%
40 a 49 anos	36	45,6%	35	44,3%	11	13,9%	1	1,3%
50 a 59 anos	27	48,2%	20	35,7%	8	14,3%	3	5,4%
60 e mais anos	22	37,3%	22	37,3%	9	15,3%	7	11,9%
Nível de Instrução								
Sem nível de instrução	4	19,0%	9	42,9%	3	14,3%	6	28,6%
Ensino Básico / Primário	35	43,2%	33	40,7%	16	19,8%	3	3,7%
Ensino Secundário Incompleto	57	63,3%	26	28,9%	10	11,1%	0	0,0%
Ensino Secundário	81	60,9%	54	40,6%	5	3,8%	2	1,5%
Formação profissional/Ensino Médio	32	61,5%	15	28,8%	5	9,6%	1	1,9%
Ensino Superior	67	53,2%	49	38,9%	12	9,5%	2	1,6%
Rendimento								
Sem rendimento	49	56,3%	37	42,5%	8	9,2%	2	2,3%
Até 15 mil	50	51,5%	34	35,1%	12	12,4%	6	6,2%
16 a 30	63	56,8%	42	37,8%	9	8,1%	1	0,9%
31 a 45	34	54,0%	23	36,5%	8	12,7%	0	0,0%
46 a 60	26	56,5%	18	39,1%	1	2,2%	3	6,5%
61 a 90	33	60,0%	16	29,1%	7	12,7%	0	0,0%
91 a 120	13	52,0%	9	36,0%	4	16,0%	0	0,0%
121 e mais	6	46,2%	5	38,5%	1	7,7%	1	7,7%
Concelho								
Praia	116	61,4%	58	30,7%	17	9,0%	1	0,5%
Santa Catarina	26	32,9%	53	67,1%	4	5,1%	3	3,8%
São Filipe	25	73,5%	3	8,8%	7	20,6%	0	0,0%
Sal	42	71,2%	8	13,6%	12	20,3%	1	1,7%
São Vicente	45	48,9%	44	47,8%	7	7,6%	2	2,2%
Ribeira Grande	22	44,0%	20	40,0%	4	8,0%	7	14,0%
Religião								
Católica	181	54,4%	136	40,8%	24	7,2%	9	2,7%
Islâmica	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%
Nazarena	14	66,7%	4	19,0%	4	19,0%	0	0,0%
Adventista	6	50,0%	3	25,0%	2	16,7%	1	8,3%
Universal do Reino de Deus	1	33,3%	1	33,3%	1	33,3%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	2	28,6%	0	0,0%	4	57,1%	1	14,3%
Racionalismo Cristão	4	50,0%	2	25,0%	1	12,5%	1	12,5%
Sem Religião	54	55,1%	35	35,7%	13	13,3%	2	2,0%
Não Responde	5	50,0%	4	40,0%	1	10,0%	0	0,0%
Outra	8	88,9%	1	11,1%	0	0,0%	0	0,0%
Total	276	54,9%	186	37,0%	51	10,1%	14	2,8%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Analisando por faixa etária, nota-se que os grupos etários de 30 a 34 anos (66,2%), 35 a 39 anos (64,5%) e 18 a 24 anos (62,1%) são os que presenciaram em maior proporção situações de discriminação. Contrariamente, os indivíduos com 60 anos ou mais presenciaram em

menor proporção (37,3%) e também tendem a preferir “não responder” (11,9%), o que pode indicar uma menor exposição direta a esses eventos ou um maior desconforto em falar sobre o tema.

No que concerne ao nível de instrução, os indivíduos com Ensino Secundário incompleto (63,3%) e com Formação Profissional ou Ensino Médio (61,5%) reportaram, em maior proporção ter presenciado atos de discriminação. Em contraste, respondentes sem nível de instrução demonstraram uma tendência maior a não responder (28,6%), o que pode sugerir um nível mais alto de insegurança ou de desconhecimento sobre o tema.

No que tange ao rendimento, denota-se que indivíduos com rendimentos entre 61 a 90 mil escudos assistiram em maior proporção atos de discriminação (60%), seguido daqueles com rendimento entre 16 a 30 mil escudos (56,8%) e sem rendimento (56,3%). Essa distribuição sugere que as pessoas com menor rendimento e sem rendimento tendem a ser aquelas que presenciaram fatos de discriminação.

Do ponto de vista territorial, verifica-se que os inquiridos dos concelhos de São Filipe (73,5%), Sal (71,2%) e Praia (61,4%) são aqueles que declararam ter presenciado com mais frequência atos de discriminação contra pessoas LGBTQI+. Já no concelho de Santa Catarina, embora a proporção de respondentes que presenciaram diretamente atos de discriminação seja menor (32,9%), uma parcela significativa (67,1%) relatou ter conhecimento desses atos por meio de relatos indiretos, o que indica que há uma prevalência relevante de discriminação nesse município.

No que diz respeito à religião, nota-se que no seio dos nazarenos (66,7%) e dos católicos, (54,4%) a maioria indica ter presenciado atos de discriminação, o que reflete uma alta conscientização entre essas confissões religiosas.

Indagados a respeito de quem e com que intensidade pratica esses atos de discriminação, denota-se este pratica é percebida sobretudo em ambientes comunitários (63,6%), seguido de pelos amigos (43,7%) e pela família (37,3%). Esses dados sugerem que o ambiente de proximidade é o contexto onde mais se notam atos de discriminação. As autoridades policiais e judiciais, por sua vez, mostram uma menor proporção de relatos de discriminação, com 19,7% e 12,9%, respetivamente, indicando menor visibilidade ou menor percepção de discriminação nestes contextos.

Tabela 38. Proporção de pessoas na população geral que declaram ter conhecimento sobre atos de discriminação contra pessoas LGBTQI+ por entidades

Instituições	Masculino						Feminino						Total					
	Não	1- Pouco intensa	2-alguma intensidade	3- Moderada	4- Intensa	5 Muito intensa	Não	1- Pouco intensa	2-alguma intensidade	3- Moderada	4- Intensa	5 Muito intensa	Não	1- Pouco intensa	2-alguma intensidade	3- Moderada	4- Intensa	5 Muito intensa
	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)
Família	66,1%	7,8%	9,9%	7,6%	3,4%	5,2%	59,3%	9,7%	9,1%	11,2%	5,5%	5,2%	62,7%	8,7%	9,5%	9,4%	4,4%	5,2%
Amigo (a)	56,0%	13,0%	12,5%	7,3%	5,5%	5,7%	56,7%	11,2%	9,1%	10,7%	6,3%	6,0%	56,3%	12,1%	10,8%	9,0%	5,9%	5,9%
Comunidade	37,8%	7,0%	15,1%	15,1%	10,7%	14,3%	35,0%	8,4%	16,4%	15,9%	11,7%	12,5%	36,4%	7,7%	15,8%	15,5%	11,2%	13,4%
Autoridades policiais	78,4%	10,9%	6,3%	2,9%	,8%	,8%	82,2%	7,3%	3,9%	3,1%	2,3%	1,0%	80,3%	9,1%	5,1%	3,0%	1,6%	,9%
Autoridade judicial	86,2%	7,6%	4,7%	,5%	,8%	,3%	88,0%	5,2%	1,0%	2,1%	2,3%	1,3%	87,1%	6,4%	2,9%	1,3%	1,6%	,8%
Serviço de saúde	83,6%	9,1%	4,4%	1,3%	1,0%	,5%	81,2%	8,4%	2,9%	3,4%	2,3%	1,8%	82,4%	8,7%	3,7%	2,3%	1,7%	1,2%
Educação	63,5%	9,9%	10,2%	6,0%	7,8%	2,6%	63,4%	13,1%	7,8%	8,1%	4,7%	2,9%	63,5%	11,5%	9,0%	7,0%	6,3%	2,7%
Transporte público	54,7%	12,2%	12,5%	10,2%	7,3%	3,1%	54,3%	15,1%	11,7%	10,2%	5,7%	2,9%	54,5%	13,7%	12,1%	10,2%	6,5%	3,0%
Restaurantes/ espaço lazer	59,9%	14,1%	12,8%	7,0%	2,9%	3,4%	65,3%	13,8%	8,9%	7,6%	3,1%	1,3%	62,6%	14,0%	10,8%	7,3%	3,0%	2,3%
Entidades religiosas	64,1%	4,9%	8,6%	6,8%	4,7%	10,9%	65,0%	7,6%	5,0%	6,8%	4,2%	11,5%	64,5%	6,3%	6,8%	6,8%	4,4%	11,2%
Outros serviços	97,7%	,5%	1,3%	,3%	,3%	0,0%	97,9%	,3%	,5%	,8%	0,0%	,5%	97,8%	,4%	,2%	,5%	,1%	,3%
Média geral	68,0%	8,8%	8,9%	5,9%	4,1%	4,3%	68,0%	9,1%	7,0%	7,3%	4,4%	4,3%	68,0%	9,0%	7,9%	6,6%	4,2%	4,3%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024.

3.7.2. Intensidade dos Atos Discriminatórios por Entidades Praticantes

A análise dos níveis de intensidade de percepção de atos discriminatórios contra pessoas LGBTQI+ revela diferenças significativas nos diversos contextos de interação e entre sexos. As discriminações em interações familiares são amplamente percebidas como de “Pouca intensidade ou moderada”, com uma distribuição semelhante entre os inquiridos do sexo masculino e feminino. Em relação ao círculo de amizades, a discriminação é frequentemente relatada com baixa intensidade, embora uma parcela não considerável perceba essas interações com intensidade moderada ou alta.

Tabela 39. Níveis de intensidade percebida de atos discriminatórios contra pessoas LGBTQI+

situações	Masculino					Feminino					Total				
	1- Pouco intensa	2	3	4	5 Muito intensa	1- Pouco intensa	2	3	4	5 Muito intensa	1- Pouco intensa	2	3	4	5 Muito intensa
Família	23,1%	29,2%	22,3%	10,0%	15,4%	23,7%	22,4%	27,6%	13,5%	12,8%	23,4%	25,5%	25,2%	11,9%	14,0%
Amigo (a)	29,6%	12,5%	16,6%	12,4%	13,0%	25,9%	21,1%	24,7%	14,5%	13,9%	27,8%	24,8%	20,6%	13,4%	13,4%
Comunidade	11,3%	15,1%	24,3%	17,2%	23,0%	12,9%	25,3%	24,5%	18,1%	19,3%	12,1%	24,8%	24,4%	17,6%	21,1%
Autoridades policiais	50,6%	6,3%	13,3%	3,6%	3,6%	41,2%	22,1%	17,6%	13,2%	5,9%	46,4%	25,8%	15,2%	7,9%	4,6%
Autoridade judicial	54,7%	4,7%	3,8%	5,7%	1,9%	43,5%	8,7%	17,4%	19,6%	10,9%	49,5%	22,2%	10,1%	12,1%	6,1%
Serviço de saúde	55,6%	4,4%	7,9%	6,3%	3,2%	44,4%	15,3%	18,1%	12,5%	9,7%	49,6%	20,7%	13,3%	9,6%	6,7%
Educação	27,1%	10,2%	16,4%	21,4%	7,1%	35,7%	21,4%	22,1%	12,9%	7,9%	31,4%	24,6%	19,3%	17,1%	7,5%
Transporte público	27,0%	12,5%	22,4%	16,1%	6,9%	33,1%	25,7%	22,3%	12,6%	6,3%	30,1%	26,6%	22,3%	14,3%	6,6%
Restaurantes/ espaço lazer	35,1%	12,8%	17,5%	7,1%	8,4%	39,8%	25,6%	21,8%	9,0%	3,8%	37,3%	28,9%	19,5%	8,0%	6,3%
Entidades religiosas	13,8%	8,6%	18,8%	13,0%	30,4%	21,6%	14,2%	19,4%	11,9%	32,8%	17,6%	19,1%	19,1%	12,5%	31,6%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Para uma análise mais clara e concisa, dos níveis de intensidade de percepção de atos discriminatórios percebidos, os resultados foram reclassificados em três categorias: Pouca intensidade (1 e 2), Moderadamente intensa (3), e Intensa (4 e 5).

Analisando por sexo biológico, observam-se os seguintes resultados gerais:

- **Família:** a discriminação por parte de familiares é predominantemente percebida como de “Pouca intensidade” em ambos os sexos, sendo ligeiramente mais elevada entre os inquiridos do sexo feminino (23,7%) que entre os do sexo masculino (23,1%). A percepção mais intensa representa 14% do total e é percebida de forma semelhante por ambos os sexos.
- **Amigos(as):** os atos discriminatórios percebidos entre amigos(as) são mais comumente classificados como de “Pouca intensidade” (27,8%). No entanto, a categoria “Moderadamente intensa” aparece com frequência similar (20,6%). A percepção de atos discriminatórios mais intensos é assinalada por 13,4% dos inquiridos e denota-se um certo equilíbrio entre os posicionamentos dos inquiridos de ambos os sexos.
- **Comunidade:** na comunidade, a percepção de discriminação é maior na categoria “Intensa” (21,1), com destaque entre os inquiridos do sexo feminino (25,3%), enquanto os homens reportam mais frequentemente como “Pouca intensidade” (11,3%).
- **Autoridades policiais:** discriminações associadas à polícia são frequentemente percebidas como “Intensas” (46,4%) e são especialmente assinaladas entre os inquiridos do sexo feminino (41,2%). A “Pouca intensidade” representa menos de (25,8%) dos casos, indicando uma tendência para percepções de maior intensidade de discriminação percebida.

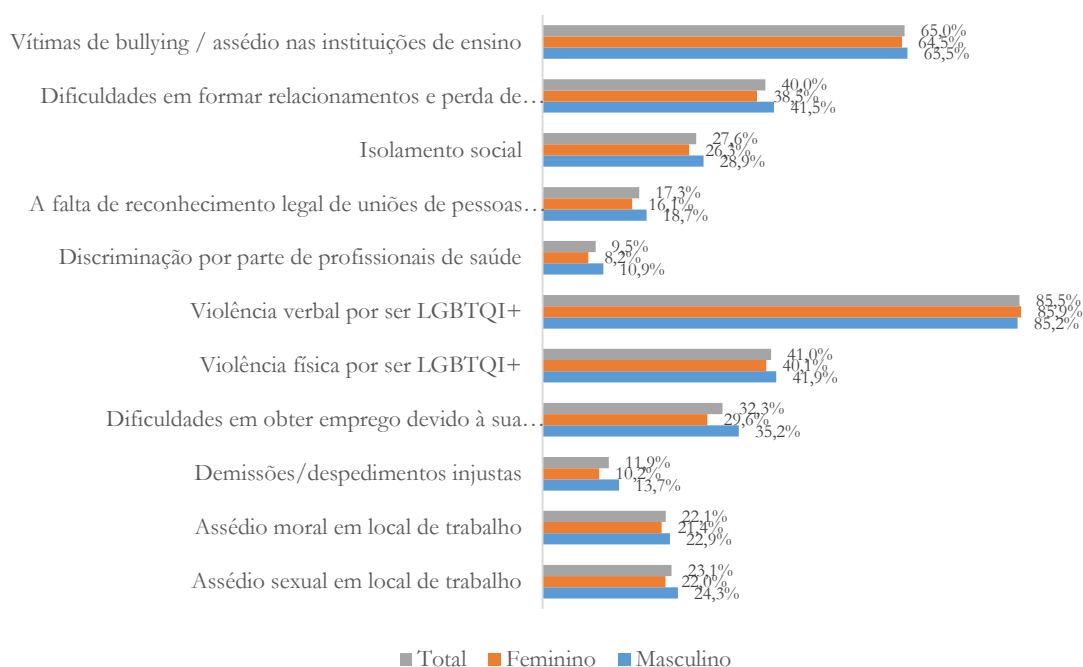
- **Autoridade judicial:** a discriminação por autoridades judiciais é mais comumente percebida como de “Pouca intensidade” (49,5%), sendo mais evidente entre os inquiridos do sexo masculino (54,7%) em comparação com os do sexo feminino (43,5%).
- **Serviço de saúde:** neste setor, a percepção é maioritariamente de “Pouca intensidade” (49,6%) entre ambos os sexos. A categoria “Intensa” é menos frequente, é percebida por apenas 6,7 do total inquiridos.
- **Educação:** na área da educação, as percepções de discriminação são variadas, com predominância para uma apreciação de “Pouca intensidade” (31,4%). Já a percepção da intensidade moderada de discriminação foi assinalada por (19,3%) dos inquiridos, sendo mais expressivo entre os do sexo feminino.
- **Transportes públicos:** nos transportes públicos, observa-se uma distribuição equilibrada nas percepções de “intensidade de discriminação”, com predominância para a categoria de “Pouca intensidade” (30,1% no total), sendo esta percepção mais comum entre mulheres (33,1%) em comparação com homens (27%). No entanto, também se observa uma proporção significativa de atos percebidos com “intensidade moderada” (22,3%), e de “maior intensidade” (14,3%), indicando que uma parcela da população, em especial a do sexo feminino, pode estar mais exposta a interações discriminatórias consideradas mais graves nesse ambiente.
- **Restaurantes/Espaços de lazer:** no contexto dos restaurantes e espaços de lazer, a maioria dos atos discriminatórios são percebidos como de “Pouca intensidade” (37,3%), sendo essa percepção ligeiramente mais alta entre os inquiridos do sexo feminino (39,8), em comparação com os do sexo masculino (35,1%). Entretanto, é relevante notar que uma proporção considerável percebe atos discriminatórios de “Intensidade moderada” (19,5%), indicando uma ocorrência de interações que, apesar de não serem extremamente graves, refletem uma experiência significativa de discriminação. Além disso, a categoria de “Maior intensidade” (14,3%) também tem peso significativo, indicando que, em alguns casos, os episódios de discriminação nos restaurantes e espaços de lazer são vivenciados de forma intensa, especialmente percebidos entre inquiridos do sexo masculino, que representam 17,5% dos relatos nessa categoria.
- **Entidades religiosas:** a análise mostra uma distribuição de intensidade de percepção de atos discriminatórios que evidencia uma experiência variada para as pessoas LGBTQI+ nesses espaços. A maior proporção dos inquiridos assinala discriminação de “Maior intensidade” (31,6%), indicando que as interações nesses contextos são, para muitos, percebidas como particularmente incisivas ou ofensivas. Essa percepção de “Intensidade elevada” é mais expressiva entre os inquiridos do sexo feminino (32,8%), sugerindo uma experiência de discriminação especialmente forte para as mulheres. Por seu turno, uma parte considerável da população percebe os atos discriminatórios como sendo de “Pouca intensidade” (17,6%), indicando a existência de discriminação menos ostensiva, mas ainda presente. Isso reflete que, para alguns, os atos discriminatórios podem ser mais sutis, como a exclusão social ou o tratamento diferenciado que, embora não seja explicitamente agressivo, contribui para um sentimento de exclusão.

3.7.3. Tipos de Discriminação mais frequente

Na análise dos tipos de discriminação enfrentados por pessoas LGBTQI+ em Cabo verde, observa-se uma clara predominância de formas de violência verbal, com 85% dos inquiridos indicando essa experiência. Este dado sugere um padrão de agressão e exclusão verbalizado contra essa comunidade. A discriminação nas instituições de ensino, como *bullying* ou assédio (65%), também se destaca como uma preocupação significativa, refletindo um ambiente muitas vezes hostil para essas pessoas em contextos educacionais.

Outros tipos de discriminação, embora com prevalência menor, como violência física (41%) e dificuldades em formar relacionamentos ou a perda de apoio familiar (40%), revelam o impacto emocional e social da marginalização. A busca por inclusão no mercado de trabalho também é desafiadora, com 32,3% dos inquiridos enfrentando dificuldades de obtenção de emprego devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Gráfico 4. Tipos de discriminação mais frequentes percebidos



Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Situações de isolamento social (27,6%) e assédio sexual no local de trabalho (23,1%) indicam a extensão da exclusão e abuso, afetando a autoestima e a qualidade de vida dessas pessoas. A exclusão do mercado de trabalho é intensificada por processos de demissões injustas, registradas por um número considerável de inquiridos.

No espectro das discriminações de menor prevalência, destaca-se a falta de reconhecimento legal das uniões de pessoas do mesmo sexo (17,3%), uma questão de grande relevância para a cidadania e direitos humanos. Além disso, discriminação por profissionais de saúde (8,2%) reflete desafios adicionais na busca por cuidados adequados e dignos.

Em síntese, os dados mostram que o conhecimento sobre a discriminação contra pessoas LGBTQI+ é amplamente difundido, embora com variações significativas, conforme faixas etárias, níveis de instrução e concelhos. Essa exposição, seja direta ou indireta, depende de características demográficas e socioeconómicas, sugerindo que fatores contextuais influenciam a conscientização e percepção sobre a discriminação na população geral.

Além disso, é importante destacar que as percepções de discriminação variam conforme a entidade e o sexo. Em contextos de proximidade social, como família e comunidade, os

homens tendem a perceber mais atos discriminatórios, enquanto as mulheres reportam uma maior incidência de discriminação em ambientes institucionais e de serviços.

Esses dados refletem a amplitude e intensidade da discriminação vivida pelas pessoas LGBTQI+, com uma prevalência marcante de violência verbal e *bullying*, seguidas por dificuldades no acesso ao emprego, nas relações sociais e na saúde. A situação aponta para a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas e de ações educativas que visem reduzir essas desigualdades.

3.7.4. Comparação entre a Percepção geral sobre a Discriminação contra a Comunidade LGBTQI+ e a Intensidade e Frequência desses Atos

No geral os dados refletem uma ampla percepção da discriminação contra a comunidade LGBTQI+, embora existam disparidades significativas conforme idade, nível de escolaridade, localização e religião. A prevalência de discriminação verbal, exclusão no mercado de trabalho e a necessidade de uma estrutura legal de proteção são temas críticos para assegurar o respeito pelos direitos e bem-estar das pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde. A análise comparativa revela disparidades importantes entre o reconhecimento de formas de discriminação e a intensidade e frequência desses atos em diferentes contextos sociais:

Uma maioria significativa (60,1%%) reconhece que a discriminação contra pessoas LGBTQI+ ocorre "algumas vezes", e apenas uma pequena proporção considera que ela "raramente" acontece ou "nunca" acontece. Esse reconhecimento esporádico sugere que, apesar de ser amplamente percebida, a discriminação pode ser normalizada em certas situações sociais e considerada um "incidente isolado" por alguns. Esse padrão prevalece entre mulheres e jovens, que mostram maior sensibilidade ao tema, enquanto os homens e pessoas mais velhas tendem a subestimar a frequência ou o impacto da discriminação;

A percepção da discriminação é mais forte entre jovens (18-34 anos), com 68% reconhecendo sua ocorrência. Já entre os mais velhos, a percepção de discriminação diminui significativamente (37,8%), o que pode refletir menor exposição ou interesse pelo tema entre as gerações mais antigas. Pessoas com maior escolaridade, como aqueles com Ensino Médio ou Superior, têm uma consciência mais aguda sobre a discriminação. Por outro lado, indivíduos sem escolaridade frequentemente respondem "Não sabe/Não responde", o que pode indicar falta de engajamento ou conhecimento sobre o tema.

A discriminação é mais reconhecida entre colegas (79,4%), refletindo um ambiente hostil e desafiador para pessoas LGBTQI+ em escolas. Esse índice é mais baixo quando se trata de professores e dirigentes, mas ainda assim significativo, com 45% indicando algum grau de discriminação.

O mercado de trabalho é um espaço onde a discriminação também é percebida com frequência, especialmente entre colegas (59,3%). Em relação a chefias e dirigentes, essa taxa é de 40,4%, indicando que o preconceito pode limitar o acesso e a promoção de pessoas LGBTQI+. No mercado de trabalho, além da discriminação verbal, 32,3% enfrentam obstáculos na obtenção de emprego, demonstrando as limitações impostas pelo preconceito que afeta a independência e desenvolvimento pessoal.

Nos transportes e locais de lazer, a discriminação ocorre "algumas vezes", com destaque para uma maior percepção de discriminação entre mulheres. Esses espaços de convivência cotidiana refletem o impacto contínuo da discriminação em atividades diárias, afetando o bem-estar da comunidade LGBTQI+.

Nos concelhos como Praia e Ribeira Grande, há um reconhecimento mais alto da discriminação (67,2% e 75,4%, respetivamente), enquanto em São Vicente, um número expressivo de entrevistados acredita que não há discriminação (28,7%). Essas diferenças sugerem variações regionais nas atitudes sociais e na sensibilização ao tema.

A violência verbal é predominante (85%), sendo a forma de discriminação mais reconhecida. Esse dado evidencia um padrão de agressões verbais que perpetua o estigma e o preconceito contra pessoas LGBTQI+, especialmente em espaços de socialização e convivência.

A religião impacta significativamente a percepção de discriminação, com grupos como o Católico e Racionalismo Cristão mostrando maior reconhecimento do problema. Grupos como os Adventistas e Testemunhas de Jeová, por outro lado, apresentam uma proporção mais elevada de respostas "Não sabe/Não responde", o que pode refletir uma menor abertura ao tema ou a questões de diversidade sexual e de género.

A discriminação nas instituições de saúde é menos percebida (8,2%), embora casos de discriminação sejam reportados, o que aponta para uma lacuna na acessibilidade e no atendimento igualitário.

Nas autoridades policiais, a discriminação é relatada como intensa por 46,4%, sendo especialmente notada entre agentes mulheres. Esse dado sublinha a experiência de exclusão e preconceito, impactando diretamente a confiança em instituições de segurança e justiça.

A exclusão social, incluindo o *bullying* em escolas, afeta fortemente o bem-estar emocional de pessoas LGBTQI+. Outros atos como a perda de apoio familiar e dificuldades para formar relacionamentos representam barreiras significativas à inclusão.

3.8. Percepção sobre a Participação e a representatividade política das pessoas LGBTI+

A participação e a representação políticas são fundamentais para a consolidação de sociedades democráticas e inclusivas, promovendo igualdade, fortalecendo instituições e garantindo que as políticas públicas reflitam as necessidades de toda a população.

A inclusão de diferentes grupos fortalece a democracia, reduz desigualdades, empodera as comunidades e previne as exclusões sistémicas. A possibilidade de participação política deve ser e estar acessível a todos, independente de sexo, orientação sexual, identidade de género, etnia, religião ou condição socioeconómica. Daí que é essencial implementar políticas específicas para garantir a participação igualitária de grupos historicamente discriminados, como pessoas LGBTQI+. Essa inclusão promove uma sociedade mais justa, aumenta a confiança nas instituições públicas, reforça os direitos humanos e contribui para o desenvolvimento sustentável, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao não deixar ninguém para trás.

Pretendendo avaliar a dimensão da participação e representação políticas no contexto de Cabo Verde, explora-se temas como o envolvimento em atividades políticas e cívicas, a

percepção sobre representatividade das pessoas LGBTQI+ em cargos públicos e em espaços de tomada de decisão, bem como as barreiras enfrentadas para exercer a cidadania plena. Esta secção também analisa o nível de confiança em instituições públicas e organizações que defendem os direitos LGBTQI+, além de recolher informações sobre iniciativas ou movimentos nos quais os participantes estão, ou gostariam de estar envolvidos.

3.8.1. Participação Ativa de Pessoas LGBTQI+ na Política

A análise do quadro sobre a apreciação da população geral em relação à participação ativa de pessoas LGBTQI+ na política em Cabo Verde revela um cenário no qual a crença de pouca participação ou quase nenhuma é predominante. Observa-se que 43,8% dos inquiridos acreditam que pessoas LGBTQI+ "não participam quase nada", seguidos de 14,7 que consideram que participam "pouco". Apenas 3,5% consideram que participam "ativamente" e 6,1% percebem um engajamento em "menor grau que outros grupos". De referir que uma proporção relevante (31,8%) declara que "Não sabe/Não responde".

Por sexo, a percentagem de respondentes do sexo feminino que considera que pessoas LGBTQI+ não participam na política é ligeiramente superior à do sexo masculino, 44,9% e 42,7%, respetivamente. De igual modo, revelam uma menor percepção de participação ativa entre as pessoas LGBTQI+. Importa realçar que a proporção de pessoas do sexo feminino que declara que "Não sabe/Não responde" é superior à das do sexo masculino – 34,2% contra 29,4%.

Por faixa etária, nota-se que os respondentes na faixa etária de 18 a 24 anos apresenta a maior percentagem de pessoas que acreditam que as pessoas LGBTQI+ "não participam quase nada" (52,6%), o que pode indicar falta de visibilidade ou não interação com a comunidade LGBTQI+ entre os jovens. Essa percepção é menos significativa no seio das pessoas com 60 anos (29,3%). Isso pode sugerir uma diferença nas experiências e nas interações sociais entre as gerações mais velhas e os jovens. Entretanto, há uma parcela de inquiridos nas faixas etárias de 35 a 39 e 40 a 49 anos que considera que há alguma participação ativa 4,1% e 5,5%, respetivamente. Isso pode sugerir que essas faixas etárias têm mais contato ou experiências diretas com a comunidade, refletindo um aumento na visibilidade e na aceitação ao longo do tempo.

Por nível de instrução, observa-se que as pessoas com habilitação secundária são aquelas que manifestam uma percepção mais negativa de que as pessoas LGBTQI+ "não participam quase nada" (50%), enquanto a grande maioria das pessoas sem nível de instrução (80%) declaram que "Não sabem/Não respondem. Contudo, é no seio dos entrevistados com formação superior que se considera que há alguma participação.

Em termos de rendimento, indivíduos na faixa dos 91 a 120 mil escudos são os mais otimistas sobre a participação ativa (8,1%), enquanto aqueles com rendimentos entre 61 a 90 mil escudos têm a maior proporção que acredita que participam "pouco" (22,7%). O desconhecimento e a não resposta é maior, quer entre indivíduos com rendimentos mais elevados (34,4%) quer entre os sem rendimento (30,5%).

Por concelho, verifica-se que os municípios de São Vicente (58,2) e do Sal (57,1%) destacam-se pela opinião de que as pessoas LGBTQI+ "não participam quase nada". No entanto, Praia apresenta maior proporção de respostas indicando que "participam pouco" (19,9%), enquanto São Filipe apresenta maior percentual de desconhecimento e não resposta (34,3%).

Tabela 40. Apreciação de população geral relativo à participação ativa das pessoas LGBTQI+ na política em Cabo Verde

Variáveis	Sim, participam ativamente		Sim, mas em menor grau que outros grupos		Não, participam pouco		Não, quase não participam		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	20	5,2%	27	7,0%	60	15,6%	164	42,7%	113	29,4%
Feminino	7	1,8%	20	5,2%	53	13,8%	172	44,9%	131	34,2%
Faixa etária										
18 a 24 anos	2	1,3%	4	2,6%	26	16,7%	82	52,6%	42	26,9%
25 a 29 anos	4	4,1%	7	7,2%	14	14,4%	42	43,3%	30	30,9%
30 a 34 anos	4	3,8%	4	3,8%	18	17,1%	48	45,7%	31	29,5%
35 a 39 anos	4	4,3%	8	8,7%	18	19,6%	40	43,5%	22	23,9%
40 a 49 anos	7	5,5%	9	7,0%	20	15,6%	53	41,4%	39	30,5%
50 a 59 anos	3	3,3%	4	4,4%	9	10,0%	42	46,7%	32	35,6%
60 e mais anos	3	3,0%	11	11,1%	8	8,1%	29	29,3%	48	48,5%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	1	2,8%	1	2,8%	1	2,8%	4	11,1%	29	80,6%
Ensino Básico / Primário	2	1,6%	7	5,5%	11	8,7%	48	37,8%	59	46,5%
Ensino Secundário Incompleto	6	4,7%	5	3,9%	18	14,1%	64	50,0%	35	27,3%
Ensino Secundário	6	3,2%	12	6,3%	30	15,8%	93	48,9%	49	25,8%
Formação profissional/Ensino Médio	4	4,3%	8	8,7%	19	20,7%	40	43,5%	21	22,8%
Ensino Superior	8	4,1%	14	7,2%	34	17,5%	87	44,8%	51	26,3%
Rendimento										
Sem rendimento	4	3,1%	3	2,3%	20	15,3%	64	48,9%	40	30,5%
Até 15 mil	2	1,6%	9	7,1%	14	11,1%	52	41,3%	49	38,9%
16 a 30	10	5,5%	10	5,5%	25	13,8%	77	42,5%	59	32,6%
31 a 45	2	2,0%	6	6,1%	15	15,2%	43	43,4%	33	33,3%
46 a 60	1	1,4%	5	6,8%	12	16,2%	38	51,4%	18	24,3%
61 a 90	4	4,5%	6	6,8%	20	22,7%	39	44,3%	19	21,6%
91 a 120	3	8,1%	3	8,1%	5	13,5%	15	40,5%	11	29,7%
121 e mais	1	4,3%	5	21,7%	2	8,7%	7	30,4%	8	34,8%
Concelho										
Praia	16	5,4%	28	9,5%	59	19,9%	108	36,5%	85	28,7%
Santa Catarina	5	4,8%	10	9,5%	18	17,1%	36	34,3%	36	34,3%
São Filipe	0	0,0%	0	0,0%	6	10,0%	25	41,7%	29	48,3%
Sal	0	0,0%	2	2,0%	6	6,1%	56	57,1%	34	34,7%
São Vicente	5	3,4%	6	4,1%	16	11,0%	85	58,2%	34	23,3%
Ribeira Grande	1	1,6%	1	1,6%	8	12,9%	26	41,9%	26	41,9%
Religião										
Católica	20	4,1%	27	5,5%	77	15,7%	223	45,3%	145	29,5%
Islâmica	0	0,0%	2	33,3%	0	0,0%	1	16,7%	3	50,0%
Nazarena	0	0,0%	4	14,8%	3	11,1%	12	44,4%	8	29,6%
Adventista	1	4,2%	2	8,3%	1	4,2%	6	25,0%	14	58,3%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	0	0,0%	1	10,0%	4	40,0%	5	50,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	0	0,0%	1	10,0%	1	10,0%	8	80,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	1	6,7%	2	13,3%	9	60,0%	3	20,0%
Sem Religião	5	3,3%	10	6,5%	24	15,7%	70	45,8%	44	28,8%
Não Responde	0	0,0%	1	6,7%	4	26,7%	4	26,7%	6	40,0%
Outra	1	6,7%	0	0,0%	0	0,0%	6	40,0%	8	53,3%
Total	27	3,5%	47	6,1%	113	14,7%	336	43,8%	244	31,8%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Por religião, a perceção de que as pessoas LGBTQI+ "não participam quase nada" é forte entre os católicos (45,3%) e os racionalistas cristãos. Contudo, existe uma proporção expressiva de testemunhas de Jeová (80%) e adventistas (58,3%) que "Não sabe/não responde".

No geral, predomina uma percepção negativa sobre a participação política de pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde, com variáveis como género, idade, educação, rendimento, concelho e religião influenciando essas crenças. Essa situação pode indicar a necessidade de iniciativas que promovam a visibilidade e a inclusão da comunidade LGBTQI+ na esfera política e social, de modo a fomentar uma mudança cultural e social em Cabo Verde.

3.8.2. Conhecimento em relação à existência de políticos ou figuras públicas LGBTQI+

Examinando conhecimento da população em relação à existência de políticos ou figuras públicas LGBTQI+. Denota-se, 93,2% dos inquiridos não souberam ou não responderam à pergunta, enquanto 6,3% afirmaram que não conhecem nenhuma figura LGBTQI+ representativa. Apenas 0,5% identificaram algum político(a) ou figura pública LGBTQI+ nessa condição.

Tabela 41. Conhecimento de população geral de pessoas LGBTQI+ em representação política ou que seja uma figura pública

Variáveis	Sim		Não		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo						
Masculino	3	,8%	22	5,7%	359	93,5%
Feminino	1	,3%	26	6,8%	356	93,0%
Faixa etária						
18 a 24 anos	1	,6%	11	7,1%	144	92,3%
25 a 29 anos	0	0,0%	8	8,2%	89	91,8%
30 a 34 anos	0	0,0%	5	4,8%	100	95,2%
35 a 39 anos	2	2,2%	5	5,4%	85	92,4%
40 a 49 anos	1	,8%	7	5,5%	120	93,8%
50 a 59 anos	0	0,0%	8	8,9%	82	91,1%
60 e mais anos	0	0,0%	4	4,0%	95	96,0%
Nível de Instrução						
Sem nível de instrução	0	0,0%	2	5,6%	34	94,4%
Ensino Básico / Primário	1	,8%	9	7,1%	117	92,1%
Ensino Secundário Incompleto	0	0,0%	9	7,0%	119	93,0%
Ensino Secundário	2	1,1%	12	6,3%	176	92,6%
Formação profissional/Ensino Médio	0	0,0%	5	5,4%	87	94,6%
Ensino Superior	1	,5%	11	5,7%	182	93,8%
Rendimento						
Sem rendimento	0	0,0%	6	4,6%	125	95,4%
Até 15 mil	1	,8%	13	10,3%	112	88,9%
16 a 30	2	1,1%	10	5,5%	169	93,4%
31 a 45	0	0,0%	3	3,0%	96	97,0%
46 a 60	0	0,0%	6	8,1%	68	91,9%
61 a 90	1	1,1%	5	5,7%	82	93,2%
91 a 120	0	0,0%	4	10,8%	33	89,2%
121 e mais	0	0,0%	0	0,0%	23	100,0%
Concelho						
Praia	1	,3%	13	4,4%	282	95,3%
Santa Catarina	1	1,0%	0	0,0%	104	99,0%
São Filipe	1	1,7%	5	8,3%	54	90,0%
Sal	0	0,0%	19	19,4%	79	80,6%
São Vicente	0	0,0%	10	6,8%	136	93,2%
Ribeira Grande	1	1,6%	1	1,6%	60	96,8%
Religião						
Católica	3	,6%	26	5,3%	463	94,1%
Islâmica	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Nazarena	0	0,0%	3	11,1%	24	88,9%
Adventista	0	0,0%	2	8,3%	22	91,7%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	0	0,0%	10	100,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	1	10,0%	9	90,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	0	0,0%	15	100,0%
Sem Religião	1	,7%	13	8,5%	139	90,8%
Não Responde	0	0,0%	1	6,7%	14	93,3%
Outra	0	0,0%	2	13,3%	13	86,7%
Total	4	,5%	48	6,3%	715	93,2%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Na opinião de grupos de pessoas que se identificam como LGBTQTI+, o fato de 93,2% dos inquiridos “Não sabem/Não respondem” identificar a existência de políticos ou figuras públicas LGBTQTI+ decorre do fato de muitos deles (figuras públicas LGBTQTI+) não assumirem publicamente a identidade de gênero. Outrossim, presume-se que existe no seio da classe política enorme resistência em aceitar pessoas que se identificam como LGBTQTI na esfera política e governamental, alegadamente pelo impacto negativo que poderá ter no seio do eleitorado.

Essa situação aponta para a importância de iniciativas que promovam a visibilidade de políticos e figuras públicas LGBTQTI+, bem como a necessidade de educação sobre diversidade e inclusão dessa faixa nas esferas sociais e políticas.

3.8.3.A importância da Participação de Pessoas LGBTQTI+ na Política e para o Reforço da Democracia e a Diversidade de Vozes no Governo

Ao serem indagados a respeito da importância da participação de pessoas LGBTQTI+ na política para o fortalecimento da democracia e a diversidade de vozes no Governo, de um modo geral, a maioria dos inquiridos (54,5%) considera essa participação como "muito importante" ou "importante". De referir que uma parcela significativa, 19,4%, se mostra indiferente, 10,8% não considera essa participação importante e 15,3% dos entrevistados não sabem ou optaram por não responder, o que pode refletir uma hesitação ou incerteza sobre o tema.

Por sexo, observa-se que existe maior proporção da população feminina (59,2%) que considera a participação de pessoas LGBTQTI+ na política que a do sexo masculino (49,2%). Esses dados indicam que respondentes do sexo feminino tendem a valorizar mais a participação em questões relevantes, o que pode refletir diferenças culturais, sociais ou até experiências pessoais que influenciam a percepção desta crença.

Por idade, verifica-se que nas faixas etárias mais jovens, como 18 a 24 anos e na de 35 a 39 anos, a maioria dos respondentes avalia positivamente a importância dessa participação, indicando um engajamento maior ou uma valorização das atividades em que estão envolvidas.

Contudo, no grupo dos inquiridos com 60 anos ou mais, a proporção de indivíduos que considera essa participação importante é significativamente menor (37,4%), e a quantidade de pessoas que não vê essa participação como importante é relativamente alta (23,2%). Essa diferença pode refletir uma diversidade de fatores, como mudanças nas prioridades e nas experiências de vida ao longo das diferentes idades, ou até mesmo um desinteresse que pode surgir com o envelhecimento.

Outro elemento interessante a destacar é o fato de a valorização da participação crescer com o nível de instrução. Assim, 64,5% das pessoas com formação superior consideram importante ou muito importante, contra apenas 13,9% das pessoas sem nível de instrução. Essa diferença no posicionamento indica que iniciativas voltadas para a educação e a conscientização podem ser essenciais para aumentar a participação e o engajamento cívico em grupos menos instruídos.

Tabela 42. Posicionamento de população geral relativo a importancia da participação de pessoas LGBTQI+ na política e para o reforço da democracia e a diversidade de vozes no Governo.

Variáveis de cruzamentos	Sim, é muito importante		Sim, é importante		Não, é indiferente		Não, não é importante		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	52	13,5%	137	35,7%	85	22,1%	51	13,3%	59	15,4%
Feminino	79	20,6%	150	39,2%	64	16,7%	32	8,4%	58	15,1%
Faixa etária										
18 a 24 anos	33	21,2%	60	38,5%	34	21,8%	11	7,1%	18	11,5%
25 a 29 anos	13	13,4%	41	42,3%	18	18,6%	9	9,3%	16	16,5%
30 a 34 anos	20	19,0%	35	33,3%	23	21,9%	8	7,6%	19	18,1%
35 a 39 anos	17	18,5%	41	44,6%	16	17,4%	7	7,6%	11	12,0%
40 a 49 anos	23	18,0%	45	35,2%	25	19,5%	15	11,7%	20	15,6%
50 a 59 anos	18	20,0%	35	38,9%	17	18,9%	10	11,1%	10	11,1%
60 e mais anos	7	7,1%	30	30,3%	16	16,2%	23	23,2%	23	23,2%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	2	5,6%	3	8,3%	7	19,4%	12	33,3%	12	33,3%
Ensino Básico / Primário	11	8,7%	37	29,1%	26	20,5%	24	18,9%	29	22,8%
Ensino Secundário Incompleto	19	14,8%	48	37,5%	30	23,4%	10	7,8%	21	16,4%
Ensino Secundário	41	21,6%	75	39,5%	36	18,9%	8	4,2%	30	15,8%
Formação profissional/Ensino Médio	14	15,2%	43	46,7%	17	18,5%	11	12,0%	7	7,6%
Ensino Superior	44	22,7%	81	41,8%	33	17,0%	18	9,3%	18	9,3%
Rendimento										
Sem rendimento	28	21,4%	44	33,6%	29	22,1%	11	8,4%	19	14,5%
Até 15 mil	18	14,3%	42	33,3%	25	19,8%	18	14,3%	23	18,3%
16 a 30	30	16,6%	69	38,1%	35	19,3%	17	9,4%	30	16,6%
31 a 45	7	7,1%	40	40,4%	16	16,2%	16	16,2%	20	20,2%
46 a 60	19	25,7%	30	40,5%	9	12,2%	4	5,4%	12	16,2%
61 a 90	16	18,2%	34	38,6%	26	29,5%	8	9,1%	4	4,5%
91 a 120	7	18,9%	17	45,9%	6	16,2%	4	10,8%	3	8,1%
121 e mais	5	21,7%	10	43,5%	2	8,7%	4	17,4%	2	8,7%
Concelho										
Praia	49	16,6%	105	35,5%	55	18,6%	43	14,5%	44	14,9%
Santa Catarina	18	17,1%	45	42,9%	16	15,2%	8	7,6%	18	17,1%
São Filipe	5	8,3%	22	36,7%	13	21,7%	14	23,3%	6	10,0%
Sal	9	9,2%	29	29,6%	24	24,5%	6	6,1%	30	30,6%
São Vicente	41	28,1%	63	43,2%	17	11,6%	8	5,5%	17	11,6%
Ribeira Grande	9	14,5%	23	37,1%	24	38,7%	4	6,5%	2	3,2%
Religião										
Católica	87	17,7%	197	40,0%	89	18,1%	49	10,0%	70	14,2%
Islâmica	0	0,0%	3	50,0%	0	0,0%	1	16,7%	2	33,3%
Nazarena	4	14,8%	10	37,0%	9	33,3%	3	11,1%	1	3,7%
Adventista	1	4,2%	1	4,2%	7	29,2%	10	41,7%	5	20,8%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	3	30,0%	4	40,0%	1	10,0%	2	20,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	1	10,0%	4	40,0%	3	30,0%	2	20,0%
Racionalismo Cristão	1	6,7%	7	46,7%	2	13,3%	2	13,3%	3	20,0%
Sem Religião	33	21,6%	56	36,6%	31	20,3%	10	6,5%	23	15,0%
Não Responde	3	20,0%	3	20,0%	3	20,0%	1	6,7%	5	33,3%
Outra	2	13,3%	6	40,0%	0	0,0%	3	20,0%	4	26,7%
Total	131	17,1%	287	37,4%	149	19,4%	83	10,8%	117	15,3%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Na mesma senda, os inquiridos com rendimentos mais altos tendem a valorizar mais a participação. Com efeito, 65,2% dos entrevistados com rendimentos acima de 121 mil escudos avaliam como importante ou muito importante, contra 55% entre os sem rendimentos.

Por concelhos, São Vicente destaca-se positivamente, com 71,3% da população considerando "muito importante" ou "importante" a participação de pessoas LGBTQI+ na política, seguido por Santa Catarina, com 60% e Ribeira Grande, com 51,6%. A Praia

apresenta uma taxa de 52,1%, enquanto São Filipe regista 45%. Por sua vez, o concelho do Sal apresenta uma proporção muito baixa, com apenas 38,8% da população reconhecendo essa participação como relevante. Esses resultados evidenciam uma variação significativa entre os concelhos, com São Vicente mostrando o maior apoio e o Sal o menor engajamento em relação à importância dessa representatividade.

Em relação à religião, os resultados indicam que os católicos lideram na avaliação positiva, pois, 57,7% consideram importante ou muito importante, enquanto outras confissões religiosas como Adventistas e Testemunhas de Jeová apresentam maior indiferença ou rejeição, com mais de 70% considerando indiferente ou não importante.

Em síntese, importa salientar que o quadro evidencia variações significativas entre diferentes grupos, sugerindo que o entendimento sobre o papel de pessoas LGBTQI+ na política está ligada a fatores como género, idade, escolaridade, contexto socioeconómico e filiação religiosa. Ademais, evidencia a necessidade urgente de promover a conscientização e o diálogo em torno da participação de pessoas LGBTQI+ na política, abordando as barreiras que ainda persistem em diferentes segmentos da população. O fortalecimento da democracia e a promoção da diversidade de vozes no Governo dependem de um esforço conjunto para garantir que todas as identidades sejam representadas e ouvidas.

3.8.4. Barreiras enfrentadas pelas Pessoas LGBTQI+ no Ingresso à Política.

A maioria dos respondentes (52,7%) considera que as pessoas LGBTQI+ enfrentariam barreiras no ingresso à política e 34% declaram que não sabem ou não respondem. Apenas uma pequena fração (11,3%) considera que as pessoas LGBTQI enfrentam as mesmas barreiras que o restante da população, sugerindo uma percepção de desvantagem ou dificuldade diferenciada. Esse cenário evidencia a necessidade de um maior diálogo e conscientização sobre as barreiras sociais, económicas ou físicas que determinadas populações podem enfrentar. Além disso, pode indicar uma oportunidade para iniciativas que visem reduzir essas barreiras e promover maior igualdade.

Numa análise por sexo, os dados indicam que os inquiridos do sexo feminino parecem ter uma maior consciência quanto às dificuldades que essas pessoas enfrentam no ingresso da vida política.

Em relação a faixa etária, os dados revelam que os inquiridos mais jovens com idades entre 18 e 39 anos demonstram uma clara consciência e sensibilidade em relação às dificuldades que as pessoas LGBTQI+ enfrentariam na sua pretensão de ingressar no campo político, o que pode refletir uma maior disposição para discutir e buscar soluções para essas questões. A alta taxa de “Não resposta” entre os idosos (60 anos ou mais), que chega a 38,4%, é particularmente relevante. Isto pode ser interpretado como um sinal de desconexão com o tema ou uma opinião já formada, mas que não se manifesta em respostas.

Tabela 43. Apreciação de população geral relativas às barreiras que enfrentam as pessoas LGBTQI+ em comparação com as pessoas heterossexuais

Variáveis de cruzamentos	Sim, enfrentam muitas		Sim, enfrentam algumas		Não, enfrentam os mesmas		Não, enfrentam menos		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	89	23,2%	109	28,4%	51	13,3%	11	2,9%	124	32,3%
Feminino	111	29,0%	95	24,8%	36	9,4%	4	1,0%	137	35,8%
Faixa etária										
18 a 24 anos	53	34,0%	33	21,2%	12	7,7%	4	2,6%	54	34,6%
25 a 29 anos	29	29,9%	31	32,0%	8	8,2%	1	1,0%	28	28,9%
30 a 34 anos	22	21,0%	33	31,4%	11	10,5%	2	1,9%	37	35,2%
35 a 39 anos	27	29,3%	26	28,3%	9	9,8%	0	0,0%	30	32,6%
40 a 49 anos	28	21,9%	33	25,8%	23	18,0%	4	3,1%	40	31,3%
50 a 59 anos	17	18,9%	26	28,9%	9	10,0%	4	4,4%	34	37,8%
60 e mais anos	24	24,2%	22	22,2%	15	15,2%	0	0,0%	38	38,4%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	5	13,9%	5	13,9%	5	13,9%	0	0,0%	21	58,3%
Ensino Básico / Primário	30	23,6%	25	19,7%	12	9,4%	4	3,1%	56	44,1%
Ensino Secundário Incompleto	29	22,7%	39	30,5%	17	13,3%	0	0,0%	43	33,6%
Ensino Secundário	54	28,4%	53	27,9%	16	8,4%	3	1,6%	64	33,7%
Formação profissional/Ensino Médio	17	18,5%	31	33,7%	12	13,0%	4	4,3%	28	30,4%
Ensino Superior	65	33,5%	51	26,3%	25	12,9%	4	2,1%	49	25,3%
Rendimento										
Sem rendimento	39	29,8%	32	24,4%	18	13,7%	1	,8%	41	31,3%
Até 15 mil	36	28,6%	25	19,8%	11	8,7%	1	,8%	53	42,1%
16 a 30	44	24,3%	52	28,7%	15	8,3%	4	2,2%	66	36,5%
31 a 45	21	21,2%	30	30,3%	11	11,1%	3	3,0%	34	34,3%
46 a 60	21	28,4%	23	31,1%	10	13,5%	1	1,4%	19	25,7%
61 a 90	24	27,3%	25	28,4%	16	18,2%	5	5,7%	18	20,5%
91 a 120	9	24,3%	10	27,0%	4	10,8%	0	0,0%	14	37,8%
121 e mais	5	21,7%	6	26,1%	2	8,7%	0	0,0%	10	43,5%
Concelho										
Praia	97	32,8%	63	21,3%	35	11,8%	13	4,4%	88	29,7%
Santa Catarina	39	37,1%	33	31,4%	12	11,4%	1	1,0%	20	19,0%
São Filipe	7	11,7%	20	33,3%	8	13,3%	0	0,0%	25	41,7%
Sal	7	7,1%	16	16,3%	18	18,4%	0	0,0%	57	58,2%
São Vicente	32	21,9%	59	40,4%	14	9,6%	1	,7%	40	27,4%
Ribeira Grande	18	29,0%	13	21,0%	0	0,0%	0	0,0%	31	50,0%
Religião										
Católica	140	28,5%	142	28,9%	57	11,6%	11	2,2%	142	28,9%
Islâmica	2	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	66,7%
Nazarena	9	33,3%	5	18,5%	1	3,7%	0	0,0%	12	44,4%
Adventista	3	12,5%	4	16,7%	6	25,0%	1	4,2%	10	41,7%
Universal do Reino de Deus	1	10,0%	3	30,0%	2	20,0%	1	10,0%	3	30,0%
Testemunha de Jeová	1	10,0%	1	10,0%	0	0,0%	1	10,0%	7	70,0%
Racionalismo Cristão	1	6,7%	7	46,7%	1	6,7%	0	0,0%	6	40,0%
Sem Religião	33	21,6%	37	24,2%	20	13,1%	1	,7%	62	40,5%
Não Responde	3	20,0%	2	13,3%	0	0,0%	0	0,0%	10	66,7%
Outra	7	46,7%	3	20,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	33,3%
Total	200	26,1%	204	26,6%	87	11,3%	15	2,0%	261	34,0%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

A análise por nível de instrução revela que os indivíduos com maior nível educacional demonstram uma maior consciência sobre as barreiras que as pessoas LGBTQI+ enfrentam na competição política. Assim, as pessoas habilitadas com Ensino Secundário e Superior revelam uma maior compreensão das barreiras que as pessoas detentoras de Ensino Básico/primário e sem nível de instrução. Além disso, a taxa de “Não resposta” é inversamente proporcional ao nível de instrução.

Examinando os resultados por rendimento, denota-se que as opiniões variam em função do escalão de rendimento. Os indivíduos com rendimentos entre 46 a 91 mil escudos e os sem rendimento apresentam maior proporção de respostas afirmando que as pessoas LGBTQI+ enfrentam muitas barreiras.

A análise dos dados sobre a perceção das barreiras enfrentadas por pessoas LGBTQI+ nos diferentes concelhos revela algumas diferenças significativas. Os concelhos de Santa Catarina (68,5%) e São Vicente (62,3%) são os onde as pessoas LGBTQI+ consideram em maior proporção a existência de barreiras no acesso à política. Já nos concelhos do Sal e São Filipe, nota-se uma elevada taxa de “Não respostas”, 58,2% e 50%, respetivamente.

Por confissões religiosas, os resultados revelam que entre os católicos, o conhecimento das dificuldades é bastante significativo (57,4%). Por sua vez, os adventistas e testemunhas de Jeová apresentam uma realidade distinta. As demais confissões apresentam taxas elevadas de desconhecimento e “Não respostas”, em média acima dos 40%.

Em geral, os resultados mostram que há o reconhecimento das barreiras enfrentadas pela comunidade LGBTQI+ em Cabo Verde, o que demonstra que existem desafios significativos em termos de conscientização e aceitação. A alta taxa de “Não respostas” em várias categorias sugere que ainda há um caminho a percorrer em termos de educação e diálogo sobre diversidade e inclusão.

Para políticas públicas, é fundamental desenvolver programas educativos que abordem a diversidade de género, visando aumentar a conscientização e promover a inclusão em todas as esferas da sociedade, especialmente na política. Estratégias que envolvam diferentes demografias e que adaptem as mensagens de sensibilização de acordo com o contexto cultural e social de cada grupo podem ser particularmente eficazes.

3.8.5. Adequação de Representação de Pessoas LGBTQI+ nos Governos (local ou nacional)

A formulação dessa pergunta assenta no pressuposto de que a população sabe que existe participação de pessoas LGBTQI+ na governação central e local. Acontece que 93,2% dos respondentes “Não souberam/Não responderam” a respeito da existência de políticos ou figuras públicas LGBTQI+, o que torna esse juízo sobre adequação de representação pouco verossímil.

Contudo, esses dados podem ser interpretados como uma resposta hipotética ou imaginária sobre a adequação da representação de pessoas LGBTQI+ nos governos central e local.

A maioria da população (53,6%) considera que as pessoas LGBTIQ não estariam representadas/Mal representadas ou, em alguns casos, não deveria haver representação a que se soma o fato de 36% não têm opinião formada/não respondem.

Tabela 44. Posicionamento de população geral relativo a adequação de representação de pessoas LGBTQI+ no Governo (local ou nacional)

Variáveis de cruzamentos	Sim, são bem representada		Sim, mas de forma insuficiente		Não, são mal representada		Não, não há representação significativa		Não deve ter representação		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo												
Masculino	14	3,6%	25	6,5%	71	18,5%	104	27,1%	40	10,4%	130	33,9%
Feminino	6	1,6%	35	9,1%	57	14,9%	115	30,0%	24	6,3%	146	38,1%
Faixa etária												
18 a 24 anos	2	1,3%	14	9,0%	28	17,9%	48	30,8%	12	7,7%	52	33,3%
25 a 29 anos	2	2,1%	11	11,3%	14	14,4%	22	22,7%	13	13,4%	35	36,1%
30 a 34 anos	3	2,9%	4	3,8%	16	15,2%	33	31,4%	9	8,6%	40	38,1%
35 a 39 anos	2	2,2%	7	7,6%	20	21,7%	25	27,2%	5	5,4%	33	35,9%
40 a 49 anos	5	3,9%	12	9,4%	19	14,8%	38	29,7%	8	6,3%	46	35,9%
50 a 59 anos	3	3,3%	8	8,9%	16	17,8%	26	28,9%	7	7,8%	30	33,3%
60 e mais anos	3	3,0%	4	4,0%	15	15,2%	27	27,3%	10	10,1%	40	40,4%
Nível de Instrução												
Sem nível de instrução	1	2,8%	0	0,0%	2	5,6%	1	2,8%	4	11,1%	28	77,8%
Ensino Básico / Primário	2	1,6%	7	5,5%	19	15,0%	26	20,5%	14	11,0%	59	46,5%
Ensino Secundário Incompleto	3	2,3%	7	5,5%	20	15,6%	42	32,8%	10	7,8%	46	35,9%
Ensino Secundário Formação profissional/Ensino Médio	5	2,6%	19	10,0%	36	18,9%	47	24,7%	19	10,0%	64	33,7%
Ensino Superior	3	3,3%	7	7,6%	17	18,5%	31	33,7%	10	10,9%	24	26,1%
	6	3,1%	20	10,3%	34	17,5%	72	37,1%	7	3,6%	55	28,4%
Rendimento												
Sem rendimento	4	3,1%	14	10,7%	18	13,7%	41	31,3%	13	9,9%	41	31,3%
Até 15 mil	5	4,0%	10	7,9%	19	15,1%	24	19,0%	11	8,7%	57	45,2%
16 a 30	4	2,2%	6	3,3%	31	17,1%	49	27,1%	21	11,6%	70	38,7%
31 a 45	4	4,0%	7	7,1%	17	17,2%	25	25,3%	4	4,0%	42	42,4%
46 a 60	1	1,4%	8	10,8%	13	17,6%	27	36,5%	5	6,8%	20	27,0%
61 a 90	0	0,0%	9	10,2%	15	17,0%	33	37,5%	9	10,2%	22	25,0%
91 a 120	1	2,7%	3	8,1%	10	27,0%	13	35,1%	1	2,7%	9	24,3%
121 e mais	1	4,3%	3	13,0%	4	17,4%	7	30,4%	0	0,0%	8	34,8%
Concelho												
Praia	15	5,1%	35	11,8%	49	16,6%	73	24,7%	28	9,5%	96	32,4%
Santa Catarina	2	1,9%	18	17,1%	25	23,8%	25	23,8%	3	2,9%	32	30,5%
São Filipe	1	1,7%	0	0,0%	3	5,0%	18	30,0%	15	25,0%	23	38,3%
Sal	0	0,0%	1	1,0%	21	21,4%	24	24,5%	2	2,0%	50	51,0%
São Vicente	2	1,4%	3	2,1%	16	11,0%	63	43,2%	9	6,2%	53	36,3%
Ribeira Grande	0	0,0%	3	4,8%	14	22,6%	16	25,8%	7	11,3%	22	35,5%
Religião												
Católica	17	3,5%	47	9,6%	77	15,7%	149	30,3%	34	6,9%	168	34,1%
Islâmica	1	16,7%	1	16,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	50,0%	1	16,7%
Nazarena	0	0,0%	1	3,7%	5	18,5%	7	25,9%	2	7,4%	12	44,4%
Adventista	0	0,0%	2	8,3%	0	0,0%	4	16,7%	4	16,7%	14	58,3%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	40,0%	0	0,0%	6	60,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	0	0,0%	1	10,0%	2	20,0%	1	10,0%	6	60,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	0	0,0%	4	26,7%	3	20,0%	3	20,0%	5	33,3%
Sem Religião	1	,7%	8	5,2%	38	24,8%	45	29,4%	14	9,2%	47	30,7%
Não Responde	0	0,0%	1	6,7%	0	0,0%	2	13,3%	2	13,3%	10	66,7%
Outra	1	6,7%	0	0,0%	3	20,0%	3	20,0%	1	6,7%	7	46,7%
Total	20	2,6%	60	7,8%	128	16,7%	219	28,6%	64	8,3%	276	36,0%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+/2024

Por concelho, denota-se que nos municípios de São Vicente (54,2%), Ribeira Grande (48,4%), Santa Catarina (47,8%) e Sal (45,9) há maior proporção de inquiridos que consideram que estariam mal representados. De realçar que em São Filipe 1 em cada 4 inquiridos admite que pessoas LGBTQI+ não deveriam ter representação.

Quando analisado por religião, entre os católicos, que formam a maioria, 46% acreditam que estariam “Mal/Não representados”, seguidos de Racionalismo Cristão 46,7%, sendo que muitos declaram que “Não sabem/Não respondem”.

3.8.6. Concordância que a Presença de Políticos que se identificam com LGBTQI+ pode ajudar a combater a Discriminação e promover a Igualdade

Perguntados se concordam que a presença de políticos que se identificam com LGBTQI+ poderá ajudar a combater a discriminação e promover a igualdade, nota-se que 55,9% dos inquiridos acreditam que sim, que pode contribuir para o combate à discriminação e para a promoção da igualdade, 18,3% mostram-se indiferentes quanto à questão e 9,7% discordam da ideia. Além disso, é importante ressaltar que 16,2% dos participantes não souberam ou não quiseram opinar.

Em relação ao sexo, as pessoas do sexo feminino manifestam maior concordância (61,4%), que no seio dos indivíduos do sexo masculino (50,5%). Essa disparidade de apreciação pode indicar também que a população feminina demonstra uma maior afinidade com o conceito da inclusão política LGBTQI+ que a do sexo masculino, amiúde, mais cética.

A análise por faixa etária revela que no seio dos mais jovens (18 a 24 anos), observa-se uma expressiva concordância, com 64,7 dos inquiridos manifestando concordância, bem como nas faixas etárias 25 a 29 anos (62,9%), pese embora 12,3% discordem da ideia. Na faixa etária acima dos 60 anos, nota-se uma redução significativa de concordância para 43,5% dos inquiridos. Essa tendência indica que, enquanto as gerações mais jovens demonstram um forte apoio à inclusão política LGBTQI+, as gerações mais velhas tendem a ter maior resistência ou incerteza, o que demanda esforços adicionais para promover a conscientização e o entendimento sobre a importância da inclusão e dos direitos LGBTQI+.

A análise por nível de instrução revela que o grau de concordância com a afirmação sobre a presença de políticos LGBTQI+ no combate à discriminação e promoção da igualdade varia significativamente conforme o nível educacional dos inquiridos.

Entre os indivíduos com Ensino Superior, 63,4% concordam com a afirmação, sendo 17,5% em total concordância e 45,9% parcialmente. Este grupo apresenta um dos menores percentuais de discordância, com apenas 7,2% de respostas contrárias. A incerteza também é relativamente baixa, com 13,4% dos inquiridos optando por "Não sabe/Não responde", o que sugere que, em geral, pessoas com maior nível educacional têm uma opinião mais formada sobre o tema.

No que se refere ao nível de instrução, constata-se que a concordância é maior no seio das pessoas com maior nível de instrução, o que sugere que a elevação do nível educacional pode ser decisiva para inclusão de pessoas LGBTQI+ na esfera política. Como era exetável, a proporção de desconhecimento e não resposta é maior no seio das pessoas sem instrução ou com Ensino Básico/Primário.

Tabela 45. Posicionamento de população geral quanto à concordância de que a presença de políticos que se identificam com LGBTQI+ pode ajudar a combater a discriminação e promover a igualdade.

Variáveis de cruzamentos	Concordo totalmente		Concordo		Indiferente		Discordo		Discordo totalmente		Não sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo												
Masculino	47	12,2%	147	38,3%	73	19,0%	39	10,2%	11	2,9%	67	17,4%
Feminino	62	16,2%	173	45,2%	67	17,5%	16	4,2%	8	2,1%	57	14,9%
Faixa etária												
18 a 24 anos	28	17,9%	73	46,8%	28	17,9%	13	8,3%	2	1,3%	12	7,7%
25 a 29 anos	18	18,6%	43	44,3%	12	12,4%	8	8,2%	4	4,1%	12	12,4%
30 a 34 anos	14	13,3%	39	37,1%	23	21,9%	8	7,6%	3	2,9%	18	17,1%
35 a 39 anos	14	15,2%	39	42,4%	19	20,7%	4	4,3%	1	1,1%	15	16,3%
40 a 49 anos	15	11,7%	53	41,4%	24	18,8%	10	7,8%	3	2,3%	23	18,0%
50 a 59 anos	12	13,3%	38	42,2%	21	23,3%	3	3,3%	3	3,3%	13	14,4%
60 e mais anos	8	8,1%	35	35,4%	13	13,1%	9	9,1%	3	3,0%	31	31,3%
Nível de Instrução												
Sem nível de instrução	3	8,3%	4	11,1%	7	19,4%	4	11,1%	3	8,3%	15	41,7%
Ensino Básico / Primário	6	4,7%	50	39,4%	25	19,7%	13	10,2%	5	3,9%	28	22,0%
Ensino Secundário Incompleto	16	12,5%	55	43,0%	26	20,3%	13	10,2%	1	,8%	17	13,3%
Ensino Secundário	31	16,3%	85	44,7%	32	16,8%	11	5,8%	3	1,6%	28	14,7%
Formação profissional/Ensino Médio	19	20,7%	37	40,2%	19	20,7%	2	2,2%	5	5,4%	10	10,9%
Ensino Superior	34	17,5%	89	45,9%	31	16,0%	12	6,2%	2	1,0%	26	13,4%
Rendimento												
Sem rendimento	25	19,1%	50	38,2%	30	22,9%	8	6,1%	2	1,5%	16	12,2%
Até 15 mil	14	11,1%	53	42,1%	21	16,7%	12	9,5%	4	3,2%	22	17,5%
16 a 30	22	12,2%	80	44,2%	30	16,6%	13	7,2%	5	2,8%	31	17,1%
31 a 45	9	9,1%	37	37,4%	20	20,2%	10	10,1%	2	2,0%	21	21,2%
46 a 60	14	18,9%	36	48,6%	11	14,9%	4	5,4%	1	1,4%	8	10,8%
61 a 90	11	12,5%	40	45,5%	21	23,9%	4	4,5%	1	1,1%	11	12,5%
91 a 120	7	18,9%	15	40,5%	6	16,2%	0	0,0%	2	5,4%	7	18,9%
121 e mais	7	30,4%	7	30,4%	0	0,0%	4	17,4%	2	8,7%	3	13,0%
Concelho												
Praia	31	10,5%	120	40,5%	59	19,9%	32	10,8%	7	2,4%	47	15,9%
Santa Catarina	12	11,4%	61	58,1%	12	11,4%	3	2,9%	2	1,9%	15	14,3%
São Filipe	7	11,7%	20	33,3%	16	26,7%	4	6,7%	5	8,3%	8	13,3%
Sal	7	7,1%	21	21,4%	29	29,6%	4	4,1%	1	1,0%	36	36,7%
São Vicente	46	31,5%	69	47,3%	6	4,1%	5	3,4%	3	2,1%	17	11,6%
Ribeira Grande	6	9,7%	29	46,8%	18	29,0%	7	11,3%	1	1,6%	1	1,6%
Religião												
Católica	68	13,8%	228	46,3%	81	16,5%	31	6,3%	11	2,2%	73	14,8%
Islâmica	0	0,0%	3	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	33,3%	1	16,7%
Nazarena	4	14,8%	10	37,0%	5	18,5%	3	11,1%	0	0,0%	5	18,5%
Adventista	1	4,2%	2	8,3%	12	50,0%	1	4,2%	1	4,2%	7	29,2%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	3	30,0%	3	30,0%	3	30,0%	0	0,0%	1	10,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	1	10,0%	5	50,0%	2	20,0%	0	0,0%	2	20,0%
Racionalismo Cristão	2	13,3%	5	33,3%	1	6,7%	0	0,0%	1	6,7%	6	40,0%
Sem Religião	29	19,0%	60	39,2%	29	19,0%	11	7,2%	4	2,6%	20	13,1%
Não Responde	3	20,0%	5	33,3%	1	6,7%	1	6,7%	0	0,0%	5	33,3%
Outra	2	13,3%	3	20,0%	3	20,0%	3	20,0%	0	0,0%	4	26,7%
Total	109	14,2%	320	41,7%	140	18,3%	55	7,2%	19	2,5%	124	16,2%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

A análise por rendimento demonstra que tendencialmente as pessoas com maior rendimento manifestam maior concordância, sobretudo, a partir de 46 mil escudos. Curiosamente, no seio das pessoas sem rendimento, nota-se uma elevada aceitação.

Numa análise por concelho, a concordância é mais expressiva em São Vicente (78,8%) e Santa Catarina (69,5%). Contudo, a discordância é mais relevante em São Filipe (15%), Praia

(13,2%) e Ribeira Grande (12,9%). No Sal (66,3%) ou são indiferentes ou “Não sabem/Não respondem”.

A análise por religião revela variações no apoio à presença de políticos LGBTQI+ no combate à discriminação, sendo expressiva entre os católicos (60,1%). No seio das confissões religiosas como Adventistas, Universal e Testemunhas de Jeová a concordância é mais baixa.

3.8.7. Possibilidade de Votar em um(a) Candidato(a) que se considera LGBTQI+

Indagados sobre a possibilidade de votar em um(a) candidato(a) que se considera LGBTQI+, constata-se que 51,5% da população afirmam que o fariam, caso concordassem com as suas propostas políticas. Outrossim, 23,2% responderam que não descartam essa possibilidade. A resistência ao voto foi expressa por 14% e 7,6% preferiram não responder, com 3,8% indicando não saber.

Tabela 46. Posicionamento de População geral relativo à Possibilidade de votar em um(a) Candidato(a) que se considera LGBTQI+ se concordasse com suas Propostas Políticas

Variáveis de cruzamentos	Sim		Talvez		Não		Prefiro não		Não sabe	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	164	42,7%	93	24,2%	70	18,2%	38	9,9%	19	4,9%
Feminino	231	60,3%	85	22,2%	37	9,7%	20	5,2%	10	2,6%
Faixa etária										
18 a 24 anos	81	51,9%	46	29,5%	11	7,1%	14	9,0%	4	2,6%
25 a 29 anos	57	58,8%	23	23,7%	10	10,3%	6	6,2%	1	1,0%
30 a 34 anos	56	53,3%	24	22,9%	14	13,3%	6	5,7%	5	4,8%
35 a 39 anos	50	54,3%	22	23,9%	6	6,5%	9	9,8%	5	5,4%
40 a 49 anos	66	51,6%	31	24,2%	18	14,1%	9	7,0%	4	3,1%
50 a 59 anos	46	51,1%	18	20,0%	18	20,0%	4	4,4%	4	4,4%
60 e mais anos	39	39,4%	14	14,1%	30	30,3%	10	10,1%	6	6,1%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	7	19,4%	5	13,9%	16	44,4%	4	11,1%	4	11,1%
Ensino Básico / Primário	50	39,4%	26	20,5%	36	28,3%	12	9,4%	3	2,4%
Ensino Secundário Incompleto	68	53,1%	28	21,9%	17	13,3%	9	7,0%	6	4,7%
Ensino Secundário	103	54,2%	57	30,0%	11	5,8%	11	5,8%	8	4,2%
Formação profissional/Ensino Médio	53	57,6%	20	21,7%	9	9,8%	9	9,8%	1	1,1%
Ensino Superior	114	58,8%	42	21,6%	18	9,3%	13	6,7%	7	3,6%
Rendimento										
Sem rendimento	69	52,7%	35	26,7%	13	9,9%	8	6,1%	6	4,6%
Até 15 mil	65	51,6%	26	20,6%	23	18,3%	9	7,1%	3	2,4%
16 a 30	97	53,6%	38	21,0%	27	14,9%	11	6,1%	8	4,4%
31 a 45	38	38,4%	28	28,3%	16	16,2%	13	13,1%	4	4,0%
46 a 60	41	55,4%	21	28,4%	4	5,4%	7	9,5%	1	1,4%
61 a 90	44	50,0%	21	23,9%	16	18,2%	5	5,7%	2	2,3%
91 a 120	22	59,5%	8	21,6%	4	10,8%	3	8,1%	0	0,0%
121 e mais	16	69,6%	1	4,3%	2	8,7%	1	4,3%	3	13,0%
Concelho										
Praia	166	56,1%	54	18,2%	47	15,9%	22	7,4%	7	2,4%
Santa Catarina	30	28,6%	48	45,7%	14	13,3%	9	8,6%	4	3,8%
São Filipe	33	55,0%	7	11,7%	17	28,3%	2	3,3%	1	1,7%
Sal	24	24,5%	38	38,8%	8	8,2%	16	16,3%	12	12,2%
São Vicente	110	75,3%	20	13,7%	7	4,8%	4	2,7%	5	3,4%
Ribeira Grande	32	51,6%	11	17,7%	14	22,6%	5	8,1%	0	0,0%
Religião										
Católica	266	54,1%	110	22,4%	66	13,4%	31	6,3%	19	3,9%
Islâmica	1	16,7%	1	16,7%	2	33,3%	0	0,0%	2	33,3%
Nazarena	18	66,7%	3	11,1%	2	7,4%	3	11,1%	1	3,7%
Adventista	7	29,2%	4	16,7%	10	41,7%	3	12,5%	0	0,0%
Universal do Reino de Deus	3	30,0%	3	30,0%	2	20,0%	1	10,0%	1	10,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	1	10,0%	5	50,0%	4	40,0%	0	0,0%
Racionalismo Cristão	7	46,7%	4	26,7%	2	13,3%	2	13,3%	0	0,0%
Sem Religião	80	52,3%	42	27,5%	14	9,2%	11	7,2%	6	3,9%
Não Responde	6	40,0%	5	33,3%	1	6,7%	3	20,0%	0	0,0%
Outra	7	46,7%	5	33,3%	3	20,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	395	51,5%	178	23,2%	107	14,0%	58	7,6%	29	3,8%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Por sexo, nota-se que os inquiridos do sexo feminino se mostraram mais abertos (60,3%) em comparação aos do sexo masculino (42,7%), o que pode refletir uma maior empatia ou identificação com as questões LGBTQI+. Importa destacar entre os inquiridos masculinos, 18,2% afirmaram que não votariam, sugerindo que preconceitos ou estigmas nesta matéria podem ser mais significativos entre a população masculina. A indecisão destaca-se, especialmente entre os inquiridos do sexo masculino, com 24,2% optando pela resposta "Talvez". Isso sugere que, embora possam ter uma resistência inicial, ainda há um espaço para o diálogo e eventual convencimento em torno das propostas políticas de candidatos(as) LGBTQI+.

Em termos de faixa etária, os jovens entre 25 e 29 anos apresentaram o maior apoio, com 58,8%, seguidos pela faixa de 30 a 34 anos (53,3%). A resistência aumenta significativamente entre os mais velhos (60 anos ou mais) com 39,4% que declaram que votariam em um(a) candidato(a) LGBTQI+, enquanto 30,3% rejeitam essa possibilidade.

Por nível de instrução, denota-se que a possibilidade de votar em um(a) candidato(a) que se considera LGBTQI+, em caso de concordância com a proposta, aumenta à medida que se eleva o nível de instrução das pessoas, sendo mais expressiva no seio das pessoas habilitadas com Ensino Médio/Formação Profissional e Ensino Superior, 57,6% e 58,8%, respetivamente.

Analisando os rendimentos, o apoio é mais elevado entre aqueles com rendimentos superiores a 121 mil escudos, com 69,6% indicando que votariam. Já entre os sem rendimento, 52,7% demonstraram apoio. Nos rendimentos médios, a distribuição é equilibrada, com apoio em torno de 50%.

Por concelho, São Vicente destaca-se com o maior percentual de apoio (75,3%), seguido pela Praia (56,1%). Por seu lado, Santa Catarina registou o menor apoio proporcional (28,6%) e o maior índice de indecisão (45,7%). No Sal, além de alta indecisão (38,8%), a resistência foi significativa, com 28,3% dizendo que não votariam.

Por religião, os católicos apresentaram maior apoio (54,1%), embora também registem 13,4% de resistência. Entre os nazarenos, o apoio foi ainda maior, com 66,7%. Já os testemunhas de Jeová e adventistas mostraram altas taxas de resistência, com 50% e 41,7%, respetivamente.

De maneira geral, o apoio ao voto em candidatos(as) LGBTQI+ é mais significativa no seio das pessoas do sexo feminino, jovens, maior nível de instrução e rendimentos elevados, enquanto a resistência é mais prevalente entre idosos, pessoas com baixa escolaridade e em alguns concelhos específicos, como Santa Catarina e Sal.

3.8.8. Abertura dos Partidos Políticos à Participação de Pessoas LGBTQI+

A análise do posicionamento da população em relação à abertura dos partidos políticos à participação de pessoas LGBTQI+ revela que a maior parte (52,2%) entende que os partidos são "pouco abertos" (22,6%) ou "não são abertos" (29,6%). Um número considerável (37%) prefere, ou não se posiciona ou afirma não saber.

O resultado por sexo mostra que, tanto os inquiridos do sexo masculino quanto os do feminino têm uma visão crítica sobre a abertura dos partidos. Os inquiridos masculinos tendem a ver os partidos de forma ainda mais negativa, com uma proporção considerável

(27,3%) afirmando que eles “não são abertos” e 23,7% acreditam que são “pouco abertos”. Já entre os inquiridos do sexo feminino, 31,9% apontam que os partidos “não são abertos”, e 21,4% os classificam como “pouco abertos”. A indecisão (37,2% do sexo masculino e 36,8% do sexo feminino) sugere uma visão geral de incerteza ou desinteresse sobre o tema.

Tabela 47. Posicionamento de População geral relativo à Abertura dos Partidos Políticos à Participação de Pessoas LGBTQI+

Variáveis de cruzamentos	Sim, totalmente abertos		Sim, mas com algumas restrições		Não, são pouco abertos		Não, não são abertos		Não Sabe / Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	17	4,4%	28	7,3%	91	23,7%	105	27,3%	143	37,2%
Feminino	7	1,8%	31	8,1%	82	21,4%	122	31,9%	141	36,8%
Faixa etária										
18 a 24 anos	2	1,3%	11	7,1%	42	26,9%	48	30,8%	53	34,0%
25 a 29 anos	0	0,0%	7	7,2%	24	24,7%	31	32,0%	35	36,1%
30 a 34 anos	4	3,8%	4	3,8%	28	26,7%	29	27,6%	40	38,1%
35 a 39 anos	2	2,2%	7	7,6%	16	17,4%	31	33,7%	36	39,1%
40 a 49 anos	10	7,8%	13	10,2%	30	23,4%	33	25,8%	42	32,8%
50 a 59 anos	1	1,1%	12	13,3%	19	21,1%	23	25,6%	35	38,9%
60 e mais anos	5	5,1%	5	5,1%	14	14,1%	32	32,3%	43	43,4%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	0	0,0%	1	2,8%	1	2,8%	5	13,9%	29	80,6%
Ensino Básico / Primário	2	1,6%	11	8,7%	18	14,2%	45	35,4%	51	40,2%
Ensino Secundário Incompleto	5	3,9%	9	7,0%	30	23,4%	33	25,8%	51	39,8%
Ensino Secundário	6	3,2%	19	10,0%	46	24,2%	55	28,9%	64	33,7%
Formação profissional/Ensino Médio	2	2,2%	8	8,7%	28	30,4%	27	29,3%	27	29,3%
Ensino Superior	9	4,6%	11	5,7%	50	25,8%	62	32,0%	62	32,0%
Rendimento										
Sem rendimento	4	3,1%	10	7,6%	37	28,2%	38	29,0%	42	32,1%
Até 15 mil	3	2,4%	14	11,1%	19	15,1%	37	29,4%	53	42,1%
16 a 30	4	2,2%	15	8,3%	34	18,8%	51	28,2%	77	42,5%
31 a 45	3	3,0%	6	6,1%	20	20,2%	33	33,3%	37	37,4%
46 a 60	2	2,7%	6	8,1%	23	31,1%	25	33,8%	18	24,3%
61 a 90	3	3,4%	5	5,7%	29	33,0%	26	29,5%	25	28,4%
91 a 120	1	2,7%	2	5,4%	8	21,6%	10	27,0%	16	43,2%
121 e mais	4	17,4%	1	4,3%	2	8,7%	6	26,1%	10	43,5%
Concelho										
Praia	10	3,4%	30	10,1%	71	24,0%	93	31,4%	92	31,1%
Santa Catarina	4	3,8%	10	9,5%	29	27,6%	34	32,4%	28	26,7%
São Filipe	1	1,7%	1	1,7%	11	18,3%	17	28,3%	30	50,0%
Sal	0	0,0%	1	1,0%	21	21,4%	19	19,4%	57	58,2%
São Vicente	9	6,2%	6	4,1%	24	16,4%	59	40,4%	48	32,9%
Ribeira Grande	0	0,0%	11	17,7%	17	27,4%	5	8,1%	29	46,8%
Religião										
Católica	18	3,7%	47	9,6%	117	23,8%	155	31,5%	155	31,5%
Islâmica	1	16,7%	0	0,0%	0	0,0%	1	16,7%	4	66,7%
Nazarena	0	0,0%	1	3,7%	5	18,5%	10	37,0%	11	40,7%
Adventista	1	4,2%	1	4,2%	1	4,2%	9	37,5%	12	50,0%
Universal do Reino de Deus	0	0,0%	0	0,0%	4	40,0%	3	30,0%	3	30,0%
Testemunha de Jeová	0	0,0%	0	0,0%	2	20,0%	2	20,0%	6	60,0%
Racionalismo Cristão	0	0,0%	1	6,7%	2	13,3%	3	20,0%	9	60,0%
Sem Religião	4	2,6%	6	3,9%	35	22,9%	37	24,2%	71	46,4%
Não Responde	0	0,0%	0	0,0%	3	20,0%	5	33,3%	7	46,7%
Outra	0	0,0%	3	20,0%	4	26,7%	2	13,3%	6	40,0%
Total	24	3,1%	59	7,7%	173	22,6%	227	29,6%	284	37,0%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Por faixa etária, as opiniões mais críticas encontram-se entre os jovens de 18 a 24 anos, com 30,8% indicando que os partidos “não são abertos” e 26,9% considerando-os “pouco abertos”, padrão que persiste até os 35-39 anos. Já entre os indivíduos com 60 anos ou mais, observa-se uma maior hesitação em opinar, com uma parte considerável (43,4%) não sabendo ou não respondendo. Contudo, mesmo entre essa faixa etária, um terço ainda

considera que os partidos não são abertos (32,3%), o que pode indicar uma insatisfação persistente mesmo em idades mais avançadas.

Em termos de instrução, prevalece a tendência segundo a qual os inquiridos com maior grau de instrução acreditam em menor proporção que existe abertura política para a participação pessoas LGBTQI+. No seio dos indivíduos sem nível de instrução, há maior desconhecimento ou falta de resposta (80,6%), evidenciando um possível desinteresse ou baixa conscientização.

Em relação ao rendimento, constata-se que pessoas nos escalões de 46 a 60 mil e de 61 a 90 mil escudos mensais são menos crentes sobre a possibilidade de aceitação dos partidos quanto a participação, 31,1% e 33,0%, respetivamente. Nos escalões superiores a 121 mil escudos mostram maior hesitação, com 43,5% sem opinião formada.

O concelho de São Vicente destaca-se pela maior proporção de pessoas com uma visão crítica sobre a abertura dos partidos, com 40,4% indicando que estes “não são abertos”. No concelho do Sal, a maioria dos entrevistados (58,2%) optou por não expressar uma opinião clara, o que pode indicar uma apatia política ou falta de informação sobre o assunto. Nos concelhos da Praia e Santa Catarina persiste a perspetiva de haver pouca abertura, embora em menor escala, com 31,4% e 32,4% dos participantes, respetivamente, considerando os partidos como “não abertos”.

Por religião, os católicos demonstram uma perspetiva crítica quanto a abertura dos partidos, com 31,5% afirmando que estes “não são abertos” e 23,8% apontando que são “pouco abertos”. Em contraste, entre testemunhas de Jeová e os racionalistas cristãos, há uma tendência de hesitação, com 60% dos membros dessas confissões a dizerem que não sabem ou não respondem.

Em síntese, a maioria da população percebe os partidos políticos como pouco ou nada abertos à participação de pessoas LGBTQI+, com diferenças marcantes por sexo, idade, instrução, rendimento e localização geográfica. A hesitação expressa por uma grande parcela da população pode indicar desconhecimento sobre o tema ou falta de confiança nos partidos políticos para promoverem inclusão efetiva.

3.8.9.Principal Obstáculo à Participação Política das Pessoas LGBTQI+

A análise das opiniões da população geral sobre os principais obstáculos enfrentados pelas pessoas LGBTQI+ revela que preconceito e discriminação são os fatores mais apontados pela população em geral, com 81,9% e 77,4% respetivamente. Entre os inquiridos do sexo masculino, o preconceito foi citado por 80,6% e a discriminação por 75,6%. Já entre os inquiridos do sexo feminino, essas proporções são ainda mais elevadas, com 83,3% para preconceito e 79,1% para discriminação, indicando uma sensibilidade ligeiramente maior no seio das pessoas do sexo feminino. Essa diferença de apreciação entre os sexos revela que os inquiridos do sexo feminino têm maior sensibilidade em relação a esses problemas, o que pode ser atribuído a uma maior vivência ou perceção de tais experiências de opressão.

Além dos fatores predominantes relacionados com o preconceito e a discriminação, a falta de apoio partidário, mencionada por 46% dos participantes (44% masculino e 47,9% feminino), demonstra a necessidade de uma maior dedicação das instituições políticas para garantir direitos e promover políticas inclusivas.

Outros obstáculos como violência (18,6%), ameaças (25,7%) e falta de recursos financeiros (29%) também foram apontados, embora com menor frequência. Nesse grupo, os inquiridos do sexo feminino apresentam proporções ligeiramente superiores: 20,3% mencionam violência (contra 16,9% dos do sexo masculino) e 29,8% identificam falta de recursos financeiros (contra 28,3% dos do sexo masculino).

A invisibilidade mediática, mencionada por 24% dos respondentes é percebida de forma equilibrada pelos inquiridos do sexo masculino (24,7%) e do sexo feminino (23,4%), refletindo uma preocupação constante com a falta de representatividade das pessoas LGBTQI+ nos meios de comunicação.

Esses dados evidenciam que, apesar de o preconceito e a discriminação serem amplamente reconhecidos como os principais obstáculos enfrentados pelas pessoas LGBTQI+, outros fatores, como falta de apoio político e escassa visibilidade mediática, também constituem barreiras significativas, exigindo uma abordagem multissetorial para a sua superação.

Tabela 48. Apreciação da população geral referente aos principais obstáculos que afetam as Pessoas LGBTQI+

Obstáculos	Masculino		Feminino		Total	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Discriminação	273	75,6%	284	79,1%	557	77,4%
Preconceito	291	80,6%	299	83,3%	590	81,9%
Falta de apoio partidário	159	44,0%	172	47,9%	331	46,0%
Violência	61	16,9%	73	20,3%	134	18,6%
Ameaças	88	24,4%	97	27,0%	185	25,7%
Invisibilidade midiática	89	24,7%	84	23,4%	173	24,0%
Falta de recursos financeiros	102	28,3%	107	29,8%	209	29,0%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

3.8.10. Necessidade de Implementação de Políticas Específicas para Incentivar a Participação Política de Pessoas LGBTQI+

A análise dos dados sobre a necessidade de implementar políticas específicas para incentivar a participação política de pessoas LGBTQI+ mostra que, de uma forma geral, 46,9% da população concordam com a afirmação, enquanto 9,3% dela discordam, 38,6% são indiferentes e 5,2% não responderam. Não obstante a significativa concordância, denota-se que existe uma proporção relevante de respondentes sem opinião formada a respeito.

Analisando os resultados em função do sexo, observa-se que a concordância é mais elevada entre os inquiridos do sexo feminino, com 52,2% de apoio, em comparação aos 41,7 % dos inquiridos do sexo masculino. Esses dados podem refletir, não apenas diferenças nas opiniões, mas também nas experiências e contextos sociais que influenciam a forma como cada sexo percebe a situação em questão.

No que se refere à faixa etária, nota-se que os jovens com idades entre de 18 a 29 anos manifestam maior concordância em média 52%. Contudo, a proporção de concordância tende a reduzir-se à medida que se eleva a idade dos respondentes, sendo de 34,3% entre os maiores de 60 anos.

Tabela 49. Posicionamento de população geral relativo à necessidade de implementar políticas específicas para incentivar a participação política de pessoas LGBTQI+

Variáveis de cruzamentos	Sim		Não		Não tenho opinião		Não responde	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo								
Masculino	160	41,7%	44	11,5%	164	42,7%	16	4,2%
Feminino	200	52,2%	27	7,0%	132	34,5%	24	6,3%
Faixa etária								
18 a 24 anos	80	51,3%	6	3,8%	67	42,9%	3	1,9%
25 a 29 anos	51	52,6%	9	9,3%	29	29,9%	8	8,2%
30 a 34 anos	50	47,6%	12	11,4%	35	33,3%	8	7,6%
35 a 39 anos	46	50,0%	5	5,4%	36	39,1%	5	5,4%
40 a 49 anos	59	46,1%	15	11,7%	47	36,7%	7	5,5%
50 a 59 anos	40	44,4%	5	5,6%	44	48,9%	1	1,1%
60 e mais anos	34	34,3%	19	19,2%	38	38,4%	8	8,1%
Nível de Instrução								
Sem nível de instrução	5	13,9%	5	13,9%	19	52,8%	7	19,4%
Ensino Básico / Primário	43	33,9%	19	15,0%	59	46,5%	6	4,7%
Ensino Secundário Incompleto	58	45,3%	8	6,3%	56	43,8%	6	4,7%
Ensino Secundário	102	53,7%	11	5,8%	68	35,8%	9	4,7%
Formação profissional/Ensino Médio	43	46,7%	9	9,8%	35	38,0%	5	5,4%
Ensino Superior	109	56,2%	19	9,8%	59	30,4%	7	3,6%
Rendimento								
Sem rendimento	62	47,3%	8	6,1%	56	42,7%	5	3,8%
Até 15 mil	56	44,4%	12	9,5%	46	36,5%	12	9,5%
16 a 30	83	45,9%	20	11,0%	69	38,1%	9	5,0%
31 a 45	45	45,5%	10	10,1%	40	40,4%	4	4,0%
46 a 60	41	55,4%	3	4,1%	26	35,1%	4	5,4%
61 a 90	44	50,0%	9	10,2%	33	37,5%	2	2,3%
91 a 120	19	51,4%	7	18,9%	10	27,0%	1	2,7%
121 e mais	8	34,8%	2	8,7%	12	52,2%	1	4,3%
Concelho								
Praia	143	48,3%	42	14,2%	96	32,4%	15	5,1%
Santa Catarina	54	51,4%	9	8,6%	38	36,2%	4	3,8%
São Filipe	24	40,0%	7	11,7%	29	48,3%	0	0,0%
Sal	36	36,7%	1	1,0%	53	54,1%	8	8,2%
São Vicente	70	47,9%	6	4,1%	61	41,8%	9	6,2%
Ribeira Grande	33	53,2%	6	9,7%	19	30,6%	4	6,5%
Religião								
Católica	248	50,4%	41	8,3%	177	36,0%	26	5,3%
Islâmica	3	50,0%	2	33,3%	0	0,0%	1	16,7%
Nazarena	15	55,6%	1	3,7%	10	37,0%	1	3,7%
Adventista	3	12,5%	6	25,0%	13	54,2%	2	8,3%
Universal do Reino de Deus	2	20,0%	0	0,0%	7	70,0%	1	10,0%
Testemunha de Jeová	1	10,0%	2	20,0%	6	60,0%	1	10,0%
Racionalismo Cristão	6	40,0%	1	6,7%	8	53,3%	0	0,0%
Sem Religião	74	48,4%	12	7,8%	61	39,9%	6	3,9%
Não Responde	3	20,0%	3	20,0%	8	53,3%	1	6,7%
Outra	5	33,3%	3	20,0%	6	40,0%	1	6,7%
Total	360	46,9%	71	9,3%	296	38,6%	40	5,2%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ / 2024

Quanto ao nível de instrução, há uma clara correlação entre maior escolaridade e maior concordância dos inquiridos. Assim, no seio das pessoas com formação superior, 56,2% concordam, enquanto entre os sem instrução, a anuência é de apenas 13,9%. As pessoas com menor nível de escolaridade apresentam taxas elevadas de opinião não formada e tendencialmente de não respostas.

No que tange à distribuição por rendimento, a anuência é mais alta entre aqueles com rendimento de 46 a 60 mil (55,4%) e diminui entre os grupos de maior rendimento. Entre os que recebem mais de 121 mil escudos, o apoio reduz-se para 34,8%, com uma taxa mais alta de discordância (26,1%), indicando um posicionamento mais polarizado nesse grupo.

Por concelho, a taxas mais elevadas de concordância se manifestam nos concelhos de Ribeira Grande (53,2%) e Santa Catarina (51,4%), sendo a de opinião não formada, sobretudo no Sal (54,1%).

Em termos religiosos, a maioria dos nazarenos (55,6%) e católicos (50,4%) concorda com a necessidade de implementação de políticas específicas para incentivar a participação política de pessoas LGBTQI+. As outras confissões religiosas declaram em maior proporção que não têm opinião formada e expressam discordância a respeito.

Em suma, embora haja uma concordância considerável à implementação de políticas para a inclusão de pessoas LGBTQI+ na política, a aceitação varia conforme fatores como sexo, idade, instrução, rendimento, concelho e religião, sendo mais forte entre as mulheres, os mais jovens, os mais escolarizados e aqueles com rendimentos medianos.

Questionados a respeito do que deve ser feito para aumentar a representação política de pessoas LGBTQI+ em Cabo Verde, constata-se que existe um entendimento claro da necessidade de adoção de estratégias multifacetadas que visam a inclusão, a valorização e o reconhecimento da presença de pessoas LGBTQI+ na esfera política. Destaca-se a necessidade urgente de que as pessoas LGBTQI+ sejam representadas de forma equitativa e digna no campo político, o que indica que os respondentes percebem a necessidade de ações concretas para garantir que essas pessoas sejam vistas, reconhecidas na esfera política.

No geral, as propostas mencionadas incluem:

- ✓ A importância de sensibilizar e trabalhar com comunidades para aumentar a conscientização e fomentar parcerias que apoiem a inclusão política;
- ✓ A criação de mecanismos específicos que facilitem o acesso das pessoas LGBTQI+ a cargos políticos, como adoção de sistema de quotas ou incentivos para a sua participação;
- ✓ A definição de quadro legal e políticas públicas que garantam igualdade de oportunidades e previnam discriminações;
- ✓ O desenvolvimento de iniciativas educacionais que promovam valores de igualdade e inclusão de forma mais precoce, visando combater preconceitos estruturais;
- ✓ Implementar medidas para assegurar que os espaços políticos sejam seguros e acolhedores para pessoas LGBTQI+;
- ✓ Desenvolver campanhas de sensibilização para informar e engajar a sociedade;
- ✓ Promover debates públicos e fóruns de discussão que promovam o diálogo aberto sobre temas relacionados à representatividade LGBTQI+;
- ✓ Criar redes de apoio para capacitar lideranças LGBTQI+;
- ✓ Implementar medidas para punir a discriminação e garantir que os atos discriminatórios sejam abordados de forma justa e eficaz.

Essas ações podem criar um ambiente de apoio que promove não somente a inclusão, mas também empodera as pessoas LGBTQI+, de modo a se tornarem líderes ativos nas suas comunidades, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, as propostas mencionadas indicam que para reforçar a participação das pessoas LGBTQI+ na política é necessário uma combinação de estratégias e abordagens com vista a criar um ambiente mais inclusivo e representativo, promovendo a igualdade e os direitos da comunidade LGBTQI+ na política. Isto contribuiria para ajudar a debelar as barreiras estruturais que limitam a representação política de pessoas LGBTQI+, reforçar o engajamento ativo da sociedade civil e fortalecer a colaboração entre diferentes setores e a implementação de políticas públicas inclusivas.

3.8.11. As disparidades entre os Aspectos mais abstratos e os Aspectos mais concretos sobre a Participação Política das Pessoas LGBTQI+

De uma forma geral os resultados indicam que a inclusão de pessoas LGBTQI+ na política é amplamente reconhecida como essencial para fortalecer a democracia e a igualdade em Cabo Verde. Contudo, revelam também uma disparidade significativa entre a aceitação abstrata da importância da inclusão política e as perceções concretas sobre a realidade dessa participação, pois, embora 54,5% dos respondentes considerem importante ou muito importante a participação LGBTQI+ na política, e que 55,9% acreditem que políticos LGBTQI+ podem promover a igualdade, apenas 51,5% afirmam que votariam em candidatos LGBTQI+. Há, portanto, uma resistência expressiva (14%) e o nível de indecisão é elevado (23,2%), o que revela hesitação prática em apoiar a representação LGBTQI+ na política.

Além disso, existe um amplo reconhecimento das barreiras enfrentadas pela comunidade, como preconceito (81,9%) e discriminação (77,4%). Contudo, iniciativas práticas para superar essas barreiras, como apoio partidário e inclusão mediática, ainda são percebidas como insuficientes. Não obstante 46,9% concordarem que políticas inclusivas são necessárias, a perceção de que os partidos são “pouco abertos” (22,6%) ou “não abertos” (29,6%) reforça a necessidade de reformas estruturais para garantir maior abertura e inclusão.

Um resumo dos resultados por variáveis, indica que:

Jovens do sexo feminino com idades compreendidas entre 18 e 29 anos e indivíduos mais escolarizados mostram maior abertura e apoio à inclusão política, enquanto homens e indivíduos mais velhos (60 anos ou mais) tendem a apresentar maior resistência, indiferença ou incerteza.

Uma maior escolaridade correlaciona-se com um maior reconhecimento das barreiras e apoio à inclusão, já que rendimentos elevados estão associados a apoio mais polarizado, enquanto faixas médias (46 a 60 mil escudos) apresentam maior aceitação.

Por concelhos, nota-se que em São Vicente as pessoas demonstram maior apoio, enquanto Sal exibem altos níveis de indecisão.

Por religião, são os católicos e as pessoas sem religião os que mostram maior abertura, enquanto grupos menores, como testemunhas de Jeová tendem a resistir.

Com base na análise global dos resultados obtidos, construiu-se uma tabela resumo que destaca as diferenças entre as perceções mais abstratas e as questões mais práticas sobre a participação e a representação política da população LGBTQI+.

Tabela 50. Diferenças entre as percepções da população sobre questões abstratas e específicas da participação política das pessoas LGBTQI+

Aspectos	Percepções Abstratas	Questões Específicas
Reconhecimento geral da importância da participação política	A maioria (54,5%) reconhece a importância da participação política das pessoas LGBTQI+	Apenas 51,5% votariam em candidatos LGBTQI+ se concordassem com suas propostas.
Nível de apoio em práticas específicas	A aceitação abstrata é alta, sem detalhamento sobre ações concretas.	A resistência prática é expressiva (14%), e a indecisão é elevada (23,2%).
Barreiras identificadas	Preconceito e discriminação amplamente reconhecidos como barreiras (81,9% e 77,4%).	Falta de apoio partidário (46%) e invisibilidade mediática (24%) também são destacadas.
Fatores de apoio ou resistência	Baseadas em valores de justiça social e democracia.	Baseadas em preconceitos culturais e religiosos específicos.
Abertura de partidos políticos	Percepção geral de baixa abertura, mas sem detalhamento das razões.	52,2% percebem os partidos como pouco ou não abertos à participação LGBTQI+.
Concordância sobre impacto de políticos LGBTQI+	Maioria acredita que políticos LGBTQI+ podem combater discriminação (55,9%).	Existem divisões por fatores como idade, género e rendimento.
Possibilidade de voto em candidatos LGBTQI+	Aceitação condicional, focada em propostas políticas.	Homens e grupos mais velhos tendem a ser mais resistentes ou incertos.

Perante este quadro, pode-se depreender que os resultados expõem uma sociedade que, embora reconheça a importância da inclusão política de pessoas LGBTQI+, ainda enfrenta desafios práticos para traduzir esse reconhecimento em ações concretas. Superar essas barreiras exigirá esforços combinados em visibilidade, sensibilização, educação e políticas inclusivas, para que Cabo Verde possa se tornar um caso exemplar de aprofundamento da democracia e de respeito à diversidade de identidade género.

3.9. Influência cultural e religiosa

As influências culturais e religiosas moldam profundamente as atitudes em relação à comunidade LGBTQI+ e desempenham um papel crucial na formação que impactam as atitudes individuais e coletivas. As doutrinas religiosas mais rígidas tendem a reforçar atitudes de discriminação e exclusão, havendo também vozes e movimentos internos nessas mesmas culturas e religiões que defendem a inclusão e o respeito à diversidade. Em um contexto global de profundas mudanças e maior conscientização sobre direitos humanos, a interculturalidade, religião e atitudes em relação à diversidade sexual e de género continua a evoluir, com potencial para uma maior aceitação e inclusão no curto, médio e longo prazos.

3.9.1. Influência no Relacionamento com as Pessoas LGBTQI+

Com vista a avaliar a situação relativa ao posicionamento da população geral quanto a influência das suas crenças influencia as suas atitudes no relacionamento com as pessoas LGBTQI+. Segundo os resultados, 52,2% afirmam que suas crenças não têm influência em suas atitudes em relação à comunidade LGBTQI+ e 14% admitem que têm pouca influência. Esta constatação é muito relevante, pois, evidencia que uma parcela significativa da população demonstra uma abertura e aceitação em relação às identidades e orientações

sexuais diversas, o que pode indicar um progresso em direção a uma sociedade mais inclusiva. Além disso, pode ser um indicativo de que as crenças sociais estão se tornando mais fluidas e integradoras.

Cabe destacar que apenas 11,9% dos inquiridos indicam que suas crenças exercem influência significativa ("influência relevante" ou "total influência") sobre suas atitudes, apontando para uma minoria que acredita que seus valores ou crenças têm um papel determinante em suas opiniões.

Analisando a influência das crenças segundo sexo, observa-se uma ligeira diferença entre os sexos no impacto estas têm sobre as atitudes em relação à comunidade LGBTQI+. No sexo feminino, 54,6% dos inquiridos afirmam que suas crenças não têm nenhuma influência sobre suas atitudes, enquanto entre os inquiridos do sexo masculino essa proporção é mais baixa (49,7%). Os resultados indicam que, em geral, os inquiridos do sexo feminino apresentam uma maior disposição para separar suas crenças pessoais de suas atitudes sociais. Isso pode estar relacionado a diversos fatores, como a socialização, as expectativas sociais ou a forma como os inquiridos do sexo feminino lidam com questões de inclusão e diversidade. Em contraste, os respondentes do sexo masculino parecem mais inclinados a considerar suas crenças como um fator relevante em suas atitudes.

Numa análise por faixa etária, denota-se que as crenças parecem influenciar de forma mais acentuada as atitudes das faixas etárias das pessoas com idades mais avançadas. Entre os jovens de 18 a 24 anos, a maioria parece ter uma postura mais aberta e menos influenciada por crenças tradicionais, o que pode ser um reflexo de uma sociedade em processo de mudança, onde a diversidade sexual e de gênero é mais aceita e discutida.

Por sua vez, as pessoas pertencentes à faixa etária de 60 anos ou mais demonstram uma relação mais complexa com essas crenças. O fato de uma proporção significativa (49,5%) indicar que suas crenças não exercem influência a que se associa o aumento da proporção que reporta influência total (21,2%), sugere que, embora muitos ainda mantenham crenças tradicionais, há também um reconhecimento crescente da importância da aceitação e empatia em relação à diversidade.

Esse aumento progressivo da influência das crenças com a idade pode indicar que as gerações mais jovens são mais tolerantes e menos influenciadas por este quesito em questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero.

Por nível de instrução, verifica-se que, tendencialmente, à medida que aumenta o nível de instrução reduz o peso das crenças religiosas em relação à percepção das pessoas LGBTQI+. Assim, nos indivíduos sem nível de instrução as crenças religiosas tendem ter maior influência em suas opiniões, com 36,1% a relatarem que suas crenças têm uma influência total em suas atitudes em relação à população LGBTQI+. Isto demonstra que a falta de educação formal pode estar correlacionada com visões menos abertas ou mais tradicionais sobre questões sociais.

Tabela 51. Apreciação de população geral quanto à influência das suas atitudes no relacionamento com as pessoas LGBTQI+

Variáveis	Nenhuma influência	Pouca influência	Influência moderada	Influência relevante	Total influência	Prefiro não respond
	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)	% (lin)
Sexo						
Masculino	49,7%	14,8%	7,8%	8,1%	12,8%	6,8%
Feminino	54,6%	13,1%	12,0%	5,0%	11,0%	4,4%
Faixa etária						
18 a 24 anos	53,2%	19,2%	11,5%	5,8%	4,5%	5,8%
25 a 29 anos	51,5%	19,6%	7,2%	5,2%	12,4%	4,1%
30 a 34 anos	49,5%	14,3%	7,6%	10,5%	12,4%	5,7%
35 a 39 anos	53,3%	16,3%	12,0%	6,5%	8,7%	3,3%
40 a 49 anos	51,6%	12,5%	11,7%	6,3%	14,1%	3,9%
50 a 59 anos	56,7%	8,9%	10,0%	4,4%	13,3%	6,7%
60 e mais anos	49,5%	4,0%	8,1%	7,1%	21,2%	10,1%
Nível de Instrução						
Sem nível de instrução	36,1%	0,0%	2,8%	8,3%	36,1%	16,7%
Ensino Básico / Primário	43,3%	15,0%	11,0%	7,9%	15,0%	7,9%
Ensino Secundário Incompleto	58,6%	14,1%	7,0%	7,8%	7,0%	5,5%
Ensino Secundário	47,4%	18,9%	15,3%	6,8%	5,8%	5,8%
Formação profissional/Ensino Médio	58,7%	10,9%	9,8%	2,2%	17,4%	1,1%
Ensino Superior	58,2%	12,4%	7,2%	6,2%	11,9%	4,1%
Rendimento						
Sem rendimento	54,2%	13,0%	14,5%	7,6%	7,6%	3,1%
Até 15 mil	50,0%	11,1%	8,7%	7,9%	11,9%	10,3%
16 a 30	51,9%	17,7%	6,6%	5,0%	13,8%	5,0%
31 a 45	39,4%	20,2%	10,1%	9,1%	16,2%	5,1%
46 a 60	52,7%	12,2%	14,9%	6,8%	6,8%	6,8%
61 a 90	60,2%	6,8%	9,1%	4,5%	15,9%	3,4%
91 a 120	62,2%	13,5%	8,1%	5,4%	5,4%	5,4%
121 e mais	69,6%	13,0%	4,3%	4,3%	8,7%	0,0%
Concelho						
Praia	53,4%	14,9%	7,1%	6,1%	14,9%	3,7%
Santa Catarina	45,7%	18,1%	13,3%	5,7%	10,5%	6,7%
São Filipe	46,7%	8,3%	3,3%	5,0%	36,7%	0,0%
Sal	26,5%	22,4%	23,5%	16,3%	10,2%	1,0%
São Vicente	84,9%	5,5%	2,7%	0,0%	2,7%	4,1%
Ribeira Grande	25,8%	14,5%	19,4%	11,3%	0,0%	29,0%
Religião						
Católica	53,3%	16,3%	10,4%	4,5%	11,2%	4,5%
Islâmica	33,3%	0,0%	0,0%	16,7%	50,0%	0,0%
Nazarena	48,1%	14,8%	7,4%	3,7%	22,2%	3,7%
Adventista	25,0%	0,0%	12,5%	12,5%	50,0%	0,0%
Universal do Reino de Deus	10,0%	30,0%	10,0%	10,0%	20,0%	20,0%
Testemunha de Jeová	20,0%	0,0%	0,0%	40,0%	30,0%	10,0%
Racionalismo Cristão	53,3%	13,3%	6,7%	6,7%	13,3%	6,7%
Sem Religião	60,8%	9,8%	9,2%	8,5%	2,6%	9,2%
Não Responde	46,7%	13,3%	6,7%	13,3%	6,7%	13,3%
Outra	40,0%	6,7%	20,0%	13,3%	20,0%	0,0%
Total	52,2%	14,0%	9,9%	6,5%	11,9%	5,6%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Em termos de rendimento, denota-se, igualmente, que a influência das crenças religiosas tende a diminuir à medida que se eleva o nível de rendimento dos respondentes. Com efeito, indivíduos com rendimentos na faixa mais alta (121 mil escudos ou mais) apresentam a maior proporção de pessoas que indicam ausência de influência (69,6%). Já entre aqueles sem rendimento, a influência das crenças é mais predominante, com 14,5% relatando influência relevante. Essa disparidade sugere que indivíduos com maior capacidade económica podem ser mais independentes das influências religiosas ou culturais tradicionais, refletindo em atitudes menos influenciadas em relação à comunidade LGBTQI+.

Por concelho, os resultados espelham as diferenças marcantes na influência das crenças. Em São Vicente, 84,9% das pessoas afirmam que suas crenças não influenciam suas atitudes em relação à comunidade LGBTQI+. Em contraste, nos concelhos de São Filipe e Sal, a influência é mais acentuada, com 41,7% e 26,5% dos residentes respetivamente indicando que suas crenças influenciam completamente suas atitudes.

A influência das crenças é fortemente determinada pela filiação religiosa dos entrevistados. Indivíduos que se identificam como adventistas apresentam uma alta proporção de influência total (50%), assim como aqueles que seguem a religião islâmica (50%). Isso sugere que a adesão a certas tradições religiosas está associada a uma maior probabilidade de influência das crenças sobre atitudes, enquanto a ausência de filiação religiosa pode estar relacionada a uma maior abertura em relação à diversidade sexual, refletindo um ambiente mais plural e inclusivo.

3.9.2. Influência das Crenças Religiosas na Aceitação das Pessoas LGBTQI+

A análise dos dados sobre a influência das crenças religiosas na aceitação das pessoas LGBTQI+ indica que um percentual significativo da população percebe essa influência como um fator relevante. Assim, 47,7% dos respondentes afirmam que as crenças religiosas exercem uma forte influência na dificuldade de aceitação, sendo vista como um obstáculo em muitos contextos. De referir que 21,6% dos entrevistados sugerem que essa influência ocorre "algumas vezes", indicando que, embora não seja uma constante, a religião pode desempenhar um papel nas dinâmicas de aceitação em diversas situações.

Contudo, apenas 12,5% acreditam que as crenças religiosas "não influenciam" a aceitação das pessoas LGBTQI+, o que reflete uma percepção de que a maioria das pessoas considera a religião um fator a ser levado em conta neste debate. 2% preferiram não abordar o tema, seja por questões pessoais ou pela complexidade das relações entre fé e sexualidade.

Tabela 52. Apreciação de população geral quanto à influência das suas crenças no relacionamento com as pessoas LGBTQI+

Variáveis	Sim, influenciam fortemente		sim, influenciam algumas vezes		Influenciam moderada		Não influenciam		Prefiro não responder	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	187	48,7%	79	20,6%	42	10,9%	47	12,2%	29	7,6%
Feminino	179	46,7%	87	22,7%	42	11,0%	49	12,8%	26	6,8%
Faixa etária										
18 a 24 anos	59	37,8%	48	30,8%	19	12,2%	24	15,4%	6	3,8%
25 a 29 anos	46	47,4%	25	25,8%	10	10,3%	9	9,3%	7	7,2%
30 a 34 anos	51	48,6%	25	23,8%	5	4,8%	14	13,3%	10	9,5%
35 a 39 anos	47	51,1%	17	18,5%	12	13,0%	14	15,2%	2	2,2%
40 a 49 anos	68	53,1%	21	16,4%	16	12,5%	15	11,7%	8	6,3%
50 a 59 anos	42	46,7%	19	21,1%	13	14,4%	9	10,0%	7	7,8%
60 e mais anos	53	53,5%	11	11,1%	9	9,1%	11	11,1%	15	15,2%

Variáveis	Sim, influenciam fortemente		sim, influenciam algumas vezes		Influenciam moderada		Não influenciam		Prefiro não responder	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	18	50,0%	5	13,9%	3	8,3%	3	8,3%	7	19,4%
Ensino Básico / Primário	55	43,3%	30	23,6%	16	12,6%	15	11,8%	11	8,7%
Ensino Secundário Incompleto	49	38,3%	31	24,2%	15	11,7%	25	19,5%	8	6,3%
Ensino Secundário	87	45,8%	52	27,4%	27	14,2%	19	10,0%	5	2,6%
Formação profissional/Ensino Médio	52	56,5%	13	14,1%	8	8,7%	11	12,0%	8	8,7%
Ensino Superior	105	54,1%	35	18,0%	15	7,7%	23	11,9%	16	8,2%
Rendimento										
Sem rendimento	52	39,7%	40	30,5%	21	16,0%	16	12,2%	2	1,5%
Até 15 mil	49	38,9%	26	20,6%	11	8,7%	26	20,6%	14	11,1%
16 a 30	92	50,8%	42	23,2%	17	9,4%	23	12,7%	7	3,9%
31 a 45	51	51,5%	17	17,2%	15	15,2%	8	8,1%	8	8,1%
46 a 60	37	50,0%	16	21,6%	8	10,8%	6	8,1%	7	9,5%
61 a 90	49	55,7%	17	19,3%	6	6,8%	10	11,4%	6	6,8%
91 a 120	21	56,8%	4	10,8%	4	10,8%	5	13,5%	3	8,1%
121 e mais	12	52,2%	3	13,0%	1	4,3%	2	8,7%	5	21,7%
Concelho										
Praia	139	47,0%	53	17,9%	28	9,5%	53	17,9%	23	7,8%
Santa Catarina	50	47,6%	29	27,6%	10	9,5%	12	11,4%	4	3,8%
São Filipe	47	78,3%	12	20,0%	1	1,7%	0	0,0%	0	0,0%
Sal	30	30,6%	20	20,4%	27	27,6%	20	20,4%	1	1,0%
São Vicente	83	56,8%	38	26,0%	3	2,1%	11	7,5%	11	7,5%
Ribeira Grande	17	27,4%	14	22,6%	15	24,2%	0	0,0%	16	25,8%
Religião										
Católica	226	45,9%	108	22,0%	56	11,4%	69	14,0%	33	6,7%
Islâmica	5	83,3%	0	0,0%	0	0,0%	1	16,7%	0	0,0%
Nazarena	15	55,6%	8	29,6%	3	11,1%	1	3,7%	0	0,0%
Adventista	16	66,7%	5	20,8%	1	4,2%	2	8,3%	0	0,0%
Universal do Reino de Deus	5	50,0%	2	20,0%	2	20,0%	0	0,0%	1	10,0%
Testemunha de Jeová	3	30,0%	2	20,0%	2	20,0%	0	0,0%	3	30,0%
Racionalismo Cristão	5	33,3%	7	46,7%	1	6,7%	1	6,7%	1	6,7%
Sem Religião	74	48,4%	28	18,3%	16	10,5%	20	13,1%	15	9,8%
Não Responde	7	46,7%	4	26,7%	1	6,7%	1	6,7%	2	13,3%
Outra	10	66,7%	2	13,3%	2	13,3%	1	6,7%	0	0,0%
Total	366	47,7%	166	21,6%	84	11,0%	96	12,5%	55	7,2%

Fonte: Inquérito sobre a percepção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Ao observar a variável "sexo", as percepções são similares entre o masculino e feminino: 48,7% dos inquiridos do sexo masculino e 46,7% do sexo feminino consideram que a influência das crenças religiosas é forte. Ambos também mostram uma proporção próxima na percepção de influência ocasional e de ausência de influência, com uma pequena diferença que sugere uma visão um pouco mais moderada entre os inquiridos do sexo feminino.

Na análise por faixa etária, as opiniões variam um pouco mais. A faixa de 18 a 24 anos tem a menor proporção de respostas de "sim, influencia fortemente" (37,8%) e a maior frequência de "sim, influencia algumas vezes" (30,8%). Em contraste, nas faixas de 40 a 49 anos e 60 anos ou mais, 53,1% e 53,5%, respetivamente, consideram que a influência é forte, mostrando uma tendência crescente de percepção à medida que aumenta a idade.

Quanto ao nível de instrução, indivíduos com Ensino Superior tendem a reconhecer mais a influência das crenças religiosas (54,1%), enquanto aqueles com Ensino Secundário incompleto e Básico/Primário mostram menores taxas de percepção de influência forte. Isso sugere que níveis mais altos de instrução estão associados a uma maior consciência sobre o impacto da religião na aceitação das pessoas LGBTQI+.

O rendimento também parece influenciar as opiniões. Os indivíduos com rendimentos entre 61 e 90 mil escudos e entre 91 e 120 mil escudos são os que mais percebem uma influência forte, com proporções de 55,7% e 56,8%, respetivamente. Em contrapartida, os grupos de menor rendimento, como aqueles "sem rendimento" e com renda "até 15 mil escudos", apresentam uma perceção menor de influência forte, mas mais frequente de influência ocasional.

Por município, São Filipe destaca-se com 78,3% de respostas de "influência fortemente", mostrando uma predominância na perceção de influência religiosa. Em contraste, nos concelhos do Sal e Ribeira Grande apresentam menor proporção de respostas de "influência forte", 30,6% e 27,4%, respetivamente, bem como uma taxa mais expressiva de respostas de "não influenciam", indicando variações regionais significativas.

Numa análise por religião, observa-se que 45,9% dos católicos percebem uma influência forte, com uma distribuição relativamente equilibrada nas demais respostas. Outras confissões religiosas como islâmicos e adventistas mostram as maiores taxas de perceção de influência forte, 83,3% e 66,7%, respetivamente. Isso sugere que religiões com doutrinas mais rígidas e minoritárias tendem a associar uma influência religiosa mais intensa, enquanto pessoas sem religião tendem a ser mais moderadas em sua perceção.

Em resumo, a análise revela que, globalmente, as crenças religiosas são vistas como um fator de influência importante na aceitação das pessoas LGBTQI+. Essa perceção é ligeiramente mais intensa entre indivíduos mais velhos, com nível de instrução e renda mais elevados e residentes em São Filipe. Por seu turno, entre pessoas mais jovens, com menor renda e em concelhos como Sal e Ribeira Grande, essa influência é percebida de forma menos intensa. Além disso, crenças religiosas mais tradicionais ou minoritárias tendem a associar uma perceção de maior influência. Esses resultados sugerem que a influência da religião na aceitação de pessoas LGBTQI+ é complexa e entrelaçada com fatores sociodemográficos e regionais.

3.9.3. Apreciação moral quanto as Relações Homoafetivas entre Pessoas do mesmo Sexo

Examinando a apreciação moral sobre relações homoafetivas entre pessoas do mesmo sexo na população geral, o resultado revela um quadro complexo e multifacetado. Verifica-se que quase metade da população (49,3%) reconhece tais relações como "moralmente aceitáveis", o que reflete mudanças nas normas culturais e valores. No entanto, o fato de 27,6% dos respondentes considerarem essas relações "moralmente erradas" sugere que persistem crenças e valores mais conservadores que influenciam a visão de parte significativa da população.

Além disso, 23,1% de indivíduos preferem não opinar sobre o assunto. Isto indica um desconforto em discutir questões relacionadas à sexualidade e identidade de género, o que é comum em sociedades que ainda lidam com estigmas e tabus. Essa distribuição demonstra uma tendência geral de aceitação, embora ainda haja uma parcela pertinente da população com uma visão moral negativa, e outra que opta por não se posicionar.

Entretanto, importa destacar que a tendência geral aponta para uma aceitação moderada das relações homoafetivas. A presença de uma visão negativa considerável e de um grupo que se abstém de opinar revela que o tema ainda é sensível e requer um diálogo contínuo para que se avance em direção a uma maior inclusão e compreensão.

Tabela 53. Apreciação de população geral quanto à influência das suas crenças no relacionamento com as pessoas LGBTQI+.

Variáveis	Devem ter os mesmos direitos		Devem ter alguns direitos, mas não todos		Não devem ter os mesmos direitos		Não sei		Prefiro não responder	
	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)	Total	% (lin)
Sexo										
Masculino	218	56,8%	65	16,9%	40	10,4%	30	7,8%	31	8,1%
Feminino	266	69,5%	48	12,5%	20	5,2%	26	6,8%	23	6,0%
Faixa etária										
18 a 24 anos	109	69,9%	20	12,8%	6	3,8%	13	8,3%	8	5,1%
25 a 29 anos	66	68,0%	14	14,4%	5	5,2%	6	6,2%	6	6,2%
30 a 34 anos	66	62,9%	15	14,3%	8	7,6%	10	9,5%	6	5,7%
35 a 39 anos	60	65,2%	20	21,7%	5	5,4%	3	3,3%	4	4,3%
40 a 49 anos	77	60,2%	21	16,4%	11	8,6%	11	8,6%	8	6,3%
50 a 59 anos	59	65,6%	11	12,2%	7	7,8%	4	4,4%	9	10,0%
60 e mais anos	47	47,5%	12	12,1%	18	18,2%	9	9,1%	13	13,1%
Nível de Instrução										
Sem nível de instrução	11	30,6%	8	22,2%	7	19,4%	6	16,7%	4	11,1%
Ensino Básico / Primário	58	45,7%	24	18,9%	17	13,4%	15	11,8%	13	10,2%
Ensino Secundário Incompleto	84	65,6%	16	12,5%	9	7,0%	10	7,8%	9	7,0%
Ensino Secundário	133	70,0%	29	15,3%	7	3,7%	12	6,3%	9	4,7%
Formação profissional/Ensino Médio	63	68,5%	8	8,7%	8	8,7%	7	7,6%	6	6,5%
Ensino Superior	135	69,6%	28	14,4%	12	6,2%	6	3,1%	13	6,7%
Rendimento										
Sem rendimento	90	68,7%	13	9,9%	9	6,9%	10	7,6%	9	6,9%
Até 15 mil	73	57,9%	21	16,7%	12	9,5%	8	6,3%	12	9,5%
16 a 30	115	63,5%	28	15,5%	14	7,7%	18	9,9%	6	3,3%
31 a 45	50	50,5%	22	22,2%	7	7,1%	10	10,1%	10	10,1%
46 a 60	57	77,0%	6	8,1%	2	2,7%	3	4,1%	6	8,1%
61 a 90	56	63,6%	16	18,2%	10	11,4%	3	3,4%	3	3,4%
91 a 120	25	67,6%	5	13,5%	2	5,4%	0	0,0%	5	13,5%
121 e mais	15	65,2%	1	4,3%	3	13,0%	3	13,0%	1	4,3%
Concelho										
Praia	171	57,8%	45	15,2%	39	13,2%	18	6,1%	23	7,8%
Santa Catarina	68	64,8%	23	21,9%	3	2,9%	6	5,7%	5	4,8%
São Filipe	34	56,7%	14	23,3%	9	15,0%	2	3,3%	1	1,7%
Sal	50	51,0%	12	12,2%	6	6,1%	13	13,3%	17	17,3%
São Vicente	126	86,3%	5	3,4%	0	0,0%	14	9,6%	1	0,7%
Ribeira Grande	35	56,5%	14	22,6%	3	4,8%	3	4,8%	7	11,3%
Religião										
Católica	315	64,0%	76	15,4%	36	7,3%	32	6,5%	33	6,7%
Islâmica	2	33,3%	1	16,7%	2	33,3%	0	0,0%	1	16,7%
Nazarena	17	63,0%	7	25,9%	1	3,7%	0	0,0%	2	7,4%
Adventista	9	37,5%	6	25,0%	5	20,8%	3	12,5%	1	4,2%
Universal do Reino de Deus	4	40,0%	5	50,0%	0	0,0%	1	10,0%	0	0,0%
Testemunha de Jeová	2	20,0%	2	20,0%	2	20,0%	1	10,0%	3	30,0%
Racionalismo Cristão	12	80,0%	0	0,0%	1	6,7%	0	0,0%	2	13,3%
Sem Religião	109	71,2%	13	8,5%	8	5,2%	12	7,8%	11	7,2%
Não Responde	7	46,7%	3	20,0%	1	6,7%	3	20,0%	1	6,7%
Outra	7	46,7%	0	0,0%	4	26,7%	4	26,7%	0	0,0%
Total	484	63,1%	113	14,7%	60	7,8%	56	7,3%	54	7,0%

Fonte: Inquérito sobre a perceção da população geral, face às pessoas LGBTQI+ /2024

Quando se analisa a perceção em função da variável "sexo", nota-se que os inquiridos do sexo feminino demonstram uma maior abertura e aceitação, com 56,7% considerando essas relações como "moralmente aceitáveis". Em contraste, apenas 41,9% dos inquiridos do sexo masculino compartilham dessa visão, sugerindo que as normas sociais e culturais ainda exercem uma influência considerável sobre as atitudes masculinas.

Além disso, a taxa de desaprovação é mais alta entre os inquiridos do sexo masculino, com 32% expressando resistência em aceitar as relações homoafetivas, em comparação com os do sexo feminino (23,2%). Esses dados podem indicar que os inquiridos do sexo masculino estão mais sujeitos a pressões sociais que favorecem a heteronormatividade, resultando em uma maior rejeição às relações que fogem desse padrão.

A análise da variável "faixa etária" revela diferenças significativas em relação à aceitação das relações homoafetivas entre os grupos etários. Os jovens de 18 a 24 anos destacam-se como os mais favoráveis, com 62,2% enxergando essas relações como moralmente aceitáveis e apenas 16,7% considerando-as moralmente erradas. Essa tendência de aceitação parece diminuir gradualmente à medida que a idade avança.

Assim, entre os indivíduos com 60 anos ou mais, a situação inverte-se, com 44,4% percebendo as relações homoafetivas como moralmente erradas. Esses dados sugerem que a aceitação de relacionamentos homoafetivos é inversamente proporcional à idade, refletindo possíveis influências culturais, sociais e históricas que moldam as atitudes em relação a esses tipos de relações nos diferentes ciclos da vida. A mudança na percepção ao longo das gerações pode indicar uma evolução nas normas éticas e nos valores em relação à diversidade sexual ao longo do tempo.

Em termos de "nível de instrução", os resultados mostram uma tendência de maior aceitação entre pessoas com níveis de educação mais altos. Neste sentido, das pessoas habilitadas com Ensino Superior, 50,5% consideram as relações homoafetivas aceitáveis, enquanto apenas 23,7% as consideram erradas. Já aqueles sem instrução apresentam a maior proporção de desaprovação moral (52,8%), sugerindo que a instrução pode influenciar as percepções morais sobre o tema.

Estes dados indicam que o nível de instrução tem um impacto significativo nas atitudes em relação às relações homoafetivas, pois, a maior desaprovação é observada entre aqueles sem instrução formal, com uma percentagem significativa expressando opiniões negativas.

Quanto ao "rendimento", as pessoas sem rendimento são as que mais aprovam as relações homoafetivas (62,6%), seguidas por aquelas com renda entre 16 e 30 mil escudos (52,5%). No entanto, nos rendimentos mais altos, a aceitação diminui ligeiramente, com o grupo com rendimento entre 121 mil escudos e mais apresentando 43,5% de respostas de aceitação e uma maior proporção de "prefiro não responder" (34,8%).

A análise dos dados por concelho revela que em São Vicente, a aceitação é significativa, alcançando 67,8%, seguido de Ribeira Grande (58,1%), o que pode indicar uma maior concordância ou identificação da população local com a questão em análise. Por seu lado, a rejeição é mais alta em São Filipe (43,3%) e Santa Catarina (40%) "Essa variação geográfica sublinha a importância de se considerar as especificidades regionais ao abordar questões morais e sociais, permitindo uma análise mais aprofundada dos fatores que moldam as opiniões da população.

A análise da variável "religião" revela diferenças significativas nas atitudes em relação às relações homoafetivas entre os diversos grupos religiosos. As pessoas adventistas (70,8%) e testemunhas de Jeová (60%) manifestam uma postura mais conservadora, com altos índices de rejeição. Já os católicos, que compõem o maior grupo religioso, demonstram uma aceitação de 52,8%, enquanto 25,4% consideram essas relações moralmente erradas.

Essa diferença nas crenças e atitudes evidencia como a religião pode moldar percepções sobre questões sociais contemporâneas, refletindo também um contexto mais amplo de aceitação e rejeição em relação à diversidade sexual na sociedade.

Em síntese, a análise dos dados revela que a aceitação das relações homoafetivas é mais comum entre os inquiridos feminino, os jovens, os mais instruídos, pessoas sem religião e aquelas de maior tolerância moral nos concelhos de São Vicente e Ribeira Grande. Por sua vez, a rejeição é mais prevalente entre os inquiridos do sexo masculino, pessoas mais velhas, menos instruídas e em minorias religiosas.

3.9.4.A igualdade de Direitos entre Pessoas LGBTQI+ e Heterossexuais

A análise sobre a apreciação da população em relação à igualdade de direitos entre pessoas LGBTQI+ e heterossexuais revela uma aceitação global positiva, com a maioria da população (63,1%) defendendo que as pessoas LGBTQI+ devem gozar dos mesmos direitos que as heterossexuais. No entanto, esta visão global esconde variações importantes quando observadas por variáveis específicas como sexo, faixa etária, nível de instrução, rendimento, concelho e religião.

Ao detalhar as diferenças de opinião por sexo, observa-se que 69,5% dos inquiridos do sexo feminino apoiam a igualdade, o que sugere uma maior disposição para abraçar a diversidade e promover a inclusão. Em contraste, o apoio do sexo masculino à igualdade é significativamente menor, com apenas 56,8 % concordando com a premissa de direitos iguais para todos.

Cabe destacar que essa divisão de opiniões também se reflete em uma proporção relevante de inquiridos do sexo masculino que adotam perspectivas mais restritivas: 16,9% acreditam que pessoas LGBTQI+ deveriam ter apenas alguns direitos, enquanto 10,4% defendem que não deveriam ter os mesmos direitos consagrados que outros grupos. Esses números indicam a persistência de preconceitos e uma resistência maior entre os inquiridos do sexo masculino em relação à plena aceitação dos direitos da comunidade LGBTQI+.

A idade também desempenha um papel relevante nas opiniões sobre os direitos LGBTQI+. Entre os mais jovens, especialmente na faixa etária de 18 a 24 anos, há um alto apoio à igualdade, com 69,9% defendendo direitos iguais. A concordância permanece elevada entre as pessoas de 25 a 29 anos (68%) e diminui gradualmente com o aumento da idade. Na faixa etária de 60 anos ou mais, apenas 47,5% apoiam a igualdade de direitos, enquanto 18,2% acreditam que LGBTQI+ não deveriam ter os mesmos direitos. Isso evidencia uma predominância de ceticismo em faixas etárias mais avançadas.

Os dados mostram que a juventude tende a ser mais recetiva e favorável à aceitação dos direitos LGBTQI+, o que pode ser atribuído ao maior nível de instrução, maior visibilidade e representação da comunidade nos media sociais e em campanhas de conscientização, além de uma educação mais inclusiva sobre diversidade sexual e de género nas escolas. Contudo, há uma diminuição do apoio nas faixas etárias mais avançadas, que pode ser influenciada por valores tradicionais e normas sociais que se estabeleceram em períodos anteriores, quando a homossexualidade e outras orientações sexuais e de género eram historicamente marginalizadas.

No que se refere ao nível de instrução, percebe-se que quanto mais alto o nível educacional, maior o apoio aos direitos iguais. Entre aqueles com Ensino Superior, 69,6% concordam que

as pessoas LGBTQI+ devem ter os mesmos direitos que os heterossexuais, seguidos pelos que completaram o Ensino Secundário (70%). Em contraste, entre os que não possuem nível de instrução formal, apenas 30,6% apoiam a igualdade de direitos, com uma proporção considerável (19,4%) que acredita que pessoas LGBTQI+ não deveriam ter os mesmos direitos. Este dado indica uma clara correlação entre o nível de escolaridade e a aceitação dos direitos das pessoas LGBTQI+. Isto pode ser atribuído a diversos fatores, como o acesso à informação, a exposição a diversidades e a formação de opinião crítica, que tendem a ser mais desenvolvidos em indivíduos com maior grau de escolaridade. Além disso, a educação muitas vezes desempenha um papel crucial na formação de valores e na construção de empatia, o que pode explicar a maior aceitação entre os grupos mais instruídos.

Analisando a renda, o apoio à igualdade de direitos é mais expressivo em extremos específicos. Pessoas sem rendimento apresentaram uma taxa de 68,7% em defesa da igualdade, enquanto entre aqueles que ganham entre 46 e 60 mil escudos (provavelmente uma faixa de renda média), o apoio chega a 77%. Já na faixa de renda de 31 a 45 mil escudos, o apoio é menor, com apenas 50,5% defendendo os mesmos direitos. Esses dados sugerem que, embora haja apoio à igualdade de direitos entre diferentes níveis de renda, algumas faixas intermediárias demonstram uma maior resistência à plena igualdade.

Ao observarmos os resultados por concelho de residência dos inquiridos, nota-se que em São Vicente predomina o apoio à igualdade de direitos, com 86,3% da população defendendo que as pessoas LGBTQI+ devem ter os mesmos direitos que os heterossexuais. Em contraste, no concelho do Sal, apenas 51% expressam essa opinião e 13,3% da população não sabem ou preferem não responder, refletindo uma postura mais hesitante ou conservadora. Santa Catarina também apresenta uma maior proporção de pessoas que defendem apenas alguns direitos para LGBTQI+ (21,9%).

A religião é outro fator que afeta significativamente as opiniões sobre os direitos LGBTQI+. Assim, entre os católicos, que representam uma grande parcela da amostra, 64% apoiam a igualdade de direitos, enquanto 15,4% acreditam que as pessoas LGBTQI+ devem ter apenas alguns direitos. A mesma tendência prevalece no seio dos racionalistas cristãos e nazarenos e numa posição inversa seguem os adventistas e testemunhas de Jeová com maior grau de rejeição à igualdade de direitos.

Esses resultados mostram que, embora exista uma aceitação global pela igualdade de direitos para LGBTQI+, diferentes grupos populacionais apresentam posturas distintas. O apoio tende a ser maior entre os inquiridos do sexo feminino, pessoas mais jovens, com maior nível educacional, residentes em São Vicente e entre católicos. Em contraste, há um ceticismo maior entre os inquiridos do sexo masculino, faixas etárias mais avançadas, indivíduos com menor escolaridade e renda intermediária, residentes em concelhos como Sal e Santa Catarina e entre algumas confissões religiosas minoritárias. Esses dados oferecem uma visão aprofundada das nuances nas atitudes em relação aos direitos LGBTQI+, evidenciando como fatores sociodemográficos influenciam as opiniões da população sobre temas de igualdade e inclusão.

3.9.5. Posicionamento dos Céticos em relação aos Direitos que deviam ser vedados às Pessoas LGBTQI+.

Face à necessidade de compreender o posicionamento dos que se manifestam contra a igualdade de direitos, especialmente no que diz respeito aos direitos da população LGBTQI+, constatou-se o seguinte:

Nota-se uma maior frequência em relação à proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Muitos entrevistados consideraram essa união como inaceitável, frequentemente justificando suas opiniões com base em crenças religiosas e interpretações de princípios bíblicos que condenam tais relações, classificando-as como pecaminosas ou contrárias ao que entendem como criação divina, onde "Deus criou homem e mulher".

Outro aspecto amplamente discutido foi a questão do direito à adoção de crianças. Os entrevistados expressaram preocupações acerca da influência que famílias formadas por casais LGBTQI+ poderiam ter sobre o desenvolvimento infantil, especialmente no que se refere à transmissão de valores morais tradicionais e à percepção do que é considerado certo ou errado. Esses argumentos estavam frequentemente ancorados em perspectivas religiosas e morais, associando tais arranjos a influências que poderiam ser consideradas "negativas" ou "satânicas".

Ainda que com menor frequência, foram mencionadas também a proibição da mudança de gênero e a restrição à participação na vida política, além de limitações na convivência social em certos espaços, como igrejas. Alguns entrevistados sustentaram que a diferenciação biológica e social entre pessoas LGBTQI+ e heterossexuais justificaria um tratamento desigual em termos de direitos. Outros argumentaram que, ao optarem por viver como pessoas LGBTQI+, elas deveriam aceitar as consequências de suas escolhas, incluindo certas limitações de direitos.

Ademais, houve depoimentos de um pequeno grupo com posicionamentos mais radicais, que afirmaram que pessoas LGBTQI+ não deveriam ter "direito a nada" ou que a legislação vigente não deveria ser alterada para atender a demandas que, segundo eles, desrespeitam preceitos religiosos ou culturais. Em contrapartida, um número restrito de participantes argumentou que a Constituição da República já estabelece os direitos da população, não sendo necessária qualquer mudança.

De maneira geral, os argumentos apresentados refletem predominantemente crenças religiosas, valores morais e preocupações sociais. Entre as questões mais contestadas, figuram o casamento e a adoção de crianças, seguidos pela mudança de gênero e outras formas de participação na sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A análise da situação da comunidade LGBTQI+ em Cabo Verde revela uma sociedade em transformação, onde avanços significativos convivem com desafios persistentes. Com o apoio de organizações locais e internacionais, o país tem registado um aumento na visibilidade e no conhecimento sobre as questões de género e a diversidade sexual, o que reflete uma gradual mudança de perceção pública.

A pesquisa revelou que 67% da população cabo-verdiana possui um conhecimento básico sobre questões LGBTQI+, enquanto apenas 23% demonstram uma compreensão profunda dos conceitos relacionados a género e orientação sexual. Esses resultados evidenciam a lacuna de informação inclusiva, muitas vezes dificultada por normas heteronormativas prevalentes. A teoria queer e a ideia de género, enquanto construção social, reforçam a necessidade de campanhas educativas para expandir o entendimento.

Concelhos urbanos como Praia e São Vicente apresentam maior conhecimento e aceitação, enquanto concelhos como São Filipe e Sal têm níveis inferiores. Isso reflete a influência do ambiente cultural e do acesso à informação. Ademais, o conhecimento está associado a uma maior aceitação da comunidade LGBTQI+, pois, os grupos com maior nível de conhecimento e compreensão sobre as questões LGBTQI+ (mulheres, pessoas mais jovens, residentes em áreas urbanas e com maior escolaridade) manifestam uma maior aceitação das pessoas LGBTI +.

As diferenças entre a autoperceção da população geral e a heteroperceção sobre aceitação, revelam discrepâncias importantes: 54% dos inquiridos avaliam que a sociedade cabo-verdiana é pouco ou nada tolerante para com pessoas LGBTQI+, enquanto apenas 38% percebem que eles próprios têm atitudes de baixa aceitação. Essa dissonância sugere que os indivíduos tendem a considerar as suas próprias atitudes mais positivas do que as da comunidade em geral, possivelmente para evitar a associação com preconceitos.

A relação entre conhecimento e aceitação indica que a educação e a informação são ferramentas cruciais para reduzir preconceitos, aumentar a aceitação da diversidade. Importa realçar que as principais fontes de informação são as redes sociais, a comunidade e o círculo de amigos/família, enquanto as instituições de ensino desempenham um papel menor. Isto aponta para a necessidade de um esforço institucional mais estruturado para incluir a temática LGBTQI+ na educação formal e em campanhas públicas.

A maioria dos respondentes raramente discute a temática LGBTQI+ (42,3%) ou nunca a discute (28,4%), enquanto uma menor proporção discute-a “frequentemente” (8,1%) ou “alguma vez” (20,6%). Por faixa etária, denota-se que os jovens de 18 a 24 anos são os mais envolvidos, com 81,4% discutindo o tema em algum grau, seguidos pelas faixas de 25 a 29 anos (76,3%) e 30 a 34 anos (78,1%). Relativamente à religião, os crentes nazarenos (81,5%) declaram que fazem discussão sobre essa temática, seguidos dos católicos (73,6%). Já a comunidade islâmica apresenta menor interação, com apenas 16,7%. Por seu turno, as pessoas que não têm religião (69,7%) afirmam que abordam essa questão.

As atitudes relativamente à comunidade LGBTQI+ variam significativamente: 45% dos inquiridos apresentaram atitudes de aceitação moderada, enquanto 34% demonstraram preconceito subtil. Este último é frequentemente expresso em microagressões e nos discursos justificados por valores culturais. A teoria de Pettigrew e Meertens identifica o

preconceito sutil como uma barreira invisível que perpetua a exclusão, mesmo em sociedades que rejeitam abertamente o preconceito explícito.

A grande maioria (87,6%) afirma conhecer pessoalmente alguém LGBTQI+, sendo mais comum nos contextos de vizinhança (67,5%) e amizades (32,3%). No entanto, apenas 14,5% indicaram relações familiares próximas, sugerindo que o reconhecimento na família ainda é um desafio.

De igual modo, a maioria descreve as suas interações como naturais e abertas, com 72,3% dispostos a aceitar convites de pessoas LGBTQI+ e 61,8% relatando que se sentem confortáveis em conversar abertamente com elas. No entanto, homens apresentam maior proporção de respostas neutras (indiferença), indicando um distanciamento emocional em relação à questão.

A leitura cruzada revela que, embora muitos afirmem aceitação em termos abstratos, essa atitude é menos evidente em contextos concretos, como o acolhimento familiar ou o relacionamento diário. A indiferença e o desconforto relatados por pessoas do sexo masculino, com idade mais avançada e menos escolarizadas revelam barreiras sutis à inclusão plena. O ambiente familiar permanece como um espaço de tensão, com barreiras evidentes entre gerações e níveis educacionais e a prevalência de atitudes neutras ou indiferentes, que refletem um distanciamento emocional que poderá perpetuar a exclusão social. Aliás, 27% dos inquiridos afirmaram evitar discutir o tema em ambientes familiares ou sociais. A interseccionalidade destacada por Crenshaw explica como a combinação de gênero, sexualidade e classe amplifica as experiências de exclusão vivenciadas por essas pessoas, especialmente em contextos conservadores.

O estudo demonstrou haver uma correlação positiva entre o nível de relacionamento direto com pessoas LGBTQI+ e o grau de aceitação, pois, 63% daqueles que afirmaram ter amigos ou familiares LGBTQI+ relataram maior aceitação, enquanto essa taxa cai para 41% entre os que não possuem contato próximo. Isso indica que o relacionamento próximo desempenha um papel significativo na desconstrução de preconceitos e na promoção de atitudes mais inclusivas.

Apesar do apoio significativo à igualdade de direitos (73,9%), as percepções específicas sobre casamento (51,2%) e adoção (51,9%) mostram que existe alguma dissonância entre a aceitação geral e a aceitação de direitos concretos. As principais justificativas de resistência são variadas, vão desde razões religiosas até questões sobre impacto social e psicológico para crianças adotadas. Há uma clara preferência por modelos tradicionais de família e uma percepção de que a presença de um “pai e mãe” é essencial para o desenvolvimento saudável de uma criança. Essa resistência reflete a hierarquização social baseada em padrões heteronormativos descritos por Warner, que marginaliza identidades e práticas divergentes das normas tradicionais.

Uma parte da população reconhece a existência de leis de combate à discriminação, mas apenas 8% considera essas leis totalmente adequadas para promover a inclusão. A maioria acredita que as leis precisam de reforço (25,6%) ou mesmo de expansão, dado que alguns entrevistados (15,8%) consideram que elas são insuficientes ou inexistentes. Consequentemente, a maioria dos respondentes expressou a necessidade de seu reforço ou então há uma ausência de opinião consolidada sobre o tema. Fatores como idade, escolaridade e afiliação religiosa influenciam significativamente essas percepções. O

posicionamento parece mais dividido e menos informado nos segmentos de menor escolaridade e rendimento, além dos mais velhos.

Há um apoio substancial (76,2%) à importância das políticas públicas para promover a igualdade de direitos LGBTQI+ e apenas 31% acreditam que as medidas implementadas até agora foram eficazes, o que reflete a insuficiência das ações governamentais para abordar de forma abrangente os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQI+. Este cenário valida as críticas teóricas sobre a desconexão entre legislações progressivas e a sua aplicação prática. As variações demográficas evidenciam preconceitos, sobretudo no seio dos homens, pessoas mais velhas e grupos com menor escolaridade que tendem a atribuir menor importância ao tema. A inclusão de temas de diversidade sexual e de gênero nos programas educativos foi bem-recebida, com 62,7% dos inquiridos a favor. Mulheres, jovens e pessoas com maior escolaridade mostraram maior aceitação, enquanto grupos religiosos específicos e indivíduos mais velhos apresentaram resistência.

Cerca de 60,1% dos entrevistados acreditam que essa discriminação ocorre “algumas vezes”, enquanto percentuais menores apontam que ela ocorre “raramente” (12,7%) ou “nunca” (9,8%). Já 17,5% dos respondentes preferiram não opinar ou não souberam responder. A análise por concelho revela variações regionais nas percepções sobre a discriminação. Na Praia, por exemplo, 67,2% acredita que as pessoas LGBTQI+ enfrentam discriminação “algumas vezes”, seguido por Ribeira Grande, onde esse percentual é ainda mais alto (75,4%). Já em São Vicente, uma proporção considerável da população (28,7%) acredita que pessoas LGBTQI+ “não enfrentam discriminação”, o que se destaca como uma das maiores proporções nesse tipo de resposta, talvez refletindo uma visão menos sensível à questão ou um contexto sociocultural particular.

A discriminação em ambientes institucionais foi relatada por 31% dos participantes, especialmente em escolas e locais de trabalho. O estudo identificou que práticas discriminatórias muitas vezes são normalizadas, dificultando a sua identificação e combate. A teoria da discriminação institucional explica como essas barreiras sistêmicas perpetuam desigualdades e reforçam a exclusão. As áreas críticas de discriminação incluem escolas, locais de trabalho e serviços de saúde, apontados por 31% dos participantes como espaços onde a discriminação é mais frequente. Por exemplo, 27% dos inquiridos relataram discriminação em contexto escolar, refletida em *bullying* e falta de proteção por parte de educadores. Nos serviços de saúde, 19% mencionaram episódios de discriminação direta, como a recusa de atendimento ou comentários preconceituosos.

Em termos global, cerca de 5 em cada 10 indivíduos na população indicaram que já presenciaram atos discriminatórios devido à orientação sexual ou identidade de gênero, enquanto 37% ouviram falar sobre tais atos por meio de relatos de terceiros. Na análise dos tipos de discriminação enfrentados por pessoas LGBTQI+, observa-se uma clara predominância de formas de violência verbal, com 85% dos inquiridos indicando essa experiência. Este dado sugere um padrão de agressão e exclusão verbalizado contra essa comunidade. A discriminação nas instituições de ensino, como *bullying* ou assédio (65%), também se destaca como uma preocupação significativa, refletindo um ambiente muitas vezes hostil para com essas pessoas em contextos educacionais. Outros tipos de discriminação, embora com prevalência menor, como violência física (41%) e dificuldades em formar relacionamentos ou a perda de apoio familiar (40%), revelam o impacto emocional e social da marginalização. A busca por inclusão no mercado de trabalho também é desafiadora, com 32,3% dos inquiridos enfrentando dificuldades de obtenção de emprego devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A maioria dos inquiridos (75,6%) reconhece que pessoas LGBTQI+ enfrentam dificuldades adicionais no acesso à saúde e bem-estar. Esse dado reflete uma sensibilização geral sobre a discriminação enfrentada por esta população, mas o fato de 12,6% acreditarem que as dificuldades são iguais às da população geral demonstra a existência de uma parcela que minimiza ou desconhece essas barreiras. As lacunas ou áreas críticas nos serviços de saúde para a população LGBTQI+ indicados são a terapia hormonal, destacada como o serviço menos acessível, com 61,4% dos respondentes desconhecendo sua existência ou adequação. Essa incerteza reflete ausência de informação ou de oferta de serviços especializados. Também a saúde mental aparece como insuficiente, sendo avaliada como adequada por apenas 32,7%, enquanto 18,9% consideram inadequados esse serviço. O dado mais relevante é que 39,2% não responderam ou desconhecem esse serviço, evidenciando a necessidade de maior divulgação e acessibilidade.

As crenças religiosas foram identificadas como um fator de influência significativa, com 58% dos participantes reconhecendo que essas crenças moldam suas percepções sobre a comunidade LGBTQI+. Aliás apesar de uma grande proporção da população inquirida afirmar que possui conhecimento básico sobre questões LGBTQI+, 45% apresentam atitudes de aceitação moderada e 34% demonstram preconceito sutil. Isso evidencia que o conhecimento sobre a temática não está diretamente correlacionado com a aceitação, refletindo a influência de crenças culturais e religiosas. A análise de dissonâncias como essa pode iluminar áreas críticas para intervenção, sugerindo que a disseminação de informações precisa ser acompanhada de esforços para desconstruir preconceitos e promover empatia. Essa influência é abordada pelas teorias de Butler e Giddens, que destacam como as normas culturais estruturam a moralidade e perpetuam a marginalização de identidades não-normativas.

Apenas 24% dos inquiridos acreditam que há uma representatividade adequada da comunidade LGBTQI+ na política. Além disso, 46% afirmaram que não votariam em um(a) candidato(a) assumidamente LGBTQI+, mesmo concordando com suas propostas políticas. Esses resultados refletem barreiras sistêmicas que limitam a inclusão e desafiam as estruturas de poder existentes.

A discriminação, especialmente em ambientes institucionais, familiares e religiosos, continua a ser uma barreira para a plena inclusão e igualdade de direitos. Aliás a aceitação é mais alta em tópicos gerais, como apoio a direitos básicos e respeito à diversidade, mas a resistência aumenta quando as mudanças impactam normas sociais tradicionais, como no caso do casamento, a adoção ou a participação política. Diante desse cenário, surgem recomendações voltadas para o fortalecimento do quadro jurídico, promoção de campanhas educacionais, capacitação de profissionais e criação de programas de apoio psicológico e social para a comunidade LGBTQI+. Estas propostas de intervenção visam criar uma base sólida para desenvolver uma sociedade cabo-verdiana mais inclusiva e comprometida com o respeito pelos direitos humanos e com a promoção de uma convivência social mais justa e igualitária.

4.1. Ganhos

A sociedade cabo-verdiana demonstra um aumento no conhecimento e conscientização sobre a comunidade LGBTQI+. Aproximadamente 73% da população inquirida indicou não ter problemas em conviver com vizinhos LGBTQI+, dado estável desde 2016. Jovens e moradores de áreas urbanas apresentam maior aceitação, sendo mais notória na Praia e São Vicente. Esta situação aponta para uma visibilidade crescente, possibilitando que a temática LGBTQI+ possa ser cada vez mais discutida publicamente e abre espaço para a inclusão e a normalização dessas identidades. Isto porque o reconhecimento da diversidade e a sensibilização coletiva são passos fundamentais para uma sociedade mais inclusiva.

A realização de eventos como as “Paradas do Orgulho Gay” e as campanhas promovidas por organizações como o ICIEG, além do apoio de ONGs nacionais e internacionais, tem criado oportunidades de conscientização pública e fortalecido o ativismo LGBTQI+ em Cabo Verde. Podem ter contribuído para a redução de atos discriminatórios e o favorecido o reconhecimento gradual da importância da igualdade de direitos. Uma proporção considerável, mais de 51% população, apoia o casamento civil e a união de facto entre pessoas do mesmo sexo. Esses resultados indicam que campanhas ajudam a quebrar estigmas e a promover uma cultura de respeito e aceitação e que o ativismo é fundamental para fomentar uma maior aceitação e compreensão das diferentes orientações e identidades sexuais.

Cabo Verde possui um quadro legislativo que, embora não contemple todas as áreas de intervenção dos direitos da comunidade LGBTQI+, já prevê algumas proteções importantes. A Lei da Comunicação Social, as leis de base do Emprego Público e da Saúde, por exemplo, proíbem a discriminação com base na orientação sexual ou a identidade de género e algumas políticas públicas são, implicitamente, inclusivas. No entanto, há lacunas importantes, como na educação, que precisam ser abordadas para garantir uma proteção mais completa e explícita dos direitos dessa população.

4.2. Áreas Críticas de discriminação e exclusão

4.2.1. Discriminação Institucional

A maioria dos inquiridos (cerca de 60%) reconhece que a discriminação contra pessoas LGBTQI+ é um problema importante, mas em cenários específicos, como ambiente de trabalho ou escolas, apenas 30% reportaram testemunhar esforços ativos para a combater, revelando fragilidades na aplicação prática de princípios de igualdade.

Os setores apontados como de maior incidência discriminatória foram: 1) a educação, com 40% dos inquiridos que acreditam que as escolas não estão preparadas para lidar com questões relacionadas à identidade de género e orientação sexual; 2) a saúde, em que cerca de 30% reportaram presenciar ou ouvir relatos de discriminação em serviços de saúde, incluindo tratamentos inadequados e omissões por medo de preconceito; 3) o emprego, com 5% dos inquiridos a reconhecerem atos de discriminação no ambiente de trabalho, sendo mais comuns em empresas privadas do que no setor público.

No ambiente educacional, a ausência de currículos que contemplem temas de diversidade e inclusão reflete a invisibilidade da comunidade LGBTQI+. Além disso, 55,3% dos jovens

entrevistados relataram ter presenciado ou sofrido algum tipo de preconceito no ambiente escolar, especialmente na forma de *bullying* homofóbico ou transfóbico.

No atendimento de saúde, foi assinalado que profissionais demonstram preconceitos explícitos e sutis contra pessoas LGBTQI+. Somente 40% dos inquiridos acreditam que os serviços de saúde atualmente atendem adequadamente as necessidades da comunidade LGBTQI+ e 75% consideraram importante a capacitação em matéria de inclusão para profissionais de saúde.

A discriminação também ocorre em ambientes de trabalho onde as pessoas LGBTQI+ têm dificuldades de acesso a empregos de qualidade e de promoção em razão do preconceito. A falta de políticas explícitas de não discriminação limita o progresso profissional dessas pessoas, senão que 34,2% dos entrevistados mencionaram barreiras claras para conseguir ou manter um emprego devido à sua orientação sexual, ou identidade de gênero.

4.2.2.Exclusão Familiar e Social

Muitos indivíduos da comunidade LGBTQI+ enfrentam rejeição por parte dos seus familiares, especialmente dos pais e irmãos, sendo que a aceitação é ligeiramente maior entre mães e irmãs. Em questões mais práticas, como aceitar um familiar próximo LGBTQI+, 45% dos inquiridos se mostraram confortáveis, indicando maior resistência quando o tema atinge esferas pessoais. Além disso, 60% dos participantes têm percepção de que as pessoas LGBTQI+ não se sentem confortáveis em revelar a sua orientação ou identidade de gênero para suas famílias, alegando um ambiente familiar hostil.

Em comunidades menores e mais conservadoras, a exclusão social é ainda mais evidente, porque as normas locais desestimulam qualquer forma de diversidade de gênero e orientação sexual.

4.2.3.Participação

Os resultados sobre a participação política da população LGBTQI+ em Cabo Verde revelam desafios significativos que limitam a sua representatividade nos espaços de decisão. Apesar do reconhecimento gradual da diversidade de gênero e orientação sexual, persistem barreiras estruturais e sociais que dificultam o pleno exercício da cidadania política. Apenas 51,5% considerariam votar num político assumidamente LGBTQI+, evidenciando-se aqui uma barreira significativa à representatividade.

A presença de preconceitos manifesta-se, tanto no âmbito dos partidos políticos quanto na sociedade, em geral, restringe a abertura para a inclusão de pessoas LGBTQI+ em cargos públicos e espaços de liderança. Por sua vez, a inexistência de espaços de discussão no seio dos principais partidos políticos e de medidas específicas que promovam a inclusão política contribuem para a sub-representação da comunidade LGBTQI+ nos processos eleitorais e em funções governamentais. As normas sociais conservadoras desencorajam pessoas LGBTQI+ de se candidatarem ou de se identificarem publicamente no cenário político, por receio de retaliações ou discriminação.

4.2.4. Influência Religiosa e Cultural

A presença de normas heteronormativas e de valores culturais conservadores alimentam o preconceito sutil, que se manifesta frequentemente como micro agressões e atitudes de rejeição indireta. Entre os entrevistados, 64,1% identificam-se como católicos e no seio desse grupo, um terço relatou que suas comunidades religiosas mantêm uma postura conservadora que reprime a expressão de identidade LGBTQI+. Nalguns contextos, a discriminação é menos explícita, mas o estigma cultural reforça o isolamento e a inviabilização de pessoas LGBTQI+.

A heteronormatividade não apenas impõe um padrão de comportamento sexual, mas também exclui as identidades LGBTQI+ dos espaços públicos e culturais. Esse aspecto reflete-se na falta de representação nos media locais e eventos culturais. O estudo indica que 19,9% dos inquiridos não têm religião, mas que, mesmo eles, se encontram num ambiente cultural que pressiona a conformidade a normas rígidas, reforçando a marginalização de pessoas que se afastam das expectativas heteronormativas

4.3. Propostas de Medidas de Intervenção Políticas e Sociais

Os dados resultantes do Estudo revelam a necessidade de intervenções que promovam uma transformação legal e social para enfrentar a discriminação contra a comunidade LGBTQI+. Outrossim, demonstram a necessidade de reforçar as políticas públicas inclusivas, que considerem as carências específicas dessa população e promovam uma convivência social pautada pelo respeito e pela igualdade de direitos. Neste sentido, recomenda-se a adoção de medidas, a saber:

1. Revisão e atualização do Código Penal para incluir explicitamente a criminalização de atos de homofobia e transfobia, além de definir penalidades para crimes de ódio motivados por discriminação de género e orientação sexual;
2. Promoção de uma reforma no Código Civil/da Família para reconhecer legalmente a união entre pessoas do mesmo sexo e assegurar os direitos de adoção para esses casais. Este passo será fundamental para garantir igualdade legal e combater a discriminação no âmbito familiar e de direitos civis;
3. Introdução de protocolos de atuação institucional e normas éticas que proíbam explicitamente a discriminação em contextos de saúde, educação e emprego e reforcem a necessidade de inclusão e respeito aos direitos humanos nesses espaços;
4. Lançamento de campanhas educacionais de larga escala, em parceria com o ICIEG e ONGs, para abordar temas sobre género e diversidade sexual nas escolas, universidades e espaços públicos. Essas campanhas devem focar na desmistificação de preconceitos e estereótipos, promovendo o respeito pela diversidade e incentivando a empatia entre os cidadãos.
5. Inserção de conteúdos sobre diversidade e direitos LGBTQI+ nos currículos escolares e promoção de discussões inclusivas nas instituições de ensino. Este é um passo importante para as próximas gerações crescerem num ambiente educacional que valorize a diversidade e combata o preconceito.
6. Promoção da formação contínua de profissionais de saúde, educadores e agentes de segurança pública para compreenderem as necessidades da comunidade LGBTQI+ e estejam preparados para oferecer um atendimento respeitoso e inclusivo. Essas capacitações devem incluir discussões sobre direitos humanos, preconceito sutil e explícito, e estratégias de combate à discriminação.

7. Implementação de protocolos de atendimento específico para a população LGBTQI+ em hospitais e centros de saúde, assegurando que o atendimento médico seja oferecido com respeito e sensibilidade às necessidades dessa população.
8. Criação de centros de apoio psicológico e social específicos para jovens e adultos LGBTQI+ que enfrentam discriminação familiar e social. Esses centros devem oferecer apoio emocional e psicológico e fomentar o desenvolvimento de redes de apoio entre os indivíduos, favorecendo um espaço seguro onde possam compartilhar experiências e buscar ajuda.
9. Promoção de programas de integração social para aqueles que enfrentam rejeição familiar, facilitando o acesso à moradia alternativa segura, oportunidades de emprego e suporte psicológico, minimizando o impacto da exclusão social e fortalecendo o bem-estar mental e emocional.
10. Incentivo e apoio à criação de associações locais da comunidade LGBTQI+ que possam atuar como plataformas de defesa dos direitos e representatividade. Essas associações desempenham um papel importante ao oferecer apoio psicológico, orientação jurídica e um espaço de acolhimento para as pessoas LGBTQI+.
11. Fortalecimento de parcerias com ONGs internacionais e locais para apoio financeiro e logístico às iniciativas da comunidade LGBTQI+. Tais parcerias podem ajudar na organização de eventos, campanhas de sensibilização e no desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades da comunidade LGBTQI+.
12. A promoção da participação política da comunidade LGBTQI+ é essencial para fortalecer a democracia cabo-verdiana, assegurando que políticas públicas representem as diversas realidades da população. Para isso é necessário implementar programas de tutoria e apoio direcionados a líderes políticos da comunidade LGBTQI+ e formação sobre igualdade de gênero e direitos humanos para líderes e membros de partidos políticos.
13. Criação de sistemas de denúncia confidenciais para registrar e investigar casos de discriminação institucional.

BIBLIOGRAFIA

Barbosa ,Thamyres Maria Silva & all, Impacto da aceitação social na saúde mental e bem-estar da população LGBT. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences Volume 6, Issue 5 (2024), Page 1356-1366.

Butler Judith. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. 1990. Editorial: Routledge. [Google Books](#) ou [JSTOR](#).

Butler Judith. El Género en Disputa: El Feminismo y la Subversión de la Identidad. 2007. Editora Paidós. Barcelona. España

Miguel, Francisco Paolo. Levam Ma Bo. Repositório Institucional da UnB: “Levam má bô: (homo)sexualidades entre os sampadjudus da Ilha de São Vicente de Cabo Verde. 2014.icts.unb.br

CNDHC. "Relatório Diagnóstico sobre a Situação dos Direitos Humanos das Pessoas LGBTI em Cabo Verde". 2021. [Publicações \(cndhc.org.cv\)](#)

Crenshaw Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. 1989. Editorial: University of Chicago Legal Forum.

Crenshaw Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. Stanford Law Review (Vol. 43, Issue 6, pp. 1241-1299). 1999

Crenshaw Kimberlé. On Intersectionality: Essential Writings. The New Press. 2017

Crenshaw Kimberlé . Sobre la Interseccionalidad: Escritos Esenciales. 2019. Editora Trotta. Madrid. España

Dovidio John F. e outros. On the Nature of Prejudice: Fifty Years After Allport. Blackwell Publishing.2005

Farmer, P. Pathologies of power: health, human rights, and the new war against the poor. Berkeley: University of California Press, 2003.

Giddens Anthony. “The Consequences of Modernity” Stanford University Press. 1990. [The consequences of modernity : Giddens, Anthony : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#)

Giddens Anthony. Las consecuencias de la modernidad. 1993. Alianza Editorial. Madrid España

Giddens Anthony. The Transformation of Intimacy: Sexuality, Love, and Eroticism in Modern Societies. Polity Press. 1992

Giddens Anthony. La Transformación de la Intimidad: Sexualidad, Amor y Erotismo en las Sociedades Modernas. 1995. Madrid. España

Meyer, Ilan H. Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations. 2003. Editorial: Psychological Bulletin (American Psychological Association). [APA PsycNet](#).

Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. Subtle and Blatant Prejudice in Western Europe. 1995. Editor. European Journal of Social Psychology. Volume 25, páginas 57-75. [Wiley Online Library](#).

Rodrigues Cláudia. "A Homoafetividade e as relações de género na Cidade da Praia ". 2013. <https://api.ciencia.cv/server/api/core/bitstreams/523fe010-01f7-40e6-b9ae-c72ca2e42aca/content>

Silva Lurena Delgado "Homossexuais, gays e travestis em Mindelo: entre identidades e resistências". Praia. Livraria Pedro Cardoso. 2018

Warner Michael. Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory. 1991. Editor: University of Minnesota Press. [Google Books](#) e [JSTOR](#).

Warner Michael. Publics and Counterpublics. 2002. Editor Zone Books. [Google Books](#) e [JSTOR](#)

Warner Michael. Públicos y Contrapúblicos. 2012. Ediciones Akal. Madrid España.

BOLETINS OFICIAIS

B. O. nº 31. I. Serie. Decreto-Legislativo nº 12-C/97, de 30 de junho. Revogou o Código de Família de Cabo Verde, aprovado em 1981

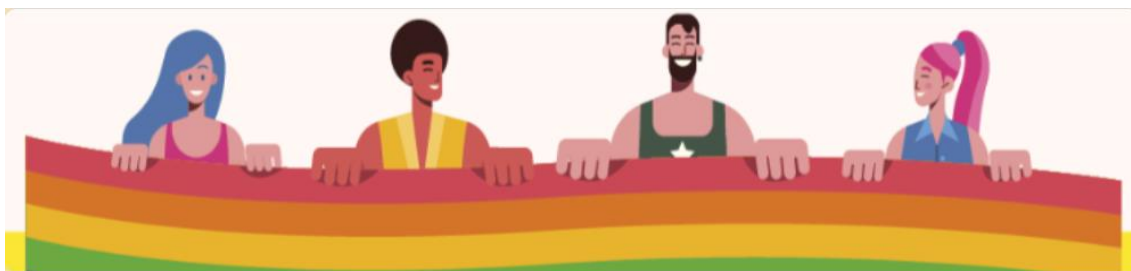
B.O. nº 17. I. Serie. Lei Constitucional nº 1/VII/2010 de 3 de maio. Revê a Constituição da República da Cabo Verde.

B.O. nº 31. I. Serie. Decreto Legislativo 70/VII/2010. Regula o Regime Jurídico da Comunicação Social

B.O. nº 10. I. Serie. Decreto Legislativo 41/VI/2024, de 5 de abril, estabelece as bases do Serviço Nacional de Saúde de Cabo Verde. Revoga a Lei n.º 62/III/89, de 30 de dezembro, que aprova as bases da saúde, alterada pelo Decreto-Lei n.º 183/91, de 28 de dezembro, e pela Lei n.º 79/IV/93, de 12 de julho.

B.O. nº 80. I. Serie. Decreto Legislativo nº 13/2018. Procede a primeira alteração do Decreto Legislativo nº 2/2010 de 7 de maio, que define as bases do sistema educativo

B.O. nº 15. I. Serie. Decreto Legislativo n.º 117/IX/2021. Procede à quarta alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 4/2003 de 18 de novembro



Caro (a) Inquirido(a)

Este questionário faz parte de um estudo promovido pela Fundação Triângulo, em parceria com o ICIEG, no âmbito da implementação do Projeto *NU STA LI*. O objetivo deste estudo é recolher perceções da população cabo-verdiana sobre a comunidade LGBTIQ+, visando avaliar o nível de conhecimento e as atitudes em relação a essa comunidade.

As suas respostas serão tratadas de forma absolutamente confidencial e utilizadas exclusivamente para os fins deste estudo.

Agradecemos a sua valiosa participação.

Caro (a) Inquirido(a)

Este questionário faz parte de um estudo promovido pela Fundação Triângulo, em parceria com o ICIEG, no âmbito da implementação do Projeto *NU STA LI*. O objetivo deste estudo é recolher perceções da população cabo-verdiana sobre a comunidade LGBTIQ+, visando avaliar o nível de conhecimento e as atitudes em relação a essa comunidade.

As suas respostas serão tratadas de forma absolutamente confidencial e utilizadas exclusivamente para os fins deste estudo.

Agradecemos a sua valiosa participação.

1. Dados demográficos da população geral

P1.1 Qual é o seu sexo?

☐ Masculino

☐ Feminino

☐ Outra: _____

P1.2 Qual é a sua idade?

P 1.3 Qual é o seu nível de instrução?

- ☐ Sem nível de instrução
- ☐ Ensino Básico / Primário
- ☐ Ensino Secundário Incompleto
- ☐ Ensino Secundário
- ☐ Formação profissional/Ensino Médio
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Não responde
- ☐ Outra: _____

P1.4. Qual é a sua situação perante o mercado de emprego?

- ☐ Empregado(a)
- ☐ Sem trabalho de momento
- ☐ Estudante
- ☐ Incapacitado(a)
- ☐ Aposentado (a)
- ☐ Não responde

P 1.5 Qual é o seu nível de rendimento mensal?

- ☐ Até 15 mil mensal
- ☐ 16 a 30
- ☐ 31- 45
- ☐ 46- 60
- ☐ 61- 90
- ☐ 91-120
- ☐ 121 e mais
- ☐ Sem rendimento

P1.6 Qual o seu concelho de residência?

- ☐ Praia
- ☐ Santa Catarina
- ☐ São Filipe
- ☐ Sal
- ☐ São Vicente
- ☐ Ribeira Grande de Santo Antão

P1.7 Qual é a sua religião?

- ☐ Católica
- ☐ Islâmica
- ☐ Nazarena
- ☐ Adventista
- ☐ Universal do Reino de Deus
- ☐ Testemunha de Jeová
- ☐ Racionalismo Cristão
- ☐ Sem Religião
- ☐ Não Responde

P1.8 Qual é a sua nacionalidade?

- ☐ Cabo-verdiana
- ☐ Dupla nacionalidade
- ☐ Estrangeira

P1.8.1 Caso seja de nacionalidade estrangeira, indicar o país.

.....

Seção 2: Conhecimento e Compreensão

P2.1 A sigla LGBTQI+ refere-se a questões de identidade de género e orientação sexual. Já viu /ouviu falar de LGBTQI+?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / Não responde

P2.1.1 Se sim, qual é o seu nível de conhecimento de sigla LGBTQI+?

- ☐ Muito pouco conhecimento
- ☐ Pouco conhecimento
- ☐ Conhecimento moderado
- ☐ Bom conhecimento
- ☐ Elevado conhecimento

P2.2 Quais destas identidades conheces?

	0- Não conhece	1 - Muito pouco conhecimento	2 - Pouco conhecimento	3 - Conhecimento moderado	4 - Bom conhecimento	5 - Elevado conhecimento	Não Responde
Lésbica	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Gay	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Bissexual	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Transgénero	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Queer	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Intersexo	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
+ outras	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

P2.3 Qual é sua compreensão dos termos relacionados à identidade e orientação sexual?

- ☐ Tenho um excelente conhecimento e me sinto completamente esclarecido sobre o assunto.
- ☐ Tenho um bom entendimento e me sinto relativamente esclarecido sobre o assunto.
- ☐ Tenho um conhecimento básico, mas não me sinto totalmente esclarecido.
- ☐ Tenho um conhecimento limitado e pouco esclarecimento sobre o assunto.
- ☐ Não tenho nenhum conhecimento ou entendimento sobre o assunto.

P2.4 Como teve acesso e/ou adquiriu informação sobre identidade de gênero e orientação sexual (LGBTQI+)?

- ☐ Instituição de ensino / formação
- ☐ Amigos ou família
- ☐ Organização religiosos
- ☐ Comunidade
- ☐ Experiência pessoal
- ☐ Participação em eventos (IEC comunitarias, Palestras etc..
- ☐ TV
- ☐ Rádio
- ☐ Jornal
- ☐ Redes sociais
- ☐ Sites especializados sobre LGBTQI+
- ☐ Outra: _____

Seção 3: Atitudes e Opiniões

P3.1 Qual é a sua aceitação em relação às pessoas LGBTQI+?

- ☐ 0 - Nenhuma aceitação
- ☐ 1 - Muito pouca
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4 Indiferente
- ☐ 5
- ☐ 6
- ☐ 7 - Elevada aceitação
- ☐ Não sabe / Não responde

P3.2 Considera que as pessoas em sua comunidade/localidade aceitam pessoas LGBTQI+?

- ☐ 0 - Nenhuma aceitação
- ☐ 1 - Muito pouca
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4 Indiferente
- ☐ 5
- ☐ 6
- ☐ 7 - Elevada aceitação
- ☐ Não sabe / Não responde

P3.3 Qual é a sua posição sobre o casamento civil ou o reconhecimento de união de fato entre pessoas do mesmo sexo?

- ☐ Totalmente a favor
- ☐ Parcialmente a favor
- ☐ Indiferente
- ☐ Parcialmente contra
- ☐ Totalmente contra
- ☐ Não sabe / Não responde

Secção 4 Direitos e Igualdade de Pessoas LGBTQI+

P4.1 Considera que pessoas LGBTQI+ devem ter os mesmos direitos que as pessoas heterossexuais?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Não responde

P4.1.1 Se não, indique por que motivos (no máximo 3).

Separar os motivos com ponto e vírgula (;)

P4.2 Considera que as pessoas LGBTQI+ têm direitos sociais e oportunidades iguais nos seguintes domínios?

	Sim, têm as mesmas oportunidades	Sim, mas com algumas dificuldades	Não, enfrentam barreiras relevantes	Não, enfrentam enormes dificuldades	Não sabe / Não responde
Educação	☐	☐	☐	☐	☐
Saúde	☐	☐	☐	☐	☐
Habitação	☐	☐	☐	☐	☐
Justiça	☐	☐	☐	☐	☐
Direitos legais e familiares	☐	☐	☐	☐	☐
Mercado de Trabalho	☐	☐	☐	☐	☐
Segurança e proteção Social	☐	☐	☐	☐	☐
Formação profissional	☐	☐	☐	☐	☐
Desenvolvimento e progressão na carreira	☐	☐	☐	☐	☐
Cultura e lazer	☐	☐	☐	☐	☐
Participação política	☐	☐	☐	☐	☐
Segurança pública	☐	☐	☐	☐	☐

P4.2.1 Caso tenha assinalado dificuldades / barreiras, indique pelo menos três aspectos que considera mais relevantes.

Separar os motivos com ponto e vírgula (;)

P4.2.2 Considera que a igualdade de direitos para pessoas LGBTQI+ é uma questão importante a ser abordada pela sociedade cabo-verdiana?

- ☐ Sim, é muito importante
- ☐ Sim, é importante
- ☐ Não, é indiferente
- ☐ Não, não é importante
- ☐ Não sabe / Não responde

P4.3 Considera que as pessoas LGBTQI+ enfrentam discriminação nas seguintes situações/contexto?

	Sim, frequentemente	Sim, algumas vezes	Não, raramente	Não, nunca	Não sabe / Não responde
Nas instituições de ensino (por parte de colegas)	☐	☐	☐	☐	☐
Nas instituições de ensino (por parte de professores, dirigentes))	☐	☐	☐	☐	☐
Nos locais de trabalho (por parte de colegas)	☐	☐	☐	☐	☐
Nos locais de trabalho (por parte de chefias / dirigentes)	☐	☐	☐	☐	☐
Nos transportes públicos por parte dos utentes	☐	☐	☐	☐	☐
Nos transportes públicos dos funcionarios	☐	☐	☐	☐	☐
Espaço de lazer, restauração e eventos	☐	☐	☐	☐	☐

P4.4 Considera que os casais LGBTQI+ devem ter os mesmos direitos que os casais heterossexuais na adoção de crianças?

- ☐ Sim, plenamente
- ☐ Sim, mas com algumas restrições
- ☐ Não, não deveriam ter os mesmos direitos
- ☐ Não tem opinião formada a respeito dessa questão
- ☐ Não responde

P4.4.1 Caso tenha assinalado com algumas restrições, indique-as? (no máximo 3)

P4.5 Considera que políticas e leis existentes de combate à discriminação contra pessoas LGBTQI+ são adequadas e promovem a inclusão em Cabo Verde?

- ☐ Sim, são adequadas
- ☐ Sim, mas precisam ser mais reforçadas
- ☐ Não, são inadequadas
- ☐ Não, não existem leis suficientes
- ☐ Não tem opinião formada a respeito dessa questão
- ☐ Não responde

P4.6 Na sua opinião, as instituições de ensino (incluindo Ensino Superior) promovem ações de inclusão e igualdade de direitos para pessoas LGBTQI+?

- ☐ Sim, promovem frequentemente
- ☐ Sim, promovem algumas vezes
- ☐ Não promovem
- ☐ Não sabe / Não responde

P4.7 Considera que as seguintes instituições / organizações respeitam os direitos e promovem a inclusão de pessoas LGBTQI+?

	Sim, respeitam e promovem a inclusão	Sim, mas com limitações	Não, não promovem inclusão	Não tem opinião formada	Não responde
Instituições públicas (Administração Central e Local)	☐	☐	☐	☐	☐
Empresas privadas	☐	☐	☐	☐	☐
Organizações da sociedade civil	☐	☐	☐	☐	☐
Entidades religiosas	☐	☐	☐	☐	☐

P4.8 Considera que os médias (TV, jornais, redes sociais) desempenham um papel positivo na promoção dos direitos e igualdade das pessoas LGBTQI+?

- ☐ Sim, desempenha um papel muito positivo
- ☐ Sim, desempenha um papel positivo
- ☐ Sim, mas poderia fazer mais
- ☐ Não desempenham
- ☐ Não tem opinião formada
- ☐ Não Responde

P4.9 Como você sentiria se um membro da sua família ou um seu amigo se identificasse como LGBTQI+?

- ☐ Totalmente confortável
- ☐ Parcialmente confortável
- ☐ Indiferente
- ☐ Parcialmente desconfortável
- ☐ Totalmente desconfortável
- ☐ Prefiro não responder

P4.10 Alguma vez presenciou ou alguém lhe disse a respeito de ocorrência de algum tipo de discriminação contra pessoas LGBTQI+?

- ☐ Sim, presenciei
- ☐ Sim, alguém me disse
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não responder

P4.10.1 Caso sim, quem as praticou e com que intensidade?

	Não	1- Pouco intensa	2	3	4	5 Muito intensa
Família	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Amigo (a)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Comunidade	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Autoridades policiais	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Autoridade judicial	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Serviço de saúde	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Educação	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Transporte público	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Restaurantes/espço lazer	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Entidades religiosas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros serviços	☐	☐	☐	☐	☐	☐

P4.10.2 Caso tenha assinalado 'Outros Serviços', indique qual (ais).

Em caso de mais de um serviço, separar com ponto e vírgula (,)

P4.10.3 Indique o tipo de discriminação contra pessoas LGBTQI+ mais frequente que teve conhecimento ou já presenciou?

- ☐ Assédio sexual em local de trabalho
- ☐ Assédio moral em local de trabalho
- ☐ Demissões/despedimentos injustas
- ☐ Dificuldades em obter emprego devido à sua orientação sexual ou identidade de género.
- ☐ Violência física por ser LGBTQI+
- ☐ Violência verbal por ser LGBTQI+
- ☐ Discriminação por parte de profissionais de saúde
- ☐ A falta de reconhecimento legal de uniões de pessoas do mesmo sexo
- ☐ Isolamento social
- ☐ Dificuldades em formar relacionamentos e perda de apoio familiar.
- ☐ Vítimas de bullying / assédio nas instituições de ensino
- ☐ Outra: _____

Seção 5: Experiências Pessoais e Sociais

P5.1 Conhece pessoalmente alguém que se identifique como LGBTQI+?

- ☐ Sim, na minha família
- ☐ Na localidade onde resido
- ☐ Sim, entre os meus amigos(as)
- ☐ Sim, no trabalho ou na escola
- ☐ Não conheço ninguém
- ☐ Eu próprio
- ☐ Prefiro não responder

P5.2.1 Com que frequência costuma discutir questões relacionadas com a temática LGBTQI+?

- ☐ Frequentemente
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca
- ☐ Prefiro não responder

P5.2 Caso tenha interações com pessoas LGBTQI+, como as descreveria?

- ☐ Sinto à vontade em ter uma amiga ou amigo LGBTI e conversar abertamente
- ☐ Aceito de bom grado um convite para um evento organizado por essa pessoa amiga.
- ☐ Apoio uma amiga ou amigo que se revelasse LGBTI, sem mudar a forma como a trato.
- ☐ Não tenho problemas em ter uma pessoa LGBTI como parte do meu círculo íntimo de amigos
- ☐ Aceito com naturalidade que uma colega de trabalho se identificasse como LGBTI.
- ☐ Evito me aproximar de uma pessoa ao descobrir que ela é LGBTI
- ☐ Sinto desconfortável em compartilhar confidências com uma amiga ou amigo LGBTI
- ☐ Afasto-me de uma amiga, amigo ou colega se soubesse que ela é LGBTI.
- ☐ É me indiferente ter interações com pessoas LGBTQI+
- ☐ Prefiro não responder

Seção 6: Apoio a políticas públicas

P6.1 Acha importante a inclusão nos programas educativos de temas que abordem a diversidade sexual e de género nas instituições de ensino?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Não sabe / Não responde

P6.2 Qual é a sua concordância/discordância em relação às iniciativas que promovem a inclusão de pessoas LGBTQI+ em diferentes domínios:

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Neutro	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	Prefiro não responder
Instituições de ensino	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Local de trabalho	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Participação política	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Participação cívica	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Nos médias	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Entidades religiosas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Comunidade	☐	☐	☐	☐	☐	☐

P6.3 Considera que as medidas até agora implementadas no país promovem a inclusão e qualidade de vida das pessoas LGBTQI+ na sociedade cabo-verdiana

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo
- ☐ Indiferente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Não sabe / Não responde

P6.4 Caso a sua resposta for discordante, indique três medidas que devem ser adotadas/reforçadas para melhorar a inclusão das pessoas LGBTQI+? (resposta aberta)

Separar os motivos com ponto e vírgula (;)

Secção 7 - Influência cultural e religiosa

P7.1 As suas crenças influenciam suas atitudes em relação às pessoas LGBTQI+?

- ☐ Nenhuma influência
- ☐ Pouca influência
- ☐ Influência moderada
- ☐ Influência relevante
- ☐ Total influência
- ☐ Prefiro não responder

P7.2 As crenças religiosas dificultam a aceitação das pessoas LGBTQI+?

- ☐ Sim, influenciam fortemente
- ☐ sim, influenciam algumas vezes
- ☐ Influenciam moderada
- ☐ Não influenciam
- ☐ Prefiro não responder

P7.3 Qual é a sua apreciação moral em relações homoafetivas entre pessoas do mesmo sexo?

- ☐ Moralmente erradas
- ☐ Moralmente aceitáveis
- ☐ Prefiro não responder

P7.4 Até que ponto você acredita que as pessoas LGBTQI+ devem ter os mesmos direitos que as pessoas heterossexuais?”

- ☐ Devem ter os mesmos direitos
- ☐ Devem ter alguns direitos, mas não todos
- ☐ Não devem ter os mesmos direitos
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder

P7.4.1 Em caso da sua resposta for negativa, quais são os direitos que deveriam ser vedados às pessoas LGBTQI+? (no máximo 3 motivos)

Separar os motivos com ponto e vírgula (;)

Secção 8- Saúde e Bem-estar

P8.1 Considera que as pessoas LGBTQI+ enfrentam mais dificuldades em termos de bem-estar em comparação com a população em geral?

- ☐ Sim, enfrentam muitas dificuldades
- ☐ Sim, enfrentam algumas dificuldades
- ☐ Não, enfrentam as mesmas dificuldades
- ☐ Não, enfrentam menos dificuldades
- ☐ Não sabe / Não responde

P8.2 Na sua opinião, as pessoas LGBTQI+ se sentem seguras para expressar livremente sua identidade de género e orientação sexual em Cabo Verde?

- ☐ Sim, totalmente
- ☐ Sim, em algumas situações
- ☐ Não, raramente
- ☐ Não, nunca
- ☐ Não sabe / Não responde

P8.3 Considera que a discriminação contra a população LGBTQI+ afeta o bem-estar emocional e mental dessas pessoas?

- ☐ Sim, afeta muito
- ☐ Sim, afeta
- ☐ Não, não afeta tanto
- ☐ Não afeta
- ☐ Não sabe / Não responde

P8.4 Na sua opinião, as pessoas LGBTQI+ têm acesso adequado a serviços de saúde?

- ☐ Sim, têm total acesso
- ☐ Sim, mas com algumas dificuldades
- ☐ Não, enfrentam várias dificuldades
- ☐ Não, não têm acesso adequado
- ☐ Não sabe / Não responde

P8.4.1 Caso a resposta anterior for negativa, indique quais são as dificuldades / barreiras que inibem o atendimento adequado nos serviços de saúde para as pessoas LGBTQI+? (no máximo 3 motivos)

Separar os motivos com ponto e vírgula (,)

P8.4.2 Considera que os profissionais de saúde estão preparados para atender as pessoas LGBTQI+ com respeito e dignidade?

- ☐ Sim, estão bem preparados
- ☐ Estão preparados em parte
- ☐ Não, estão mal preparados
- ☐ Não, não estão preparados
- ☐ Não sabe / Não responde

P8.4.3 Na sua opinião, os serviços de saúde oferecem tratamentos e cuidados específicos adequados às necessidades das pessoas LGBTQI+?

	Sim, esses serviços são oferecidos de forma adequada	Sim, mas são insuficientes	Não, não são oferecidos de forma adequada	Não, esses serviços não estão disponíveis	Não sabe / Não responde
Cuidados clínicos gerais	☐	☐	☐	☐	☐
Aconselhamento e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis (IST)	☐	☐	☐	☐	☐
Terapia hormonal	☐	☐	☐	☐	☐
Saúde mental	☐	☐	☐	☐	☐

P8.4.4 Alguma vez presenciou/ ouviu falar de casos de discriminação contra pessoas LGBTQI+ no atendimento por parte dos profissionais de saúde.

- ☐ Sim, com muita frequência
- ☐ Sim, com frequência
- ☐ Sim, algumas vezes
- ☐ Não, nunca ouvi falar
- ☐ Não sabe / Não responde

P8.4.5 Acredita que a população LGBTQI+ precisa omitir ou esconder sua identidade de gênero e/ou orientação sexual ao buscar atendimento de saúde para evitar discriminação?

- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Sim, às vezes
- ☐ Não, nunca
- ☐ Não Sabe / Não Responde

P8.5 Com base no seu conhecimento, considera que o Governo faz o suficiente para garantir o bem-estar das pessoas LGBTQI+?

- ☐ Sim, fazem o suficiente
- ☐ Fazem algumas coisas, mas precisam melhorar
- ☐ Não, ainda há muito a ser feito
- ☐ Não, não fazem quase nada
- ☐ Não sabe / Não responde

P8.6 Na sua opinião, o que pode ser feito para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde para a população LGBTQI+? (no máximo 3 motivos)

Separar os motivos com ponto e vírgula (;)

Secção 9 - Participação e Representação Política

P9.1 Na sua opinião, pessoas LGBTQI+ têm uma participação ativa na política em seu Cabo Verde?

- ☐ Sim, participam ativamente
- ☐ Sim, mas em menor grau que outros grupos
- ☐ Não, participam pouco
- ☐ Não, quase não participam
- ☐ Não sabe / Não responde

P9.2 Você conhece algum(a) político(a) ou figura pública LGBTQI+ que tenha representado ou esteja representando as pessoas LGBTQI+?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / Não responde

P9.3 Considera que a participação de pessoas LGBTQI+ na política é importante para a democracia e a diversidade de vozes no Governo?

- ☐ Sim, é muito importante
- ☐ Sim, é importante
- ☐ Não, é indiferente
- ☐ Não, não é importante
- ☐ Não sabe / Não responde

P9.4 Considera que em Cabo Verde as pessoas LGBTQI+ enfrentam mais barreiras para ingressar na política em comparação com outras pessoas?

- ☐ Sim, enfrentam muitas barreiras
- ☐ Sim, enfrentam algumas barreiras
- ☐ Não, enfrentam as mesmas barreiras
- ☐ Não, enfrentam menos barreiras
- ☐ Não sabe / Não responde

P9.4.1 Caso tenha assinalado que enfrentam barreiras, indique-as. (no máximo 3 motivos)

Separar os motivos com ponto e vírgula (;)

P9.5 De acordo com o seu conhecimento do espaço político nacional, as pessoas LGBTQI+ são adequadamente representadas no Governo (local ou nacional)?

- ☐ Sim, são bem representada
- ☐ Sim, mas de forma insuficiente
- ☐ Não, são mal representada
- ☐ Não, não há representação significativa
- ☐ Não deve ter representação
- ☐ Não sabe / Não responde

P9.6 Concorda que a presença de políticos que se identificam LGBTQI+ pode ajudar a combater a discriminação e promover a igualdade?

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Indiferente
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Não sabe / Não responde

P9.7 Votaria em um(a) candidato(a) que se considera LGBTQI+ se concordasse com suas propostas políticas?

- ☐ Sim
- ☐ Talvez
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Não sabe

P9.8 Acredita que os partidos políticos estão abertos à participação de pessoas LGBTQI+?

- ☐ Sim, totalmente abertos
- ☐ Sim, mas com algumas restrições
- ☐ Não, são pouco abertos
- ☐ Não, não são abertos
- ☐ Não Sabe / Não responde

P9.9 Na sua opinião, quais são os principais obstáculos que pessoas LGBTQI+ enfrentam na política? (Selecione todos os que se aplicam)

- ☐ Discriminação
- ☐ Preconceito
- ☐ Falta de apoio partidário
- ☐ Violência
- ☐ Ameaças
- ☐ Invisibilidade midiática
- ☐ Falta de recursos financeiros
- ☐ Outra: _____

P9.10 Considera que é necessário implementar políticas específicas para incentivar a participação política de pessoas LGBTQI+?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tenho opinião
- ☐ Não responde

P9.11 Na tua opinião, o que considera que pode ser feito para aumentar a representação política de pessoas LGBTQI+?

Separar os motivos com ponto e vírgula (;)

Questões Gerais

P10.1 Diga-me se você gostaria que pessoas homossexuais fossem seus vizinhos?

- ☐ Desgosto fortemente
- ☐ Desgosto um pouco
- ☐ Não importaria
- ☐ Gostaria pouco
- ☐ Gostaria fortemente
- ☐ Prefiro não responder

P10.2 Você aceitaria participar de um evento organizado por uma pessoa LGBTQI+?

- ☐ De maneira nenhuma
- ☐ Provavelmente não
- ☐ Indiferente
- ☐ Provavelmente sim
- ☐ Com certeza
- ☐ Não Sabe / Não responde

P10.3 Qual é o seu género?

- ☐ Homem
- ☐ Mulher
- ☐ Nem um nem outro (não binário)
- ☐ Não responde

Código do(a) Inquiridor (a)

Inquérito concluído!

Gostaríamos de lhe agradecer imensamente pela sua participação no inquérito. Sua contribuição foi extremamente valiosa e, certamente, nos ajudará a compreender melhor sobre a percepção da igualdade e dos direitos da população LGBTQI+ em Cabo Verde.

Agradecemos pela sua participação!